

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA



“TAMBOR DOS PRETOS”: processos sociais e diferenciação
étnica no rio Jaú, Amazonas.

JOÃO SIQUEIRA

Niterói

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

JOÃO SIQUEIRA

“TAMBOR DOS PRETOS”: processos sociais e diferenciação
étnica no rio Jaú, Amazonas.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Antropologia.

Niterói

2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S618 Siqueira, João.
“TAMBOR DOS PRETOS”: processos sociais e diferenciação étnica
no rio Jaú, Amazonas / João Siqueira. – 2012.
356 f.
Orientador: Eliane Cantarino O’Dwyer.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2012.
Bibliografia: f. 333-343.

1. Quilombo. 2. Etnicidade. 3. Rio Jaú (AM). 4. Amazonas.
I. O’Dwyer, Eliane Cantarino. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 305.89608113

Banca Examinadora

Prof^ª. Orientadora – Dra. Eliane Cantarino O’Dwyer
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Universidade do Estado do Amazonas - PNCSA

Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Henri Acselrad
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dra. Márcia Malheiros
POS-DOC/Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Esta pesquisa aborda e discute a questão da produção da etnicidade com base num contexto de interação social. O estudo aborda principalmente as variações desses processos a partir de imperativos contextuais específicos envolvendo a situação dos residentes do rio Jaú. O objetivo central é descrever e analisar processos sobre incorporação compartilhada de atributos e categorias de distinção étnica por um grupo residente no vale do rio Jaú. Desse modo, a análise teórica foca a variação e a interconexão dos processos que resultaram na evocação da etnicidade pelos “Remanescentes de Quilombo da Comunidade do Tambor”.

Palavras-chave: *Quilombo da comunidade Tambor; Etnicidade; rio Jaú; Amazonas.*

ABSTRACT

This research approaches and discusses the production of ethnicity based on the context of social interaction. The study focuses mainly variations of these processes from specific contextual imperatives involving the situation of the residents of Jaú River. The central objective is to describe and analyze processes of shared incorporation of attributes and categories of ethnic distinction by group living in the Jaú's valley. Thus, the theoretical analysis focuses the variation and interconnection of the processes that resulted in the evocation of ethnicity by “Quilombo of Drum Community”.

Keywords: *Quilombo of Drum Community; Ethnicity; Jau River; Amazon.*

A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
ou como a semente do trigo,
e sua morada será sempre o coração do homem.

Thiago de Mello – *Estatutos do homem.*

AGRADECIMENTOS

A viabilização deste trabalho só foi possível mediante o apoio e a cooperação valorosa de pessoas que de alguma forma acreditaram na sua relevância. Por isso torna-se tão fundamental reconhecer que se trata de um trabalho feito por muitas mãos. Estou ciente de que no reconhecimento de créditos, por lapso intransigente da memória, geralmente se estará sujeito à involuntária omissão dos agradecimentos devidos. Assim, estendo desde logo meu agradecimento a todos os amigos, amigas, colegas e colaboradores que de algum modo compartilharam comigo dessa caminhada.

Gostaria de começar agradecendo profundamente a todos os residentes da comunidade do Tambor, que de forma amistosa e sempre generosa me acolheu, permitindo que o olhar intruso do pesquisador se voltasse para dentro do universo de suas práticas, signos e representações particulares.

A minha orientadora Prof.^a Eliane Cantarino O'Dwyer que de forma paciente, atenta e solidária acompanhou, ouviu e orientou as diversas fases desta pesquisa.

A toda minha família, especialmente Júlia, Laurinha e Didi, que ao longo desta jornada toleraram com resignação minhas ausências mesmo quando andava por perto, estimulando-me a seguir em frente.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pelo apoio e concessão de bolsa de estudo.

A todos os professores do PPGA, especialmente Sidnei Peres, e demais profissionais que colaboraram ativamente na construção e viabilidade deste trabalho.

Aos professores (as) Selda Vale, Marilene Corrêa, Luiza Garnelo, Henyo Barreto e Alfredo Wagner pelos ensinamentos, estímulos e atenção a mim dispensados.

À nata da camaradagem em Manaus: José Vicente, Lú dian Bentes, Ronaldo Antônio, Jerry Soares, Izaura Nascimento, Claudete Barbosa, Ricardo Ossame, Lúcia Marina, Gimima Beatriz e Luiz Fernando.

Às inconfundíveis parcerias formadas ao longo do caminho: Sebastião Ferreira, Sandro Silva e Carolina de Cássia.

Aos colegas do INCRA das SR-15 (AM), SR-07 (RJ) e SR-21 (AP).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - pág. 11

Cap. 1 – A SITUAÇÃO E A PERSPECTIVA DE ABORDAGEM

1. A SITUAÇÃO ETNOGRÁFICA E SUA PROBLEMÁTICA – pág. 18
 - 1.1. Sobre as circunstâncias do contato – pág. 21
 - 1.2. A “comunidade” do Tambor e seus moradores – pág. 36
 - 1.2.1. Aspectos simbólicos e práticas culturais – pág. 37
 - 1.2.2. Aspectos da vida social e política – pág. 46
 - 1.2.3. Local e unidade residencial: os diversos planos do termo comunidade – pág. 50
 - 1.2.4. Aspectos de relações sociais, ecológicas e produtivas – pág. 54
 - 1.2.4.1. Agricultura – pág. 59
 - 1.2.4.2. Extrativismo vegetal – pág. 66
 - 1.2.4.3. Atividades de caça e pesca – pág. 70
 - 1.3. A GESTÃO PARTICIPATIVA E *HABITUS* LOCAL – pág. 75
 - 1.4. OBSTÁCULOS À COMPREENSÃO DA CULTURA LOCAL – pág. 86
 - 1.4.1. A noção “remanescente de quilombo” e o caso empírico – pág. 87
 - 1.4.2. “Caboclos ribeirinhos”, “povos tradicionais” ou atores sociais na relação com o Estado? – pág. 94
 - 1.5. PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS E PROCESSOS SOCIAIS – pág. 98
 - 1.5.1. Conceito de cultura e as interconexões dos processos sociais – pág. 94
 - 1.5.2. Contextos de incorporação compartilhada – pág. 100
 - 1.5.2.1. Nota metodológica – pág. 103

Cap. 2 – OCUPAÇÃO, DISCIPLINAMENTOS E EMPRESA EXTRATIVISTA NO JAÚ

- 2.1. BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO NO BAIXO RIO NEGRO – pág. 105
 - 2.1.1. O Diretório e seus efeitos – pág. 107
 - 2.1.2. Sobre levante social e crítica ambiental no baixo rio Negro - pág. 110
 - 2.1.3. Sobre “depopulação” e composição étnica dos grupos locais – pág. 113

2.2. DIMENSÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS RELAÇÕES PATRONAIS NO JAÚ – pág. 118

2.2.1. “Um lugar onde vivia muita gente”: aspectos da vida social no Jaú – pág. 124

2.2.2. No tempo dos “povoados”: lugares, topônimos e outras classificações representativas dos grupos sociais – pág. 129

2.2.3. “Os donos do Jaú”: sobre o domínio da família Bezerra – pág. 136

2.2.4. “Uma façanha do Candiru, o libertador do Jaú”: desprestígio político e enfraquecimento econômico dos Bezerra – pág. 143

Cap. 3 – AMBIENTALISMO E DESENVOLVIMENTO: A URDIDURA NA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

3.1. SOBRE A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA AMAZÔNIA – pág. 151

3.1.1. A perspectiva do esquadramento ambiental para a Amazônia – pág. 153

3.2. “ESVERDEAMENTO” DOS ORGANISMOS E AGÊNCIAS INTERNACIONAIS – pág. 159

3.2.1. Sobre o sistema global de conservação da natureza – pág. 159

3.2.2. Sobre as prioridades na criação de unidades de conservação na Amazônia – pág. 164

3.3. CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PNJ – pág. 167

3.4. FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA: A MEDIAÇÃO DO CONFLITO POR UMA ONG SOCIOAMBIENTALISTA – pág. 193

3.4.1. Cisma entre parceiros: a controversa relação IBAMA-FVA – pág. 198

3.4.2. O projeto comunitário e a formação das “comunidades” – pág. 205

3.4.3. A atuação da FVA sob um ponto de vista dos moradores do rio Jaú – pág. 213.

Cap. 4 – “RIO DOS PRETOS”, “TAMBOR DOS MORENOS”, “QUILOMBO DO TAMBOR”.

4.1. PROCESSOS SOCIAIS E ETNICIDADE – pág. 217

4.1.2. Classificação categórica e evocação da distinção étnica – pág. 231

4.1.3. O “rio dos pretos” – pág. 239

4.1.4. A construção social da comunidade do Tambor – pág. 246

- 4.1.5. Mobilização e organização da comunidade: a atuação de José Maurício Maria dos Santos – pág. 261
- 4.2. “REMANESCENTES DO QUILOMBO DA COMUNIDADE DO TAMBOR” – pág. 272
 - 4.2.1. Mediação e incorporação compartilhada da categoria étnica – pág. 272
 - 4.2.2. Sobre o processo de definição e delimitação do território – pág. 285
- Cap. 5 - ETNICIDADE NA RELAÇÃO COM O ESTADO**
 - 5.1. CONTEXTOS DE PRODUÇÃO E INCORPORAÇÃO DA ETNICIDADE – pág. 294
 - 5.2. O CASO DOS MORADORES DO RIO UNINI – pág. 295
 - 5.2.1. A AMORU e a criação da Resex do Unini – pág. 303
 - 5.3. O CASO DA COMUNIDADE DE SÃO RAIMUNDO DO PIRATIVA – pág. 308
 - 5.3.1. O lugar da ancialidade no processo organizacional – pág. 309
 - 5.3.2. Uma experiência absurda e seus efeitos – pág. 313
 - 5.3.3. Indicação e reivindicação de território descontínuo – pág. 320
 - 5.4. SOBRE VARIAÇÕES NA EVOCAÇÃO DA ETNICIDADE – pág. 322
- 6. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** – pág. 327
- 7. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** – pág. 333
- 8. **ANEXOS** – pág. 344

GLOSSÁRIO DE SIGLAS RECORRENTES

ADCT – Ato Dispositivo Constitucional Transitório
ACP – Ação Civil Pública
AMORU – Associação dos Moradores do Rio Unini
AQSAP – Associação Quilombola da Comunidade de São Raimundo do Pirativa
ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRQ/Tambor – Comunidade Remanescente do Quilombo do Tambor
DFQ - Coordenação Geral de Regularização de Território Quilombola
FCP – Fundação Cultural Palmares
FIOCRUZ/AM – Fundação Oswaldo Cruz Amazônia
FVA – Fundação Vitória Amazônica
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
ICDP - *Integrated Conservation and Development Projects*
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA – Instituto Nacional de Colonização Agrária
ITERAM – Instituto de Terras do Amazonas
IUCN - International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources
MPF – Ministério Público Federal
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organizações das Nações Unidas
PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNJ – Parque Nacional do Jaú.
RESEX – Reserva Extrativista
STRNA – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

INTRODUÇÃO

Uma parte considerável dos recentes trabalhos envolvendo a questão da auto-atribuição da identidade étnica geralmente destaca uma variação significativa de elementos e de formas sociais ligados à ocorrência desse fenômeno. Estas situações de distinção cultural evocada através da etnicidade, especialmente nas últimas décadas, têm não somente instigado a reflexão sociológica sobre a questão, mas também colocado desafios significativos à prática antropológica contemporânea. E na medida em que sua abordagem tem requerido novas investidas tanto do ponto de vista dos procedimentos quanto da interpretação teórica, esforços de diversos pesquisadores também têm se somado desde então na perspectiva de descrever, analisar e interpretar de maneira adequada esses fenômenos¹.

Apoiado num conjunto de observações de campo realizadas em distintos momentos e no acompanhamento do desdobramento da situação ao longo de aproximadamente uma década, este trabalho aborda e discute a questão da produção da etnicidade em contextos de interação social. A pesquisa pretende descrever e analisar processos relacionados com a incorporação de atributos étnicos e outros marcadores de distinção cultural por um grupo residente no vale do rio Jaú, cuja manifestação da etnicidade se efetivou através de processos sociais variados que resultaram na auto-atribuição categórica do grupo como “Remanescentes de Quilombo da Comunidade do Tambor”.

Ao considerarmos que a comunicação da etnicidade se dá na interface com contextos específicos de interação, nosso propósito com as questões levantadas nesta pesquisa visam colaborar no sentido da discussão sobre perspectivas analíticas adequadas à percepção de fatores importantes na definição das formas organizacionais e na comunicação da diferença étnica. Assim, a análise se inscreve num diálogo estabelecido a partir de um quadro teórico e das perspectivas de abordagens que este quadro oferece à antropologia contemporânea. Diante disto, é pertinente supor que o foco da análise neste trabalho possui estreita relação com a discussão já desenvolvida a

¹ Para maior entendimento da discussão em torno da emergência desses fenômenos ver principalmente Almeida (2006), O’Dwyer (2002; 2005) e Oliveira Filho (1999).

partir de conceitos como “construção de identidade”, “territorialidade específica” e “reemergência étnica”. E nesse aspecto, importa enfatizar que o foco de nossa análise está realmente voltado para os processos sociais, isto é, um conjunto de fatores relevantes que por meio de interconexões e mudanças na figuração desse conjunto possibilitaram a geração de novos eventos e de variação nas formas organizacionais (cf. Barth, 1969; 2000). A pesquisa aborda principalmente as variações desses processos a partir de imperativos contextuais específicos envolvendo a situação dos residentes do rio Jaú – insegurança sobre apropriação e uso dos recursos para reprodução social, “êxodos forçados”, “deslocamentos continuados”, pressões e controles dirigidos por agentes externos, ampla e diversificada rede de interação social.

Com a perspectiva de explicitar a importância de eventos e determinadas ações implicados com a dinâmica da forma social e, subsequentemente, com a comunicação de diferenças culturais manifestadas nesse contexto utilizamos o termo *incorporação compartilhada*. A idéia é que este termo possa indicar e definir melhor em nossa descrição dos eventos e do comportamento dos grupos um conjunto de elementos potencialmente significativos do processo de organização e de comunicação da diferença que, diferentemente daqueles secundários e contingentes, são sistematicamente acionados na ação socialmente dirigida.

Em relação à organização do texto, a redação segue o esquema convencional observado no formato da tese. Porém, daremos ênfase à apresentação de dados representativos do problema intercalados com discussões teóricas relacionadas com nossa perspectiva de análise. À medida que o texto dissertativo se desenvolver estaremos dando sequência à apresentação dos dados que servirão para testar a rentabilidade da nossa argumentação.

Assim, serão abordados de forma introdutória no capítulo 1 aspectos relacionados com o problema que objetivam tecer um panorama – ainda que fragmentado e provisório – sobre a situação abordada. A perspectiva aí é correlacionar fatores influentes na definição da situação às possibilidades de análise e de interpretação teórica mais adequada que o caso demanda. Nesse sentido, nosso ponto de partida será uma breve descrição de um acontecimento que pude registrar aproximadamente 15 anos atrás. Ele servirá para ilustrar de forma mais circunstanciada o problema que queremos enfatizar – ao mesmo tempo em que também recupero algumas observações feitas à época do primeiro contato que tive com a situação. Em seguida, serão apresentados

dados e informações específicas envolvendo a situação abordada na intenção de melhor explicitar nossa argumentação.

Ainda no primeiro capítulo, serão reportadas algumas questões centrais relacionadas com o estudo da etnicidade e das interconexões dos processos nas sociedades contemporâneas. Nesse ponto, a discussão assume um caráter de revisão conceitual com ênfase no aspecto teórico-metodológico que pretende avançar para uma reflexão crítica sobre a rentabilidade de determinadas noções e categorias utilizadas na abordagem de situações sociais equivalentes.

A exposição prossegue com uma discussão sobre a construção política da identidade em consonância com as interpretações de determinados atores sociais, destacando a observância na variação e interconexão dos processos nessas situações. Nesse ponto, enfatiza-se que parte significativa das ações dirigidas coletivamente por esses atores tende reivindicar determinados direitos, especialmente aqueles relacionados com a questão territorial, e tem seu marco histórico conhecido a partir Carta Constituinte de 1988. Todavia, também é ressaltado que processos sociais diversos em torno destas e de outras reivindicações sociais, algumas com temáticas até mais abrangentes, também são substancialmente notadas muito antes deste marco. O capítulo 1 se encerra com uma breve discussão sobre o uso da comparação na pesquisa antropológica, enfatizando sua capacidade de análise da variação cultural resultante da interconexão de diversos processos sociais.

No capítulo 2, será feita inicialmente uma breve exposição sobre antecedentes históricos que marcaram a região chamada de Baixo Rio Negro, destacando especialmente a relação entre os processos de ocupação humana, a geração de conflitos sociais e a exploração de recursos naturais. Em seguida, serão abordados aspectos socioculturais relacionados com o empreendimento extrativista com base na exploração da seringa que se estabeleceu nesse rio a partir do final do século XIX. Nesse ponto será enfatizado principalmente a diversidade da paisagem sociocultural e as características das relações sociais que o Jaú apresenta nesse contexto. O capítulo 2 se encerra com a discussão destacando a relevância da percepção da variação nessa diversidade sociocultural como elemento capaz de informar muito mais sobre formas de organização social e relações de poder nessa situação do que as interpretações simplistas de base econômica.

O capítulo 3 começa expondo sobre o contexto e a ambiência na qual se estabeleceram as relações entre segmentos governamentais com as diversas agências de desenvolvimento que resultou na definição da política de conservação da natureza implantada no Brasil. O pano de fundo é o incremento ao plano de desenvolvimento do país instituído a partir da segunda metade da década de 1970. Pretende-se aqui explorar e discutir aspectos relevantes do cenário ideológico, sociopolítico e institucional para mostrar como uma articulação realizada em níveis de escalas global e nacional viabilizou a formulação, o planejamento e a execução das ações de conservação da natureza que incidiram sobre a Amazônia brasileira sem interferências relevantes dos segmentos regionais e com ausência de participação da população afetada.

Destaca-se nesse contexto o papel assumido pelo Estado como único agente condutor da formulação e planejamento das ações necessárias à aceleração do ritmo de desenvolvimento do país. Neste ponto, nossa ênfase pretende focar especialmente a política de crescimento estabelecida no II PND que relaciona a conservação da natureza como parte do desenvolvimento do país, especificando em referência à Amazônia, a necessidade imediata de designação de Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Reservas Biológicas. A intenção nesse aspecto é mostrar que a criação e a implementação das Unidades de Conservação foram também beneficiadas pela busca frenética do Estado de manter uma posição de poder para o Brasil, num cenário global marcado por acordos e alianças entre países vizinhos.

É fundamentalmente apoiado nessa interpretação da política voltada para aceleração do desenvolvimento econômico do país que se discute neste capítulo a implementação de ações do II PND que tiveram efeitos sobre o contexto social focado. Será via a execução desse modelo de desenvolvimento baseado no controle técnico e político do Estado, que também cria uma “malha programada” de intervenções sobre o território nacional (cf. Becker, 1990), que também vamos circunscrever os processos relacionados com conflitos sociais e a produção da etnicidade. Nesse contexto histórico observar-se-á a relação entre os dois principais fenômenos de interesse em nossa análise. Um deles diz respeito ao surpreendente avanço que teve a política de conservação da natureza justamente num período em que os projetos de desenvolvimento e integração da Amazônia regiam o tom das intervenções do Governo e figuravam como causadores de grandes impactos socioambientais. O principal ponto nessa questão gira em torno da explicação dessa aparente incongruência. O segundo

fenômeno está relacionado com intensificação de conflitos sociais gerado no meio rural, a partir da criação das Unidades de Conservação de uso indireto e pela mobilização dos chamados *povos tradicionais* que reivindicam territórios associados com processos específicos de ocupação e/ou pela comunicação da diferença étnica.

Em seguida, é abordada a questão sobre como a agenda da conservação dos recursos naturais passou a ser paulatinamente incorporada por instituições responsáveis pela promoção do desenvolvimento. Discute-se aí a relação desse processo com o contexto do pós-Segunda Guerra e a atuação influente de organizações internacionais de caráter bilateral. Aborda-se igualmente o papel das agências que antes atuavam tradicionalmente mantendo seu foco na promoção do desenvolvimento em escala mundial e que passam a incorporar a partir de um novo contexto histórico iniciativas voltadas para a proteção ambiental do planeta. É abordada também nesse processo a função assumida por tais agências de promotoras em escala global das iniciativas de conservação dos recursos naturais. Outro aspecto analisado é questão da retomada das conferências internacionais sobre diversos aspectos da proteção da natureza, simultaneamente com a expansão das responsabilidades dos governos em nível nacional. Assim, uma ênfase será dada também à configuração de redes em torno da conservação da natureza desse período para consolidar os fundamentos institucionais da política ambiental global.

Ainda sobre tal ponto, será focado o processo de criação e implantação do PNJ e seus efeitos na vida social dos vários grupos sociais do vale do Jaú. Nesse aspecto, pretende-se explorar certas ambiguidades no processo de criação do PNJ especialmente no que se refere à avaliação da situação e do modo de vida da população local habitante da área. Esse aspecto será relacionado na sequência com a ambivalência que tem caracterizado os grupos sociais locais residentes em áreas designadas para a conservação da natureza: por um lado, a visão da presença humana como sendo inerentemente destrutiva do meio ambiente; por outro, a concepção do modo de vida desses grupos sociais como impactos que mimetizam o padrão dos distúrbios naturais.

No último ponto do capítulo 3, será abordada a constituição e participação da FVA como uma das principais entidades na gestão do PNJ. Nesse aspecto, abordam-se as circunstâncias da sua criação e a definição dos eixos de atuação que orientam seu plano de ação. Na sequência é retomada a situação do Jaú com um panorama do contexto em que se estabelece a relação de parceria entre o IBAMA e a FVA, que foi

responsável pelo trabalho de elaboração do Plano de Manejo do PNJ. Em seguida será analisada a implicação de ações desenvolvidas pela FVA que acirram visões ideológicas distintas entre o órgão gestor oficial do PNJ e a ONG. Nesse ponto, apresenta-se um panorama da conjuntura em que diversos processos são deflagrados e confluem para emergências das distintas situações sociais observadas nos rios Unini e Jaú. A partir daí será analisado a relação que esta ONG estabelece com os grupos sociais residentes na área projetada para o PNJ e as implicações das ações que ela desenvolve no modo de vida dessa população. O capítulo 3 se encerra com uma descrição e análise de determinados eventos influentes nos processos de organização e mobilização da população residente no rio Jaú.

O capítulo 4 enfoca fundamentalmente os contextos sociais, eventos e ações influentes no processo de mudança das formas de organização social observado no Jaú. Em razão da articulação de alguns aspectos abordados no desenvolvimento da tese – de ordem política, sociocultural e econômica – com eventos e ações observadas na situação social, este será também o capítulo mais extenso do trabalho. O objetivo central neste capítulo é a ênfase e descrição de determinados processos sociais influentes na configuração da situação do Tambor. O capítulo 4 se encerra abordando extensivamente o contexto e os processos que levaram à incorporação de atributos e dos marcadores da diferença étnica por um grupo de moradores, bem como aqueles relacionados com a reivindicação do território quilombola do Tambor.

No capítulo 5 capítulo procede-se à discussão com base na comparação entre casos empíricos relacionados com manifestação de diferenças culturais em termos da reivindicação de territórios de usos tradicionais. A exposição inicia esboçando um quadro comparativo entre diferentes situações sociais envolvendo a questão da produção e a comunicação da etnicidade. A perspectiva é fundamentar e tornar mais objetiva a argumentação feita nos capítulos anteriores sobre a evocação da diferença étnica observada no Tambor.

Na sequência analisa-se e discute a influência de determinados elementos considerados socialmente relevantes na manifestação da diferenciação cultural. Nosso propósito com isso é cotejar os aspectos influentes na incorporação da etnicidade com base na variação de diversos fatores observados nas diferentes situações empíricas relacionados aos seus contextos imperativos. Ao enfocarmos o aspecto da variação, consideramos que as formas sociais específicas observadas nas situações em destaque

estão diretamente ligadas com contextos e processos particulares que podem ser mais bem apreendidos por meio da comparação.

Desse modo, ao descrevermos cada caso identificando os processos relacionados com a sua produção, apontamos também variações significativas na produção e incorporação de determinadas representações culturais em cada caso no sentido da evocação da diferença étnica e/ou de ações reivindicatórias. Nesse sentido, o primeiro caso analisado envolve a situação dos residentes do rio Paunini, que se diferencia consideravelmente da situação vivenciada pelos residentes no rio Jaú. Embora situadas relativamente próximas em termos geográficos, as principais características apresentadas pelos grupos que residem em ambos os rios variam significativamente em vários aspectos. A análise dos processos sociais desenvolvidos em ambas as situações é o principal recurso para delinear as especificidades de cada uma delas e indicar variações importantes no contexto das interações sociais estabelecidas nessa região.

O segundo caso envolve a comunidade de São Raimundo do Pirativa, situada na confluência do rio Pirativa com o Matapi, no município de Santana, no estado do Amapá. A inclusão dessa situação para comparação nesse estudo se deu fundamentalmente pelos seguintes aspectos: a) esta comunidade, cujas algumas características gerais se aproximam da situação do Tambor, também reivindicou recentemente do Estado a demarcação e titulação apenas de uma parte da área ocupada coletivamente pelo grupo; b) a forma organizacional e a especificidade do contexto que deflagrou o processo social aí observado podem ajudar a refletir criticamente sobre a notável variação das formas sociais convencionalmente chamadas de “populações ribeirinhas” da Amazônia. Em nossas considerações finais discutimos a dificuldade de compreensão dos grupos sociais em termos de padrões culturais monolíticos de caráter hegemônico. Destacamos a limitação que induz essa visão da cultura sobre a apreensão de certas situações etnográficas e seu contexto. Por fim, sintetizamos nossa argumentação com base nos dados sobre referenciais étnicos e a produção da etnicidade no Tambor.

CAPÍTULO 1

A SITUAÇÃO E A PERSPECTIVA DE ABORDAGEM

1. A SITUAÇÃO ETNOGRÁFICA E SUA PROBLEMÁTICA

Este trabalho é uma tentativa de descrever e analisar processos relacionados com a incorporação de atributos étnicos e outros marcadores de distinção cultural por um grupo de residentes do vale do rio Jaú, no Amazonas. A situação focada tem como localização específica o médio rio Jaú, na chamada área *core* do Parque Nacional do Jaú que foi criado em 1980, e se auto define como “Quilombo do Tambor”.

A problemática do caso relacionado a esse grupo social inicialmente chama atenção por dois relevantes aspectos. O primeiro se deve ao fato desta se inscrever numa discussão que não se restringe somente ao campo disciplinar da antropologia, estabelecendo interfaces que suscitam diálogos contínuos com disciplinas afins como o direito, a história, a geografia, especialmente no que tange à definição de quilombo e a aplicação do dispositivo constitucional previsto no artigo 68 do ADCT. E segundo, porque no âmbito do debate acadêmico, ela talvez possa ser inserida numa ordem distinta dos problemas² centrais sobre o assunto com os quais a prática de campo e a teoria antropológica têm lidado e se posicionado com mais frequência nos últimos anos.

Ao considerarmos que a comunicação da etnicidade se dá em interface com contextos específicos de interação, nosso propósito com as questões aqui levantadas será também colaborar no sentido do desenvolvimento de perspectivas analíticas mais adequadas à percepção dos principais fatores envolvidos nas formas organizacionais e na comunicação da diferença étnica. Assim, nossa análise é também um diálogo a partir

² A ordem dos problemas a que nos referimos nesse aspecto compreende: 1) a problemática sobre identificação de elementos relevantes que deveriam determinar claramente a “contrastividade cultural” existente nas comunidades remanescentes de quilombo no Brasil; 2) a questão envolvendo a ancestralidade africana como elemento crucial na definição de quilombo, tornando restritiva a aplicação do termo às poucas situações concretas que poderiam assim ser caracterizadas; e 3) o problema que se origina na percepção dicotômica entre rural e urbano, reconhecendo autenticidade na situação de remanescentes de quilombo somente nos casos de comunidades negras localizadas no meio rural. Embora apresentadas aqui separadamente, reconhecemos que essas questões podem ser combinadas e articuladas num mesmo argumento na tentativa de rechaçar a presunção da auto-atribuição quilombola por determinados grupos sociais. Uma abordagem mais detalhada da discussão envolvendo tais problemas será retomada no item 1.3.

de horizontes já abertos por uma série de estudos de importância significativa em torno de tal problemática.

Certamente, imaginar que o foco deste trabalho tem a ver com o que vem sendo conceituado de “construção de identidade”, de “territorialidade específica” ou de “reemergência étnica”, por si só, aumenta sensivelmente o grau de exigência em torno da análise e da argumentação teórica empreendidas no estudo. Nesse sentido, importa ressaltar que nossa análise se apoia em processos sociais, isto é, em um conjunto de fatores relevantes que por meio de interconexões e mudanças na figuração desse mesmo conjunto geram novos eventos e variação nas formas organizacionais (cf. Barth, 1969; 2000). Nossa investigação aborda principalmente as variações de tais processos sob imperativos contextuais específicos como na situação dos residentes do rio Jaú – insegurança sobre apropriação e uso dos recursos para reprodução social, “êxodos forçados”, “deslocamentos compulsórios”, pressões e controles dirigidos por agentes externos, ampla e diversificada rede de interação social.

Para melhor explicitar a importância de determinadas ações e eventos implicados com a dinâmica da forma social e, subsequentemente, com a comunicação de diferenças culturais manifestadas nesse contexto utilizamos o termo *incorporação compartilhada*³. A idéia é que este termo possa indicar e melhor especificar em nossa descrição dos eventos e do comportamento dos grupos um conjunto de elementos potencialmente significativos do processo de organização e de comunicação da diferença que, diferentemente daqueles secundários e contingentes, são sistematicamente acionados na ação socialmente dirigida.

Assim, a utilização do termo é um esforço no sentido de esclarecer como variações nos principais fatores da situação envolvendo residentes do rio Jaú podem gerar processos que levaram à configuração de formas sociais distintas. Nosso foco é a distribuição e a relevância em termos de conteúdo dos componentes que a partir da sua articulação e integração tornaram efetivas a incorporação pelos grupos tanto dos processos relativos à organização quanto dos marcadores de diferenciação sociocultural ou dicotomização étnica. A partir daí, pretendemos mostrar como variações nos processos sociais produziram a diversidade de significados que favoreceu ao grupo o compartilhamento dos arranjos socioculturais presentes na manifestação da dicotomização étnica e do processo organizacional. Em outras palavras, queremos saber

³ O desenvolvimento analítico deste termo será feito no item 1.4.3.

precisamente como processos de posse, de apropriação de terras e de recursos naturais, de isolamento consciente do grupo, de restrição e controle excessivos dos espaços de uso, de deslocamento compulsório de residentes, de interação contínua com diversos agentes e atores sociais produziram a especificidade sociológica observada na situação etnográfica.

Além disso, estamos considerando como premissas relevantes aqui um posicionamento claro acerca das condições influentes na constituição do olhar do pesquisador e também sobre o pressuposto que sustenta nosso esquema analítico. Em relação ao primeiro ponto, suponho que a descrição que virá logo a seguir poderá tanto quanto espero colaborar como um primeiro passo no sentido desse esclarecimento. No caso do segundo, adianto que em se tratando de pesquisa que se caracteriza por demonstração empiricamente fundamentada, uma postura tomada como crucial será aquela de deixar o caso definir a categoria conceitual (cf. Becker, 2007:162 e ss.) e não o seu contrário, permitindo assim que o aparato conceitual corrobore para iluminar a reflexão analítica sem, no entanto, funcionar como definidor *a priori* da situação e seu contexto.

1.1. Sobre as circunstâncias do contato

Consciente de que o trabalho de campo não consiste apenas na corriqueira aplicação de métodos e técnicas da pesquisa, mas também pelo estabelecimento de uma experiência humana que ocorre no plano da etnografia, tentarei nesse sentido relatar alguns aspectos da minha experiência na situação que ora abordo. Em uma monografia notável, Gerald Berreman (1962) já descreve formidavelmente sobre esse importante aspecto da pesquisa de campo. No caso desse autor, a questão abordada discute fundamentalmente a problemática sobre controle e interpretação das impressões manifestadas mutuamente pelo etnógrafo e pelos sujeitos abordados. Aqui pretendo apenas relatar, a partir de descrição sequencial e sintética de alguns eventos, de que maneira me foi permitido registrar e apreender algo mais sobre meus interlocutores e, por que não dizer, também sobre mim.

Na tarde de 14 de dezembro de 2006 eu me encontrava em Novo Airão para acertar detalhes de uma longa viagem de trabalho que faria no dia seguinte à área do Parque Nacional do Jaú. A viagem tinha sido programada cerca de três semanas antes, após encaminhamento de documentos e de conversas mantidas entre a asseguradora do Programa de Regularização Quilombola do INCRA-SR/15-AM e o chefe do PNJ. O objetivo do trabalho era tratar *in loco* da manifestação feita através da Associação de Moradores do Tambor, que pleiteava a demarcação de território quilombola, cuja reivindicação já contava inclusive com ação protocolada junto ao Ministério Público Federal – MPF, que por sua vez acionou o INCRA/AM.

Minha participação nesse trabalho se dava em razão do meu ingresso, em setembro desse mesmo ano, no quadro de servidores do INCRA como analista em reforma e desenvolvimento agrário, com especialidade em antropologia. Tinha sido informado da referida demanda logo que ingressei na instituição, porém, o detalhamento do caso só ficaria sabendo meses depois através de informações obtidas junto à Ana Felisa Guerrero Hurtado⁴ e depois de contatos com Coordenação Geral de Regularização de Território Quilombola - DFQ, em Brasília. Ressalta-se, no entanto, que a auto-atribuição de comunidade quilombola pelos moradores do Tambor já vinha sendo manifestada desde 2003, no entanto, o processo administrativo para tratar desta manifestação não havia sido aberto no INCRA até então.

⁴ Adiante serão apresentadas mais informações sobre a atuação desta pesquisadora.

No acerto feito entre a seguradora do INCRA e o chefe do PNJ ficou estabelecido que nosso deslocamento ao Jaú – a ida da seguradora estava confirmada, porém, ela desistiu na véspera alegando problemas de saúde – seria realizado com o apoio do IBAMA. Para tanto, este órgão disponibilizaria um barco, o prático e um servidor para nos acompanhar até a comunidade do Tambor. Ao INCRA coube arcar com o combustível usado na viagem e a designação dos técnicos que fariam a avaliação preliminar da situação. Com a desistência de minha colega restou-me prosseguir sozinho com a tarefa. Entre outros ajustes, isso fez também com que eu tivesse que tratar da programação da viagem pessoalmente com o chefe do PNJ, em Novo Airão.

Depois de uma saudação inicial e breve apresentação, o chefe do PNJ iniciou a conversa me indagando sobre a ausência da seguradora; depois comentou sobre a dificuldade que teríamos para subir o Jaú naquele período de seca; em seguida conclui que teríamos como única opção a utilização de um bote equipado com motor de 40 HP para fazer a viagem, pois com barco maior não se poderia chegar ao Tambor. Ao informá-lo de que por mim não haveria nenhum problema em prosseguir com a viagem, perguntei se haveria como avisar os moradores do Tambor sobre minha ida. Foi informado de que isso só seria possível se a radiofonia de lá estivesse funcionando, o que, segundo o chefe, nem sempre acontecia. Em seguida ele perguntou se eu conhecia o Tambor, ao que respondi negativamente. Depois quis saber se eu realmente achava que havia um quilombo no Jaú, eu respondi dizendo que meu conhecimento sobre o caso era de segunda mão, portanto, sabia que havia uma manifestação nesse sentido e achava que uma pesquisa poderia esclarecer a questão. O chefe então expôs seu ponto de vista, apoiando-se no trabalho do historiador Victor Leonardi⁵, dizendo que considerava os moradores do Tambor tão ribeirinhos quanto qualquer outra comunidade que habita aquela mesma região. Acrescentou que os descendentes das famílias negras do Tambor não podiam ser considerados quilombos, já que elas tinham vindo de Sergipe e entraram no Jaú para trabalhar com seringa, o que segundo ele, tal característica nada tinha a ver com fugas ou lugar de quilombo como acontecia em outras regiões do Brasil, citando como exemplo a situação do rio Trombetas.

Ao invés de citar a legislação vigente na tentativa de esclarecê-lo dos termos em que a noção de quilombo podia ser aplicada, preferi saber dele qual era a atual

⁵ Citação corrente inclusive na nota técnica de contestação do ICMBio, em 2009, a análise deste historiador sobre a situação social do Jaú será objeto de nossa discussão no capítulo seguinte.

posição do IBAMA em relação à população que permanecia na área do PNJ. Depois de considerar que a população residente em área do parque deveria ser retirada para assentamento em outra área ou mesmo indenizada, ele teceu ainda críticas à postura de agentes de algumas instituições que, segundo ele, teriam agido de forma “não profissional” inventando a situação do Tambor para “tumultuar” o processo de regularização fundiária na área do PNJ. A conversa ainda prosseguiu nesses termos por algum tempo até eu perguntar se ele conhecia o Sr. Sebastião Ferreira, conhecido como Bá.

Sebastião Ferreira, o Bá, à época presidia a Associação de Moradores do Quilombo do Tambor e atuava como principal mediador⁶, em Novo Airão, da ação que reivindicava para grupo o reconhecimento e demarcação do território quilombola. Ele tinha sido mencionado por Ana Felisa, em Manaus, quando a procurei para obter informação sobre o Tambor. Ao me responder que conhecia o Bá, perguntei ao chefe do PNJ se ele poderia me indicar onde ficava a casa dele. Ouvei então dele alguns comentários que nitidamente desaprovavam a participação do Sr. Sebastião no processo, principalmente por este residir em Novo Airão e não no Tambor; depois, diante da minha manifesta determinação de ir até a casa do Sr. Sebastião, ele disse que poderia me levar até lá. Por volta das 18 horas nos dirigimos à casa de Sebastião Ferreira. Ao me apresentar, Sebastião quis logo saber se eu iria até a comunidade e se o trabalho de demarcação da área já ia começar. Na conversa que se seguiu após ter exposto sobre o objetivo da minha ida à comunidade, chamou minha atenção a desenvoltura com que Sebastião discutia a questão do quilombo do Tambor, argumentando ou fazendo colocações que indicavam certo preparo tanto em relação à questão do reconhecimento do Tambor quanto a sua própria posição à frente do movimento. Decorrido cerca de uma hora de conversa com ele, pontuada por intervenções do chefe do PNJ que permaneceu no local e de vez em quando fazia objeções as suas declarações, eu quis saber se ele estaria disposto a nos acompanhar na viagem até o Tambor, ao que ele se prontificou imediatamente. Contudo, o chefe interveio novamente lembrando que iríamos somente num bote e que pelo tamanho deste somado a carga que teríamos de levar, não haveria condições para mais uma pessoa seguir conosco. Concluí a conversa me desculpando com Sebastião por não poder levá-lo.

⁶ Uma descrição detalhada da inserção e atuação do Sr. Sebastião Ferreira à frente desse movimento será feita no capítulo 4.

Devo admitir que a partir desse encontro com as pessoas acima referidas, considerei o trabalho que faria no Tambor bem mais complicado do que até então tinha imaginando. Pelas informações que havia colhido a situação dos residentes do Jaú parecia estar bem mais difícil do que há uma década, quando estive no rio pela primeira vez colaborando com um levantamento sociodemográfico que a Fundação Vitória Amazônica – FVA realizava no Jaú. Claro estava àquela altura que minha tarefa poderia ser dificultada diante da indisfarçável contrariedade da administração do PNJ em relação à manifestação dos moradores do Tambor; o que me fazia pensar, que mesmo contornando as adversidades do campo e a fadiga do percurso, restaria ainda a tarefa de tornar sem efeito a inclinação do gestor para influenciar, a partir da vigilância presencial, a fala dos moradores. E mais, ela se faria constante em praticamente todas as atividades realizadas nesse meu primeiro contato com os residentes do Tambor. E nesse aspecto, restavam-me apenas poucas estratégias para fugir à impertinência desse tipo de controle.

Por volta das 07:30 da manhã do dia 15 de dezembro deixamos Novo Airão em direção ao rio Jaú. Além do funcionário do IBAMA que pilotava o bote, o chefe do parque e eu constituíamos a tripulação da pequena embarcação. Depois de mais de doze horas de viagem, tendo sido feitas apenas duas paradas – a mais demorada para a transposição da cachoeira grande tinha levado cerca de uma hora - aportamos finalmente na comunidade do Tambor quando o relógio já indicava ter transcorrido mais de um quarto de hora depois das vinte.

O Tambor é uma das quatro últimas comunidades⁷ situadas na parte central da área projetada para o PNJ ainda habitada por seus residentes depois da implantação e do processo de consolidação desta unidade de conservação. Situa-se na margem esquerda do Jaú e tem distância de 172,4 km em relação a Novo Airão, e 293,3 km da cidade de Manaus em linha reta, respectivamente, núcleo e centro urbanos com os quais seus moradores mantêm contatos frequentes. Porém, se quisermos traduzir essa distância em termos relevante, ao menos para os moradores do Tambor, deve-se considerar que a distância por via fluvial do Tambor até Novo Airão, para onde as pessoas da comunidade se deslocam com mais frequência, tem aproximadamente 274

⁷ O termo comunidade é utilizado aqui no mesmo sentido que os moradores do Tambor costumam referir-se no presente ao seu agrupamento residencial, ou seja, como um espaço definido de relações sociais que é constituído por um conjunto de unidades residenciais. Nos itens 1.2 e 1.2.3 retomaremos a discussão sobre o uso desta categoria entre moradores do rio Jaú e seu significado no Tambor.

km, o que equivale aproximadamente três dias de viagem quando utilizado os pequenos barcos ou “rabetas” como meio de transporte.

Foto 1: “Rabeta” principal embarcação utilizada por residentes do rio Jaú



Fonte: Arquivo do autor/2007

Em relação ao seu aspecto demográfico, as informações colhidas inicialmente apontam para uma constante variação da população nas imediações do Tambor desde a década de 1980. Há informações indicando mais de uma centena de famílias residindo antes da criação do PNJ, isto é, antes de 1980. Alguns relatos informam que até mesmo depois de ter se intensificado as pressões praticadas pelo órgão gestor, as famílias ainda eram numerosas e giravam em torno de uma centena.

Num levantamento realizado por Simone Andrade, pesquisadora da Fiocruz que desenvolveu um estudo sobre malária⁸ no PNJ, consta que entre 2002 e 2003 o total de residentes do Tambor era somado em 69 indivíduos, sendo a maioria, 56%, do sexo masculino. O levantamento apontou ainda uma pequena diferença no número de indivíduos residindo no chamado Tambor Velho e o Tambor, representada por 32 e 37 indivíduos, respectivamente. Na época da minha primeira visita, os moradores do Tambor constituíam-se num grupo heterogêneo composto por dezoito famílias, com aproximadamente 90 pessoas entre crianças e adultos. Nessa época também uma leve predominância do sexo masculino podia ser notado e mais de 60% das pessoas na faixa

⁸ Simone L. Andrade, *Aspectos epidemiológicos da malária no Parque Nacional do Jaú*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, pp. 98-99.

de 0 a 21 anos. As residências, construídas com palha e madeira, distribuíam-se em uma única linha paralela à alta ribanceira, recuadas a uma distância aproximada de 20m da sua margem, e não ultrapassavam dezessete unidades. Somavam-se a essas construções o prédio da escola e a pequena capela no centro da comunidade.

Em setembro de 2007, quando realizei novo levantamento da população foi contabilizado um total de 87 pessoas residindo permanentemente na comunidade e praticamente o mesmo número de famílias anteriormente observado. Nos dois anos seguintes a população manteve-se relativamente estável com pequenas variações no número de habitantes em decorrência da característica de mobilidade⁹ aí observada entre membros dos principais grupos domésticos. Entre 2010 e 2011, detectou-se um pequeno aumento na população que passou a contar com 20 famílias e cerca de 100 pessoas residindo na comunidade. Em agosto de 2011, contabilizei vinte e duas famílias e um total de 106 pessoas residindo permanentemente entre as duas unidades que constituem a “comunidade” do Tambor.

Foto 2: Crianças do Tambor



Fonte: Arquivo do autor, 2007.

Foto 3: Um grupo doméstico do Tambor



Fonte: Arquivo do autor, 2011.

Vale destacar aqui a importância de se olhar para essa variação da população que o Tambor apresenta atualmente a partir da ideia do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico discutida por Mayer Fortes (1953). Segundo Fortes, o desenvolvimento do grupo doméstico costuma ocorrer, concomitantemente, por meio de um processo que articula o campo interno das relações de parentesco a um movimento que é desencadeado por outras relações sociais que podem ser estabelecidas

⁹ Importante elemento na discussão sobre ocupação da terra e espaços de uso, a questão da mobilidade de membros dos grupos domésticos nessa região será tratada mais adiante.

no entorno ou fora de uma determinada localidade. Considerando que uma das principais características do grupo doméstico refere-se à maneira como ele se reproduz, uma análise com base na forma como tem se constituído os grupos domésticos na situação investigada ao longo do tempo, pode nos ajudar a esclarecer aspectos da atual configuração demográfica na comunidade. Parece-me razoável deduzir com base nas informações apresentadas, ainda que sem muita precisão, que até o presente a maioria das famílias tem se constituído a partir de relações matrimoniais estabelecidas em larga medida internamente. Contudo, nos últimos anos também foi observado aumento destas uniões entre residentes com outras pessoas que, em princípio, não seriam daquela localidade e, eventualmente, não ligadas à rede de parentesco que em geral caracteriza a constituição do matrimônio no lugar.

Retomando o relato da minha primeira visita, na noite que chegamos ao Tambor alguns moradores vieram nos receber e depois de uma breve troca de informações nos dirigimos até o prédio da escola para nosso pernoite. Numa conversa com um deles fiquei sabendo que os moradores da “comunidade” distribuíam-se em três núcleos residenciais: o chamado Tambor Velho, primeira localidade à margem esquerda no sentido do curso do rio Jaú; o Tambor, onde nos encontrávamos, situado a 8 km abaixo do Tambor Velho, igualmente na mesma margem; e ainda uma localidade denominada Nova Vida situada abaixo do Tambor nas proximidades do igarapé conhecido como Mucuí, onde residem duas famílias, a saber, a de José Maria dos Santos Filho e a de Getúlio dos Santos, respectivamente, pai e filho.

Na manhã seguinte dei início às atividades de entrevista e tentativa de coleta de dados junto às famílias – tendo sempre o inarredável chefe do PNJ por perto. Algumas informações davam conta de que seria em torno das três áreas acima mencionadas que se estabeleciam as referências e se reforçava a história sobre a vinda e ocupação do vale do Jaú pelas famílias Maria dos Santos e Caetano Nascimento, no princípio da segunda década do século XX. A área que corresponde ao Tambor inclui também parte de um importante afluente do Jaú conhecido como igarapé Paunini, antigo lugar de domínio da família Maria dos Santos. Na época em que praticamente toda a família Maria dos Santos se concentrava no Paunini, aproximadamente até a década de 1980, este lugar era conhecido como “rio dos pretos” numa alusão direta à cor da pele de seus habitantes.

Algumas informações importantes sobre a família Maria dos Santos assim como as principais atividades produtivas praticadas pelos atuais moradores do Tambor, também foram fornecidas nessa ocasião por alguns entrevistados. No entanto, na maior parte do tempo concentrei meus esforços à coleta de informações mais detalhadas sobre as famílias que lá residiam assim como sobre seus afazeres domésticos; tentava nas conversas não tocar no assunto da manifestação de reconhecimento quilombola nem na relação dos moradores com a gestão do PNJ. Havia notado que sobre determinadas questões, naquela circunstância, eu só poderia ter respostas evasivas ou incompletas e, por isso, não insistia com elas. De vez em quando, um e outro morador que se mostrando à vontade ou simplesmente intrigado com minhas perguntas, me encarava e perguntava sobre a situação deles, se teriam mesmo que deixar o Jaú, e se tivessem que sair, “se a IBAMA ia indenizar todo mundo”, ou “o pessoal do INCRA estão pensando em colocar a gente em outra terra?”.

Na nossa chegada, e também na minha apresentação feita posteriormente pelo chefe do parque, este havia informado os residentes sobre meu vínculo institucional com o INCRA, e que eu estaria lá para “averiguar o caso deles”. Desde então passei a me preocupar em tentar esclarecer qual seria o *caso deles* que me interessava. No primeiro dia de trabalho, poucas vezes tive oportunidade de tratar diretamente sobre o motivo da minha presença na comunidade. Nas vezes que isso me pareceu factível tentei iniciar a conversa recordando da minha última passagem pelo Jaú, em 1996. Então procurava citar algumas atividades da FVA que eram realizadas junto às comunidades, nomes de antigos residentes que me vinham à mente e de pessoas que poderiam ser conhecidas no Tambor na expectativa de estabelecer uma ligação com o grupo que não fosse pela credencial institucional e, a partir daí, poder entrar no assunto do auto-reconhecimento propriamente dito. Obviamente que essa minha estratégia não deu certo. Penso que naquela ocasião tudo que consegui com isso, talvez, tenha sido convencê-los de que minhas perguntas certamente tinham a ver com o reassentamento deles em outro lugar.

A manhã do segundo dia começou da mesma forma que o anterior. Eu percorria as casas, pedia para entrar e conversar com as pessoas, fazendo alguns registros fotográficos e, por fim, eram comentados como forma de reforçar o convite já feito, pontos da pauta da reunião que logo realizaríamos com o grupo, prevista para começar às dez horas. A casa de Jacinto Maria dos Santos, “seu Jaço”, o filho de mais

idade de José Maria dos Santos que ainda vive no Jaú, situa-se numa das extremidades da comunidade, tornando-se assim a derradeira casa ao descer o rio. Eu havia deixado para visitá-lo nesse dia e o encontrei no porto trabalhando na sua embarcação. Depois de alguns minutos de conversa pedi pra ele me contar a história da sua mudança do Paunini para aquele lugar; depois quis saber dele por que o lugar se chamava Tambor. Ele então refletiu por alguns instantes e depois me relatou que o nome “era antigo, vinha de longe”. Pude inicialmente depreender dessa conversa com “seu Jaço” que a origem do nome com a qual a comunidade ficou conhecida era relacionada a processos variados, porém, os eventos neles presentes poderiam estar sendo articulados amiúde e de modos diferentes. Havia uma narrativa interna que associava o nome a determinadas práticas de coesão social marcada por festejos “onde se ouvia ao longe a batida do tambor”. Percebi em seguida que essa mesma narrativa era também enredada em eventos e elementos mágicos, onde determinados rituais também eram redimensionados, e o “ronco do tambor” ainda possível de ser ouvido no presente por pessoas de fora da comunidade.

Por outro lado, havia os relatos que relacionavam o nome diretamente com o processo de exploração da borracha. De acordo com informações de outros moradores e de pessoas que viveram muito tempo no Jaú, o nome Tambor teria sido dado em razão da existência, no passado, exatamente naquela localização, de um ponto de armazenamento de combustível, algo parecido com um entreposto. As embarcações que pretendiam subir até próximo à cabeceira do Jaú em busca da goma elástica e de outros produtos da floresta deixavam naquele ponto suas reservas de diesel, gasolina e suprimentos. Considerando que a navegação torna-se bastante dificultada à montante do rio pela existência dos muitos obstáculos geográficos e que os barcos ainda teriam que subir transportando mantimentos para abastecer os barracões, reduzir sua carga em determinados pontos do rio tornava-se uma prática de extrema necessidade. Nesse sentido, foram se estabelecendo vários lugares de armazenamento de produtos ao longo do rio para também facilitar a navegabilidade. De fato, esta prática é observada até hoje quando uma embarcação com bastante carga sobe até o médio e alto Jaú. Nesta viagem ao Tambor, também tivemos que deixar no lugar chamado Lázaro metade dos galões de combustível que trazíamos.

Assim, o termo “tambor” poderia ter se constituído em referência aos tambores de diesel, gasolina e querosene que lá eram guardados para abastecimentos

das embarcações quando estas retornavam do alto. Consta ainda nos relatos sobre o lugar que quando a matriarca dos Maria dos Santos, Sra. Otília Maurícia, fixou residência definitiva nesse ponto do rio, seguida por parte dos seus filhos, os *regatões* e *patrões* que regateavam e circulavam no Jaú passaram a se referir ao lugar como “Tambor dos morenos” ou “Tambor dos pretos”.

É importante olhar para essa historicidade de referência em torno do lugar Tambor a partir da perspectiva crítica que atualmente se coloca sobre o fazer antropológico. De acordo com esta crítica, considera-se como uma fragilidade da disciplina o fato da antropologia tentar atribuir às sociedades uma estabilidade que só poderia existir em objetos inanimados. Ela tenderia a deixar escapar a própria especificidade do fenômeno humano, a saber, sua inscrição numa temporalidade própria independente do tempo longo da geologia ou da biologia. O entendimento de que os contextos ao qual o etnólogo e seus cadernos são invariavelmente remetidos sejam “apreendidos como processos” (Bensa, 1998:57) tem, nesse ponto, cada vez mais recebido referência importante. A singularidade de uma época, isto é, o modo próprio de organizar e exprimir uma determinada historicidade se localiza precisamente na tensão que é gerada pela contemporaneidade de atitudes herdadas do passado e de comportamentos provocados por novas problemáticas, diriam os críticos da prática etnológica tradicional. Do mesmo modo que em tal postura crítica se questiona a recusa da temporalidade na antropologia, a perspectiva de tratar os fenômenos a partir de diferentes escalas de tempo e de espaço também tende a mostrar-se cada vez mais presente. De acordo com esta perspectiva, uma situação social, historicamente definida, combina – por mais conjuntural e atual que ela seja – fenômenos que têm cada um sua própria escala temporal e espacial.

Voltando ao meu relato, depois que deixei a casa de “seu Jaço” retomei o caminho em direção à casa do seu Zé Rufino, que tinha se mostrado pessoa descontraída, comunicativa e muito humorada desde nossa chegada. Enquanto caminhava e ouvia alguns comentários do chefe do parque sobre o Tambor pensava na conversa com “seu Jaço” sobre o irmão dele, seu Mauricio, que havia se empenhado para conseguir uma escola para a comunidade; também pensava naquela interessante história das pessoas ouvirem o tal ronco do tambor. Na casa do seu Zé Rufino fui informado que dois funcionários da Fundação de Vigilância à Saúde - FVS tinham chegado à comunidade para realizar procedimentos de coleta de gota espessa de sangue

e prescrever medicação das pessoas que haviam contraído malária. Fiquei então sabendo que um adulto e duas crianças estavam com a suspeita da doença. A equipe da FVS atendia os moradores num espaço improvisado na pequena construção destinada ao funcionamento da capela de São Francisco, ao lado da casa de Zé Rufino.

Foto 4: Atendimento de residentes por técnicos da FVS.



Fonte: Arquivo do autor, 2006.

Ao notar que os funcionários da FVS tinham dado uma pausa no atendimento, me dirigi para a igrejinha onde os técnicos se encontravam. Perguntei sobre a incidência de casos de malária no Jaú e principalmente no Tambor, ao que eles me informaram, com base nos registros da FVS, que até aquele momento a situação estava controlada, pois poucos casos da doença tinham sido detectados naquela visita. Na conversa estabelecida com um dos agentes da FVS, ele me revelou ser um sobrinho de dona Maria Rufino, acrescentando que eles pretendiam pernoitar no Tambor para retornar no dia seguinte a Novo Airão. Enquanto comentava rapidamente sobre o trabalho que eu tentava realizar, o sobrinho de dona Maria me perguntou por que o Bá não tinha vindo comigo, demonstrando estar interessado na ação e nas pessoas diretamente envolvidas na sua manifestação. Ao informá-los das circunstâncias da viagem que resultou na impossibilidade da vinda do Bá, eles também expuseram sobre suas dificuldades para subir o rio; em seguida, me fizeram um convite para participar de uma partida de futebol que aconteceria no final da tarde. Disse-lhes que aceitaria pensando

na excelente oportunidade que então poderia ter para um melhor entrosamento com os moradores.

Por volta da dez horas da manhã nos dirigimos para o prédio da escola onde aconteceria a reunião. A maior parte dos moradores já se encontrava dentro da escola. As famílias residentes no entorno do núcleo da vila e no chamado Tambor Velho tinham chegado primeiro. Após as saudações e apresentações corriqueiras começamos a reunião. Cerca de trinta pessoas adultas todas residentes da área do Tambor tinham comparecido à reunião. A pauta principal era o pedido de demarcação e titulação da área encaminhada ao INCRA. Iniciei minha fala expondo sobre o pedido e esclarecendo os procedimentos do trabalho técnico de delimitação de território. Ao mesmo tempo procurei também explorar a questão indagando sobre a motivação do pedido e como tinham tomado tal decisão. Apenas um grupo reduzido dos participantes composto pelo presidente e vice-presidente da comunidade e mais três ou quatro pessoas tentaram responder minhas indagações – expondo as restrições e dificuldades que enfrentavam na comunidade - ao mesmo tempo em que procuravam saber o que o INCRA e o IBAMA pretendiam fazer com o pessoal do Tambor.

Creio que em razão da presença e das intervenções que o chefe do parque procurava fazer tentando justificar a posição do órgão gestor, produzia certas reservas e um silêncio que parecia ser compartilhado igualmente pela maioria dos presentes. O presidente da comunidade¹⁰ à época, José Alberto, expôs sobre a decisão do pedido informando que ela tinha sido tomada de forma unânime pelos residentes em assembleia da Associação de Moradores, cujo presidente era o Sebastião Ferreira, que depois encaminhou o requerimento ao INCRA. De modo geral, as justificativas para o pedido apresentada pelos residentes que se manifestaram relacionavam-se com reclamações por restrições de usos, indenização não paga e com a argumentação de que, por já viverem lá antes do parque, os moradores também tinham direitos. Nenhuma discussão referente à proposta de área pleiteada pelo grupo foi defendida ou levantada pelos participantes nessa ocasião. Ao término da reunião, eu poderia dizer que pouca coisa além do que já tinha de informação pôde ser acrescentado.

¹⁰ A organização dos moradores do Tambor se dá em dois níveis: um nível local, constituído por presidente e vice-presidente comunitário, que trata exclusivamente de assuntos internos e somente dentro da comunidade, e em outro nível de atuação mais ampla, constituído pela Associação de Moradores, são tratados assuntos de interesse coletivo principalmente de âmbito externo. Nos capítulos 4 e 5 apresentaremos aspectos do funcionamento dessa organização.

À hora do almoço me dirigi novamente para a casa do “seu Zé Rufino”. Durante a viagem ao Tambor o chefe do parque havia sugerido que nossas refeições fossem feitas por dona Maria Rufino, de modo que lá tínhamos deixado alguns dos nossos suprimentos. Por ocasião dessa conversa, ele também tinha me inquirido sobre meus hábitos alimentares com intuito de saber se neles incluíam-se quelônios e carne de animais silvestres. Informei que já havia experimentado algumas vezes carne de caças por ocasião dos trabalhos de campo. Ele então expôs sobre as regras que a administração do parque mantinha em relação ao consumo de determinadas espécies animais por pessoas externas, enfatizando que eram expressamente proibidas para funcionários. Eu quis saber quem mais estava sujeito a essa regra, como ela era aplicada e o que acontecia nos casos em que ela não era observada. O chefe do parque então detalhou que funcionários de órgãos públicos em geral e pessoas que não tivessem ligação de parentesco com os moradores da comunidade, estavam proibidas de se alimentar de caças, bichos de cascos (quelônios) e peixes como pirarucu e peixe-boi, ainda que isso fosse oferecido pelos moradores. A desobediência à regra resultava em multas que começava em R\$ 500,00 e podia atingir valores bem mais elevados dependendo da gravidade do caso. Aproveitei então aí para comentar com leve dose de humor que com multas iniciadas a partir do valor referido, até pensar em um filé de pirarucu como eu vinha pensando já se tornava um desabono.

Voltando ao meu relato, durante o almoço aproveitei para puxar assuntos diversos com algumas pessoas que tinham chegado do Tambor Velho. Nessa época, ainda residiam lá cinco famílias que integravam um dos extensos grupos domésticos encontrados no Tambor. Em geral, a conversa iniciava-se com perguntas sobre a localidade que quase sempre eram respondidas de forma evasiva e finaliza-se com o mesmo assunto: a partida de futebol.

Na parte da tarde ainda realizei mais duas entrevistas e depois de ter sido convidado por dona Helena, cunhada de Zé Rufino, segui com ela e dois de seus filhos para um trabalho de extração de mandioca e coleta de frutas numa de suas roças que ficava na parte de trás da comunidade. Por volta das dezesseis horas quando retornamos para a comunidade fui me encontrar com os dois funcionários da FVS que me convidaram para formar o “time de fora”. Depois de várias derrotas impostas ao nosso time e já me sentido bem mais entrosado, também tinha provocado estrondosas gargalhadas nas pessoas que assistiam à partida com minhas sucessivas quedas em

campo, segui com o grupo para a beira do rio. No começo da noite já podia perceber que de alguma forma algumas impressões sombrias sobre minha presença e meu trabalho já haviam sido desanuviadas. Creio que em parte isso ocorreu pela participação e colaboração dos agentes da FVS, especialmente pela atuação do sobrinho de dona Maria Rufino, que previamente informado sobre o meu trabalho certamente tentou esclarecer para seus parentes o motivo da minha presença. Contudo, eu ainda não tinha percebido um bom momento para entrar definitivamente nas questões delicadas envolvendo a situação dos residentes no parque principalmente pelo fato do chefe estar sempre por perto. E foi novamente a aproximação com o sobrinho de dona Maria Rufino que me propiciaria esse momento.

Após um jantar frugal à base de frios e cereais fui concluir uma conversa já iniciada à beira do campo com um jovem morador sobre as atividades de pesca e caça na localidade. Ao perceber que o chefe do parque não se encontrava por perto, Reco, como é conhecido o sobrinho de dona Maria Rufino, se dirigiu até nós e quase sussurrando convidou-me para um jantar “típico” na casa de Zé Rufino, enfatizando que o mesmo seria depois das 21 horas certamente para escapar da ostensiva vigilância do chefe do parque. Sinalizei gesticulando afirmativamente para ele. Por volta das 21:30 horas, após ter me certificado razoavelmente que meus dois parceiros de viagem encontravam-se adormecidos, deixei silenciosamente a escola onde nos abrigamos em direção à casa do seu Zé Rufino, cerca de 100 metros dali. Ao chegar à casa de Zé Rufino fui convidado por ele a me servir de uma farta e diversificada amostra da iguaria local. Na panela principal havia um aromado guisado de “cabeçudo” (nome dado ao quelônio de porte médio), mas havia também pirarucu frito e cozido e um tracajá assado. Em torno da mesa encontrava-se além de dona Maria Rufino, um casal dos seus filhos mais velhos e uma nora, um casal de compadres de Zé Rufino e, abancando-se no assaolho de paxiúba da cozinha, de maneira que pudessem desfrutar melhor da iguaria encontravam-se os dois funcionários da FVS. De pé e sempre sorridente Zé Rufino dava o tom da animação da prosa com suas inúmeras histórias, algumas muito hilariantes, que ele conhecia do Jaú. Apesar de lhes informar que já havia jantado, o casal pediu para que eu experimentasse o “cabeçudo”. Diante de minha recusa inicial, perguntaram-me se o chefe do parque já se encontrava dormindo; em seguida, indagaram-me se eu não comia “bicho de casco” e, que, se caso eu não comesse ainda podia me servir do pirarucu. Pensei brevemente na conversa que tinha tido com o chefe do parque na

viagem para o Tambor. Mas também cogitei que talvez não tivesse mais outra chance de esclarecer melhor o trabalho que pretendia realizar e de como eu me posicionaria diante da relação ainda visivelmente tensa entre os residentes e a administração do parque.

Suponho que a maior parte dos colegas das ciências sociais já deve ter vivenciado essa experiência fundamental de aproximação e envolvimento com seus interlocutores, sem a qual o trabalho de campo, especialmente do antropólogo, do ponto de vista ético, torna-se muito difícil de ser empreendido. Aceitei me servir de uma porção de pirarucu; depois, me servi de outra porção do guisado. Ao tentar, simultaneamente, acompanhar uma animada estória contada por um dos participantes e responder às minhas perguntas, Zé Rufino prosseguia me explicando pormenores das técnicas de captura dos “bichos de cascos” e de algumas caças no Jaú. De repente, surgiu como um espectro por trás da cozinha a figura do chefe do parque. Um silêncio sepulcral e repentino foi subitamente instaurado. Passados alguns instantes e ainda embaraçado pelo susto repentino, Zé Rufino adiantou-se e convidou o chefe para entrar, ao que ele respondeu negativamente e em seguida dirigiu-se a mim e ao funcionário da FVS, que àquele momento tentava acomodar jocosamente o prato com o guisado de “cabeçudo” na protuberância formada pelo volume do seu ventre. Referindo-se ao flagrante que acabava de dar, ele anunciou com certa irritação na voz que ambos, eu e o funcionário da FVS, seríamos multados. Ao que somente retruquei que ele assim o fizesse. Depois que ele se retirou ainda continuamos a conversa por um bocado de tempo e os risos, principalmente quando se referiam à cena do flagrante, tornaram-se mais esfuziantes.

Quando deixei a casa de meus anfitriões voltei a pensar no embaraço e nos transtornos que aquela situação poderia me causar. Confusamente tentava ponderar a respeito de seus efeitos. E me pareceu bom pensar naquele momento que, se para muitos pesquisadores as circunstâncias permitem unicamente pequenas “brechas” para adentrar-se ao universo dos atores de quem pretendem descobrir ou apreender alguma coisa, eu, ao menos, poderia dizer que minha entrada se deu por uma cozinha bem farta.

1.2. A “COMUNIDADE” DO TAMBOR E SEUS MORADORES

Como já indiquei acima, os moradores do Tambor estão distribuídos em três núcleos residenciais. As referências que atualmente reforçam a história da ocupação do “lugar” pleiteado pelos residentes, cujos relatos informam ter sido “tirado” e de domínio exclusivo das famílias Maria dos Santos e Caetano Nascimento, envolvem principalmente esses três núcleos. A área que corresponde ao Tambor inclui também parte de um importante afluente do Jaú conhecido como igarapé Paunini, antigo lugar de domínio da família Maria dos Santos. Na época em que praticamente toda a família se concentrava no Paunini, até por volta de 1980, este lugar era conhecido como “rio dos pretos” numa conotação direta às famílias que lá residiam (ver capítulo 4).

O termo “do Tambor” ou “do Jaú” é uma referência ainda comumente atribuída a antigos moradores e aos seus descendentes especialmente fora do Jaú numa evocação explícita à historicidade das famílias que inicialmente ocuparam o lugar. Tambor é também um topônimo que outrora denominava um lugar de entreposto situado às margens do rio Jaú, onde moradores e regatões costumavam abastecer-se de combustível – daí talvez o uso do termo – durante a subida e a descida do rio. Esse lugar situava-se onde hoje se encontra a “comunidade” e geralmente era utilizado como uma referência de encontros pelos moradores do rio. A utilização do termo Tambor como referência de distinção do grupo pode ser mais bem entendida quando visto como um construto social objetivado por determinados atores sociais num processo que envolve tensões, conflitos e resistência. Nesse caso, tanto “Tambor” como “rio dos pretos” tornaram-se marcadores étnicos de referência no processo de constituição do “quilombo” (ver capítulo 4). E como tal eles não se referem somente ao processo classificatório de designação da etnicidade por um nome ou por “uma identificação verbal distintiva” (cf. Galaty, 1982). Eles evidenciam fundamentalmente um processo de organização social na qual a construção desses marcadores étnicos pode ocorrer de forma bastante variável.

Constatou-se também que outros nomes e topônimos foram incorporados no processo que envolveu a delimitação dos espaços de usos dos moradores, além dos termos já mencionados acima. Isso corrobora para reforçar a ideia de que o processo de constituição da identidade étnica é também caracterizado pelo uso de nomes próprios

pelos grupos que reivindicam reconhecimento de terras ocupadas (O'Dwyer, 2010). Em 2007, por meio da Associação de Moradores do Tambor, a comunidade do Tambor encaminhou ação no sentido de obter do Estado os direitos assegurados constitucionalmente às comunidades remanescentes de quilombo.

Este pedido fundamentava-se no preceito constitucional que consta no Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal e especificado no Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. No pedido encaminhado à FCP, a auto-atribuição quilombola foi presumida a partir dos seguintes aspectos: a) longo e contínuo domínio sobre área de uso coletivo que tem na expressão “rio dos pretos” a referência da historicidade e da exclusividade negra reivindicada pelas famílias; e b) um referencial no presente a partir do lugar “Tambor” no qual a existência dos atuais moradores é integrada por meio de memórias e de categorias de classificação social relacionadas com os primeiros membros das famílias negras que residiam no Jaú. Nesse sentido, a descendência de escravos como condição social aparece enfatizada como elemento distintivo não apenas por alguns de seus membros, mas também por outros residentes da região e de agentes diversos.

1.2.1. Aspectos simbólicos e práticas culturais

A presença no rio Jaú das famílias negras das quais descendem alguns residentes do Tambor remonta ao final da primeira década do século XX. Consta que nesse período o casal Jacinto Francisco de Almeida e Maria Leopoldina, acompanhado de um amigo chamado Isídio Caetano dos Santos, teriam se instalado na localidade conhecida como Arpão, situada na margem direita do médio Jaú. Com exceção de Isídio Caetano dos Santos, cuja origem aparece como incerta em alguns relatos, mas em outros aparece como oriundo do estado da Bahia, os demais negros teriam vindo do estado de Sergipe.

De acordo com as informações disponíveis, a chegada de Jacinto Maria Almeida e da esposa Leopoldina, à localidade do Arpão se deu entre 1908 e 1909. À vinda deste casal posteriormente seguiu-se a dos seus sobrinhos José Maria dos Santos e da esposa deste Otília Maurícia dos Santos (Leonardi, 1999; De Almeida & Guerrero, 2007). Sobre as condições e circunstâncias que motivaram essas famílias avançar e se

instalar em local de tão difícil acesso ainda resta dúvidas que não puderam ser esclarecidas nem pelas fontes consultadas nem pela análise dos relatos que tive acesso. No entanto, me parece razoável imaginar que a vinda dessas famílias possa ter se dado em função de coações ou certas adversidades existentes em seu lugar de origem. Assim, uma primeira hipótese pode ser que elas tenham se evadido de alguma situação ameaçadora ou socialmente degradante muito comum no período seguinte à abolição da escravatura. Uma segunda hipótese a ser considerada é de que essas famílias, ao migrar inicialmente para Manaus não se achavam em condições de fixar residência na cidade, optando pela subida ao rio Negro em direção à cabeceira do Jaú, onde à época ainda havia intensa exploração de atividade extrativista. Esta última hipótese vincula-se à principal tese defendida atualmente em torno da questão quilombola, cujo enfoque recai sobre as estratégias utilizadas pelos grupos e comunidades negras rurais em torno da construção de territorialidades (ver também capítulo 4, item 4.2).

Em meados da década de 1990, algumas famílias que residiam em diversas localidades situadas principalmente na bacia formada pelos rios Jaú e Paunini, passaram paulatinamente a fixar residência no Tambor. Existe a versão sobre a escolha do lugar Tambor para fixação dessas famílias que se relaciona com o princípio de organização do grupo tal qual já referido no início (ver também capítulo 4). Esse deslocamento que resultou na concentração de maior número de famílias num determinado lugar talvez seja mais bem entendido se pensarmos em termos de movimento estratégico relacionado com a resistência contra pressões sofridas e não de uma aglomeração típica com que geralmente se caracterizam as chamadas “comunidades ribeirinhas”. Nesse sentido, o movimento em si pode ter se desencadeado poderia ter dupla motivação: a primeira teria a ver com reação e enfrentamento das inúmeras restrições e problemas que o órgão gestor do PNJ passou impingir contra os moradores (Siqueira, 2008); e a segunda evidenciaria a tentativa de organização do grupo e de busca de autonomia relativa pelos moradores nas tomadas de decisões no âmbito do PNJ.

No Tambor existe uma escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série) onde uma professora, à época da minha primeira visita, ocupava-se do ensino das crianças em idade escolar por meio do esquema multi-seriado em dois turnos. Esta professora permanecia na comunidade somente no período correspondente ao ano letivo. Atualmente o ensino é realizado por um professor que após casar-se com uma moradora

fixou residência na comunidade. Existe também no Tambor um agente comunitário de saúde. Este agente, que também reside na comunidade, presta seus serviços de atendimento dos moradores em sua própria residência, já que não há casa de saúde na comunidade. Além desses serviços básicos, a comunidade conta com visitas trimestrais de técnicos da Fundação de Vigilância Sanitária do município de Novo Airão, que se deslocam periodicamente para realizar procedimentos de busca e controle da ocorrência principalmente de doenças como malária e medicação das pessoas identificadas com este tipo de agravo à saúde. O principal meio de comunicação dos residentes com o mundo externo como, por exemplo, a base do ICMBio ou a sede de Novo Airão, ainda é a radiofonia.

A vila chamada somente de Tambor concentra o maior número de residências e conseqüentemente de pessoas. Atualmente residem nesse lugar 18 das 22 famílias que compõem o grupo social que se reconhece como quilombola. As outras quatro habitam o Tambor Velho e o lugar Boa Vida, sendo que em cada uma dessas localidades residem duas famílias. Na minha primeira visita, em 2006, do total de 18 famílias que eu havia contabilizado, onze residiam no Tambor, cinco no Tambor Velho e duas na Boa Vida. Nos últimos três anos três famílias que residiam no Tambor Velho transferiram-se para o Tambor. Os motivos geralmente alegados por essas famílias para justificar a mudança do local de residência tem a ver com existência de energia elétrica no Tambor e com casamentos entre seus membros mais jovens, já que nesse caso há também a demanda por mais espaço de terra para assentamento e trabalho da família recém-formada.

Nos espaço territorial que compreende essas três localidades estão presentes não apenas sinais diacríticos e outros vestígios que remetem à história de domínio familiar do lugar, originalmente relacionado com as famílias Maria dos Santos e Caetano Nascimento, mas praticamente todos os elementos culturais e simbólicos capazes de instituir e formular normas e procedimentos sobre relações sociais e ecológicas possíveis de serem estabelecidas ou reconhecidas pela maioria dos atuais membros (fotos 3 e 4).

No repertório que constitui a memória dos atuais residentes sobre um conjunto de conhecimento e práticas que orientam suas atividades econômicas, por exemplo, nota-se a utilização de um calendário de produção anual dividido em dois períodos principais: o primeiro – que compreende os meses entre janeiro e junho –

consiste basicamente na realização de atividades ligadas ao extrativismo e coleta de essências que se estende do vale do igarapé Paunini e inclui boa parte do médio curso do rio Jaú. Nesse período, assim como o faziam seus antepassados, exceto pelo fato de alguns produtos não serem mais extraídos¹¹, os residentes se ocupam da coleta de castanha, cipó, breu, óleos e outros produtos de extração permitida pelo órgão gestor do parque.

Na segunda parte do ano – que geralmente compreende os meses entre julho e dezembro – o trabalho se volta para atividades realizadas principalmente no entorno da comunidade como cultivo e plantio nas roças, caça, pesca e realização das “farinhadas”. Até meados de 1980, as atividades desenvolvidas neste período pela maioria dos moradores nessa região do vale do Jaú visavam basicamente a complementação da renda obtida com a principal atividade realizada à época: a exploração e comercialização de diversos produtos da floresta.

Foto 5: Cemitério do Caju, no igarapé Paunini.



Fonte: Arquivo do autor, 2007.

Foto 6: Festa organizada pelos moradores



Fonte: Arquivo do autor, 2008.

Atualmente, pode-se considerar que ocorre praticamente o inverso. Constatou-se que atividades envolvendo a produção da farinha de mandioca e seus derivados associados ao cultivo de frutas como banana, abacaxi e tubérculos (cará e batata doce) constituem hoje em dia a principal fonte de renda e de ocupação do trabalho familiar. Embora atividades de coleta e de extração de produtos da floresta ainda persistam, elas se restringem basicamente a poucos produtos que continuam sendo

¹¹ O látex da seringa, a sorva, a balata e a coquirana eram os principais produtos outrora extraídos da floresta por antigos residentes e que hoje praticamente deixaram de ser retirados.

comercializados em Novo Airão como a castanha da Amazônia, o cipó, algumas essências e óleos. Em relação às práticas e técnicas de apropriação do uso dos recursos nas atividades atualmente realizadas pelos residentes do Tambor, estas são detalhadas no item 1.2.3.

Sobre as atividades econômicas acima referidas, consta que até meados da década de 1980 o encerramento de cada ciclo produtivo culminava com alguns festejos que eram realizados nessas localidades e em suas proximidades. De acordo com as informações obtidas, esses festejos ocorriam principalmente nos meses de março, junho, outubro e dezembro. As principais festas - realizadas na área em torno da comunidade do Tambor até a retirada compulsiva de grande parte dos residentes – eram de modo geral relacionadas ao calendário cristão. Elas expressavam fundamentalmente uma devoção aos santos cristãos dos quais seus realizadores se considerava devoto.

Desse modo, o mês de março era festejado São José, que coincidia com o término das atividades de coleta de castanha, cipó copaíba, breu e outros. No mês de junho o festejo era para São Pedro e culminava com o encerramento do primeiro ciclo produtivo do ano. Em outubro era realizada a festa de São Francisco e também estava relacionada com o encerramento das atividades agrícolas e das “farinhadas”. Em dezembro, a festa era para Nossa Senhora da Conceição e Santa Luzia e se encerrava com a festa do nascimento do menino Jesus, realizada no próprio Tambor, culminando com o encerramento das atividades produtivas do ano, que incluía a produção da goma elástica da seringa. Atualmente, uma parte dessas atividades produtivas continua sendo praticadas, ainda que sob as restrições do órgão gestor do parque. Todavia, os festejos que geralmente as acompanhavam foram significativamente reduzidos e hoje representados por certos “ajuntamentos” como são localmente chamados os encontros realizados por algumas famílias que se empenham em reativar as festas dos santos.

Durante as diferentes fases do trabalho de campo, foi possível obter várias informações sobre o modo de vida e práticas culturais locais e ainda checar algumas importantes envolvendo genealogias das principais famílias, práticas de tratamento e curas de doenças, relatos de graças alcançadas por intervenção divina sobre problemas de saúde e práticas religiosas. Embora não me tenha sido possível checar inteiramente a veracidade da maioria dessas informações, importa mencioná-las aqui enquanto representações que podem ter significado relevante entre os sociais em questão. Ademais, como argumenta Almeida não se pode considerar que tais representações

constituem verdade ou mentira, sendo tão somente o que as pessoas vivem, acreditam e enfatizam como algo que dá sentido à sua organização social (2006: 36). Nesses termos, alguns informantes me relataram sobre determinadas “ajudas” logradas por eles graças à intervenção dos principais santos cultuados na comunidade.

Para os moradores de orientação católica, Santa Luzia e São Francisco são os santos a quem mais se recorre em determinadas emergências e situações perigosas ou nas questões delicadas envolvendo a relação corpo-saúde-doença. Em torno da figura de São Francisco - padroeiro da comunidade – alguns residentes ainda realizam semanalmente, na pequena capela construída no centro da comunidade que também leva nome deste santo, os ritos que professa a fé mantida no padroeiro da comunidade.

Não obstante, notei também a presença de algumas concepções mágico-religiosas que tendem a orientar e disciplinar as principais relações dos residentes com o ambiente e também com os recursos existentes. Poderíamos considerar sobre tal aspecto que as representações mediadas por essas concepções remetem a um contexto sócio-histórico marcado pela interação cultural que implica numa especificidade local de relação do homem com o mundo natural e seus recursos. Essa relação pode ser orientada por meio de crenças em entidades sobrenaturais ligadas à floresta, que tal qual aos preceitos e ideias cristãs, constituem expressões e relações classificadas de sobrenaturais. Como observa Galvão (1979), essas crenças podem ter sua importância atestada em um determinado número de práticas e técnicas das quais os indivíduos lançam mão.

“[...] Eles vieram de lá se escondendo por detrás de moita, detrás de pau, detrás de pedra até que graças a Deus conseguiram chegar desse jeito em Manaus. Daí, no rio Negro eles trabalharam e tudo, aí eles queriam um lugar pra morar e trabalhar e indicaram esse Jaú pra eles. Chegaram lá ainda brutos, entraram e arrumaram uns homens pra trabalhar com eles. Mas os homens que eles arrumaram morreram tudo com beribéri. Aí disseram pra ele o rio tá muito brabo. Um caboco velhinho disse pro meu pai: ‘você mergulhe bem fundo, e tire a terra do fundo do igarapé e bote na boca de vocês, quando subir em cima beba que vocês não vão pegar beribéri’. E não pegaram mesmo. Aí eles ensinaram pros outros que vinham trabalhar com eles e foram passando pros outros.” (Maria Benedita Caetano, 80 anos, Novo Airão, em 18/09/2007).

É importante destacar nesse ponto o debate envolvendo o aspecto simbólico relacionado com certas práticas sociais - ritos de passagem, religião, magia, festas populares e ações experimentadas coletivamente em determinadas situações - no campo das ciências sociais e, em particular, em torno dos resultados da pesquisa antropológica. Nesta disciplina a frequente retomada deste debate tem contribuído, sobretudo, para rever matrizes paradigmáticas da disciplina. No caso, um dos seus mais importantes pontos refere-se à questão de inscrever o simbólico como realidade antropológica essencial no estudo de tais temas.

Em linhas gerais, tal debate tende a considerar, por um lado, o legado da produção antropológica que antecede a segunda metade do século XX, com ênfase na relevância e força das suas argumentações teóricas, e uma defesa tácita da proposição analítica sustentada pelas principais correntes deste período, ou seja, do estruturalismo e do funcionalismo como arcabouços explicativos. Em uma das suas mais destacadas obras, ao delinear os fundamentos da sua hipótese teórica acerca da eficácia simbólica, Lévi-Strauss¹² demonstra - a partir da análise de várias experiências xamanísticas que são retratadas etnograficamente - que é necessário ver em tais condutas mágicas a resposta a uma situação que se revelaria à consciência por manifestações afetivas, mas que no fundo sua natureza seria intelectual.

Em outro ponto da sua argumentação, este autor procura demonstrar que a ideia do inconsciente é formada por um conjunto de estruturas que organizaria de modo exclusivo ou predominante o pensamento tanto no homem convencional quanto no primitivo ou civilizado, Lévi-Strauss acrescenta, em seguida, que tais estruturas não são apenas as mesmas para todos, e para todas as matérias às quais se aplica a função, mas que elas são pouco numerosas, o que poderia evidenciar, segundo ele, a razão pelo qual o mundo do simbolismo é infinitamente diverso por seu conteúdo, mas sempre limitado por suas leis. Por fim, este autor defende que “existem muitas línguas, mas muito poucas leis fonológicas, que valem para todas” (1989:235). Desta forma, ele considera que o vocabulário retido no subconsciente e acumulado por cada um de nós, só adquire significação, para nós e para os outros, à medida que o inconsciente o organiza segundo suas leis, tornando-se, assim, um discurso.

¹² Refiro-me ao conjunto de ensaios deste autor intitulado *Antropologia Estrutural*, particularmente, os seguintes textos: *O feiticeiro e sua magia* e *A eficácia simbólica*.

Por outro lado, Clifford Geertz que demonstra mais preocupação com a interpretação dos significados culturalmente elaborados do que propriamente com as estruturas linguísticas nas quais estes se assentariam, defende uma teoria interpretativa da cultura que pudesse não apenas superar a imprecisão analítica do clássico “o todo mais complexo” proposta por Tylor para a noção de cultura, mas também que pudesse contrapor-se ao que ele denomina de “ecletismo” da definição sugerida por Kluckhohn. Nesse sentido, Geertz caracteriza o seu conceito de cultura como essencialmente semiótico. Numa analogia à proposição weberiana de “teia de significados”, este autor enfatiza

“... assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 1989: 15).

Na perspectiva deste autor, era preciso manter a análise das formas simbólicas tão estreitamente ligadas quanto possível aos acontecimentos sociais e ocasiões concretas, o mundo público da vida comum, numa clara contraposição à formulação teórica de base estruturalista. Ao assumir este ponto de vista, Geertz defende que a vocação da antropologia interpretativa não seria responder às questões mais profundas colocadas pelos próprios pesquisadores, mas sim colocar à disposição destes as respostas que outros poderiam dar (1989:41). De fato, as críticas sobre as tentativas de muitos etnólogos sobrecarregarem de significações e de regras “simbólicas” os menores fatos e gestos por eles observados em campo, tornaram-se não apenas mais recorrentes e consistentes, como também tem obrigado a antropologia a refletir sobre a epistemologia de seus pressupostos. Em uma reflexão bastante profícua acerca desta questão Bensa adverte,

“O simbólico é um meio de comunicação, mas a antropologia fez dele um modo de pensamento ou uma categoria cognitiva. Assim, a noção de simbólico tende a confundir metáfora e lógica da mente, construções circunstanciais e causas estruturais” (Bensa, 1998: 73).

Na defesa veemente de que os grupos sociais não constituem blocos compactos, alguns autores atualmente têm procurado demonstrar que a fragilidade estrutural das sociedades – que deriva da sua inscrição no tempo – se alimenta continuamente das tensões entre as pessoas e os grupos. Portanto, segundo tais argumentos, nem o holismo, ponto de vista que privilegia o interesse geral, e nem o individualismo, associado ao interesse particular, teriam condições para caracterizar, cada um, sozinho, um tipo de formação social.

A significância dessa discussão teórica em torno das práticas sociais de caráter, digamos, nem sempre tangíveis à percepção do observador no trabalho de campo poderia aqui ser justificada, se tomarmos para efeito de ilustração as crenças, a variação dos cultos religiosos e as formas de tratamento e cura das enfermidades que os moradores do Tambor procuram exhibir. Uma observação sobre a crença dos moradores em determinadas entidades sobrenaturais bem como sobre os recursos utilizados nas práticas mágico-religiosas na tentativa de evitar ou curar um agravo à saúde corporal pode descobrir alterações relevantes na disposição e no arranjo de seus elementos constituintes.

Em relação à religiosidade, os moradores seguem três orientações religiosas, todas elas ligadas ao cristianismo. Apesar da situação de parte considerável dos moradores declarar-se atualmente como católica, enfatizando a prática de atos litúrgicos e aderindo aos ritos sacros prescritos por essa religião, deve ser registrado que uma década atrás o catolicismo era a única religião a possuir praticantes na comunidade. Atualmente, pelo menos três famílias das que pude entrevistar se pronunciaram como praticante de outras vertentes da religiosidade cristã. Duas disseram ser evangélicas e seguem orientações da Igreja Batista. A terceira família também se declarou evangélica, porém, afirmou congregar a vertente intitulada Assembleia de Deus. A meu ver o dado relevante que podemos considerar em relação à presença e atuação dessas religiões no Tambor, para além das diferenças de cultos e das variações na forma de professar a fé cristã por seus membros, diz respeito à sua atuação de agente que também contribui para organização interna, disciplinando condutas individuais e participando ativamente da vida dos moradores.

O trabalho religioso, no caso específico, interage profundamente com atividades e demandas locais dos moradores, figurando em muitos casos como

importante suporte de referência na resolução de problemas e até de conflitos em determinadas situações. Observei ainda que membros da Igreja Batista, por exemplo, contavam com um barco que periodicamente sobe o rio Jaú até o Tambor para atendimento de ordem não apenas espiritual, mas também de auxílio material às “comunidades” do vale do Jaú. Pessoas de fora, medicamentos e orientação espiritual para chegar a essas “comunidades” costumam contar com o apoio desses agentes.

1.2.2. Aspectos da vida social e política

Algumas práticas esportivas e de lazer podem ser facilmente associadas como atividades preferidas entre os residentes do Tambor. Além da praia situada em frente à comunidade, uma atividade simples e de caráter aparentemente recreativo praticada entre os moradores tem um importante papel de coesão e de organização para o grupo. Praticado regularmente por quase todos os residentes – os mais idosos e as mulheres que não jogam costumam acompanhar as partidas ao lado de crianças incentivando os jogadores - o futebol realizado principalmente nos fins de semana costuma reunir praticamente todos os moradores do Tambor. A observação dessa atividade revelou-se importante não apenas para entendimento das práticas de interação recreativa dos residentes, mas também como elemento potencialmente organizativo do próprio grupo. Durante o ano podem também ser realizados torneios intercomunitários que contribuem para estreitar laços afetivos ou viabilizar acordos entre parceiros para realização de “tarefas”.

Nas visitas que fiz à comunidade sempre fui convidado pelos residentes a participar desses jogos; desse modo me sentia suficientemente encorajado para participar de algumas partidas, ainda que minha precária habilidade nesse esporte fosse algo flagrante. E segui participando das partidas na tentativa de entender melhor a dimensão desta atividade no lugar. Poderia começar descrevendo a particularidade das partidas como elemento cultural capaz de comportar múltiplas funções dentro da comunidade.

Quando considero que o futebol é praticado por quase todos os moradores, não é um exagero no sentido de atribuir um destaque que pode ser considerado desnecessário em torno desta modalidade esportiva. As partidas que observei e de que

pude efetivamente participar, eram invariavelmente disputadas dentro e fora do campo, por homens e mulheres, adultos e crianças, ou seja, a maioria dos residentes.

Foto 7: Partida de futebol no Tambor



Fonte: Arquivo do autor, 2008.

Foto 8: Vista do rio Jaú/praias em frente ao Tambor



Fonte: Arquivo do autor, 2011.

Pude ainda observar que a realização dos jogos mais importantes de futebol no Tambor geralmente envolve três componentes que atuam como eixos centrais do enredo que compreende a partida em si. Esses componentes centrais que constituem o evento são as equipes que se enfrentam (em jogos que podem ser intercomunitários, entre grupos de ajuris, grupos sexualmente mistos, etc.), a atuação da plateia e convidados (que também “entra” no clima do jogo incentivando os jogadores), e finalmente, um tipo de “ajuntamento” que se forma após encerramento das partidas. Trata-se de uma reunião feita ao ar livre que tem nos “assados” e “cozidos” preparados sob as castanheiras localizadas nos arredores do campo um de seus principais atrativos. A degustação dos “assados” e “cozidos” que geralmente são feitos de peixes ou de quelônios constitui-se num importante momento desses eventos, já que nele poderá ocorrer desde encontros das parentelas distantes passando por entendimentos sobre assuntos e temas de interesse coletivo e servindo até como espaço para firmar acordos de parcerias e fazer articulações.

Nas diferentes ocasiões que estive no Tambor quase não registrei conflitos oriundos de fortes tensões entre indivíduos ou famílias que constituem o grupo social. Obviamente que não pretendo declarar com isso que atritos entre residentes eventualmente não ocorram de forma intempestiva. Apenas posso supor que eles ocorrem com alguma frequência e que somente alguns aspectos dos casos envolvendo

conflitos internos mais sérios foram relatados a mim por alguns residentes. Pessoalmente pude observar apenas duas situações conflitantes que de alguma forma atingia ou envolvia vários residentes. Considero que as motivações para tais situações já tinham sido postas antes da minha última visita ao Tambor, em setembro de 2011. Nesse período, ao conversar com alguns moradores fiquei sabendo que certos problemas já começavam a atormentar a tranquilidade principalmente dos veteranos.

Os dois principais problemas de que se queixavam referiam-se a certas condutas reprováveis e ao comportamento beligerante de algumas pessoas que tinham vindo residir há pouco tempo no Tambor. A reprovação pelo comportamento antissocial foi proferida em boa parte dos casos por parentes muito próximos dos próprios acusados. O visível descontentamento com tais moradores vinha do fato de que mesmo alertados várias vezes por parentes e conhecidos, eles continuavam a agir como se não causassem nenhum transtorno às pessoas diretamente envolvidas.

Um dos problemas reclamados pelos veteranos era a venda indiscriminada de álcool por um determinado morador, que conseguia entrar com facilidade e com relativa quantidade desse produto na comunidade, e seu consumo excessivo por vários moradores, especialmente os mais jovens. Entre os consumidores havia um residente que quando já alcoolizado costumava ir para sua casa e ligar, em altíssimo volume, uma parafernália composta por vários equipamentos de som, e de lá desafiava para brigas aqueles que tentassem interpelá-lo com reclamações. Ainda ouvi que numa dessas ocasiões esse morador teria se exaltado a ponto de fazer alguns disparos de espingarda. Não presenciei durante esta minha estada nenhuma confusão desse porte, mas também não deixei de notar numa das noites a barulhenta movimentação que fazia esse morador em sua residência. Depois de algum tempo descobri que se tentava resolver esse problema com a mediação do representante da comunidade, dos pais do sujeito, de um agente religioso e da solicitação ao órgão gestor para controlar entrada de determinados produtos no parque.

O segundo problema envolvia um conflito aparentemente relacionado com divergências pessoais entre o atual presidente da Associação de Moradores e o professor da escola. Numa reunião da qual estive participando para discutir alguns pontos relacionadas com a associação e o Termo de Compromisso que seria estabelecido entre os residentes e o ICMBio, esse atrito que até então era apenas latente sem nenhum

enfrentamento público, segundo informações locais, eclodiu-se de forma aguda com fortes acusações entre as partes no meio da reunião. A maior parte dos presentes no evento posicionou-se ao lado do presidente, reprovando a postura do professor, cuja conduta considerada como “negativa” por esses moradores já vinha sendo criticada inclusive pelos familiares da sua esposa. Ao tomar conhecimento dos detalhes que teriam motivado o atrito, procurei acompanhar o desenrolar da história mesmo depois de deixar a comunidade.

No início de 2012, quando cumpria uma etapa da pesquisa em Novo Airão, fui convidado para participar de uma reunião dos membros da atual diretoria da Associação de Moradores com o antigo presidente da entidade, o Sr. Sebastião Ferreira. Entre os assuntos da pauta estava novamente o questionamento sobre a conduta do professor que, pelo que fui informado, continuava se comportando da mesma forma, só que “dessa vez de forma completamente irresponsável” segundo meus informantes. Os residentes presentes ao final da reunião decidiram que encaminhariam à secretaria municipal de educação documento denunciando as atitudes do professor. Também solicitavam no rascunho do documento providências no sentido da sua imediata substituição. Em abril quando novamente retornei a Novo Airão fui informado que o professor continuava residindo e trabalhando na comunidade, mas que teria sido oficialmente advertido pela secretaria. Também foi relatado que sua permanência na comunidade foi condicionada à assinatura de um termo de ajuste de conduta pelo qual ele se comprometia a não se envolver em outra atividade na comunidade que não fosse estritamente escolar. A secretaria de educação teria ainda atendido um pedido dos residentes, designando mais dois professores para lecionar e acompanhar as atividades escolares desenvolvidas na comunidade, sendo que um deles atua como coordenador de ensino. Este breve relato foi feito aqui com intuito de apontar ainda que muito superficialmente como algumas questões internas relativas à organização social e política da comunidade são enfrentadas. Além disso, importa ilustrar que a constituição do processo organizacional que atualmente a comunidade encampa conta em larga medida com participação de interlocutores e agentes externos.

1.2.3. Local e unidade residencial: os diversos planos do termo comunidade

De modo geral, o uso do termo comunidade no contexto da Amazônia pode apresentar variação na sua acepção em razão de circunstâncias determinadas. Desse modo, este termo pode ser empregado tanto para designar certa autonomia política dos ribeirinhos às formas tradicionais de relações de poder e de subjugação exercidas por patrões e aviadores (cf. O'Dwyer, 2003) como para expressar uma variação de estrutura e demografia entre determinados agrupamentos. No próprio Jaú há um emprego muito corrente do termo por ONGs e agentes externos no sentido de designar a unidade social que apresenta alguns serviços e infraestrutura razoavelmente definida, por exemplo, escola, posto de saúde, igreja, sede de associação ou espaço recreativo voltado para organização comunitária. Nesse sentido, aquelas unidades que não apresentam tais características e serviços são, por esses agentes, denominadas de “localidades”.

Todavia, a aparente monotonia da vida comunitária, onde se supõe um determinado padrão de conformidade, pode, no caso do Tambor, escamotear tensões provocadas por intrigas domésticas, por alguma disputa interna, por cismas produzidas no âmbito da relação extracomunitária, enfim, por ações e interações cotidianas que expressam a pluralidade de planos e de situações particulares que se desenvolvem no interior desse agrupamento. Nesses termos, a perspectiva relativa à experiência social, que enfatiza seu caráter situacional e problemático, torna-se um elemento central para a compreensão da dinâmica do grupo e da vida intracomunitária. Além disso, considerando que as pessoas, em suas atividades, selecionam entre milhares de opções de eventos aquelas que se encaixam em suas formas ordenadas de percepção, de seus interesses e propósitos em jogo, convém supormos que o que é dado passa a ser o que é percebido e experimentado como “dado” (cf. Gusfield, 1979).

De fato, vistas na particularidade de sua estrutura esta comunidade expressa antagonismos e contradições comuns a qualquer agrupamento social, contudo a maneira como tais situações são acolhidas e objetivadas pelos moradores parece remeter ao sentido do *habitus* proposto por Bourdieu¹³. Como fazem parte de um texto que é socialmente elaborado, estas particularidades se manifestam e se reproduzem em

¹³ Ver Bourdieu (2002) sobre “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”.

circunstâncias diversas, o que muitas vezes pode limitar a compreensão do seu conjunto e da realidade que expressa o termo comunidade.

É possível dizer que tais imprecisões relacionam-se principalmente com o uso generalizado de certas noções, em particular, a que se vincula ao termo comunidade. Se levarmos em conta, nesse aspecto, que parte significativa dos trabalhos representativos nas ciências sociais, enfocando os chamados agrupamentos comunitários, baseia-se nas teorias de caráter nomológico-dedutivo, logo é possível identificar a origem desse problema. Tais teorias buscavam explicar situações sociais específicas apoiando-se no suposto de que as ações individuais e coletivas seguissem leis pré-determinadas. Por um lado, trata-se da adoção de preceitos teóricos de caráter normativos que atualmente são denominados *essencialistas*. Em larga medida, os trabalhos realizados sob essa perspectiva fazem referência aos estudos desenvolvidos sobre o tema por Durkheim e Tönnies.

Por outro lado, pode-se ainda fazer referência a outro tipo de estudo em que se tornou muito corrente o uso do termo comunidade. Nestes, os conceitos utilizados em determinadas análises atendem a finalidade de serem não apenas operacionais, mas também de evidenciar uma distinção aparente. O poder atribuído às concepções dessa natureza está relacionado com a auto-evidência que eles denotam. Por exemplo, as concepções de “sociedade folk” e de “minorias étnicas” proposta por Redfield e o conceito de “aculturação” elaborado pela vertente culturalista da antropologia norte-americana, que foi incorporado por Wagley para analisar aspectos das relações e das condições sociais em comunidades ditas rurais. Numa de suas obras mais conhecidas Wagley (1988:40) argumenta que o conhecimento do modo de vida do homem amazônico forneceria indícios sobre o que deveria ser modificado para que pudessem ser melhorados seus padrões de vida. Assim, o elemento central colocado nesta perspectiva analítica voltava-se para “o progresso e o crescimento das áreas subdesenvolvidas”.

Muito questionados atualmente no que diz respeito as suas limitações operacionais, os preceitos essencialistas ainda seguem influenciando boa parte dos trabalhos sobre grupos sociais no interior da Amazônia. Para além das implicações metodológicas que esses conceitos podem encerrar, o uso deles como instrumentos de

análise resulta na criação da falsa dicotomia entre comunidade e sociedade à qual Gusfield¹⁴ se reporta. Nesse caso Gusfield observa que o rígido uso da tipologia “comunidade-sociedade” é uma falha básica no conceito de níveis de territórios utilizados para descrever determinados contextos das sociedades modernas. Pois ao confrontar a “pequena comunidade” e a “grande comunidade”, muitos pesquisadores, influenciados pelo trabalho de Redfield, tendem a minimizar a existência dos laços comunitários nas maiores áreas de região, metrópole, nação e até mesmo do mundo. Nesse caso, a dificuldade apresentada está no fato de se pensar nas ditas comunidades mais como grupos sociais fixos, do que como processos. Disso também resulta a concepção de que as instituições são mais um aglomerado de valores e procedimentos normativos do que planos onde as pessoas atuam para atingir um objetivo.

A partir desse entendimento podemos postular que o papel de alguns elementos constituintes das relações interpessoais tais como laços familiar, religioso e outros vistos no âmbito da comunidade, tende a ser fator importante na maneira como as pessoas aparentemente utilizam as instituições sociais. A integração de pessoas em diferentes contextos não se efetua exclusivamente por meio de mecanismos de caráter societário, onde interesses pessoais e trocas econômicas orientam tal relação. E mais, Gusfield também destaca que comunidades maiores são formadas a partir da extensão de comunidades locais, em um plano urbano e sub-regional, por meio da aparição de novos grupos comunitários em novas situações (1975:45).

Dito isto, tomemos as unidades residenciais observadas no Tambor para uma breve ponderação com base na empiria. Elas são habitadas em sua maioria por famílias nucleares que, apresentando poucas exceções, não são ocupadas por número elevado de membros. Elas são construídas em linha paralela à margem do rio, a uma distância aproximada de 20 metros da alta ribanceira, com distância entre si oscilando em torno de 30 a 40 metros, e são geralmente constituídas de poucos cômodos (ver croqui da comunidade na página 74).

O motivo das residências serem habitadas basicamente por famílias caracterizadas como nuclear, apesar destas geralmente integrarem grupos domésticos extensos, deve-se principalmente à disponibilidade de área no lugar e à comodidade desejada geralmente pelas famílias que vão se formando. Nesse sentido, o filho ou filha

¹⁴ Ver Gusfield, 1975.

de um núcleo familiar ao contrair matrimônio sem dispor de casa poderá permanecer por algum tempo residindo na casa de um dos pais do casal, mas certamente logo será estimulado a construir sua própria residência especialmente pela limitação dos espaços internos disponíveis para a vida conjugal. A partir daí são tomadas providências no sentido da aquisição de um local, cuja preferência é geralmente um terreno nas proximidades da casa de um dos pais do casal, onde se constrói o da nova residência. Assim, na maioria das casas reside geralmente o casal, os filhos de menor idade e os que tendo idade para o matrimônio encontram-se solteiros.

A expansão do grupo doméstico desse modo se constitui num importante elemento para entendimento do padrão de disposição espacial das famílias no Tambor. Dependendo da dinâmica, o desenvolvimento dos grupos domésticos tende a modificar a figuração dos locais de residência, que também consiste num importante fator de organização interna da comunidade. Assim, os grupos domésticos ao se expandirem, isto é, quando seus membros em idade de constituir matrimônio geram novos núcleos de família, a preferência pela construção da casa em local próximo à moradia dos pais poderá em breve tornar-se um critério pouco observado. Atualmente, pela dinâmica apresentada no desenvolvimento dos grupos domésticos no Tambor, observa-se que poucas famílias dispõem de área capaz de abrigar novas construções com base na orientação tradicional para o local de residência.

Foto 9: Casa do Sr. Adenilson.



Fonte: Arquivo do autor, 2008.

Foto 10: Casa de dona Maria Helena



Fonte: Arquivo do autor, 2007.

Em relação à estrutura da construção dessas residências, salve pouquíssimas exceções, elas seguem um padrão local onde a subdivisão interna costuma apresentar o seguinte formato: espaço de entrada – quartos – cozinha – jiral (fotos 8 e 9). Sobre os espaços de interação sociocultural do grupo, Farias Junior faz uma importante observação para entendimento do processo de constituição da “comunidade”. Ele destaca que no Tambor costuma-se fazer uma distinção entre terreiro e sítio. Segundo ele, essa situação vivida pelas pessoas do povoado, o que eles designam comumente de “comunidade do Tambor”, referindo-se a localização, surgiu a partir da criação do Parque Nacional do Jaú.

Antes desse processo os locais de residência eram designados sítios. E as colocações referiam-se ao local de trabalho (cf. Farias Junior, 2007: 3). Na descrição feita por Farias Junior, o sítio refere-se a uma área relativamente pequena que circunda a casa, local de pequenas plantações e criatórios, como galinhas, patos e porcos, além de abrigar canteiros e hortas, onde eram cultivadas espécies de legumes e plantas medicinais. Nesse caso, os produtos do sítio poderiam também ser vendidos, caracterizando-se assim como um espaço doméstico e também de produção das famílias. Com a formação do povoado ou “comunidade”, eles passaram a designar a o espaço que circunda a casa de “terreiro”.

1.2.4. Aspectos de relações sociais, ecológicas e produtivas

No que concerne à organização e divisão do trabalho e das relações produtivas no Tambor, a realização do trabalho que envolve a principal atividade, isto é, a roça, se dá principalmente no âmbito da unidade familiar. Eventualmente observa-se também aí a colaboração de membros da parentela ou co-participação de pessoas relacionadas à unidade familiar por laços como o compadrio.

Uma designação bastante utilizada pelos residentes na realização do trabalho coletivo na roça é o “ajuri”. Este termo que pode ser interpretado a partir da ideia de ajuda mútua, ou seja, quando uma pessoa ou família convida “parceiros” para realizar um empreendimento que não poderia ser executado, pela grandeza da tarefa, apenas por uma determinada unidade familiar. A reunião em termos de *ajuri* conta principalmente com pessoas ligadas por meio de relações afetivas como o compadrio,

que na comunidade é bem maior que as próprias relações de parentesco e os cruzamentos por casamento.

Nesse sentido, Farias Junior observou sobre o Tambor que o trabalho empreendido numa roça depende do tamanho do empreendimento. Geralmente, as roças pequenas, ou seja, as que medem segundo os moradores, aproximadamente meia quadra (cerca de 50m²), é produto do trabalho da unidade familiar. Outros empreendimentos com medidas maiores a esta, mas também inferior a duas quadras (200m²), terão o trabalho de parentes e compadres, o que introduz algumas categorias sociais para designar determinadas relações de trabalho como é o caso da “parceria”. Nesse caso, “o trabalho é exercido através de acordos verbais explícitos, que preveem a troca de dia” (Farias Junior, 2007: 7). Fiz várias incursões acompanhando os residentes na execução de algumas das principais atividades que envolvem a roça. Entre estas atividades podem ser citadas a “brocação”, limpeza da coivara, capina, plantio, extração da mandioca, transporte da mandioca para submersão na água em igarapé ou em casa de farinha, trabalho de descascar e cevar a raiz da mandioca e a torração da farinha. A rotina envolvendo o trabalho na roça ao no período que antecede a produção da “farinhada” e da colheita dos principais produtos comercializados é intensa e divide-se em atividades que são qualificadas pelos residentes como “pesadas” e “amenas”.

Foto 11: Roça de Zé Rufino (cultivo da mandioca)



Fonte: Arquivo do autor, 2008.

Foto 12: Casa de farinha (dona Sebastiana)



Fonte: Arquivo do autor, 2008.

Em termos gerais, homens e mulheres realizam diferentes atividades no Tambor, cabendo aos primeiros executar atividades que exigem maior esforço físico e maior deslocamento em relação ao espaço doméstico. No caso da mulher, sua participação nas atividades agrícolas e extrativas refere-se principalmente ao plantio, à capina, à torração de farinha e ao beneficiamento do cipó titica. As tarefas consideradas “pesadas” - derrubadas, “brocação”, coivara e limpeza de coivara - são geralmente executadas por indivíduos adultos do sexo masculino, entretanto, em determinada ocasião observei que uma mulher realizava juntamente com seus filhos algumas dessas tarefas.

As tarefas “amenas” que consiste fundamentalmente nas atividades subsequentes às denominadas “pesadas” – capina, plantio, extração da mandioca, limpar e cevar a raiz da mandioca, torração e acondicionamento da farinha - são geralmente executadas por todos os indivíduos aptos ao trabalho manual. No âmbito da unidade familiar notei que praticamente todos os membros costumam se envolver na produção da roça, incluindo os indivíduos de pouca idade que desde cedo começam a aprender executar algumas tarefas.

“Uma quadra de roça, eu com meus quatro filhos, nós roça em quatro dias. Agora só eu é de quinze a vinte dias. Pra derrubar, acho que oito dias a gente derruba tudinho. E pra plantar uma semana nós planta uma quadra de roça. Agora pra colher só com um ano; vamos dizer que a gente plante agora em setembro, só vai começar a colher em setembro de novo do outro ano. O mês que a gente planta é entre outubro e novembro. Começa em outubro e termina em novembro. Quando a gente arranca a primeira colheita já deixa a terra limpa pra replantar de novo. A gente replanta até duas vezes. A segunda ainda dá igual à primeira, mas a outra já dá menos. Eu não sei bem porque, mas acho que é porque a terra já tá cansada. Pelo costume aqui a gente arranca a primeira e replanta a segunda, às vezes é que a gente replanta duas vezes. Mas pelo costume a gente só replanta uma vez. A capoeira a gente deixa por um tempo, às vezes fica cinco anos, mas quanto mais madura ela ficar é melhor. No verão o trabalho é mais a roça. Agora no inverno o pessoal às vezes vai tirar cipó, agora eu não, eu fico trabalhando aqui mesmo [na comunidade]. A castanha eles vão até o Travessão [alto Jaú] tirar. A lata da castanha estão pagando R\$ 8,00 e

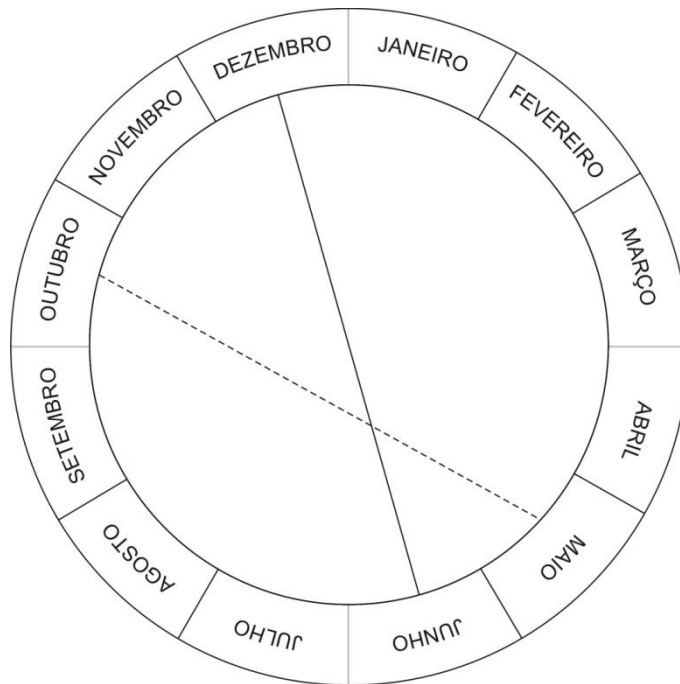
a caixa R\$ 16,00. Eles tiram aqui próximo [na cheia] e vendem em Novo Airão. (José Rufino, 62, Tambor, em 18/03/08).

Pode-se entrever a partir do depoimento acima que as atividades produtivas envolvendo a família e os acordos de cooperação mútua entre “parceiros” a partir do trabalho na roça, costumam basear-se numa relação ecológica estabelecida por esses moradores com o meio ambiente. Essa relação tem como principal característica a instituição de noções específicas de tempo e de espaços físicos que orientam a realização de toda a cadeia produtiva e de apropriação dos recursos existente em torno da área ocupada pelos residentes.

Nas primeiras etapas do plantio e nas atividades de coleta vegetal, caça e pesca realizadas longe do ambiente doméstico, a exclusividade da participação masculina é quase total, sendo raros os casos em que as mulheres também participam, embora se tenha ouvido na comunidade relatos da realização de algumas dessas atividades (como pesca, caça e coleta de produtos da floresta) por mulheres. Na maioria das vezes quando ocorre a participação de mulheres nessas atividades, via de regra, é realizada junto à presença do marido ou filhos. Em determinadas situações ela pode estar relacionada com certas excepcionalidades como o afastamento do marido do trabalho por invalidez, doença ou viuvez.

Pode-se observar pelo diagrama da figura abaixo que a linha traçada de dezembro a junho representa o eixo do ano e refere-se a uma aproximação do que geralmente é estabelecido pelos residentes como a clivagem entre os dois conjuntos de relações ecológicas e atividades produtivas: o do período da cheia e o do período da seca. Já a linha pontilhada entre maio e outubro, refere-se aos períodos onde as atividades produtivas realizadas geralmente demandam dos residentes a permanência por mais tempo dentro ou fora da comunidade. Assim, entre maio e outubro, a maior parte dos trabalhos exige uma permanência dentro da comunidade; entre novembro e abril, boa parte dos moradores está suscetível a deslocamentos temporários para fora da comunidade. Embora aproximada, essa clivagem pode ajudar a compreender melhor a mobilidade dos moradores dentro de um espaço territorial e ecológico, realizado em diferentes épocas do ano, para em seguida relacioná-las com as principais atividades realizadas na reprodução física e social do grupo em seus espaços de uso.

Figura 1: Periodicidade das relações ecológicas e produtivas estabelecidas no Jaú



Nas proximidades das margens do rio Jaú, por trás da área habitada pelos residentes do Tambor, ergue-se com exuberância vegetações de composição e tipos florísticos bastante variados que inclui floresta de terra firme densa, floresta de terra firme aberta, igapó fechado e igapó aberto e campinarana (Borges et al, 2004). Como já destaquei, atualmente as atividades produtivas realizadas pelas famílias do Tambor consistem basicamente na agricultura voltada para o auto consumo, com ênfase principalmente no plantio da mandioca (*Manihot esculenta*, Euphorbiaceae) e da banana (*Musa spp.*, Musaceae). O sistema adotado pelos residentes nesse tipo de atividade segue o modelo tradicional desenvolvido pela maioria das populações amazônicas, adaptadas de técnicas agrícolas utilizadas pelos povos indígenas. Esse sistema consiste no corte-queima-pousio. Juntamente com o cultivo de roças baseadas em sistema agroflorestal, os realizam também o extrativismo vegetal (fibras, frutos, resinas e madeira) e animal (caça, peixes de consumo regional, quelônios e seus ovos), que, respectivamente, complementa a renda familiar e incrementa a dieta alimentar do grupo. Nesses termos, os residentes do Tambor realizam uma combinação entre agricultura para autoconsumo e a coleta, caça, pesca e transformação de produtos extrativos que pode servir tanto para consumo próprio como para incremento de renda familiar.

1.2.4.1. Agricultura

Os residentes do Tambor praticam a agricultura de corte e queima, onde pequenos roçados são instalados em matas primárias ou em capoeiras. Nesse caso, cada família mantém de um a dois roçados para produção de farinha de mandioca para consumo intradomiciliar e comercialização externa. A instalação de um roçado segue a seguinte rotina: medição da área, brocação, derrubada, queimada, encoivramento, plantio e colheita. A maior parte destas atividades é realizada de junho a novembro, coincidindo com o período mais seco na região.

Para realizar a medição da área objeto de cultivo os residentes preferem formas geométricas quadradas ou retangulares, e utilizam a grandeza de quadras equivalente a uma área de 100m². A “brocação” é a primeira intervenção direta na área e consiste na limpeza do mato baixo ou sub-bosqueamento de uma capoeira ou mata, visando facilitar a operação posterior. Nesta operação, utiliza-se basicamente o terçado e enxada como principais ferramentas. A derrubada consiste na retirada das árvores de maior porte através do uso de ferramentas como o machado ou outro com capacidade de corte similar. A utilização de moto serra não é permitida pelo órgão gestor e também não foi observada na comunidade. Após um período que pode variar entre 30 e 60 dias da realização da derrubada, inicia-se a queima, que se efetua no período mais seco.

A julgar pelos depoimentos dos residentes, a prática da queimada tem como principal finalidade limpar a área e melhorar a fertilidade do solo através das cinzas depositadas. Considerando o contexto ambiental no qual os moradores estão inseridos, cabe salientar em relação a esta prática, que, embora assentada numa tradição de longa data que remete aos hábitos dos antigos grupos sociais que habitavam a Amazônia, ela encontra forte resistência e chegando a ser combatida especialmente por alguns ambientalistas. O argumento principal desses especialistas contra esta prática seria a de que ela consiste na destruição de micro fauna do solo, causada pelas altas temperaturas atingidas durante a queimada, prejudicando assim os processos bioquímicos que irão disponibilizar nutrientes para as plantas com o decorrer do tempo.

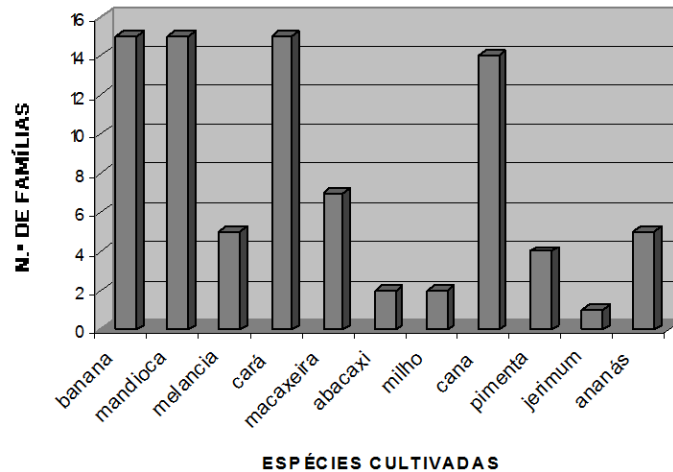
Após a queimada, realiza-se o encoivramento, que consiste em amontoar galhos e troncos que resistiram ao fogo, formando diversos montes de madeira ou coivaras, que são novamente queimados, acumulando manchas de concentração de cinzas. O plantio começa logo após o início das chuvas. A maioria das atividades relacionadas ao manejo dos roçados é executada no segundo semestre do ano, que

coincide com o período mais seco na região. As etapas de “brocação” e derrubada se iniciam em maio/junho e se estendem até agosto/setembro. Em seguida, a vegetação derrubada é queimada. O plantio das roças se concentra nos quatro últimos meses do ano. Em relação à colheita ela parece se estender ao longo do ano, mas sua concentração se dá nos meses de seca.

A área dos roçados varia entre um e dois hectares, sendo a mesma área utilizada por dois a três anos de cultivo. O prazo de repouso (pousio) é de quatro a cinco anos, formando assim as capoeiras. A presença das capoeiras é explicada pela adoção do sistema de “pousio”, praticado principalmente para o cultivo da mandioca, com a finalidade de recuperar a fertilidade do solo. O período de “descanso” é estipulado pelo lavrador em função da capacidade do solo manter níveis de fertilidade que possam permitir o bom desempenho da espécie cultivada. Assim, a capoeira, além de permitir a extração dos frutos que nela se desenvolvem (açai, tucumã, bacaba e outras espécies frutíferas), possibilita ao solo recuperar a capacidade produtiva, seja pelo controle das ervas invasoras pela vegetação sucessional, seja pelo restabelecimento dos processos pedogênicos do solo ou de ambos (Pereira *apud* Martins, 2008).

As espécies mais cultivadas pelos moradores do Tambor são a mandioca, a banana, o cará e a cana-de-açúcar (*Figura 2*). Eles se utilizam de uma significativa diversidade de espécies, cultivadas em áreas restritas. Os “roçados” ou roças apresentam, então, características de policultivo, com as espécies plantadas próximas umas das outras. O abacaxi e o ananás, por exemplo, são plantados no aceiro. Mesmo quando as espécies são cultivadas solteiras, o número de espécies, a restrição quanto à área de cultivo e a proximidade entre os lotes melhor caracterizam esses plantios como sistemas mistos do que como monocultivos. A cana-de-açúcar, embora cultivada pela maioria das famílias, não é comercializada, servindo apenas para suprir as necessidades das famílias. A pimenta, o jerimum e o ananás também são utilizados apenas para consumo familiar.

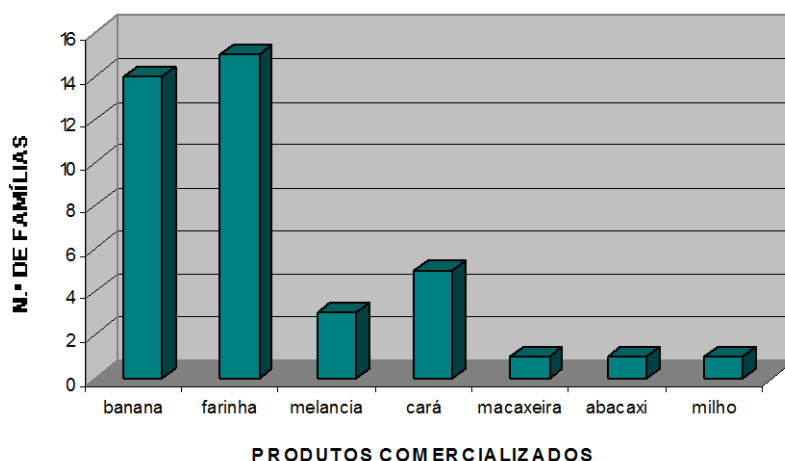
Figura 2. Espécies cultivadas pelas famílias no Tambor.



Fonte: Martins, 2008.

A farinha de mandioca e a banana se constituem assim nos produtos mais relevantes dentre as espécies cultivadas, devido ao seu consumo interno e comercialização, conforme se pode observar pela *figura 3*. No entanto, é importante destacar a despeito do que se possa eventualmente interpretar com base na indicação gráfica desta figura, que de todas as espécies apresentadas, a mandioca constitui-se de longe na mais importante e representativa espécie no âmbito do consumo e da economia doméstica das famílias do Tambor. Por outro lado, devido principalmente ao baixo preço que alcançam no mercado de Novo Airão, produtos como a pimenta, o cará, a melancia e outros, embora cultivado por praticamente todas as famílias, somente um reduzido número destas os cultivam para fins de comercialização. O mesmo ocorrendo também com a macaxeira, que aparece na figura com elevada produção, mas que é cultivada quase que totalmente para complemento da alimentação familiar. A banana é também a única espécie perene cultivada para fins comerciais. Foram doze as variedades cultivadas citadas pelas famílias durante as entrevistas: *pacovã, costela, prata, maçã, são tomé azul, são tomé roxa, três palmas, baié, governo, najá, caeté e miranha*.

Figura 3. Produtos agrícolas comercializados pelas famílias do Tambor.



Fonte: Martins, 2008.

Cabe destacar que os dados aqui apresentados baseiam-se em declarações realizadas pelas famílias durante entrevistas e em observações de campo realizadas pelo pesquisador até março de 2008. Assim, considerando que os moradores não costumam registrar volume, quantidade produzida/consumida/vendida, preços, datas, esses dados refletem apenas uma estimativa, com base na memória dos indivíduos entrevistados. Durante as entrevistas também foi questionado o volume da produção anual e a média dos preços dos produtos comercializados. Os resultados estão apresentados no *quadro 1*. O milho e a macaxeira, na verdade, somente são comercializados esporadicamente, quando as condições apresentam-se favoráveis, isto é, quando existe real procura pelo produto na sede, excedente na produção voltada para consumo familiar e transporte disponível. O cará e a melancia são comercializados por poucas famílias devido ao baixo preço de mercado, já citado anteriormente. O preço da banana sofre uma variação mais sensível, conforme as condições de mercado. Já a farinha de mandioca alcança um maior valor de mercado, gerando a maior parte da renda das famílias. Os produtos coletados na floresta serão discutidos na sequência.

Quadro 1. Quantidade média e preço dos produtos comercializados no período de um ano.

PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO POR UNIDADE (R\$)
Banana	61,8	Cachos	5,30
Mandioca	78,5	Sacos de 75L	51,40
Melancia	76,7	Unidade	2,60
Cará	100,7	Sacos de 75L	1,10
Macaxeira	50,0	Kg	0,50
Abacaxi	30,0	Unidade	1,00
Milho	3,0	Mãos	12,00
Cipó titica	317,1	Kg	2,56
Cipó timbó-açu	200,0	Kg	2,00
Copaíba	31,5	Kg	6,30
Castanha	80,8	Latas de 20L	9,50
Breu	125,0	Kg	1,80

Fonte: Martins, 2008.

Até a instalação da base do parque na foz do Jaú, o regatão era o principal agente de comercialização no rio Jaú, principal via de escoamento dos produtos da região. Com a criação do PNJ, a entrada dos regatões na área do parque foi proibida, impondo dificuldades severas para aqueles moradores que não tinham meios ou não possuíam transporte adequado para escoar sua produção até Novo Airão. No caso dos residentes do Tambor, observou-se que apenas cinco famílias possuíam alguma embarcação com capacidade razoável para transportar determinada quantidade de produtos. Notou-se também que era basicamente por meio de membros destas famílias que algum tipo de comercialização permanecia sendo efetuada nas localidades, atividade que a meu ver não se poderia confundir com o sistema do regatão. Quando convém, boa parte das famílias do Tambor comercializa seus produtos diretamente em Novo Airão. No entanto, quando questionados sobre como efetuam a comercialização

dos seus produtos, os moradores do Tambor tendem a diversificar suas respostas explicando que, às vezes, até mesmo quem possui transporte próprio prefere vender seus produtos para alguns moradores que geralmente efetuam esse tipo de transação na comunidade. Ao passo que aqueles que não possuem transporte, muitas vezes dividem as despesas com um vizinho ou parente que possui embarcação para levar sua produção até a sede do município.

Outra prática observada entre a maioria dos residentes é o cultivo de espécies perenes, principalmente frutíferas, aparentemente sem nenhuma forma de ordenamento espacial. De maneira geral, esse cultivo se localiza próximo ao local de moradia no espaço do “terreiro”, constituindo-se assim em pomares caseiros. O quadro 2 apresenta as espécies cultivadas nos quintais declaradas pelas famílias, num total de 27 espécies vegetais. As espécies citadas são, portanto, as que foram lembradas pelas famílias ou consideradas mais importantes, e não obrigatoriamente todas as espécies que possivelmente identificaria ou classificaria um botânico.

Quadro 2. Espécies frutíferas cultivadas nos quintais por número de famílias.

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	N. ^o DE FAMÍLIAS
Abacate	<i>Persea americana</i>	7
Abiu	<i>Pouteria caimito</i>	4
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	4
Araçá		1
Araticum		2
Azeitona	<i>Eugenia cumini</i>	1
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	4
Biribá	<i>Rollinia mucosa</i>	3
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	1
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	7
Café	<i>Coffea spp</i>	3
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	8

Côco	<i>Cocus nucifera</i>	1
Condessa		1
Cuieira		2
Cupuaçú	<i>Theobroma grandiflorum</i>	8
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	5
Graviola	<i>Annona muricata</i>	5
Ingá	<i>Inga edulis</i>	8
Jambo	<i>Eugenia malaccencis</i>	5
Laranja		2
Limão		4
Manga	<i>Mangifera indica</i>	4
Mari-mari		4
Pimenta	<i>Capsicum spp</i>	1
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	7
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	3

Fonte: Martins, 2008.

A prática e manutenção do pomar caseiro é uma estratégia utilizada na complementação da alimentação familiar. Ela pode contribuir para auto-suficiência da família mantendo determinados produtos (café, cana-de-açúcar, urucum), já que a variedade de espécies plantadas permite uma produção ao longo de todo o ano. Esse sistema assemelha-se aos *homegardens* utilizados em outros países do Trópico Úmido, constituindo-se como uma fonte de alimentos e renda para as famílias de lavradores. Pode-se dizer que o objetivo primordial deste sistema de cultivo é o abastecimento da família com frutas e outros produtos. Nos casos em que há excedentes desses produtos estes podem ser vendidos, resultando em suplementação da renda familiar.

Nos quintais também são cultivadas pequenas hortas e plantas medicinais. Observou-se cerca de 30 plantas utilizadas para fins medicinais que também foram citadas nas entrevistas, a saber: alfavaca, anador, arruda, boldo, capim-santo, catianga-

de-mulata, coirama, dedo-de-anão, hortelãzinho, malvarisco, manjeriço, marupá, mucuracaá, óleo elétrico, panquilé, peão, pobre velho, sabugueira, salvia marajó, sibalena e chicória, cultivadas nos quintais, e, ainda, a casca dos pés de carapanaúba, copaíba, cumaru e jatobá, coletadas na floresta.

Por fim, em relação às tarefas desenvolvidas em torno da roça caberia reforçar que estas se constituem, sobretudo, em “espaço social”¹⁵ que se estende para além da satisfação estritamente biológica, envolvendo relações sociais tais como divisão sexual do trabalho, formas de ajuda mútua e crenças que envolvem tabus e regras. Além disso, a roça também pode ser inscrita como uma prática de coesão social, tais como as festas de caráter religioso, que pode ultrapassar o limite da comunidade e atrair pessoas de outras colocações do Rio Jaú.

1.2.4.2. Extrativismo vegetal

O recurso vegetal mais explorado pelas famílias do Tambor são as fibras obtidas de cipós do gênero *Heteropsis* (Araceae), conhecidos popularmente como cipó titica e cipó timbó-açú. Os cipós deste gênero são hemiepífitas que se fixam em troncos de árvores de onde lançam dezenas de raízes alimentares que são coletadas, beneficiadas e comercializadas (Martins, 2008). A grande flexibilidade das raízes destes cipós permite o uso de suas fibras para diferentes tipos de amarras (para atar estruturas de madeira de cabanas e casas) e confecção de cestos, bolsas, vassouras, móveis e artesanato em geral. Entre 2007 e 2008, as famílias situadas no Tambor Velho eram as que mais trabalhavam na extração do cipó. Das cinco famílias que lá residiam na época, praticamente todas tinham entre seus membros indivíduos explorando esse recurso, enquanto no Tambor somente três afirmaram trabalhar regularmente nessa atividade.

¹⁵ Cf. Bourdieu (1997).

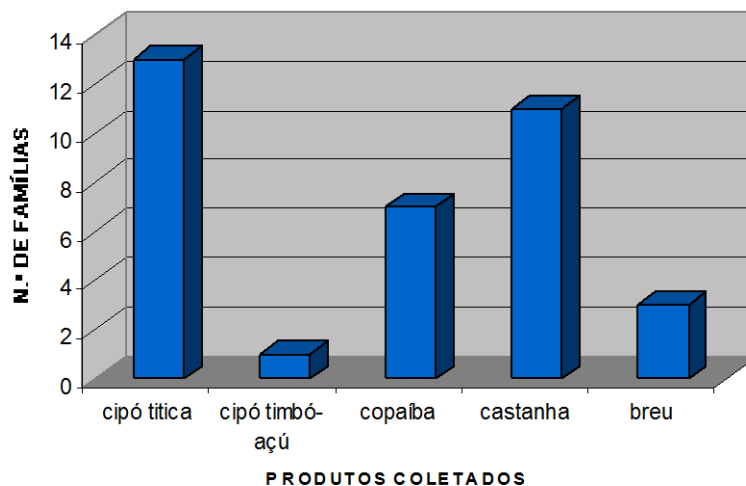
Foto 13: Extração do cipó titica



Fonte: Arquivo do autor, 2008.

O cipó titica é o mais abundante na região e também o mais explorado pelos moradores. A preferência por este cipó se dá principalmente em função de ser mais fino e flexível, tornando-se bastante utilizado em amarras e na produção de artesanatos e móveis. O cipó titica é também dos produtos da floresta que mais contribui para o incremento da renda familiar como foi mostrado no *quadro 1*. O cipó timbó-açú é menos maleável e sua fibra é desfiada para ser utilizada na fabricação de vassouras. Apenas uma família declarou coletar este tipo de cipó, explicando que o mesmo só ocorre na região do baixo Jaú. A figura 6 mostra os principais produtos extraídos pelos moradores do Tambor.

Figura 4. Produtos florestais coletados pelas famílias da comunidade do Tambor.



Fonte: Martins, 2008.

Os cipós são explorados de maneira extensiva, em grupos familiares ou individualmente. Os moradores costumam andar pela floresta abrindo pequenas trilhas e, uma vez encontrada a planta, as raízes maduras são selecionadas e extraídas da planta. Depois de coletadas, as raízes são organizadas em “piraíbas”, que são feixes produzidos a partir da junção das fibras. O beneficiamento das raízes coletadas é uma atividade familiar e é realizado no dia seguinte à coleta (Martins, 2008). Esta atividade é realizada principalmente durante o período das cheias, uma vez que o coletor pode se deslocar de canoa ou “rabetas” e alcançar áreas mais distantes. As áreas próximas à comunidade já não apresentam mais cipós disponíveis para coleta, de modo que os residentes que praticam essa atividade têm que se afastar cada vez mais de suas moradias para conseguir grandes quantidades de cipó.

Os outros produtos que contribuem na renda familiar da comunidade são a castanha-da-Amazônia e o óleo de copaíba. A época da coleta destes produtos costuma ser a mesma do cipó titica, para melhor aproveitamento da mão-de-obra e por causa do deslocamento, já explicado anteriormente. Sobre a castanha, em 2011, dois membros das famílias situadas no Tambor Velho, informaram que a coleta deste produto costuma variar anualmente de acordo com fatores como preço alcançado no mercado e a disponibilidade dos indivíduos envolvidos na atividade. Nesse sentido, um desses moradores relatou que em 2008 ele havia coletado cerca de 550 latas de castanha, produção que foi vendida em Novo Airão ao preço de R\$ 19,00 a lata (recipiente contendo cerca de 20 litros). Outro produto presente na vida cotidiana dos moradores

é o breu. Foi informado que atualmente este produto já não é comercializado e, segundo as fontes, o seu uso pelos moradores refere-se exclusivamente à atividade de construção e reparos de canoas e barcos. A extração de madeira se restringe ao consumo doméstico, na construção de casas, canoas e instrumentos. O *quadro 3* apresenta algumas madeiras e seus usos, relatados por alguns moradores na comunidade.

Quadro 3: Espécies madeireiras e seus usos.

NOME COMUM	USO
Aritu	Canoa, esteio
Cedro	Parede, travessão, caibro, assoalho
Abacatirana	Casa
Chico-da-silva	Parede
Louro preto	Canoa, casa
Cupiúba	Casa
Itaúba	Esteio, canoa
Acaricoara	Esteio
Açaí	Assoalho, parede
Puna	Cabo de arpão
Envira	Cabo de arpão, caniço
Envira xixica	Canhão
Jacareúba	Casa, canoa
Castanheira	Tingir fibra de arumã

Fonte: Martins, 2008.

1.2.4.3. Atividades de caça e pesca

A caça e a pesca praticadas por moradores do Tambor são artesanais e estão voltadas exclusivamente para o consumo intradomiciliar. Por definição normativa, a venda do pescado pelos moradores do Tambor não é permitida pela administração do PNJ. Não obstante, tanto a pesca quanto a caça desempenham papéis importantes na economia doméstica, já que estas atividades são fundamentais para o desenvolvimento das outras que são comercializadas, especialmente nos períodos dedicados à realização de roçados, à produção de farinha e à coleta de castanha e cipós na floresta.

Os peixes representam a maior diversidade de espécies consumidas pelas famílias da comunidade do Tambor, conforme mostra o *quadro 4*. O aracu, o pacu, a piranha e o tucunaré são os peixes mais ocorrentes na dieta dos moradores do Tambor. Os mamíferos são mais consumidos que as aves, pois os caçadores preferem gastar munição com um animal que vai fornecer mais alimento às suas famílias, já que o peso corporal das aves só fornece alimento para uma única refeição. A captura de quelônios, em geral pouco relatada em razão da repressão que tal atividade sofre por parte do órgão gestor, também se constitui numa importante fonte alimentar das famílias.

Quadro 4. Abate e consumo de peixes e animais silvestres pelas famílias do Tambor.

PEIXES	N.º DE FAMÍLIAS	MAMÍFEROS	N.º DE FAMÍLIAS	AVES	N.º DE FAMÍLIAS	QUELÔNIOS	N.º DE FAMÍLIAS
aracu	11	anta	14	arara	2	tracajá	4
aruanã	5	caititu	4	inambu	5	cabeçudo	5
baru	3	cutia	6	jacamim	4	ovos	1
camunaru	1	macaco	2	jacu	4		
cará	4	paca	9	marreco	1		
chidaua	2	porco	6	mutum	2		
jacundá	3	queixada	9				
jaraqui	2	tatu	1				
matrinxã	5	veado	3				
pacu	13						
pacu-de-malha	1						
pescada	1						
piranha	12						
pirarara	1						
pirarucu	5						
surubim	3						
tambaqui	1						
traíra	2						
tucunaré	13						

As técnicas utilizadas nas atividades de caça, de pesca e de captura de quelônios e suas descrições constam no *quadro 5*. A procura com espingarda é a técnica mais utilizada no abate de animais, arma de fogo que também é utilizada na “espera”. Apenas uma família declarou não realizar caça de animais silvestres. A zagaia e o arpão são os artefatos mais utilizados na pesca de peixes no rio Jaú e Igarapés. Caniços, redes

de espera (malhadeira) e pesca com facho também são comumente utilizados na pescaria. O jaticá é o aparelho mais utilizado na captura de quelônios. Várias combinações de anzol, linha e outros instrumentos de pesca são utilizados pelos moradores.

Quadro 5: Descrição das técnicas de caça e pesca utilizadas pelas famílias do Tambor.

TÉCNICA	DESCRIÇÃO
Procura com espingarda	Procura ativa por animais em trilhas na mata ou com canoas a remo, subindo igarapés ou margeando corpos de água maiores.
Espera com espingarda	O caçador aguarda em árvores frutíferas ou outros <i>habitats</i> utilizados pelos animais, atando bem alto a rede ou construindo um jirau. Pode também atrair o animal a um local específico.
Armadilha	Artefato com isca deixado na floresta para captura de animais.
Anzol e linha comprida	Pesca de linha e anzol sem o caniço, empregada para pescar em locais mais profundos.
Arpão	Haste de madeira com arpão de metal encaixado na extremidade e amarrado na canoa. Depois de arpoada a presa, a mesma fica presa pela corda, por onde é puxada e embarcada.
Caniço	Pesca de linha e anzol com o caniço, empregada para pescar em locais mais rasos.
Espinhel	Consiste numa linha mais grossa (espinhaço) onde, a intervalos de 1,5m são atados pedaços curtos de linha mais fina com um anzol em cada extremidade.
Facho	Pescaria noturna em que os peixes são localizados com auxílio de holofotes e bateria ou lanternas.
Jaticá	Tipo de arpão sem farpa específico para quelônios, utilizado também com haste.
Malhadeira	Rede de espera para captura de peixes e/ou quelônios.
Zagaia	Haste com tridente na ponta.

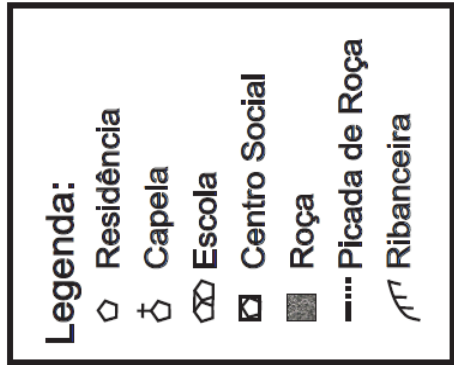
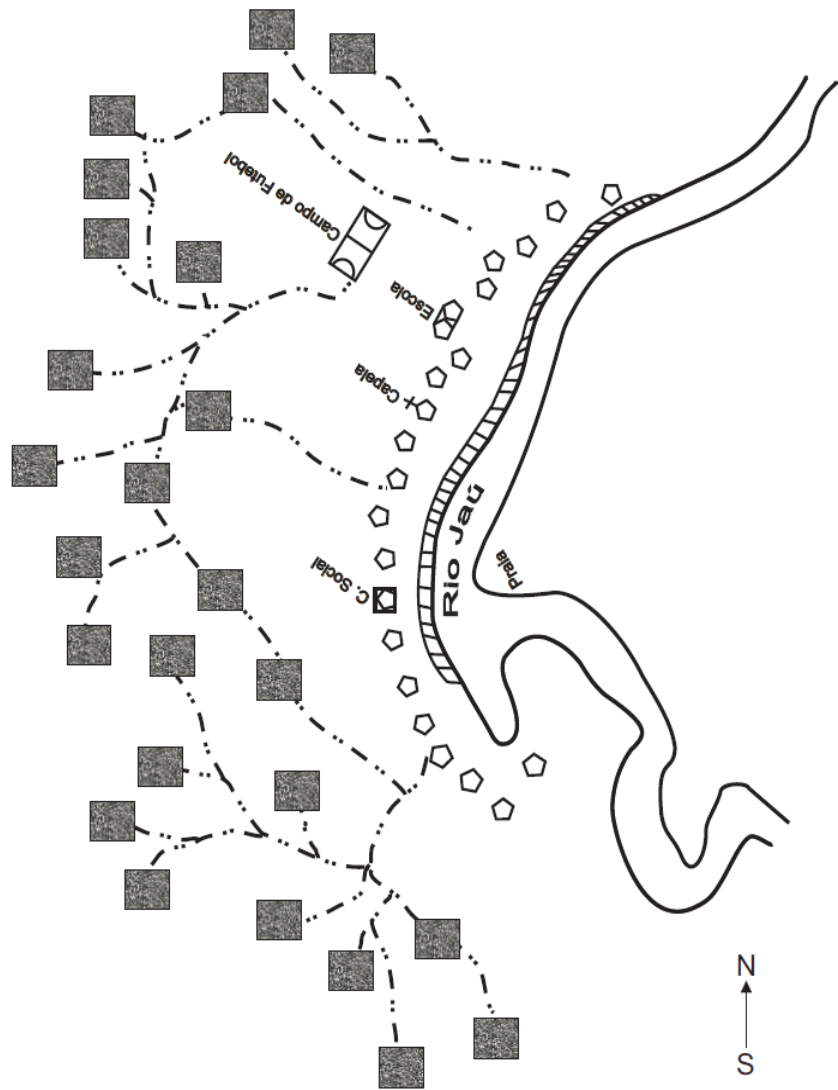
Foto 14: Instrumentos de pesca.



Fonte: Arquivo do autor, 2007.

Durante o período da cheia os peixes tornam-se escassos e de difícil obtenção, pois as matas de igapó ficam completamente alagadas e a fauna aquática se dispersa pela floresta submersa. Já no período da seca, observa-se uma maior concentração de fauna aquática nos corpos de água remanescentes, o que proporciona um aumento considerável no rendimento da pescaria feita pelos moradores. Nesse período, que corresponde à maior parte do verão amazônico, as famílias do Tambor podem fazer uso praticamente de todos os seus apetrechos de pesca, o que normalmente resulta em capturas mais diversificadas das espécies e participação mais ampla dos indivíduos que constituem a família.

COMUNIDADE DO TAMBOR



1.3. A GESTÃO PARTICIPATIVA E *HABITUS* LOCAL

Criado pelo Decreto nº 85.200, de 24/09/1980, na modalidade de unidade de conservação de proteção integral – categoria que exclui a presença de grupos humanos residindo dentro da área projetada para essas UCs – o PNJ passou desde então a explicitar as controversas da retórica ideológica¹⁶ expressa na política de desenvolvimento ambiental brasileira. À época, o argumento central na defesa da criação desta UC por ambientalistas ligados ao governo baseava-se na chamada “teoria dos refúgios” e no suposto vazio demográfico da região¹⁷. Pode-se considerar que os efeitos mais caros dessa intervenção sobre a população do meio rural da região de criação veio mesmo na forma de fortes pressões que o órgão gestor da UC passou a exercer sobre os moradores, com deslocamentos compulsórios sem indenização prévia e os “êxodos” forçados a que foram submetidas todas as famílias residentes no rio Jaú e em suas adjacências.

Meu primeiro contato com esta situação mais ampla envolvendo os residentes na área projetada para o PNJ e a administração do parque ocorreu em 1996. Em meados de abril daquele ano eu fazia uma demorada viagem pelos rios Unini e Jaú¹⁸, ambos tributários do rio Negro pela margem direita. No que diz respeito ao rio Unini aquela era minha primeira visita. Já em relação ao Jaú, era a primeira vez que eu subira além da chamada Cachoeira Grande - trecho do rio conhecido por insidiosas pontas de pedras que delimita, a partir da sua foz, o curso do rio mais tranquilo de navegação por barcos de médio e grande porte. Acima desse ponto, dependendo do período da estação seca/cheia e do tipo de embarcação, a navegação pode tornar-se difícil e até arriscada. Contudo, foi justamente a partir deste ponto que minha viagem pôde revelar seu aspecto mais interessante em termos da reflexão que posteriormente seria feita sobre essa minha experiência.

É de amplo conhecimento que o rio Jaú constitui-se num dos principais afluentes do rio Negro, onde tributa suas águas, pela margem direita, na região conhecida com baixo Rio Negro. E possuindo aproximadamente 300 km de extensão com uma área de drenagem de aproximadamente 10.000 km², sua malha hidrográfica é bem ampla constituindo-se de várias centenas de nascentes que lhe conferem uma extensão total aproximada de 5.700 km de vias fluviais. Outro destaque pode ser dado

¹⁶ Ver Barreto Filho, 2002.

¹⁷ Ver capítulo 3.

¹⁸ Esta incursão pelos rios Jaú e Unini levou exatamente 25 dias.

ao comportamento desse rio em relação às variações climáticas e pluviométricas que se diferenciam tanto à montante quanto à jusante influenciada pelo represamento das suas águas na junção com o rio Negro. O mesmo pode-se afirmar sobre o fluxo de seu curso, cuja presença de corredeiras, saltos, formações rochosas e lagos produzem também variações de velocidade e volume por toda sua extensão.

Esta gigantesca rede de vias fluviais com seus incontáveis fluxos oferecerem uma grande variedade de nichos com recursos importantes para consumo e exploração humana. Além disso, tais características constituem-se em importante fator facilitador da mobilidade nos frequentes deslocamentos da população local para o interior e para fora do vale do Jaú, motivada em boa parte pelas mesmas expectativas que outrora também movimentara seus antepassados.

Deve ser considerado, portanto, que tais características físico-naturais nunca constituíram impedimento à ocupação humana. Pelo contrário, elas parecem ter se constituído em importantes elementos de atração, adaptação e de regulação da dinâmica da vida social que historicamente tem marcado a paisagem desta região. Uma paisagem socialmente dinâmica cujas alterações mais recentes pretendemos comentar adiante, todavia, que já era intensa e variada mesmo antes do processo da colonização portuguesa (Moreira Neto, 1988; Leonardi, 1999; Barreto Filho, 2002).

Retomando sobre minha primeira experiência aí, as circunstâncias que propiciaram meu contato com a situação do Jaú poderiam ser inicialmente relacionadas com minha área de formação e atuação acadêmica. Em março de 1996 eu havia sido convidado a integrar uma equipe multidisciplinar - termo que vinha arrebatando cada vez mais simpatizantes na seara das atividades acadêmicas, especialmente os chamados “trabalhos de campo”. Sobre essa empolgante disposição em torno da atuação multidisciplinar, pode-se acrescentar que muitos desses simpatizantes no âmbito da instituição na qual me graduei eram como eu, neófitos, portanto, entusiastas potenciais ou “deslumbrados” como se dizia à época em tom irônico. A coordenação da equipe que realizaria este trabalho multidisciplinar ficou por conta de uma pesquisadora da Fundação Vitória Amazônia – FVA.

Poderia ainda destacar do ponto de vista pessoal que esse trabalho surgiu como uma excelente oportunidade e, a partir daí, sua aceitação foi então tomada como inquestionável. Passei a considerar o trabalho instigante profissionalmente e positivo porque acontecia num importante momento da minha vida de estudante. No segundo

semestre de 1995 eu havia concluído o curso de graduação em ciências sociais na Universidade Federal do Amazonas; no final do mesmo ano fui contemplado com uma bolsa de aperfeiçoamento por um período de dois anos. Nesse sentido, o convite para participar daquela incursão me renderia, pelo menos, um contato direto com uma determinada situação social e uma provável experiência com trabalho de campo – algo infelizmente pouco praticado durante quase toda minha graduação.

Nossa equipe era constituída de colaboradores e pesquisadores, sendo que uma parte dos seus membros era formada pelo pessoal da própria FVA e outra de convidados que tinham graduação ou especialização nas áreas acadêmicas requeridas. Em termos de formação específica, a equipe constituía-se de biólogos, agrônomos, assistentes sociais, mateiros e cientistas sociais. Além destes, havia a tripulação do barco-lancha da FVA, composta de três pessoas, e um garoto de aproximadamente dez anos que seguia acompanhando a mãe - coordenadora do levantamento. Ao todo, devíamos ser doze ou treze pessoas. O principal objetivo dessa equipe seria, então, dar continuidade a um amplo levantamento socioeconômico, demográfico e de uso dos recursos pelos chamados *moradores do PNJ*¹⁹ que já vinha sendo realizado pela FVA²⁰ desde 1992/3. A categoria na qual eu e mais quatro colegas estávamos incluídos era a de colaborador, ou seja, nossa tarefa seria colaborar na abordagem, entrevista e coleta de informações junto às pessoas que residiam na chamada área *core* do PNJ. Um registro que foi marcante nessa experiência e que também serviria para reflexão sobre a dimensão do problema aqui abordado será recuperado a seguir.

Ao entrar no rio Jaú para realizar meu primeiro trabalho de campo na região, o conhecimento que detinha da situação social e das características específicas da sua população poderia ser definido como parco e impreciso. Além das informações gerais sobre a especificidade e objetivo do meu trabalho, sabia apenas que as atividades envolveriam “moradores do Parque Nacional do Jaú” (doravante PNJ) que, à época, distribuía-se em pouco mais de uma dezena de localidades pelos rios Jaú e Unini; no plano geral, tais informações traçavam apenas um esboço desta população que tendia para aplicação dos termos generalizantes já conhecidos como ribeirinhos e/ou extrativistas.

¹⁹ Esta classificação foi objeto de crítica em diversos trabalhos anteriores e aqui também ela será problematizada. Faremos algumas ponderações sobre seu uso corrente no âmbito da FVA no capítulo 4.

²⁰ Este trabalho de levantamento teve início em 1992 quando a FVA iniciou trabalho específico para produzir um censo dessa população.

Não há dúvida de que a falta de informações relevantes sobre tal população podiam ser, à época, reais inclusive para os próprios encarregados da gestão do PNJ – IBAMA e FVA. Afinal, esse era o principal motivo pelo qual nos encontrávamos ali naquela expedição. É possível ainda que até uma percepção mais atenta à dinâmica da organização e estrutura social dos grupos locais poderia, eventualmente, incorrer no uso de tipificações generalizantes sobre a referida população, já que tão ajustado parecia estar seus modos de vida com certas tipologias com que esses grupos são caracterizados na historiografia e literatura regionalista.

Penso que parte dessa desinformação provinha justamente do lugar comum que tais tipificações geravam; a outra parte resultava do desconhecimento que realmente se tinha sobre as especificidades que envolviam tal situação social. Desconhecia-se, por exemplo, que em princípio da década de 1980, quando variações sistemáticas empurravam para baixo o preço e a procura de produtos importantes da floresta - principalmente a seringa e a castanha - desencorajando o trabalho extrativista, esta mesma população continuou como vinha fazendo há décadas ocupando o vale do rio Jaú e seus afluentes. Esta população, geralmente percebida como homogênea e estagnada, se caracterizava, ao contrário, por uma notável diversidade sociocultural e pela movimentada vida societária que mantinha interconectados uns aos outros esses moradores, todos os povoados dessa micro-região.

E mesmo muito antes desse período, nas primeiras décadas do século XX, não somente as famílias das quais descendem os atuais membros da comunidade do Tambor, mas toda a população residente no âmbito da bacia e das adjacências do Jaú havia estabelecido aí um conjunto de relações sociais e ecológicas relativamente estáveis. Formados a partir das relações que normalmente eram estabelecidas entre membros de extensos grupos domésticos que lá se reproduziam, os chamados “povoados”, até esse período, podiam ser facilmente localizados perfilando praticamente todo o curso que compreende o alto e o baixo rio Jaú.

Sobre esse aspecto, Leonardi chega a relacionar mais de 90 lugares, entre a foz e o alto curso deste rio, que eram “habitados, igualmente, por nordestinos e caboclos amazonenses, em processo permanente de miscigenação e aculturação” (1999: 147-8). Apesar do teor neo-evolucionista da percepção deste autor, sua descrição a respeito da presença desses grupos sociais do vale do Jaú e de seus afluentes corrobora

suficientemente para o nosso propósito de enfatizar, neste ponto, a expressiva densidade demográfica e diversidade sociocultural do rio Jaú.

Supomos também que em diferentes contextos históricos, quando a estabilidade da relação constituída nesse processo sofreu impactos significativos decorrentes de mudanças no cenário econômico, na política e/ou legislação ambiental ou ainda por conta de algum evento relevante, esses grupos reagiram a tais situações produzindo arranjos e ajustes organizacionais. Esses arranjos possibilitaram novas dinâmicas à vida social que facilitaram a interação com a nova configuração em curso, permitindo certa continuidade tanto das relações sociais quanto ecológicas já existentes.

Mas, lá estávamos dando continuidade ao levantamento que poderia subsidiar com informações razoáveis a administração do PNJ. Nossa primeira parada tinha sido o posto do IBAMA, na entrada do rio, onde também iríamos pernoitar. Na manhã seguinte seguimos para a comunidade do Seringalzinho e lá permanecemos por algumas horas antes do barco seguir novamente viagem.

Após uma semana ininterrupta de trabalho realizado em três povoados, aportamos, na manhã do dia 16 de abril, numa localidade que se situava à margem direita do Jaú, bem acima da cachoeira grande. Nela residiam aproximadamente oito famílias. Outrora, talvez esse número tivesse sido maior tendo em vista que a complicada condição de sobrevivência, a dificuldade para obter atendimento para os diversos agravos à saúde somada ao movimento de saída compulsória da área a partir de meados de 1980, poderia ali também ter seu reflexo.

É importante frisar que a situação na qual se configura a relação resistência/enfrentamento e desistência/êxodo²¹ vivenciada pelas famílias na área delimitada para o PNJ tinha se iniciado em 1982, primeiramente com a instalação da base do IBDF na foz do Jaú. A partir daí a população local passou a conviver com pressões, aplicações de medidas para controlar entrada e saída dos residentes e outras admoestações que a então gestão do PNJ julgava necessária. Um segundo momento na sequência dessa relação que registra especialmente uma predominância da situação de desistência/êxodo sobre a de resistência/enfrentamento pode ser notado a partir dos primeiros anos da década de 1990. Em relação às pressões, se observou que em muitos

²¹ Em relação à questão específica do êxodo, estou me apoiando na observação feita por Barreto Filho que identificou na situação do Jaú uma forma continuada e progressiva desse fenômeno, com dezenas de famílias abandonando a área *core* do PNJ. (2001: 395)

casos a aplicação de medidas de controle e fiscalização extrapolou a legalidade da instrução normativa e do bom senso em termos administrativo com claro objetivo de se obter um efeito pragmático sobre a resistência dos moradores. Abordaremos detalhadamente tanto esses dispositivos de controle e fiscalização quanto os processos de deslocamentos compulsórios do Jaú nos capítulos 3 e 4.

Não obstante, olhando para a estrutura do conjunto de residência era possível perceber alguns indícios de como aquele agrupamento tinha resistido até ali à forte pressão, primeiro, imposta pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF e, posteriormente, pelo IBAMA, no propósito sempre explícito da desocupação definitiva da área do PNJ. O conjunto de residências cravava-se no alto de uma ribanceira de onde declinavam duas fileiras formadas por toras de paxiúba (*Iriartea exorhiza*). Uma dessas fileiras localizava-se bem ao centro do vilarejo, enquanto a outra margeava uma das suas extremidades, ambas constituindo-se em acessos para o rio. Visto à distância ou da margem do rio, o conjunto de casas esparsamente dispostas uma ao lado da outra descrevendo levemente um arco era em quase tudo semelhante aos vilarejos por onde já havíamos passado. Das rústicas construções, cujas cumeeiras encerravam-se num trabalho meticuloso de entrelaçamento de palhas chamados “jacarés” passando pelos espaços reservados à circulação coletiva até o número de famílias que geralmente comportavam esses vilarejos, por tudo isso, esses povoados poderiam ser indistintamente equiparados. As casas construídas com palha, madeira e cipó raramente iam além dos três cômodos naquele vilarejo. Essa divisão interna consistia basicamente em um espaço na entrada formando a sala, nos fundos encontrava-se a área da cozinha e no meio um quarto amplo onde eram armadas as redes. O espaço de onde se dependuravam as redes era separado dos outros cômodos por divisórias de palha e madeira.

Num espaço próximo ao centro da comunidade existia um barracão coberto com palha e com parte das paredes laterais cercadas até a metade. Nesta construção eram realizadas as reuniões de trabalho, de organização comunitária e também os eventos recreativos dos moradores. Um pouco mais recuado, à direita deste barracão central, encontrava-se uma pequena construção de madeira coberta com palha onde, segundo as informações obtidas, uma moradora voluntariava-se a alfabetizar as crianças do vilarejo. A presença de espaços indicando atividades de convivência e organização do grupo e de educação escolar, ainda que modestos e reduzidos, podia, naquela

situação, ser tomada como representativa da tentativa de seus moradores não cederem ao êxodo forçado.

Assim como todas as “localidades” e “comunidades”²² situadas no Jaú e no Unini - especificamente as que se situavam dentro da chamada área *core* do PNJ – que a partir de 1993 passaram a ser visitadas e observadas regularmente por equipes de pesquisadores da FVA, nesta também seriam realizados procedimentos de coleta de dados e observação. Como mencionado anteriormente, essas visitas tinham por finalidade coletar informações diversas envolvendo modo de vida, uso dos recursos naturais, formas e técnicas de captura de animais silvestres, densidade demográfica, enfim, um tipo de monitoramento bem amplo sobre os grupos e seu modo de vida. Portanto, no período a que se refere este relato, tanto esta localidade quanto as demais situadas no rio Jaú vinham enfrentando e resistindo estrategicamente às pressões do órgão gestor há pelo menos 15 anos. E embora tenham sido drasticamente afetadas, subjugadas e pressionadas a abandonar seus lugares – o que realmente levou muitas famílias a desistir das suas ocupações –, considero que com início da implantação do PNJ também se esboçou um longo processo de reorganização e resistência dessas famílias. Isso parece mais realista se considerarmos que a determinação oficial para o órgão gestor “esvaziar”²³ toda a área delimitada para o PNJ, num prazo máximo de cinco anos após sua criação, jamais logrou pleno êxito.

Se por um lado, pode ser correto afirmar que sobre a malograda determinação de “esvaziar” a área do PNJ devem ser pesadas também questões operacionais de ordem jurídico-administrativas e burocráticas que impediram a efetiva execução desta ação pelo órgão gestor (cf. Barreto Filho, 2002), por outro lado, deve-se ponderar que ao investir duramente contra a livre circulação dos regatões no rio, criando obstáculos reais para a permanência das famílias residentes na área, os gestores do PNJ se viram também diante de obstáculos que até então não tinham sido devidamente dimensionados: primeiro, administrar uma área de mais de 2.700.000ha composta de

²² Os dois termos tornaram-se correntes principalmente a partir da atuação da FVA. Uma localidade, nessa acepção, significa uma unidade social que não possui entidade de organização interna ou funcionamento de qualquer serviço público básico (escola, posto de saúde, associação, etc.). A comunidade seria aquela na qual pelo menos um destes elementos pode ser encontrado.

²³ Segundo relatos de antigos moradores do Jaú este termo era empregado principalmente por fiscais do IBDF para expressar o objetivo das medidas de fiscalização e controle do PNJ, isto é, impedir possíveis entradas, mas fundamentalmente retirar todos os moradores que ainda permaneciam no perímetro do parque. Outro significado implícito no uso dessa expressão pode se referir à intenção deliberada de anular nos sujeitos afetados prerrogativas legais relacionadas com posse ou título da terra ocupada.

vegetação densa e variada com centenas de rios, lagos e outros cursos d'água, possuindo apenas um número reduzidíssimo de funcionários e parca dotação financeira; e segundo, lidar com a firme resistência desses grupos contra as medidas implantadas já nos primeiros anos do conflito estabelecido pela determinação de evacuação da área projetada para o PNJ.

Deve-se ainda ressaltar que nestes grupos domésticos assentados no Jaú podiam ser encontradas pessoas de origem e visões de mundo distintas. Os lugares ocupados por esses grupos remanescentes de relações envolvendo comerciantes portugueses, nordestinos ou “arigós”, descendentes de chineses ou “chinas”, negros ou “pretos do Tambor” e grupos locais ou “caboclos/ribeirinhos”, possuíam uma dinâmica interna que mantinha ativados seus processos de interação permitindo a reprodução no espaço e no tempo de extensos grupos domésticos. E embora em determinados momentos essa população tenha sofrido perceptíveis variações de contingente, ela permaneceu resistindo às variações e mudanças de contexto histórico, sustentando-se econômica e socialmente com base na exploração dos diversos recursos lá existente que não somente a borracha.

Sobre esta resistência, cabe informar que ela compreende tanto estratégias individuais que visavam tornar sem efeito as restrições impostas pelo órgão gestor assim como elaborações coletivas envolvendo organização e arranjos socioculturais para fins de reconhecimento e manutenção das unidades sociais já estabelecidas. Ademais, nesse contexto de medidas autoritárias relacionadas com controle e restrição dos espaços de uso que se revelou altamente deletérias ao modo de vida das dezenas de localidades ali estabelecidas – todavia, não inteiramente desconhecidas já que em outro contexto histórico algumas já tinham igualmente vivenciado processo de forte controle e subjugação²⁴ - também houve contato mais intenso destes sujeitos sociais com vários segmentos da sociedade urbana, configurando um novo e abrangente campo de interação. Mais adiante poderei expor sobre o modo de vida e as relações sociais dessa população em contextos distintos à atual situação.

Voltando ao meu relato, no momento em que o motor do barco foi desligado e este definitivamente atracou junto ao grande tronco de madeira preso no porto, alguns de nós, postos de pé à proa, percebemos que algo não transcorria bem na comunidade. Notava-se certo pesar e tristeza nos acenos que algumas pessoas, do alto da ribanceira,

²⁴ Este aspecto estará sendo abordado no capítulo 2 e item 2.7.

lançavam em respostas aos nossos. Ao cumprimentarmos as três pessoas que vieram nos receber, fomos informados que no fim da tarde do dia anterior havia falecido uma menina com idade entre seis e sete anos, neta de um dos mais ativos moradores da localidade. Consternados com a notícia e nos sentido pouco à vontade para iniciar qualquer atividade naquele momento, eu e mais dois colegas seguimos até a residência onde a criança estava sendo velada.

No centro da apertada sala de chão batido posicionava-se o pequeno caixão, feito em talhos rústicos e certamente às pressas naquela mesma noite. Sobre sua cabeceira debruçava-se, chorando copiosamente, um homem de aproximadamente 60 anos. Era o avô da criança. Ao nos ver, baixou a cabeça e esforçou-se para conter o choro; depois, silencioso lançou olhar demorado sobre o caixão para em seguida dizer, com voz embargada, que desde que nasceu a menina tinha se tornado a grande alegria da sua vida; lembrou que na semana anterior ela tinha-lhe feito um pedido: queria ter uma fotografia ao lado do avô. Ele havia prometido que isso seria feito tão logo eles ‘baixassem’ para Novo Airão, o que deveria ocorrer até o fim daquele mês. “Não deu tempo” murmurou o contrito homem, depois, ainda ressentindo-se de não ter ninguém na localidade que tivesse uma máquina, expressou a vontade de tirar, naquele momento, uma fotografia da neta para guardar com ele. Foi quando ele quis saber se alguém entre nós trazia uma máquina fotográfica. Ao certificar-se que nenhum de nós havia subido com o equipamento, um dos colegas ao informar o homem acrescentou que nossa coordenadora, que se encontrava numa casa ao lado, provavelmente estaria com a sua a tiracolo. Todavia, ao ficar sabendo da intenção do avô de “retratar” a neta morta, a coordenadora reagiu de maneira que certamente surpreendeu alguns de nós.

Aquela solicitação tinha visivelmente produzido um desconforto que em seguida se traduziria na atitude de incompreensão e repúdio por ela manifestada. Mas também tinha resultado em ato revelador dos limites que podia comportar, em tais circunstâncias, a performática disposição socioambientalista para lidar com a questão da diferença cultural. Ou seja, diante do fato natural, idiosincrasias e representações sociais – ainda que remetidas a arranjos culturalmente articulados –, terá sempre a eventualidade da interpretação etnocêntrica. A maneira como a recusa foi proferida também não foi menos desconcertante. “Isso é um absurdo!” era o que ela tinha concluído a respeito do pedido, censurando com certa rispidez o desejo do avô de fotografar seu ente querido. Na sua argumentação ela classificava a prática – de

observação muito comum nesta e em outras regiões da Amazônia - como “mórbida e desprovida de sentido”.

Afirmo que não é meu objetivo neste trabalho proceder à crítica em termos de censura moral sobre posturas assumidas individualmente pelos sujeitos em suas relações concretas. Não defendo que em nossas análises deva-se dar ênfase demasiada à ambivalência e contradições que permeiam as relações entre os atores sociais em seus esforços na defesa de determinado interesse ou projeto. No entanto, suponho que ações e/ou posições assumidas individualmente podem ser mais úteis analiticamente se interpretadas com base numa perspectiva que leve em conta os contextos específicos de interação e as variações nos principais fatores determinantes das formas sociais nas quais eles estão inseridos. É necessário reforçar nesse sentido que determinados eventos, ambiguidades e contradições presentes na situação descrita poderão ser mais bem compreendidas a partir da configuração do campo dessa interação. Além disso, a atenção para certas interdependências estabelecidas entre os atores sociais nesse contexto nos parece de grande relevância. Destacamos esse ponto também como importante referência que deve ser atribuída a Gluckman (2010 [1958]), mais especificamente ao seu conceito de situação social, que considera o levantamento das interdependências existentes entre os diversos atores como fundamental na abordagem do fenômeno étnico, já que ele resultaria de linhas de cooperação e clivagem entre um universo de atores e condutas.

Assim, o objetivo deste relato é apenas circunscrever minimamente o contexto específico que se constitui como pano de fundo dessa interação social, pontuadas por relações e eventos como o que acabo de mencionar. Nesses termos é importante destacar que os processos e as mudanças na configuração da paisagem social que se observa *a posteriori*, como é o caso da situação do Tambor que se constitui no foco central desta análise, apresenta especial relação com as condições da mediação e das relações estabelecidas nesse contexto imperativo particular.

Sobre tal contexto deve ser enfatizado ainda que a tentativa de incorporar a mudança de orientação e de abordagem que ocorria em nível da ação conservacionista internacional²⁵, a FVA logo procurou manifestar, no início da década de 1990, sua posição a favor da *creative park management in Amazonia, involving the local traditional*

²⁵ Os principais aspectos dessa orientação no âmbito do conservacionismo internacional serão abordados no capítulo 3.

riverain peoples in management plans (FVA 1991: 11). De certo modo, isso significava que a entidade reconhecia que para consolidar a UC em questão seria preciso uma negociação entre distintos grupos que apresentavam interesses conflitantes e com níveis diferenciados de organização e articulação.

Destaca-se que a FVA procurou desde cedo manter entre suas principais linhas de atuação uma ação voltada para o fortalecimento das chamadas “comunidades” tomadas como *locus* de organização política dos residentes. Nos termos de Barreto Filho, “tonificar a capacidade destes [sujeitos] sentarem à mesa em pé de igualdade com os demais interessados no destino do Parque [...]” fazia parte da preocupação daqueles que participavam desta experiência de gestão (cf. Barreto Filho, 2002: 438). Desse modo, à época em que eu colaborava com a realização de parte do referido levantamento, a FVA já procedia a sua “maneira criativa de administrar o PNJ” como vinha então sendo chamado seu modelo de gestão (FVA, 1993:11). No entanto, este modelo “criativo” ou “participativo” de gestão muitas vezes não conseguia escamotear seu corolário sutil que era a perspectiva de intervir sobre o modo de vida dos residentes. E nas circunstâncias mais tensas geradas na interação dos atores locais com os agentes da “gestão participativa”, invariavelmente as manifestações de antagonismos e de resistência podiam ser observadas de ambos os lados. Em outras, cabiam orientações e/ou avaliações de comportamento e hábitos que nem sempre encontravam ressonância no conjunto das práticas sociais e da vida cotidiana dos residentes, mas que ainda assim eram consentidas e/ou admitidas em termos de acordo visando participação na gestão.

Por fim, gostaria de reiterar a relevância desta descrição feita de modo abreviado. Acredito que enquanto dado geral referente a uma situação determinada e espacialmente circunscrita, ela poderá subsidiar reflexivamente o leitor deste trabalho nos casos em que ocorram eventuais reduções da descrição em razão da análise. Dito isto, meu primeiro argumento é de que mudanças significativas nos contextos sociais aí observados intercaladas com arranjos produzidos geraram processos sociais com múltiplas facetas. A partir de interconexões propiciadas por diferentes processos, os grupos passaram a interpretar a si mesmos e a sua situação social com base no conjunto de relações representadas no referido contexto. Tais processos influenciaram também a produção de ações concretas dirigidas de forma coletiva baseadas nos contextos de interação e em expectativas geradas por incorporação compartilhada de determinados significados.

1.4. OBSTÁCULOS À COMPREENSÃO DA CULTURA LOCAL

A representação de grupos sociais na Amazônia em termos de tradição cultural quase monolítica tem recebido, especialmente nas últimas décadas, críticas severas no campo das ciências sociais e, em particular, do pensamento antropológico. A base para tais representações encontra-se numa pretensa visão homogeneizante de fundamento naturalista, que remonta os períodos de domínio desse paradigma. A limitação dos seus aparatos conceituais associada a visões de fundo ideológico, que reduzem arbitrariamente as diferenças e a variação dos significados nos fenômenos sociais têm sido igualmente questionados. A reificação de noções e categorias inócuas correlacionadas em diversas tentativas de explicação das situações em contexto regional podem cabalmente ilustrar alguns obstáculos a serem superados.

E embora as fragilidades desse tipo de abordagem sejam cada vez mais expostas por análises agudas feitas sobre temas por elas abordados seus pressupostos persistem moldurando uma gama significativa de trabalhos e de percepções sobre um conjunto de situações. Sua insistência em não considerar certas dimensões culturais e contextuais importantes que resultam em variações na formação social tem ajudado a manter congelada a dinâmica dessas situações etnográficas em favor da tipificação simplista. Abordagens realizadas com base nessa perspectiva tende rotineiramente descrever e interpretar certos aspectos da vida social como organização, práticas culturais e a interação a partir de modelos analíticos homogêneos e praticamente estáticos.

No caso específico da Amazônia produziu-se um arquétipo interpretativo de aparente força analítica que pretende explicar situações sociais a partir da ênfase em certas características supostamente tomadas como “típicas” e/ou “inequívocas” da realidade amazônica. Com notável regularidade essas características são transformadas nos elementos definidores da unidade social – do seu *modus operandi* ao ethos que orientaria a conduta individual – arrolando-se, então, os principais componentes na tradição de classificar ficticiamente os grupos sociais. Normalmente, essa tipicidade é traduzida do habitat que estes grupos ocupam nos vales amazônicos, quando não se utiliza, concomitantemente, da visão bio-organicista imbricada num modelo dual de classificação que pretende reduzir, segundo Almeida, a complexidade dos fenômenos à rasa oposição simétrica “de um léxico singular de termos que é acionado toda vez que

se trata *de* ou *sobre* Amazônia” (Cf. Almeida, 2008:11). O esquema consiste em focar especificidades locais com base em certas características produtivas e ecológicas das distintas micro-regiões habitadas pelas chamadas populações tradicionais.

Por essa via, poder-se-á caracterizar e definir, *a priori*, que determinados grupos são extrativistas, caboclos ribeirinhos, varzeiros, seringueiros ou sertanejo amazônico. Por um lado, tem se observado que definições a partir de categorias externas e com base em noções de pouca precisão analítica como as indicadas acima tem contribuído para obstruir a compreensão da produção e reprodução da cultura como resultado de processos sociais diversos. Por outro lado, elas invariavelmente não oferecem informação detalhada sobre variação nas formas de organização social e de incorporação compartilhada de ideias, de práticas ou de eventual auto-atribuição da distinção cultural.

No entanto, o que tem sido revelado por vários estudos de campo sobre determinadas situações sociais na região é que tais processos podem, frequentemente, apresentar determinados efeitos independentes do contexto regional e, mais ainda, podendo inclusive negar os estereótipos com que se tentou caracterizar ou classificar culturalmente esses grupos.

1.4.1. A noção “remanescente de quilombo” e o caso empírico.

A construção política da identidade em consonância com a interpretação que determinados atores sociais fazem em torno das possibilidades de garantir acesso estável a certos recursos e condições para sua reprodução física e social, tem engendrado processos sociais diversos nas diferentes regiões do Brasil. Parte significativa destas ações dirigidas coletivamente para efeito de reivindicação de determinados direitos, especialmente aqueles relacionados com a questão territorial, possui um marco histórico conhecido que remete à Carta Constituinte de 1988. Não obstante, deve ser ressaltado aqui que processos sociais diversos em torno destas e de outras reivindicações sociais, algumas com temáticas até mais abrangentes, também são substancialmente notadas bem antes deste marco. Em geral, tais ações coletivas são descritas a partir de enfrentamentos, conflitos e resistências ocorridas em diferentes contextos ao longo dos vários processos de expansão das fronteiras e de colonização das regiões do país (cf. Little, 2002).

Para o nosso propósito, o resultado mais instigante destes múltiplos e complexos processos reside na definição, por parte dos grupos atingidos, de uma estratégia de enfrentamento e resistência às pressões externas. A construção de territórios entre os diferentes grupos sociais é representativa deste tipo de resistência e enfrentamento que se fundamenta em elementos relevantes da cultura e na elaboração de formas organizacionais específicas. Disso, deve-se levar em consideração, ao menos hipoteticamente, que o território construído socialmente por um determinado grupo, assim como as condutas organizativas que o sustentam possa, ao longo do tempo e dependendo das forças históricas que exerça pressão sobre ele, como argumenta Little (op.cit.), sofrer algumas mudanças. Nesse sentido, é esclarecedor notar que no campo dos embates e da interlocução com outros agentes, e em especial com o Estado, os movimentos sociais procuram adotar como estratégia discursiva, a designação de sujeitos da ação (cf. Almeida, 2006:62) na intenção de legitimar eventos e reivindicações.

Diferentemente do que ocorria nas décadas anteriores ao marco Constitucional, quando, segundo Almeida, o termo camponês via-se “atrelado a uma conotação política que poderia reduzir sua força argumentativa” (op. cit, 63), os termos e denominações mais recentes, em geral de uso específicos e localizados, tendem a ser politizados pelos agentes sociais. Nesse aspecto, a adoção de termos de designação coletiva pelo qual o grupo se autodefine e é representado na interação com outros, também representa, segundo Almeida (2006), a emergência desses agentes como sujeitos da ação.

Ainda na esteira da ampliação das articulações e das mobilizações dos atores sociais no contexto pós-Constituição de 1988, observa-se a partir deste marco o surgimento de uma variada gama de associações e entidades representativas de categorias sociais distintas – grande parte relacionada ao meio rural - que mais tarde seriam incorporadas juridicamente ao termo “população tradicional”²⁶. É importante, sobretudo, destacar nesse sentido a formação do Movimento Interestadual das

²⁶ No Brasil o debate sobre os direitos de moradores de áreas protegidas como parques e reservas biológicas sofreu influência das discussões realizadas em arenas internacionais, que inicialmente procuravam destacar direitos de grupos de origem étnica, como os povos indígenas. Em razão de uma legislação específica (Lei 9.885, de 18/07/00), o termo população tradicional adquiriu especificidade incorporando grupos humanos sem aparato legal para reagir à criação e implantação de unidades de conservação, como as denominadas “sociedades rústicas” dos estudos antropológicos (Cunha & Almeida, 2000).

Quebradeiras de Coco Babaçu (MQCB), do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), do Movimento dos Ribeirinhos da Amazônia e de associações tais como dos castanheiros, dos piaçabeiros, dos extrativistas do arumã, dos peconheiros, além de inúmeras outras entidades coletivas que embora ainda não se constituam em movimento social, tem atuado amplamente na defesa de interesses localizados. Ademais, no caso da Amazônia deve ser considerada ainda a atuação de entidades importantes como da União das Nações Indígenas (UNI), do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), da Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Conselho Indígena de Roraima (CIR). Com a exceção da UNI e do CNS, que datam, respectivamente, de 1978 e 1985, todas estas entidades foram criadas a partir de 1988.

Na perspectiva de discutir e compreender as especificidades deste processo de articulação e de mobilização dos atores sociais em torno da identidade étnica em contexto político de interação social, alguns autores, nas últimas décadas, têm procurado enfocar o território como elemento crucial desse fenômeno. Em geral, as reflexões oriundas dessa discussão relacionam a etnicidade com uma trajetória – dada historicamente e determinada por vários fatores - e com uma origem baseada em uma experiência primária, individual, mas que também pode estar traduzida em saberes e narrativas (Oliveira, 1999). Assim, a questão territorial passa a ser tomada como dimensão estratégica fundamental para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro do Estado-nação. É também para enfatizar a importância do fato histórico na constituição dos processos de mudança e de transformações na vida sociocultural desses grupos étnicos, que a noção de *territorialização*²⁷ foi formulada por Oliveira (1993). Segundo este autor, o uso do referido termo pretende indicar uma intervenção da esfera política que passa a associar um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados.

Cabe salientar aqui que outros autores têm procurado discutir questões relacionadas com processos históricos e identidades na Amazônia com reflexão crítica

²⁷ Sobre a noção de territorialização Oliveira Filho afirma tratar-se de “*um processo de reorganização social que implica: a) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; b) a constituição de mecanismos políticos especializados; c) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; d) a reelaboração da cultura e da relação com o passado*” (Oliveira Filho, 1999:20).

em torno da potencialidade heurística da noção de *territorialização* (Barreto Filho, 2001; Peres, 2003; Almeida, 2006). A propósito do uso da mesma noção, ao analisar o ativismo político na região conhecida como baixo Rio Negro, Peres (2003) considera que para se entender claramente o palco constituído pela articulação de redes transnacionais de movimentos sociais e de organizações lá observados seria preciso complementar e combinar a noção de *territorialização* com a noção de *etnificação* (Peres, 2003:34-35). Nessa discussão introduzida por Peres também está incluída a noção de *tutela* para enfatizar a necessidade de se analisar e interpretar fenômenos como de reemergência étnica e de redes transnacionais dos movimentos sociais, especialmente as que ocorrem em diferentes níveis de escalas.

Ao tomar a mesma noção de *territorialização* para aplicação no campo das relações entre as chamadas “comunidades tradicionais”²⁸ e o Estado, Almeida (2006) procura enfatizar aspectos como a capacidade mobilizatória - em torno de uma política de identidade - e o jogo de forças em que os agentes sociais travam lutas e passam a reivindicar direitos. Em geral, essas lutas envolvem a garantia de acesso a determinados recursos percebidos como essenciais para a existência do grupo e à permanência numa terra. Nesse caso, as terras tenderiam a ser incorporadas para além de seus aspectos físicos que, “segundo uma idéia de rede de relações sociais cada vez mais fortalecidas pelas autodefinições sucessivas ou pela afirmação étnica” (Almeida, 2006:90), se constituiriam em territórios específicos. Para designar essas delimitações físicas de certas unidades sociais que constituem os territórios etnicamente configurados, Almeida recupera e procura atribuir ao termo territorialidade um significado que aparentemente o preenche de dinâmica social. Assim, a noção de “territorialidade específica” (Almeida, 2006:25) resultaria de diferentes processos sociais de territorialização e delimitariam dinamicamente terras de pertencimento coletivo que assim passam a convergir para um território.

“Compreendem, pois, uma constelação de situações de apropriação de recursos naturais (solos, hídricos, florestais), utilizados segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre uso e propriedade e entre caráter privado e comum, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por

²⁸ Recupero a discussão introduzida por Almeida (2006) sobre uma sintonia entre a expressão “comunidades” e a idéia de “povos tradicionais”, que nessa perspectiva deslocaria da expressão designativa o termo “populações”, tendo em vista a pouca força do termo como operador político.

elementos identitários peculiares e por critérios político-organizativos e econômicos, consoante práticas de representações próprias”. (cf. Almeida, 2002:45).

Não obstante, consideramos ainda ser pertinente destacar dois aspectos relativos à discussão em torno dos territórios em questão. O primeiro seria situar essa discussão dentro de um marco disciplinar específico. Nesse caso, é importante salientar o caráter sociológico que a noção de território precisa assumir nesse debate que também acontece em outros campos disciplinares como a geografia e o direito. Sobre esse ponto, um entendimento da noção de territorialidade com base “em signos étnicos carregados de metáforas, inclusive biológicas, referidos a uma afirmação positiva dos estereótipos de uma identidade étnica e racial” (O’Dwyer, 2010: 3), da qual a antropologia faz referência para designar espaços socialmente configurados, poderia fornecer elementos para a compreensão das ações dirigidas por determinados atores, ainda que sua aplicação no campo jurídico-político não seja da mesma ordem.

O segundo aspecto que julgamos importante refere-se à forma de constituição desses territórios. Estamos supondo que a compreensão dessa problemática pode passar pela análise dos critérios de pertencimento territorial e a produção de diferenças culturais pelos atores sociais. Esta perspectiva que pretende, sobretudo, dar ênfase às circunstâncias e contextos de interação, encontra sua fundamentação teórica no postulado de Eriksen (1991) sobre a etnicidade. Desse modo, é importante ressaltar aqui o trabalho de O’Dwyer (2005) que ao discutir questões ligadas à produção de diferenças étnicas, procura confrontar modelos utilizados por pesquisadores com os critérios de pertencimento e de produção das diferenças culturais que os próprios atores sociais articulam. Nesse ponto, ela rebate e questiona a tese da “pouca contrastividade cultural” dos quilombos no Brasil - defendida por alguns pesquisadores entre os quais Richard Price - chamando a atenção para a necessidade de se pensar “a etnicidade como um tipo de processo social no qual as noções de diferença cultural são comunicadas” (cf. Eriksen, 1991:62). Ela enfatiza ainda que esta noção, que tem sua origem nas discussões empreendidas por Barth e Eidheim, tem encontrado ressonância em dados etnográficos colhidos na pesquisa sobre comunidades remanescentes de quilombo na Amazônia (cf. O’Dwyer, 2005).

Para efeito da elaboração desta pesquisa, esses são aspectos teoricamente relevantes tendo em vista a necessidade da análise de processos sociais e da produção da etnicidade em contexto amazônico. No caso específico dos quilombos na Amazônia, estou considerando também aspectos socioambientais relacionados com os espaços de uso, onde o território é percebido não apenas como condição de existência e de reprodução física e social do grupo, mas que também é permeado de relações ecológicas e simbólicas específicas. Assim, estamos supondo que os grupos que manifestam uma identidade com base no uso comum de um território, o fazem fundamentando suas ações na existência de uma origem compartilhada a partir da qual podem elaborar sua unidade e se autodefinirem como culturalmente distintos. Nesses termos, a origem, a formação e as situações distintas desses grupos na Amazônia, permitiriam ainda uma resignificação da terra conforme diversas experiências e processos históricos (Acevedo & Castro, 1998:33). Todavia, ainda que processos como estes envolvam situações de construção identitária e de reorganização das comunidades negras rurais ou “remanescentes de comunidades de quilombo”, pode ser constatado também que somente um pequeno número de trabalho tem focado e discutido esse processo a partir de instrumental analítico capaz de incorporar tanto a especificidade da dinâmica quanto de variabilidade das relações existentes entre esses grupos.

Ademais, no que concerne ao campo do conflito em que geralmente estão circunscritas estas situações, dados de alguns pesquisadores têm convergido para um mesmo conjunto de intenções e de ações políticas que passaram a ser empreendidas por esses grupos sociais. Entre os aspectos relevantes que a análise desses dados pode revelar, creio que dois deles merecem ser destacados aqui. O primeiro se refere às ações políticas movidas por trabalhadores rurais para efeito de reivindicação da permanência em terras situadas, em larga medida, nas principais áreas de conflito no interior da Amazônia. Este é um aspecto importante, sobretudo, se olharmos o retrospecto da região já bastante marcado por processos diversos ligados à expansão da fronteira agrícola e à implantação de grandes projetos, bem como dos seus efeitos deletérios. O segundo aspecto indica que grande parte destas ações é empreendida por segmentos sociais que se diferenciam pela proposta de terras de antiga ocupação e/ou de uso coletivo (Acevedo, 1998; O’Dwyer, 2002; Little, 2002; Almeida, 2006). Para esse conjunto de comunidades rurais na Amazônia, a continuidade no território passou a ser ameaçada por ações freqüentes que vão desde invasões, passando por desapropriações

do todo ou de parte da terra por empresas e pelo poder público até deslocamentos compulsórios em função dos grandes projetos e da criação e implantação de unidades de conservação. Outro aspecto relevante que o trabalho desses pesquisadores tem revelado em tais situações etnográficas, especialmente nas arenas²⁹ dos conflitos estabelecidos, diz respeito ao emaranhado de articulações realizadas tanto por entidades quanto pelos atores sociais. Decorre daí que em determinadas situações, segundo Almeida (2006), entidades representativas e atores sociais pertencerem simultaneamente a mais de uma rede dentro de um conjunto maior dessas relações. A presença de elementos como esses podem indicar que além da articulação política envolvendo atores e entidades em circuitos distintos, a construção da identidade por determinados grupos sociais é realizada na relação com agentes externos e com os aparelhos de poder do Estado nacional.

Com isso, queremos chamar atenção, em primeiro lugar, para a necessidade de se olhar o processo de territorialização não somente como constituidor dos fenômenos étnicos, mas também como processo que se constitui a partir da mobilização de agentes diversos e do acionamento de agências e aparelhos de poder do Estado. Em segundo, pensar a estrutura dos incidentes da ação social como campos infinitos e indefinidos da interação. E se considerarmos que toda interação está inserida em redes sociais mais amplas, como sugere Barth ao admitir a regra de que todo ato social envolve ao menos três partes - o eu, você e eles (2000:175), poderíamos compreender melhor o que exatamente as situações etnográficas envolvendo territorialidades pretendem evidenciar.

²⁹ Utilizo este termo com o mesmo sentido atribuído por Turner na designação dos vários lugares reais de interação antagonística e de tomadas de decisão (ver Turner, 2008).

1.4.2. “Caboclos ribeirinhos”, “povos tradicionais” ou atores sociais na relação com o Estado?

Como já foi anteriormente mencionado, a situação social focada se situa na região do Baixo Rio Negro, no estado do Amazonas, num contexto sociopolítico marcado principalmente por ações e interações de entidades civis diversas como sindicatos, associações representativas de comunidades rurais extrativistas, ONGs, instituições governamentais, agentes do setor privado e outros. Do ponto de vista histórico, a região conhecida por baixo Rio Negro também foi considerada, durante o chamado período áureo da borracha, em micro região com relativo potencial em termos de atração da mão-de-obra extrativista para a Amazônia. Embora esta região não figurasse exatamente entre as mais produtivas da goma elástica no Amazonas, já que o destaque neste aspecto eram as regiões do rio Madeira (entre as décadas de 1870 e 1880), do rio Purus (a partir do final da década de 1880), e do rio Juruá (entre o final do século XIX e início do século XX), ela foi capaz de atrair um contingente considerável e bastante variado desses trabalhadores, especialmente em termos socioculturais.

Em decorrência dessa movimentação de trabalhadores, entre 1880 e 1914, período que representa a maior pujança da produção da goma elástica local, uma quantidade significativa de trabalhadores vindos principalmente do Nordeste, penetrou nos vales dos rios Jaú, Paunini e Carabinani explorando suas bacias e originando uma série de colocações e lugares, alguns deles muito prósperos, que ainda hoje podem ser lembrados por antigos moradores (cf. Leonardi, 1999: 145). A queda do preço deste produto no mercado externo e o conseqüente enfraquecimento da rede de comércio de aviadores regionais nos anos seguintes tornaram inevitável um desmantelamento gradual do principal modelo de organização social baseado numa estrutura hierárquica de relações de poder. No entanto, é muito importante frisar que, esse desmantelamento de um modelo predominante, não deve jamais ser tomado, como sugere a historiografia regional, por aniquilamento do esquema convencional de comércio regional e das operações tradicionais de troca entre produtos, nem tampouco por ausência de relações de poder estruturalmente hierarquizadas nesta região. Vamos nos deter na abordagem deste aspecto no capítulo 2.

A propósito dessa suposição historiográfica, tem se afirmado reiteradamente que, ao menos até o final da primeira metade do século XX, poucas alterações puderam

ser notadas na região do Baixo Rio Negro, além das medidas esporádicas e de pouca eficácia do poder público para reanimar a economia. Por outro lado, tende-se igualmente a destacar uma melancólica falência e o fechamento do comércio local, seguido do retorno em massa dos nordestinos para seus estados de origem e das centenas de trabalhadores extrativistas que teriam ficado em absoluto abandono nas antigas colocações no interior da floresta (Reis, 1953; Leonardi, 1999). No entanto, um olhar crítico sobre os principais elementos que sustentam esta percepção levanta algumas questões que poderão facilmente colocá-las em xeque. Por exemplo, como uma região definida como estagnada em seus fluxos de desenvolvimento econômico e social e ainda contando com reduzida e dispersa população em absoluto confinamento no interior da floresta, poderia, por volta de 1920 sustentar, em razoável funcionamento, um comércio de bens, de produtos de manufaturados e outros extraídos da floresta como é timidamente reportado por essas análises? Ou ainda, como um poder local de tipo autoritário e concentrado na mão de uma única família poderia ser concebido sem a presença dos seus elementos fundamentais, a saber, condições para imposição da obediência absoluta e pessoas comportando-se inteiramente como subordinadas?

Supondo que os fenômenos referidos acima somente poderiam prefigurar mediante a presença de alguns aspectos omitidos ou negados na descrição da situação, convém, por prudência na condução desta análise, recusar determinadas noções como de “ciclo econômico da borracha” de “decadência”, de “falência”, bem como as categorias³⁰ de designação externa dos atores sociais empregados nesse tipo de análise. Por outro lado, a reflexão crítica sobre categorias abrangentes utilizadas frequentemente para designar certos grupos sociais tanto nas ciências sociais quanto no campo jurídico torna-se igualmente tão importante quanto necessária neste trabalho. Afinal de contas quem são os ditos “povos tradicionais”? Como eles foram definidos e em que circunstâncias se tornaram sujeitos detentores de direitos reconhecidos pelas agências e o Estado? E como eles são chamados a tomar parte nas ações de proteção das Unidades de Conservação?

Consta que as instâncias embrionárias do reconhecimento da existência de povos autóctones, grupos étnicos, povos indígenas e modo de vida tradicional, na esfera

³⁰ Refiro-me fundamentalmente aquelas de uso recorrente não apenas na tradição historiográfica regional, mas também, de forma acrítica, por diversos analistas da Amazônia. Alguns termos como ‘caboclo tapuio’, ‘caboclo ribeirinho’, ‘coronel de barranco’, ‘sertanejo amazônico’ continuam sendo reificados na tentativa de explicar certas situações sociais na Amazônia.

das ações conservacionistas, tenham se estabelecido a partir da segunda metade da década de 1970 (Diegues, 1986). Os fóruns de emergência dessa preocupação com integração das referidas populações como parte dos ecossistemas e, por isso, merecedores de proteção desde que não afetassem a integridade ecológica da área destinada à proteção, teriam sido as Assembleias Gerais da *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources-IUCN* (doravante IUCN), especialmente a partir da 12ª AG da IUCN ocorrida no Zaire, em 1975.

Nesta ocasião, os formuladores e tomadores de decisão das ações conservacionistas foram alertados para que estas não apresentassem como consequência a desagregação cultural e econômica dos grupos que não prejudicassem as Unidades de Conservação (cf. Barreto Filho, 2002). Entretanto, como alguns analistas observaram esta postura não representou o equacionamento efetivo do problema uma vez que aqueles grupos não caracterizados facilmente como indígenas ou étnicos permaneciam tecnicamente excluídos dessa proteção (Diegues, 1986; Brito, 1995).

Ressalta-se que além das assembleias gerais da UICN que se constituíram nos principais fóruns de discussão e formulação de propostas das ações integrativas da questão das “populações tradicionais” à proteção dos ecossistemas, havia ainda os Congressos Mundiais sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas, promovidos pela IUCN em conjunto com a WWF International, a Comunidade Econômica Européia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial.

O principal propósito desses congressos, realizados a cada década desde 1962, seria promover o desenvolvimento e o manejo mais efetivo dos *habitats* naturais do mundo, para que estes pudessem oferecer sua máxima contribuição para sustentar a sociedade humana (cf. Barreto Filho, 2002). Assim, observa-se que será em nível de escala global, onde se articulam organizações de interesses diversos, que a preocupação em relacionar conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico local na gestão da UCs tem sua origem. É também no âmbito dessa junção transorganizacional que a noção de “população tradicional” terá seus primeiros contornos traçado no sentido da definição conceitual que ela hoje encerra.

De acordo com Diegues, foi a partir da realização da conferência “Conservação e Desenvolvimento”, realizada em Ottawa, em 1986, que “a situação dos povos tradicionais que vivem em parques” teria sido tratada pela primeira vez de forma explicitamente clara (1996:103). Segundo o autor, foi a partir nesse evento teria sido

recomendado, de maneira mais incisiva, que os povos tradicionais não deveriam ter seu modo de vida alterado caso decidissem permanecer nas unidades de conservação, ou que não seriam reassentados em outro lugar sem que eles estivessem de acordo. Uma abordagem pormenorizada sobre a gênese desta noção é apresentada no capítulo 3.

Atualmente, o termo “população tradicional” tende a enfatizar - especialmente no campo jurídico, mas muitas vezes também no meio acadêmico - propriedades ou características materiais e/ou ambientais relacionadas a demandas dos grupos em questão. Por outro lado, defende-se que esta categoria possa também ser descrita “por extensão”, ou seja, a partir de uma lista dos elementos que constituiriam a especificidade sociológica de seus “membros” ou dos candidatos [grupos] aceitáveis à associação dentro deste termo (cf. Cunha & Almeida, 2000). No entanto, é importante considerar, como destaca Almeida (2006), aspectos como a abrangência de articulação, capacidade mobilizatória e o jogo de forças que as relações entre essas categorias sociais e o Estado apresentam na questão da política de identidade e da reivindicação de direitos. A observância de elementos como esses podem revelar que além da articulação política envolvendo atores e entidades em circuitos distintos, a construção da identidade por determinados grupos sociais é realizada na relação com agentes externos e com os aparelhos de poder do Estado nacional. É precisamente a partir desse campo das relações entre atores sociais e o Estado que o deslocamento do termo “populações” dará lugar ao de “povos” e “comunidades tradicionais”³¹.

Assim, consideramos que ações sociais no sentido da auto-affirmação categórica pressupõem mobilização de diversos agentes e processos organizacionais em torno das diferenças culturais presumíveis que reforcem o posicionamento e a reivindicação do grupo frente ao Estado. Em linhas gerais, as ações assim direcionadas coletivamente visam o estabelecimento de determinada relação com Estado na qual a comunicação da diferença sociocultural em termos étnicos passa a figurar como um elemento central no campo da interação entre os agentes sociais. Nesses termos, torna-se de fundamental importância considerar o contexto específico em que se desenvolvem tais processos, como é o caso desta *zona fronteira*³² que representa a região do baixo rio Negro. Retomando a discussão levantada por Peres, esse autor observa que

³¹ Referimo-nos aqui especialmente à mobilização e articulação política de agentes sociais que viabilizou a publicação do Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, dispositivo que institui em âmbito nacional a Política de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais.

³² Cf. Ulf Hannerz, 1997.

processos engendrados a partir da ampliação do uso de novos meios de transportes e de comunicação teriam acentuado especialmente nessa micro-região sua vocação como ponto de encontro de movimentos migratórios oriundos de diversas localidades amazônicas e de outras regiões do Brasil. Em tal contexto segundo o mesmo autor, as relações sociais são “forjadas sob o signo da ambigüidade e da mistura” (cf. Peres, 2003: 313). No capítulo 5, que aborda também a situação dos residentes do rio Unini, serão analisados aspectos de alguns processos sociais observados especificamente sobre essa região.

Aqui pretendemos apenas chamar atenção sobre a importância de considerar certas relações estabelecidas na definição de determinadas categorias sociais. Mais adiante abordaremos a constituição do campo de interação e das relações envolvendo o Estado que resultaram na manifestação de etnicidade na situação tratada. Paralelamente, no intuito de demonstrar a relevância desse aspecto na análise, proceder-se-á ainda ao cotejo das principais características aí observadas com aquelas notadas em outras situações, cujos contextos e processos sociais apresentam similaridades etnográficas.

1.5. PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS E PROCESSOS SOCIAIS

1.5.1. Conceito de cultura e a interconexões dos processos sociais

Algumas perspectivas analíticas tendem estabelecer, mesmo enfatizando a especificidade do contexto histórico, determinadas diferenças sociais a partir de características tipológicas externas ou previamente construídas pelo pesquisador. Com isso, a especificidade demonstrada de cada grupo social tende a consistir em operações de comparação de tipologias sociais. Estes casos tipológicos passam então a ser dispostos lado a lado para revelar as diferenças consideradas consistentes na correlação do conjunto de aspectos constituintes da distinção social.

O que realmente se pode mostrar a partir daí é que os padrões de diferença social são limitados e determinados por um modelo analítico que, *a priori*, deixa de fora tanto fatores empíricos relevantes quanto os processos sociais relacionados com a definição da própria formação social. Autores de perspectivas diferentes tem mostrado que tal procedimento não pode dar conta de padrões e formas organizacionais geradas a partir da interconexão de contextos e de processos sociais variados. Por um lado, a

discussão teórica que decorre em torno deste aspecto tem se mostrado epistemologicamente revigorante para a antropologia contemporânea; por outro lado, ela tem frequentemente colocado em franco questionamento o uso de um dos principais conceitos desta disciplina, a saber, o conceito de cultura. Visando enfatizar as questões mais relevantes levantadas por alguns autores em torno deste conceito e possibilitar uma reflexão crítica apropriada para nosso estudo, serão enfocados a seguir alguns eixos temáticos sobre os quais também gravita boa parte deste debate.

No plano do debate teórico as críticas relacionadas com a operação do conceito de cultura são profundas e também variadas. Barth, que pode ser citado como um dos principais representantes desse debate, em um de seus escritos mais recentes considera que os conceitos de *cultura* e de *sociedade*³³, em suas variadas acepções, também podem ser caracterizados como termos antiquados, que deixam de lado questões importantes na análise dos grupos sociais em determinados contextos (cf. Barth, 2000:107). Ao considerarmos a relevância das críticas teóricas referidas acima, devemos agora explicitar em que pressuposto temos nos apoiado em termos de perspectiva para análise do fenômeno cultural. Assim sendo, queremos enfatizar a importância de se tomar determinados padrões ou configurações culturais como resultados de processos sociais específicos. Nesse caso, para que possamos identificá-los e circunscrever adequadamente suas unidades relevantes teremos sempre a necessidade de partir de seus elementos constituintes.

Além disso, vale destacar que o próprio enfoque tomado nesta pesquisa se orienta pelo projeto teórico de reflexão crítica sobre a noção de cultura, cuja idéia central não é percebê-la como uma multiplicidade de formas diferentes e distinguíveis no mundo, onde cada qual se constituiria numa totalidade em si mesma, mas sim, como um sistema de significados inter-relacionados que é capaz de fornecer pistas sobre as ações significativas de uma determinada situação (cf. Barth, 2005).

Nessa perspectiva, estamos considerando o ponto de vista já defendido por Eriksen de que a cultura seja pensada como um jogo de linguagem, isto é, um contexto aprendido e internalizado de significados compartilhados, que é delimitado espacial, temporal e situacionalmente, e que pode ainda ser relacionado a outros jogos através de regras de tradução e conversão, ou através de práticas contínuas ou compartilhadas

³³ Esta advertência encontra-se principalmente na reflexão sobre a análise da cultura nas sociedades complexas (cf. Barth, 2000).

(1991:17). E o nosso enfoque em contextos e processos sociais relacionados com incorporação de determinadas categorias no processo de produção e comunicação da etnicidade se complementa pelo fato de que sua análise também possibilita a compreensão dos principais elementos constituintes do fenômeno estudado. Nesse sentido estamos redirecionando a perspectiva analítica introduzida por Barth (1969a, 1969b, 1987, 2000) sobre o tema etnicidade, cultura e processos sociais, seguido pelas contribuições desenvolvidas por Eriksen (1991a, 1991b, 1993) para a descrição e análise do conjunto de questões e fenômenos relacionados com esses temas. Diante disso, a questão metodológica que tentamos responder tem a ver com qual procedimento poderia conduzir à descoberta dos fatores relevantes na configuração da forma social investigada?

1.5.2. Contextos de incorporação compartilhada

Uma dimensão importante abordada neste trabalho sobre contextos de interação demanda ainda uma tentativa de esclarecimento conceitual mais específica. Considero, então, que um conjunto significativo e, por vezes, bastante extenso de elementos representativos da formação social de determinado grupo, que emerge por ocasião e/ou como consequência dos processos de interação, pode se constituir naturalmente numa importante unidade para análise do seu processo organizacional.

A partir daí, no entanto, uma questão que geralmente se coloca às nossas análises tende a enfatizar que somente as performances, os discursos, as práticas culturais, as ideias, as representações assumidas individual e coletivamente, embora tomados a partir da sua imbricação como marcadores de distinção social ou de etnicidade, não podem oferecer à nossa descrição todos os significados relevantes que eventualmente são articulados em determinados contextos da comunicação da diferenciação.

A consciência de que esta colocação aparentemente pretensiosa poderá suscitar interpretações diversas, exige, pelo menos, que reconheçamos claramente a complicação que a envolve. Por um lado, ela poderá ser tomada como declaração de exibicionismo ou pré-disposição para arrogância acadêmica. Por outro, poderá encorajar o próprio formulador a uma açada tentativa de definição pedante do problema. Todavia, a despeito das impressões que, por ventura, isso possa suscitar, gostaria de

ênfatizar que a questão que coloco não tem a ver com nenhum desses pontos. Tem a ver sim com *insights* que o exercício de observação seguido das reflexões recorrentes sobre a problemática transformou em possibilidade analítica.

Nesse sentido, devo informar que o termo “incorporação compartilhada” pode carecer tanto de sofisticação heurística quanto de originalidade. De fato, ele deriva de uma tentativa utilizada por Barth para especificar a natureza de um tipo de interesse comum relativo à apropriação e uso de terras agrícolas e de pastagens que, segundo o autor, gerariam padrão de incorporação entre membros de diferentes grupos de descendência patrilinear numa situação social inscrita no sudeste do Iraque. No referido caso, o autor pretende especificamente distinguir relações sociais que são constituídas a partir de certas regras, cujas características poderiam indicar relações de *transação* ou de *incorporação* (cf. Barth, 1969). O uso que faço aqui deste termo, no entanto, tem perspectiva e sentido diferente da aplicação em Barth³⁴ que supomos poder deixar mais explícito, sobretudo, com a adição do adjetivo ‘compartilhada’ na composição da expressão.

Não cogitamos aqui, sob nenhuma hipótese, que nossa descrição possa alcançar, com alguma profundidade razoável, o cerne da questão já exposta acima. Do mesmo modo não consideramos que o termo por ora utilizado possa traduzir com força heurística extraordinária a maior parte de propriedades inerente a certos posicionamentos compartilhados que resultam ou emergem a partir dos eventos e circunstâncias observadas. Mas, a idéia de que a articulação simbólica nos arranjos que justificam a diferença cultural pode frequentemente ser observada mudando na forma e conteúdo, histórica e situacionalmente, sugere, pelo menos, uma tentativa introdutória de discussão sobre quais especificidades culturais podem, sob imperativos contextuais determinados, efetivamente se constituírem em marcadores na comunicação da diferenciação ou da dicotomização étnica.

Nestes termos, a referida expressão está relacionada com processos organizacionais e de comunicação da diferenciação cultural em contextos específicos de interação. Ela indica uma relação significativa entre a escolha feita por um grupo em

³⁴ Diferente da formulação desse autor que indica uma relação de incorporação entre grupos de descendência e parceiros de Swat Pathan no Oriente Médio, com uma ênfase no interesse comum dos indivíduos pela apropriação, defesa e uso da terra (ver Barth, 1969:28-9) aqui considera-se principalmente o caráter compartilhado das atribuições e inclusões da distinção étnica incorporados a partir de imperativos contextuais.

torno de certas especificidades culturais – como idéias, símbolos, nomes, marcadores étnicos, auto representação, práticas culturais e outras representações sociais - e os processos e/ou eventos ocorridos em contextos de interação. Supomos, portanto, que os arranjos produzidos a partir daí podem se reproduzir e servir a propósitos coletivos variados como no caso da distinção cultural. O contexto específico a que esta noção faz referência envolve particularmente alterações conjunturais produzidas a partir de medidas administrativas e de políticas em geral que resultam de ação e intervenção direta ou indiretamente gerenciada pelo Estado, o que geralmente pré-figura um contexto tenso e conflituoso.

A especificidade fundamental da incorporação compartilhada está no fato de ela resultar do embate crítico e, muitas vezes tenso, entre membros do grupo e atores que não poderiam ser diferenciados em termos de categoria, de classe ou de *status*, já que estes podem transitar e/ou se posicionar a partir de campos distintos das relações de poder simbolicamente constituído. Diferentemente do sentido contido em termos como ‘manipulação’ e ‘estratégia’, que pretendem indicar uma afirmação da identidade étnica a partir da seleção de elementos identitários realizada de forma aparentemente livre e unilateral por certos atores sociais, a incorporação compartilhada se baseia nos seguintes pontos: 1) que a mobilização em torno de marcadores específicos de distinção étnica não implica exclusão da participação de atores externos nem tem seu processo desencadeado somente por membros do grupo em questão. Ela está relacionada e se desenvolve a partir de um embate crítico envolvendo diversos atores sociais; 2) por conseguinte, a diferenciação étnica somente é efetivada ou torna sua comunicação necessária sob determinados imperativos contextuais, o que implica pensar em deslocamentos de ênfase para aspectos de igual relevância dentro do grupo que não necessariamente a etnicidade.

Assim, perspectivas analíticas que procuram informar a distinção a partir da contrastividade cultural baseada em “continuidades” ou nas características históricas que supostamente evidenciarão uma notável diferença cultural, social e política percebidas entre comunidades negras rurais remanescentes de quilombo, não podem, como já apontado por O’Dwyer, servir aos desafios de uma antropologia do presente (O’Dwyer, 2005). Por outro lado, a idéia de que a diferença étnica é antes de tudo uma escolha estratégica que o *Eu* faria ao se decidir pela adoção de uma identidade, cujo “custo/benefício” teria sido avaliado pela experiência histórica vivida pelo grupo em

adversas condições de fricção interétnica (cf. Cardoso de Oliveira, 2006: 74-5), pode sugerir que o ‘manuseio’ da identidade é uma estratégia baseada em escolhas individualizadas ou tomadas unilateralmente pelos grupos, ainda que se admita que esta escolha seja feita dentro de certos limites determinados pela situação social vivida pelo agente e por sua própria história.

Dito isto, tentarei indicar a seguir, partindo sempre das problematizações já levantadas por autores de referência na temática, alguns aspectos cruciais que envolvem a comunicação da distinção étnica observados em algumas situações etnográficas para uma referência mais concreta. A ideia aqui é tão somente demarcar um campo onde a aplicação deste termo se faz necessária não tanto por significância analítica, mas simplesmente porque é preciso indicar o significado de determinados elementos e arranjos socioculturais relacionados ao fenômeno étnico.

1.5.2.1. Nota metodológica

A propósito de indicarmos os procedimentos utilizados na operacionalização desta pesquisa – que de algum modo já nos referimos no decorrer desta exposição – especificaremos abaixo os principais componentes por meio dos quais foi permitida a realização das atividades de campo e da análise propriamente dito.

Análise situacional: para este estudo que envolve processos sociais relacionados opções e escolhas, isto é, seleção de determinadas possibilidades de relação e de significado culturais dentro de um conjunto de variedades, pretendemos fazer uso da análise situacional nos termos proposto por Van Velsen (1967) acerca dos processos sociais relacionados com a construção da *identidade* no baixo rio Negro. Em relação à perspectiva histórica, tentar-se-á um entendimento do processo de ocupação e das mudanças ocorridas no contexto do Jaú por meio de fontes como a reconstituição de casos importantes, as memórias dos antigos moradores e de agentes com quem estes mantiveram ou ainda mantém relação e outras. Assim, a análise enfocará as relações historicamente estabelecidas entre os atores envolvidos no processo de construção identitária, bem como formas de resistência adotadas por moradores do Jaú na intenção de garantir permanência e uso do território ocupado.

As fontes: a pesquisa procurou articular e se fundamentar em dados, informações históricas e fontes produzidas em níveis variados por diferentes agentes e estruturas organizacionais. A noção de *agentes* integra a estratégia metodológica desta pesquisa no sentido de privilegiar determinados atores sociais, suas ações e suas representações sobre o tema investigado. A análise das intervenções destes agentes levou em consideração a posição que ocupavam no contexto de emergência dos processos enfocados, as redes de relações da qual participavam ou eventualmente interagem, a relevância das ações por eles empreendidas no contexto da transformação ou mudança observada.

a) das fontes de caráter oficial: estamos incluindo entre estas fontes os decretos, leis, portarias, planos, normas de procedimento, relatórios e mapas produzidos – ainda que não exclusivamente – pelo poder público e por entidades não governamentais.

b) das fontes produzidas pela observação direta: o levantamento qualitativo-etnográfico consistiu em registros (anotações, fotografias, gravações, registros de eventos e demais ocorrências *in loco*) produzidos no âmbito do trabalho de campo. Além dos registros obtidos com a observação participante, o material do levantamento foi composto ainda de entrevistas com atores chaves sobre a situação social investigada e de informações obtidas através de observação indireta junto aos eventos e situações que foram relacionadas aos processos sociais em análise ou que puderam se caracterizar a partir deles.

O trabalho de campo: esta atividade foi realizada basicamente a partir de estadas temporárias do pesquisador na comunidade do Tambor, de visitas ocasionais às outras unidades sociais situadas no Jaú. Além disso, foi feita coleta de informações e material nas sedes dos municípios de Barcelos, Novo Airão (incluindo a zona rural) e Manaus no intuito de reunir dados suficientes para análise e interpretação da situação investigada. Esta atividade de trabalho de campo foi realizada em duas etapas: a primeira envolveu coleta e análise de informações gerais sobre a situação investigada; a segunda consistiu num trabalho de caráter mais etnográfico voltado para coleta de dados específicos e de observação da situação social tratada na pesquisa.

CAPÍTULO 2

OCUPAÇÃO HUMANA, DISCIPLINAMENTOS E EMPREENDIMENTO EXTRATIVISTA NO JAÚ.

2.1. BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO NO BAIXO RIO NEGRO.

Consta na historiografia sobre a povoação do Jaú que numa ofensiva anticabana empreendida em agosto de 1836 e desencadeada a partir de Tefé, muitos combatentes cabanos nos povoados às margens do rio Negro teriam dispersado para o interior dos seus afluentes. Por conta da extrema violência com que agiam as tropas militares ao tomar os povoados, integrantes e também não integrantes do movimento que não podiam resistir à ação exterminadora da ofensiva abandonavam suas localidades para embrenhar-se na floresta. Segundo Reis, à medida que iam sendo atacados, esses cabanos dispersavam-se rumo às cabeceiras dos rios e dos igarapés “auxiliados aqui e ali pelos índios e caboclos, varando furos, pilhando sítios, matando, roubando” (1931: 171). Ainda de acordo com esta informação, os principais rios escolhidos como refúgio dos grupos nessa situação eram o Jaú e o Unini.

Vale ressaltar também que bem antes desse período marcado pelo movimento cabano, esses dois rios já figuravam em relatórios e outros documentos oficiais como região bastante povoada por diversos grupos étnicos. E embora haja ponderações por conta de alguns historiadores acerca do alcance e precisão dos levantamentos censitários³⁵ dessa época, pode-se considerar que existe consenso entre os mesmos quando o assunto é a forte presença de populações indígenas nos rios Unini e Jaú ainda na segunda metade do século XVIII (Moreira Neto, 1988; Reis, 1989; Leonardi, 1999).

Em um relatório com indicação de data de 1768, José Monteiro de Noronha, em viagem pelos rios Amazonas e Negro fez observações a respeito da população que habitava o Jaú. Noronha notifica que nos rios Jaú e Unini, que outrora tinham sido

³⁵ Ver Sampaio sobre o uso e o tratamento dos dados censitários do chamado período proto-estatístico. A autora elenca uma série de dificuldades referentes ao censo deste período: técnicas deficientes de coleta, alterações nas categorias censitárias entre um recenseamento e outro, alcance diferencial dos levantamentos, etc. (Sampaio 1997, 25 e ss.)

habitados por numerosos gentios, porém, à época da sua viagem, neles só eram encontrados alguns índios fugidos (Noronha *apud* Barreto Filho, 2001). Cerca de duas décadas após esse registro de Noronha, é Alexandre Rodrigues Ferreira quem fará observações referentes aos desalojamentos de gentios que habitavam o rio Unini realizados pelos Mura. Segundo Ferreira, o rio Unini constituía a principal via por onde os Mura costumavam passar para investir contra as povoações do rio Negro. Assim teriam agido quando atacaram as imediações de Airão, de Moura e de Carvoeiro matando alguns dos principais líderes indígenas desses lugares. Ele também faz alusão à existência de ataques e confrontos indígenas que ainda eram constantes nessa região. Não obstante, Ferreira conclui, acompanhando a informação de Noronha, de que no rio Unini havia apenas presença de índios fugidos (Ferreira, 1983:557). Este autor faz referência ainda à prática de descimentos ocorridos nessa região entre 1774 e 1786 para Airão, indicando a incidência e a continuidade dessa prática ao longo da segunda metade do século XVIII. Assim, todos esses autores acabam convergindo no sentido de reforçar uma idéia de que esta região era realmente bastante povoada.

Em relação aos produtos extraídos da fauna e flora nos rios afluentes da região do Baixo Rio Negro, as observações dos viajantes também indicam uma exploração dos recursos naturais que já se mostrava relativamente intensa a partir da segunda metade do século XVIII. Em seu relatório José Monteiro Noronha refere-se à copaíba (*Copaifera* spp. CESALPINIACEÆ) existentes nos rios Unini e Jauaperi, ainda que observada de forma não abundante no ano 1768. Pouco tempo depois, o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio confirmaria essas observações atualizando algumas informações sobre o rio Unini onde ele identificou presença abundante de tartaruga e de copaíba; além desses, outros produtos são mencionados por este ouvidor como breu e várias madeiras de qualidade, com destaque para o pau-roxo, que segundo ele era abundante entre os anos de 1774 e 1775 nas imediações de Airão. Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1786, também fará referência à variedade de madeiras finas existentes na região e menciona ainda a coleta do breu realizada nas proximidades de Airão (cf. Ferreira, 1983: 563). Não obstante a abundância dos recursos naturais presentes na região, as observações sobre as condições das povoações pelos viajantes desse período histórico indicam situação de precariedade que contrastaria com uma suposta “riqueza e pompa” do período que antecede 1750, quando Ayrão ainda se chamava Santo Elias do Jaú (Leonardi, 1999:35 e ss.). Nesse aspecto, a análise da situação da região feita por

Leonardi sobre o período que corresponde à segunda metade do século XVIII tende a considerar, como hipótese, uma mudança de cenário de “prosperidade” para de “decadência” e de “depopulação” no baixo rio Negro.

2.1.1. O Diretório e seus efeitos

Outro aspecto que merece destaque nesse contexto histórico em que tais observações são realizadas diz respeito à instituição do Diretório dos Índios e seu impacto nesta região. A partir de 1755 um conjunto extenso de medidas executivas³⁶ passou a ser expedida por Dom José I, orientado por seu Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Sebastião José de Carvalho e Mello – mais tarde Marquês de Pombal. As ações desencadeadas a partir das medidas encaminhadas por Pombal iniciou um processo de mudanças de impacto relevante na política de Portugal em relação as suas colônias americanas, especialmente sobre o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Um dos impactos mais fortes dessas medidas teve reflexo nos campos econômico e jurídico-institucional, culminando com uma política específica para a Amazônia. A política de Pombal que tinha por principal executor seu próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Estado do Grão Pará e Maranhão nomeado por D. José I em 1751, pretendia solucionar problemas relacionados com abastecimento da mão-de-obra para a empresa colonial na região. A política previa entre outras medidas a restrição da ação missionária sobre os povos indígenas e a abertura da economia e do comércio à participação do capital estrangeiro (cf. Beozzo, 1983, 47-8). Outro aspecto que merece destaque na política de Pombal é que ela expressava um entendimento do próprio Mendonça Furtado sobre a então situação da região colonizada e idealizava o enfrentamento dos seus problemas por meio da consolidação de uma política econômica e assimilacionista (Barreto, 2002:258).

³⁶ Entre estas foram criadas, em março de 1755, a Capitania de São José do rio Negro, cuja sede seria Mariuá a partir de 1757; o Alvará de Lei de abril de 1755, que estimulava e promovia o casamento de vassallos da Coroa com índia (o)s, tendo em vista o povoamento dos domínios portugueses na América; a criação, em junho de 1755, da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão; a “Lei das liberdades das pessoas, bens e comércio dos índios do Pará e Maranhão”, de 6 junho de 1755 o Alvará complementar do dia 07 de junho, que anulava o Capítulo 1º do Regimento das Missões, de 1686, e renovava o estabelecido na Lei de 12 de setembro de 1662, abolindo integralmente o poder temporal dos missionários de qualquer ordem religiosa, dando nova forma ao governo temporal dos índios.

Considerada a mais importante medida de Pombal, o chamado *Diretório dos Índios do Pará e Maranhão* elaborado por Mendonça Furtado em 1757, foi estendido por Alvará a todo Estado do Brasil em 18 de agosto de 1758. A finalidade desta legislação relativa aos índios era permitir reorganizar a produção interna e dotar o Estado com instrumentos necessários à aplicação da nova política econômica, cristalizada na criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão. O comércio exterior, o tráfico negreiro e a navegação na Amazônia passavam então a ser exclusividade desta Companhia.

Notadamente, como observam alguns analistas sobre a instituição do Diretório dos Índios, os efeitos das ações desta política irão repercutir ao longo de toda a segunda metade do século XVIII e até mesmo após a sua revogação, em 1798. Segundo Beozzo, ao excluir os missionários dos trabalhos de catequese e administração dos índios na colônia, as medidas do Diretório representaram uma mudança radical na política de gestão dos territórios e populações indígenas, pois fizeram “dos índios vassalos iguais aos demais brancos” (1983:59). Para Almeida, a experiência do Diretório e as alterações que resultaram com a instituição das medidas que lhe são correlatas podem ser consideradas como exemplo de transposição cultural, pois estas se tornaram instrumentos legais na execução de um plano de civilização voltado para os índios e em roteiros para o empreendimento colonial, que pode ser remetida à pretensão de construção de uma nova ordem social (cf. Almeida, 1997).

Na perspectiva de Pombal e Mendonça Furtado, as medidas contidas no Diretório tinham objetivo de tirar dos índios qualquer nota de inferioridade por meio de: (1) dar-lhes sobrenomes, (2) imputar-lhes maioria através de regime diverso do vigente nos aldeamentos, (3) atribuir-lhes cidadania em pé de igualdade com os portugueses, criando vilas com os mesmos nomes de Portugal, e (4) conceder-lhes igualdade como membros do povo cristão criando paróquias em lugar das missões. A observação crítica que é encaminhada a partir daí acentua que ao perseguir a laicização do Estado através do predomínio de leigos, este conferiu aos indígenas uma cidadania e igualdade que fora nivelada por cima, isto é, simbolicamente de caráter similar a que era gozada pelo branco.

Os efeitos do Diretório podem ainda ser avaliados a partir da demografia e das características étnicas da população. Ao examinar a questão da densidade populacional da região do médio e baixo rio Negro nas últimas décadas do século XVIII, Barreto Filho destaca algumas importantes características dessa população. Com base no cotejo dos dados apresentados em mapas e recenseamentos produzidos nesse período em diferentes fontes, o autor tenta identificar a composição étnica enfatizando o caráter demográfico da região considerado significativamente expressivo.

Desse modo, a comparação dos dados com base nessas fontes revelou, primeiramente, que a região do médio e baixo rio Negro possuía uma densidade demográfica relativamente expressiva em relação às outras regiões da Capitania; e em segundo, mostrou o contraste significativo entre a quantidade de indígenas que lá eram aldeados e o reduzido número de brancos que habitavam a mesma região (2001:271-72). Disso ele considera que uma população minoritária de brancos, porém, em posição de domínio, era inteiramente dependente do trabalho indígena. A *tabela 1* apresentada a seguir, elaborada com base nas informações desse autor demonstra as características da população que se situava nas vilas e povoados da margem direita do Rio Negro especificamente nas proximidades do Jaú e Unini. Não obstante, é necessário fazer uma ressalva das possibilidades restritivas destas fontes – devido ao contexto da produção e propósitos oficiais - de incluir por meio das representações pouco fidedignas toda a população existente nessa região.

Cabe ressaltar que a constatação dessa densidade populacional na região próxima ao Jaú pode ser estendida até praticamente o final do século XIX, quando observações de viajantes e dados de recenseamentos confirmam a presença e a composição dos grupos étnicos fixados nessa região. Entretanto, é necessário considerar, como já foi mencionado anteriormente, que tais informações possuem fragilidades relacionadas, sobretudo, com presumíveis inconsistências dos dados censitários e das categorias aplicadas nos diferentes levantamentos.

Tabela 1: Comparação de recenseamentos dos povoados próximos ao Jaú na segunda metade do século

XVIII

Fontes	Lourenço Pereira da Costa (1763)		Francisco Xavier R. Sampaio (1775)		João Pereira Caldas (1781)		Alexandre Rodrigues Ferreira (1786)		
Categorias censitárias aproximadas	Índios	Branco	“Todos os índios e índias”	Branco	Índios	“Membros de famílias não índios” (total)	Índios	Pessoas livres	Escravos
Povoados (vilas e aldeias)									
Carvoeiro	183*		323			74	279	66	
Moura	461		858			106	812	67	19
Airão	127		175*			11	105	19	2
Total Geral dos Recenseamentos	771		1356			191	1196	152	21

(*) Indicação de possíveis lapsos ocorridos a partir da somatória nos documentos originais.

Fonte: Barreto Filho (2002)

2.1.2. Sobre levante social e crítica ambiental no baixo rio Negro

Com a extinção legal dos dispositivos do Diretório abolido pela Carta Régia de 12 de maio de 1798, foram igualmente proibidos os descimentos e outros expedientes correlatos para aquisição de mão-de-obra como as chamadas “guerras justas” e ofensivas contra aldeias indígenas. Contudo, na observação de Moreira Neto subsistiu um mecanismo de manutenção do controle da população baseado num sistema “defensivo” que segundo este autor significava praticamente o mesmo modelo do Diretório.

A partir daí a exploração de quaisquer recursos naturais nas aldeias indígenas e a ocupação destas por lavradores brancos também foram liberadas. De igual modo, agiu-se em relação ao comércio com os índios que passou a ser aberto para todos. Proibia-se, todavia, a introdução entre os indígenas de armas de fogo e tudo mais que pudesse dar-lhes ocasião de atentarem contra seus colonizadores. Além disso, índios

que não possuíssem estabelecimento próprio e não tivessem ocupação fixa seriam compelidos ao trabalho público ou particular (Moreira Neto 1988: 30).

Principalmente a partir da segunda década do século XIX as referências à exploração de certos recursos na região serão cada vez mais recorrentes nos relatos de viajantes e naturalistas, algumas assumindo um tom claramente crítico sobre a situação observada. Spix, por exemplo, ao passar junto à foz do Jaú, em 1821, teve sua atenção atraída para algumas espécies da flora local e ainda realizou descrição minuciosa a respeito da colheita de ovos de tartaruga, utilizado para fazer manteiga. Segundo este naturalista, tratava-se de atividade econômica praticada com tanta “incúria” que àquela época ele já declarava a ameaça de extinção da espécie (Spix & Martius, 1976: 240 ss.).

Alguns relatórios de meados do século XIX de presidentes da província do Amazonas com documentos anexos contemplam anotações sobre o processo de colheita de alguns produtos da floresta e também denunciam as formas equivocadas como estas eram realizadas. João Pedro Dias Vieira, em relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 1856, manifesta a sua preocupação face ao comércio da salsaparrilha, da castanha e do óleo de copaíba, em função do modo como estes produtos eram extraídos. Neste documento, ele informa que a salsaparrilha teria desaparecido quase inteiramente das matas e margens dos rios mais próximos, porque na sua colheita eram lhe arrancadas inutilmente do solo as batatas.

Em outro documento, datado de 1863, também apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, João Martins da Silva Coutinho faz novamente referência à forma segundo ele “predadora” como a salsaparrilha vinha sendo colhida pelos extrativistas. Informava o documento que em função da escassez do produto próximo aos povoados era “preciso ir buscar essa droga importante em lugares remotos com muito trabalho e risco” (João Martins da Silva Coutinho, [1863]). Ao expor sobre a produção de estopa no Amazonas, Dias Vieira, em 1856, informava que não obstante ser a castanha um dos principais artigos de exportação da época, sua exploração era feita sem reservas: “[...] colhem-na alguns de todos os castanheiros, sem reserva, e cortando a casca dessas utilíssimas árvores em toda a circunferência do tronco, do que resulta o definhamento e morte de muitas delas [...]” (João Pedro Dias Vieira, op. cit. p.16).

Evidentemente a natureza das críticas desse período chama atenção e será objeto de interpretação em diversos autores. Almeida destaca que desde a correspondência original de Mendonça Furtado com Pombal havia o propósito de sistematizar o cultivo de plantas agrestes então abundantes. Essa preocupação ambiental racionalizadora consistiria em “tornar o que era recurso abundante em produção sistematizada” (Almeida 1997, 229). Leonardi irá considerar tais críticas no sentido de uma antecipação do moderno direito ambiental (Leonardi, 1999:71). Barreto Filho ressalta que especialmente a permanência e constância “dessa crítica esclarecida” encontra ressonância nas preocupações do ambientalismo político que serviria ainda para explicar porque determinadas atividades, em especial a questão da pesca e coleta de ovos de tartaruga, é percebido até hoje como algo sensível (Barreto Filho, 2002: 265). Pádua ao discutir a crítica ambiental no país, considera que a presença antiga desse tema entre a ‘inteligência’ brasileira não deve ser tomado como surpresa em razão “da importância objetiva e subjetiva do meio natural na identificação do fenômeno histórico e cultural a que chamamos Brasil”³⁷ (Pádua, 2002: 28 ss.). Segundo este autor, os protestos contra essa postura descuidada e destrutiva em relação ao ambiente natural teriam começado a aparecer ainda no segundo século da colonização com críticas de cronistas coloniais como Ambrósio Fernandes Brandão [1618] e Frei Vicente Salvador [1627]. Todavia, as observações destes cronistas eram ocasionais e localizadas não se configurando ainda numa tradição de crítica ambiental.

De acordo com Pádua, uma tradição de crítica ambiental sistemática no Brasil só se tornaria consistente cerca de um século e meio depois. Ela tem como epicentro a Universidade de Coimbra após a reforma institucional ocorrida nesta academia a partir de 1772. Teria sido a partir desse período histórico que um pequeno grupo de intelectuais luso-brasileiros, sob a orientação do naturalista italiano Domenico Vandelli, inicia a produção de um diagnóstico sistemático da destruição ambiental que ocorria em Portugal e, com grande intensidade, no Brasil. Os alunos brasileiros de Vandelli, após concluírem os estudos em Portugal, eram distribuídos por diversas capitâneas no Brasil e nelas constatavam o caráter destrutivo do uso dos recursos naturais. Entre eles estava Alexandre Rodrigues Ferreira, escolhido para comandar a expedição científica pela Amazônia por indicação do próprio Vandelli.

³⁷ Elas fariam parte de uma tradição de crítica ambiental que segundo Pádua possuíam antigas e profundas raízes na cultura brasileira (cf. Pádua, 2002).

Ainda segundo Pádua, a linha teórica presente na maior parte das críticas desse período possui dois aspectos que merecem ser salientados. O primeiro é que a discussão crítica sobre problemas ambientais assumidas nesses escritos tem sentido estritamente político, onde a defesa do meio natural é justificada por sua importância para a sobrevivência e o desenvolvimento da sociedade brasileira. O segundo refere-se ao domínio de uma visão antropocêntrica, cientificista e progressista que toma como princípio o valor instrumental do meio natural. Diferente da visão dominante mais recente, os autores desse contexto histórico não consideram a destruição da natureza como um “preço do progresso”, mas sim como um “preço do atraso”, pois sua exploração se realiza através de práticas e tecnologias rudimentares herdadas do passado colonial. Cabe notar aqui que esta mesma percepção aparece incorporada nos discursos dos presidentes e agentes legislativos da província do Amazonas mais de meio século depois, como já destacado anteriormente.

2.1.3. Sobre “depopulação” e composição étnica dos grupos sociais locais

Com a manutenção geral dos interesses coloniais no Brasil após a independência, a base do sistema e a composição do poder na Amazônia, que segundo Moreira Neto, era mais português que brasileiro, permaneceu intocada (Moreira Neto, 1988: 62). Segundo este autor, a independência do país foi um evento de efeito relativamente tardio na Amazônia, “não produzindo aí transformações significativas na organização econômica e social”, exceto a exacerbação dos antagonismos e choques entre facções políticas dominantes (Idem, p.78).

Sobre a situação política gerada após independência na Comarca do Rio Negro, observadores desse período concluem que a divisão político-administrativa que sucede este evento - envolvendo a questão do ordenamento político e territorial - teria frustrado as aspirações de independência e autonomia que havia nesta Comarca. E ainda que a Constituição de 1824 dispusesse em seu artigo 2º que o Império ia permanecer com a divisão das províncias existentes, de onde se deduzia que a do Rio Negro estava incluída, o governo não o fez assim ao estabelecer o número de deputados para o parlamento e nomear os presidentes para as províncias, considerando-a tacitamente uma dependência do Pará (Reis 1931:149). Este descontentamento da população no Amazonas teria se acentuado com a promulgação, em 1832, do código do Processo

Criminal, que tinha como propósito unificar a esparsa legislação do Império. Em 1833, o governo do Pará na tentativa de colocar este Código em execução, dividiu o território desta província em três comarcas: a do Grão-Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas. Extinguia-se assim a Comarca do Rio Negro. Segundo Reis, a população de Manaus, que à época “vivia dominada da idéia autonomista”, levantou-se em protesto contra tal medida que contribuiria para agravar ainda mais a já penosa situação da comarca (Idem, 167).

De acordo com observações de analistas do levante conhecido como Cabanagem, determinadas tensões nativistas que eclodem a partir de 1832 podem ser tomadas como “um ensaio da Cabanagem” (Moreira Neto 1988: 62). A respeito dessa rebelião Reis considera que ela “não foi devidamente estudada em suas causas políticas e sociais” (Reis 1931:163). No que segue também Leonardi ao observar contemporaneamente que “a história da Cabanagem continua sendo pouco conhecida”, principalmente o seu desenrolar na área que hoje corresponde ao estado do Amazonas (1999: 97). Com denominação variada, as imagens e representações dominantes da Cabanagem na maioria das análises tende a destacar o caráter heróico deste movimento³⁸.

Para Barreto Filho as causas indiretas e as raízes profundas da Cabanagem poderiam ser consideradas como múltiplas. Por um lado, ela poderia estar relacionada com a história social e econômica da região desde o *Diretório* e “a situação de tensão racial, exclusão econômica e animosidade contra os portugueses” gerados a partir daí (Barreto Filho, 2002: 282). Por outro, poderia ainda se levar em conta a fragilidade da integração da Amazônia ao Império, que evidentemente não foi exclusividade da região, tendo em vista a série de episódios semelhantes da história regencial do Império.

Em relação aos desdobramentos deste levante na região que interessa aqui, Leonardi destaca que a repressão que se seguiu ao movimento cabano foi muito intensa sobre a população que ele denomina de tapuia ou cabocla - provavelmente querendo se referir à população mestiça, grupos destribalizados e indígenas – especialmente os grupos indígenas que apoiavam explicitamente a Cabanagem como os Mura e Maué. Tivessem ou não participado de ações armadas durante a revolta cabana, os Mura,

³⁸ As denominações mais correntes enfatizam o espectro popular da rebelião: “revolta popular” (Pinheiro, 1993-94), “revolução popular” (Di Paolo, 1985), “movimento insurrecional de massas” (Moreira Neto, 1988: 77), “povo no poder” (Chiavenato, 1984), “guerra insurrecional” (Reis, 1965), ou, mero “motim político” (Raiol, 1979).

negros e mestiços em geral tomados como “inimigos em potencial” pelos encarregados da repressão pós-Cabanagem. Estima-se que a revolta e a repressão que a sucedeu tenham deixado um saldo de cerca de 40 mil mortos em toda a Amazônia (Leonardi 1999, 96-7.). Segundo este autor, num primeiro avanço dos cabanos pelo Rio Negro eles tomaram Tauapessassu (atualmente Novo Airão), Airão, Moura e Carvoeiro chegando até Barcelos. Após seis meses desta investida dos cabanos, em agosto de 1836, começou a reação anticabana. Em Tauapessassu (Novo Airão) o embate teria sido sangrento, “com muita violência e morte de inúmeros caboclos e líderes cabanos” (Leonardi, 1999: 99).

À medida que iam sendo derrotados nos enfrentamentos com as tropas militares, os cabanos dispersavam-se por igarapés e rios menores da bacia do Jaú e Unini. O que se segue a partir daí é a articulação desta dura repressão com a antiga prática de reunião e repartição compulsória de índios e da população destribalizada, que tinha como regulamento as *Instruções gerais para os Comandantes Militares da Província do Pará* e nas *Instruções para a organização dos Corpos de Trabalhadores*, editadas em 1839, pelo Presidente da Província do Pará, Francisco Soares d’Andréa. O foco da aplicação das duras medidas contidas neste instrumento pode ser depreendido da observação feita abaixo

Através da ação conjunta dos comandos militares e das milícias são recrutados os índios, negros, *tapuios* e mestiços, especialmente os sem-terra, deslocados ou que não trabalhem para patrão conhecido (são quase todos, após anos de tensões, fuga e luta armada). A massa nativa assim organizada, recrutada e disciplinada sob rígido regulamento militar, representava toda a força de trabalho disponível da Amazônia, que seria canalizada para as obras e atividades prioritárias do Estado e particulares (Moreira Neto 1988: 72).

Assim, prováveis efeitos locais dessa ação belicosa nas povoações do rio Negro podiam ser observados como a negligência para com os trabalhos agrícolas e o comprometimento de outras atividades. A população da região teria diminuído consideravelmente e no serviço público “a balbúrdia não era menor” (Reis 1989, 173). Em relação especificamente ao rio Negro, “de Airão para cima, completa a desolação. Todos os povoados ali em véspera de desaparecimento” (Idem, 182). A partir daí, as informações e descrições que remetem ao período pós-cabanagem geralmente dão conta

de uma instabilidade da ocupação nas vilas e povoados, “que sofriam bruscas variações populacionais, tendiam a transferir-se de um lugar para outro e estavam todos ameaçados, em maior ou menor grau, de extinção ou decadência” (Moreira Neto, 1988: 42).

O ponto a que estas descrições chegam a termos conclusivos também explicaria as razões da instabilidade populacional do Jaú e suas adjacências. Não obstante as importantes causas episódicas aí ocorridas, como por exemplo, a hostilidade localizada de certos grupos indígenas, o esgotamento de algum recurso natural ou um surto de uma doença qualquer, a principal explicação nesse autor para a instabilidade tende a recair no “caráter essencialmente instável do agregado social básico sobre o qual se pretendia fundar tais lugares e vilas” (Idem, pp. 42-3). Por agregado social básico deve se entender a população indígena, a mestiça de categorias variadas e negros escravos. Ainda de acordo com este autor, “a composição étnica da sociedade regional amazônica foi substancialmente alterada” de uma região com “uma face definitivamente indígena” - “um caráter indígena dominante e onipresente” – que podia ser notado até meados do século XVIII, para uma em que “os processos depopulativos e desorganizatórios” teriam levado a “expressiva diminuição do contingente demográfico aborígene” (idem, p.15). Nota-se a partir do quadro mostrado pelo autor que a população de origem africana, embora mencionada, não figura como força de trabalho relevante nem como grupo de importância significativa na composição étnica da região, apresentando-se assim diluída em termos como “agregado social básico”.

Não se pode deixar de destacar nesse ponto o fato de que apesar das evidências, em diversos trabalhos considerados como “clássicos” da historiografia amazônica, em particular do Amazonas, tanto a presença quanto participação da população de origem africana seja ela escrava ou livre, tende a figurar de forma superficial ou irrelevante no quadro das análises em torno da ocupação regional efetuado por não indígenas. A imputação de penumbras sobre a participação destes sujeitos sociais no âmbito do processo histórico na região, entretanto, não forjaram somente a invisibilidade social com a qual a historiografia procurou relacionar a imagem de tais grupos.

Como efeito, uma inquietação pertinaz em relação à posição dos próprios sujeitos que atuam na tarefa de produção da história vem sendo colocada, com certa frequência, no centro dos debates que envolvem as análises por eles produzidas. Alguns

trabalhos importantes nesse sentido têm seu foco voltado para a presença e participação desses grupos na região em diferentes contextos, demonstrando realidades distintas sobre a distribuição e processo de ocupação africana na Amazônia (Ver Pereira, 1949; Vergolino-Henry & Figueiredo, 1990; Acevedo & Castro, 1998). Com toda certeza estes e outros trabalhos realizados mais recentemente, como as pesquisas desenvolvidas pela historiadora Patrícia Sampaio sobre africanos livres no Amazonas, tem contribuído para demover o silêncio que por várias décadas se impôs sobre a presença africana na região. No caso do Amazonas, por exemplo, as pesquisas realizadas por Patrícia Sampaio têm revelado que, até meados da década de 1860, já é possível encontrar registros da presença de mais de meia centena de africanos livres, de posse inclusive de suas respectivas cartas de emancipação, cuja maioria vivia de empregos em obras públicas existentes na cidade de Manaus (cf. Sampaio, s.d, p.2). Ao problematizar a produção historiográfica regional, esses trabalhos também têm ajudado esclarecer questões importantes sobre experiências, relações e embates que resultaram do encontro dos diferentes sujeitos sociais na região.

Não obstante, como já explicitado no início deste trabalho, não pretendemos realizar aqui nenhum exercício de análise histórica em termos de descrição acurada e singularizante sobre presença de população negra no baixo rio Negro. Nosso propósito com as referências históricas quando instadas para análise será tão somente no sentido de apreender certas modalidades de interdependência que servem para interligar entre si, e em diferentes momentos, um conjunto de atores. Assim sendo, as referências históricas utilizadas em nossa abordagem serão expostos em termos de recorte e seleção de dados com vistas à descrição de processos sem, portanto, prescindir do entendimento sobre como os eventos são interpretados pelos sujeitos que deles participam.

Voltando à questão demográfica no baixo rio Negro, não há como não supor a redução populacional e uma alteração significativa na paisagem sociocultural da região a partir da segunda metade do século XIX. Ademais, podemos considerar que só pelos episódios que procuramos sintetizar até aqui, ocorridos desde a implantação do Diretório até a eclosão da Cabanagem, já se poderia pensar numa série de processos que se derivariam daí com probabilidades de interconexões contínuas, influenciando novas configurações socioculturais. Porém, tomamos por ora a ponderação de Barreto Filho no sentido de relativizar o teor das descrições e as limitações nas informações

disponíveis para evitar o que ele denomina de ‘perspectiva culturalista e unidirecional da mudança cultural’.

Esse autor adverte, por exemplo, para o fato de que embora a adscrição *tapuio* seja disseminada e amplamente empregado nos documentos oficiais – assim como os termos *mameluco* e *caboclo* – explicar a participação dos sujeitos sociais na Cabanagem aduzindo a existência de uma consciência de si enquanto grupo social distinto e solidário pode significar um passo exagerado. Por outro lado, o mesmo autor destaca que fontes de meados do século XIX “deixam entrever uma região com uma face ainda marcadamente indígena” (cf. Barreto Filho, 2001:293). Uma questão elementar pode ser levantada aqui para servir ao nosso propósito expositivo mais adiante: os critérios e elementos da distinção étnica que são utilizados por essas fontes – com base no aspecto racial e na língua – poderiam, realmente, apontar para uma “depopulação” e “aniquilamento” da população considerada nativa nessa região?

2.2. DIMENSÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS RELAÇÕES PATRONAIS NO JAÚ

É possível que um visitante não familiarizado com a intensidade de eventos da sua história mais recente, porém razoavelmente informado sobre temas da ecologia e da conservação ambiental, ao subir hoje o rio Jaú até a parte chamada de Alto, muito convictamente ele intua que nas fímbrias da densa floresta espalhada por toda sua bacia hidrográfica, haja conjuntos vastíssimos de espécies representativas da riqueza e originalidade da fauna e flora da Amazônia. Em seguida, por força imaginativa ou simplesmente para estabelecer um raciocínio mais consistente, ele também poderia pensar que nos salientes beiradões que se projetam do rio para dentro do gigantesco manto de vegetação, em época alguma, ainda que se considere o desapego extraordinário que é capaz de dominar indivíduos de espíritos absolutamente absenteístas, que nem mesmos estes poderiam ali ter permanecido por muito tempo. E, ao se deparar com agrupamentos de habitações que por lá ainda permanecem, se caso demonstrasse alguma surpresa, ainda poderia ele supor tratar-se das esquecidas aldeias dos antigos “índios tapuios” ou de vilarejos dos “caboclos ribeirinhos” que tão bem ilustram os relatos dos “causos” e lendas sobre a Amazônia.

Não obstante, queremos ressaltar que um olhar mais atento e, sobretudo, orientado pela história e dinâmica social deste rio pode revelar suposições muito mais

instigantes do que a deste nosso observador imaginário. Tentarei a seguir mostrar em que medida aspectos importantes desse contexto histórico do Jaú pode servir ao propósito analítico deste trabalho.

Em princípio de março de 1942, o Sr. Pedro Linhares, então com 18 anos, pela primeira vez tentava subir o Jaú. Navegava em sua *volga*³⁹ levando suprimentos e material necessários para uma jornada de trabalho não inferior a seis meses. Seu objetivo era chegar até o alto Jaú, onde segundo as informações correntes, havia muita balata e seringa de qualidade superior àquela encontrada na região de baixo. Pretendia trabalhar inicialmente só com a balata⁴⁰, que à época estava sendo comercializada por um bom preço em Manaus, embora a produção da goma elástica da seringa, àquela altura, estivesse novamente sendo estimulada por circunstâncias externas, que, ele mesmo sabia, “tinha a ver com a questão da guerra”. Contudo, pelo que ele também já conhecia a balata lhe renderia muito mais e em menor tempo se comparado com o trabalho de extração da borracha.

Próximo do lugar chamado Ataíde, que fica pouco antes da atual comunidade do Seringalzinho, situada próxima da foz do Jaú, Pedro Linhares foi abordado pela embarcação denominada *Rio Jaú* de propriedade da família Bezerra. Ao responder algumas perguntas feitas pelo prático da embarcação, informando o que pretendia fazer no Jaú, Pedro Linhares foi obrigado a retornar, rebocado pelo *Rio Jaú* até a presença de Chico Bezerra, considerado por muitos o mais autoritário e temido membro do clã, tanto por fregueses antigos da casa comercial dos Bezerra como pelos trabalhadores extrativistas no Jaú⁴¹. Diante da figura rude de Chico Bezerra, Pedro Linhares compreendeu imediatamente por que não era tão facilmente visto regatão nem comerciante circulando no Jaú, a despeito da considerável população que ali vivia. Também descobriu que jamais poderia trabalhar por lá se não acatasse as condições que lhe seriam impostas pelos Bezerra.

É importante perceber, no caso do Jaú, como certas questões que aparecem imbricadas ao cotidiano dos seus antigos residentes podem levantar pistas interessantes

³⁹ Volga era nome dado à embarcação de uso corrente para o transporte de carga e mantimentos em deslocamentos mais demorados. Tinha porte e estrutura similar a de um pequeno batelão, mas sua propulsão era feita por força humana, utilizando-se de remos que ficavam presos nas suas laterais.

⁴⁰ Balata é o nome que se dá à goma elástica obtida a partir do látex de diversas espécies da família SAPOTACEÆ. Entre essas SAPOTACEÆ provedoras de látex destaca-se também a coquirana, ou ucuquirana (Silva et alii 1977, 33 e 124-5).

⁴¹ Embora tenha havido confirmação nesse sentido entre a maioria dos entrevistados, houve também entre eles quem indicasse Pedro Bezerra, irmão de Chico, como sendo o mais violento.

sobre o caráter de determinadas práticas e das relações sociais aí observadas. Nas entrevistas realizadas com informantes de mais longa idade que alcançaram ou vivenciaram certos eventos no contexto histórico acima referido, como o próprio Pedro Linhares, hoje com 88 anos, morando em Novo Airão e com saúde já bastante debilitada⁴², um aspecto era frequentemente lembrado ou destacado nos relatos e nas histórias contadas sobre o Jaú. Em geral, essas histórias eram enredadas de algum modo por eventos que diretamente ou por simples encadeamento sequencial dos fatos iam vagarosamente se espalhando – como aquela imagem de ondulações que surge quando se atira uma pedra n’água - até tocar uma margem qualquer que, para este caso, vinha a ser o domínio dos Bezerra no Jaú. Assim, expressões como no “tempo dos Bezerras” ou “os donos do rio” passam então a indicar um tipo específico nas relações de trabalho e de poder exercidas sob esse domínio que eram amplamente reconhecidas por residentes dentro do Jaú.

Entre as determinações que a família Bezerra estabelecia nesta situação de aparente controle do Jaú, uma delas proibía terminantemente a atividade do regatão na extensão de todo o Jaú, cuja entrada e saída das embarcações eram rigorosamente controladas a partir da sua foz, próximo à antiga vila de Velho Airão, onde funcionava a casa comercial da família.

“Quando eu entrei no Jaú isso foi em 1942. Naquele tempo quem mandava lá era os Bezerra. Ali onde tem o lugar que agora é o Velho Airão, lá morava uma família de paraibanos, os Bezerra. Eram eles que mandavam naqueles rios tudinho dali. Mandavam no Jaú, no Carabinani, no Unini, no Jauaperi, tudo. Eles mandavam naquilo tudo. E no Jaú não entrava ninguém mesmo. Quem entrasse lá, eles mandavam embora. Se entrasse motor lá, o velho Chico Bezerra mandava os motores dele atrás pra rebocar e botar pra fora. O Jaú era propriedade dos Bezerra e ninguém entrava sem a autorização deles. (Pedro Linhares, 87 anos, Novo Airão, em 19/01/11)

Outra exigência feita pelos Bezerra era que qualquer trabalhador ou família que quisesse entrar no Jaú e não detivesse propriedade ou concessão de área para ocupação e exploração, obrigava-se a trabalhar nas terras de propriedade ou, sob posse

⁴² A entrevista com cerca de 90 minutos de gravação foi realizada durante dois dias em virtude de interrupções que eram necessárias para que ele recompusesse a voz ou fosse medicado.

da família Bezerra – estas últimas eram em número bem maior que as primeiras. Em outras situações, os Bezerra podiam ainda atuar indicando a família ou o trabalhador extrativista com essas condições para ser assentada num povoado ou barracão comandado por *aviados* da empresa da família. Em qualquer dessas alternativas era evidente que a família ou o trabalhador extrativista no Jaú teriam que participar de relações em grande parte estruturadas a partir de uma cadeia hierárquica que, na ponta de cima podia figurar um ou mais patrões, seguido por aviados ou aviadores, depois fregueses estabelecidos e, abaixo de todos, seringueiros extrativistas⁴³ que figuravam como fregueses não estabelecidos.

Adelino Reis, outro antigo morador do Jaú, atualmente com 92 anos, afirma que entrou no rio em 1950, quase uma década após Pedro Linhares. O relato dele indica que sua entrada e permanência no Jaú quase foram impossibilitadas por um incidente ocorrido na sua chegada. De acordo com suas informações a entrada de qualquer embarcação passava sempre por uma inspeção do pessoal dos Bezerra. Adelino havia então, através de um braço de rio entre o Carabinani e o Jaú, escapado à forte vigilância dos Bezerra – veremos adiante que tal estratégia continuou sendo usada principalmente nos tempos do IBDF e IBAMA. Tendo sido descoberto dentro do rio por funcionários dos irmãos Bezerra, ele havia se negado a descarregar a mercadoria que trazia em sua canoa. Chico Bezerra então ordenou aos funcionários que rebocassem sua embarcação para fora do rio e lá, diante do velho Chico, Adelino teria sofrido severa repreensão, sendo em seguida ameaçado de prisão caso insistisse em retornar ao Jaú. Adelino Reis

⁴³ Os dois últimos termos merecem uma nota explicativa. A denominação “seringueiro extrativista” está sendo aplicado aqui para enfatizar uma especificidade na exploração dos recursos por trabalhadores extrativistas, que no caso do Jaú, não se dava unicamente sobre a seringa; outros produtos como balata, castanha, coquirana, sorva, etc., também eram coletados e faziam parte dos acordos e “promessas” mantidos através da cadeia montada com base na figura do freguês. Em relação ao termo “freguês não estabelecido” ele se refere ao trabalhador, em geral, recém-chegado numa colocação ou povoado, cujo resultado ou tempo de trabalho não permitia que ele gozasse da disponibilidade de créditos estendido que o patrão geralmente confiava aos veteranos; segundo meus informantes, esta condição podia ser constatada pela posse exígua de bens, do consumo de produtos industrializados e pelo tipo de habitação precária que normalmente apresentavam esses trabalhadores. Contudo, é importante salientar que todo indivíduo incluído na categoria de freguês, independente de ser ou não estabelecido, é também considerado aqui como “seringueiro extrativista”.

contou que após ambos terem se acalmado – ressaltou que ele também não ficara calado diante dos impropérios do velho Chico – ele acatou a determinação de não regatear no rio. Alguns meses depois Chico Bezerra teria chamado Adelino para uma conversa e aí lhe concedeu duas colocações para que ele trabalhasse e também tomasse de conta. Nas duas colocações sob o comando de Adelino Reis, ele recorda que havia mais de 40 famílias trabalhando com extração de látex e outros produtos da floresta. Tempos depois Adelino Reis se tonaria também “agente de polícia” no Jaú, uma função que segundo ele equivaleria a de um assistente de polícia.

“No Jaú só entrava quem os Bezerra queriam. Quando eu cheguei no Jaú depois de algum tempo trabalhando por lá, o velho Chico Bezerra me deu dois lotes de terra que foi o Maranhoto e Manapana pra eu tomar de conta, naquela época tudo era deles.” (Adelino Reis, 92 anos, entrevista realizada em Novo Airão, em 18/01/11).

Em grande parte dos trabalhos dos historiadores de tradição regionalista e também em narrativas literárias esta posição social ocupada pelos membros da família Bezerra é geralmente representada pelo termo “coronel de barranco”. E de modo conseqüente pela congruência retórica que sugere esta noção, os atores sociais em posição indicando sujeição ou obediência ao poder detido pelo “coronel de barranco” tendem a ser descritos e interpretados como sujeitos detentores de uma passividade de ordem metafísica. São, por isso, descritos como indivíduos apenas com capacidade para ações de conseqüências pueris e de impacto irrelevante; a idéia sugerida por meio dos termos utilizados na historiografia regional, isto obviamente não configura nossa descoberta, costuma privilegiar apenas certos aspectos de um segmento social único que deliberadamente é colocado alheio a um complexo campo de interação. O problema que surge desse esquema analítico é a possibilidade de anular ou tornar imperceptíveis eventos e práticas sociais relevantes dentro desses contextos. Também é notado que as premissas desta visão regionalista reducionista têm frequentemente servido de base para argumentos e ações políticas direcionadas com intuito de produzir invisibilidade e a desmobilização de grupos sociais que tradicionalmente ocupam determinadas áreas no interior da Amazônia. Abordaremos esses aspectos mais detalhadamente nos capítulos 3 e 4.

Não pretendo me estender demasiadamente sobre as implicações correntes desta visão. Também não se trata aqui de inverter radicalmente a ênfase para privilegiar as atuações e projetos dos sujeitos sociais denominados “caboclos” ou “ribeirinhos” a partir de uma simplificação analítica e de percepção acrítica sobre as circunstâncias geradoras das ações por eles encaminhadas. Por ora, é importante destacar que o campo onde se desenvolvem determinadas relações entre “patrões”, “aviador” e “freguês” aqui enfatizado é bastante difuso e envolve uma dimensão da interação não menos complexa na constituição da referida situação, cuja abordagem será feita mais adiante. Além disso, pretendo ainda enfatizar, por um lado, que pela mesma razão que devemos relativizar as fontes bibliográficas que tratam da economia gomífera (cf. Oliveira Filho, 1988), é necessário que as noções produzidas a partir dessa literatura sejam senão inteiramente evitadas pelo menos cotejadas com informações colhidas a partir de outras fontes.

Nesse sentido, estou não apenas considerando a importância de fontes alternativas na pesquisa antropológica, mas também reiterando que a maior parte dos dados e informações que comportam esta análise foi alcançada através de dezenas de entrevistas, anotações de campo, registros fotográficos e outras imagens, além de consultas a documentos e relatórios variados a que tive acesso. Por outro lado, informo que os critérios utilizados na seleção e arranjo destas fontes seguiram a perspectiva metodológica de uma análise situacional na tentativa de focar as interdependências entre os diversos atores e segmentos num determinado contexto.

A idéia aqui é evitar as noções substancializadas de caráter auto-explicativo procurando confrontar sempre que possível as percepções e informações historiográficas disponíveis com o material da pesquisa empírica. Nestes termos, passarei agora a examinar alguns aspectos relevantes das relações sociais e de poder que havia no Jaú para identificar certos elementos relevantes na sua constituição e também certas variações nessas relações no Jaú. Para tanto, acredito que um exame a partir da idéia de ‘situação histórica’ (cf. Oliveira Filho, 1988) sobre o referido contexto poderá oferecer subsídios suficientes para um primeiro enquadramento analítico da questão.

2.2.1. “Um lugar onde vivia muita gente”: aspectos da vida social no Jaú

Mesmo em época de maior produção da borracha no vale do Jaú esta micro-região jamais alcançou a mesma importância econômica que tiveram, por exemplo, os vales dos rios Madeira, Purus e Juruá. Para estas últimas seguia a maioria absoluta da mão-de-obra que emigrou do Nordeste especialmente a partir de 1880. No entanto, esta característica pouca expressiva da produção da borracha parece não ter influenciado significativamente na ocupação nem na vida social deste rio que já se mostrava movimentada no início de 1880. A partir daí a região prosseguiu atraindo pelo menos ao longo de mais de duas décadas seguintes imigrantes nordestinos e posteriormente uma leva de trabalhadores extrativistas e alguns comerciantes, cujas origens eram bem diversas.

Sobre a heterogeneidade desta população que passou a habitar o Jaú a partir da extração do látex, a observação de Leonardi sugere que ela se expressaria especificamente dentro de um estrato social específico – “um setor dominante” – de comerciantes de origem portuguesa, nordestina e também chinesa com graus de instrução variados, o que “revela que aquela pequena elite de comerciantes não pode ser vista como um bloco homogêneo” (idem, 135). Esta observação de Leonardi chama atenção pelo fato das diferenças na heterogeneidade dessa população ser atribuídas principalmente à inserção do sujeito numa classe social determinada e ao grau de instrução que detém e não precisamente pela diversidade gerada a partir da sua origem, da forma de organização do trabalho e da vida social, enfim, dos arranjos produzidos a partir das relações entre eles. O que pretendemos destacar adiante, todavia, é que uma abordagem sobre certas variações apresentadas por essa diversidade poderá informar muito mais sobre a constituição da organização social e das relações de poder nessa situação do que as interpretações simplistas de base econômica. Esta dimensão da diversidade sociocultural observada a partir da variação dos seus elementos constituintes pode ajudar ainda a esclarecer, por exemplo, porque coexistiam aí formas diferenciadas de poder entre os “patrões” assim como a existência de autonomia relativa entre determinados grupos domésticos.

Não se pode precisar quando exatamente começou a exploração da borracha no Jaú. Leonardi com base nos registros sobre a presença de comerciantes em Airão, conclui que a extração do látex tenha sido iniciada em fins de 1870 (1999:129). A

freguesia de Airão, antiga missão de Santo Elias do Jaú, tornou-se a partir daí o pólo mais importante de comercialização deste produto. Nesse período são registradas pelo menos treze casas comerciais instaladas no lugar de Airão e uma em Moura (cf. Leonardi, 1999: 130 e ss.). As casas de Airão trabalhavam com a seringa extraída nos rios Unini e Jaú enquanto a de Moura negociava o produto extraído do Unini. Leonardi afirma com base em pesquisa realizada junto a correspondências e livros de caixas do arquivo J.G. Araújo, que todas eram clientes desta empresa, uma das principais casas comerciais de Manaus à época. Todavia, há grande possibilidade de outras casas comerciais terem existido em outros lugares que não Airão e Moura e também negociando com diferentes casas comerciais em Manaus.

Relatos de antigos moradores, por exemplo, indicam a continuação desse tipo de atividade comercial funcionando entre as várias casas comerciais existentes em Manaus que negociavam diretamente com trabalhadores extrativistas instalados no Jaú e no Unini mesmo décadas após o colapso na exportação da borracha. Essa informação é relevante aqui porque indica que o vale do Jaú e suas adjacências permaneceram pelo menos razoavelmente habitadas mesmo no tempo das “vacas magras em diante”, para citar expressão utilizada por Leonardi quando expõe sobre o processo de redução cada vez maior desta população após o colapso da produção da borracha (Leonardi, 1999:145). Obviamente não estamos afirmando que esta redução da população no Jaú não tenha sido significativa com a queda do preço da borracha e a debandada das várias casas comerciais da região. O que de fato não podemos supor é que esta população mais reduzida que lá permaneceu – e que em termos demográficos não há como precisar⁴⁴ - não seja representativa nem sociologicamente relevante para a compreensão dos processos que lá se sucederam nas décadas seguintes. Transcrevo abaixo trechos de entrevistas realizadas com antigos habitantes do Jaú para melhor pontuar nossa argumentação.

JS: Seu Pedro, com quem o senhor trabalhava quando cortava seringa no Catrambi?

PL: Na época que eu trabalhava no Catrambi [Alto Jaú] trabalhavam comigo 15 pessoas, quer dizer, eram 15 pessoas e algumas delas tinham família lá dentro; então era mais gente. Eu vendia minha borracha em Manaus pro seu Manoel Souza, uma casa viadora; depois passei a vender pra Nacional que era uma fábrica que

⁴⁴ Dados do Recenseamento Geral do Brasil disponíveis a partir de 1950 referem-se apenas ao distrito de Airão que, nesse período, ainda pertencia ao município de Manaus, indicando uma população residente total de 3.128 habitantes que assim se distribuía: 175 na zona urbana e 2.953 na zona rural.

beneficiava a borracha. Lá era melhor o preço porque se vendia pra fonte. (Pedro Linhares, 87 anos, Novo Airão, em 19/01/11)

JS: Então o senhor afirma que havia muita gente morando no Jaú antes da criação do PNJ?

CV: Tinha sim. Vou lhe dizer que só nos últimos tempos tinha um homem lá chamado Mena Barros, ele tinha uma faixa de 120 famílias como freguês. Tinha outro também, esse Antônio Morais que não me lembro quantas famílias tinha trabalhando pra ele, mas eram muitas famílias também, e fora os regatões que entravam lá e tinham dois, três ou quatro famílias como fregueses de quem eles compravam a borracha. E tinham muitos regatões que entravam lá. (Chico Viana, 82 anos, estrada Manaus/Novo Airão, em 20/01/11)

BF: E quando o senhor chegou aqui, em 1962, como é que era o Jaú?

ZM: Como era o Jaú? O Jaú tinha muita gente. Tinha muitos patrão. Isso aqui era muito movimentado, meu senhor. Isso aqui tinha muita gente. O que botou todo mundo para fora foi esse IBAMA. Botou não; o pessoal saíram com medo.

(Zeca Meruoca, 65 anos, em entrevista realizada por Barreto Filho, em Santa Maria no rio Jaú, em 16/06/1998).

Prossigamos com a análise do material realizada por Leonardi que registra as relações entre as casas comerciais existentes principalmente em Airão e Moura. Ele revela que até meados da década de 1880 a produção de borracha ainda era inexpressiva e o volume de compras pelas casas comerciais instaladas nas proximidades do Jaú era mínimo. Além disso, o autor considera que pelo tipo de produtos que eram requisitados pelos armazéns em Airão, os hábitos de consumo pelas famílias nesse período mostravam-se “frugais” (132 e ss.), o que reforça a idéia de uma produção extrativa ainda muito baixa. A partir de meados de 1880 é que começaria “a virada” que podia ser percebida tanto pelo aumento da produção da goma elástica, no Jaú e no Unini, como pelo tipo de consumo que passou a demandar seus moradores e o povoado de Airão. Desse período em diante, Leonardi observa que as listas de encomendas encaminhadas a casa J.G. Araújo pelos comerciantes de Airão passaram a incluir produtos que se distinguiam daqueles estritamente necessários à subsistência nos seringais como, por exemplo, sal, açúcar, café, querosene, pólvora, espoletas, tabaco, anzóis, lamparinas, fósforo, sabão, etc. Nessas listas eram encontrados também outros produtos que o autor chama “supérfluos” como xícaras de porcelana, caixas de genebra, vinho português, barricas de cerveja, baralhos, chocolate bom, casimira para fraque, ou seja, tipos de

produtos que indicam aumento no poder de compra e certo refinamento nos hábitos de consumo. Evidentemente não se pode associar o consumo desses produtos a toda população que habitava o Jaú e Unini. Provavelmente estes eram hábitos mais restritos às famílias dos comerciantes e de alguns trabalhadores extrativistas em situação mais estável.

Nesse período que corresponde às décadas de 1880 e 1890, isto é, da guinada na produção da borracha no Jaú, a firma mais forte que então existia em Airão era constituída por comerciantes portugueses da família Vianna (cf. Leonardi, 1999). Informações obtidas junto ao Sr. João Bezzerra de Vasconcelos, último membro da família Bezerra vivo em 2008 que residia em Novo Airão, apontam ainda uma segunda casa comercial de nome Braz Ribeiro, também de imigrantes portugueses, que juntamente com a dos Vianna eram as principais casas de compra de borracha e venda de mercadorias no início do século XX. Durante praticamente as duas décadas que se seguem ao aumento da produção da borracha na região essas casas teriam concentrado o maior movimento de negócios em torno desse produto, cuja mão-de-obra era formada por um numero expressivo de seringueiros que se espalhavam pelos rios Jaú e Unini.

Ainda segundo manuscrito⁴⁵ de autoria do Sr. João Bezzerra, em meados de abril de 1900 teriam chegado à Airão vindos de Manaus num vapor chamado Antônio Lopes os irmãos João, José e Pedro Paulo Bezerra de Vasconcelos, os primeiros membros da família Bezerra oriundos de Mamanguape na Paraíba que mais tarde dominaria o comércio e o negócio envolvendo a produção da borracha e outros produtos da floresta, especialmente no Jaú. Eles teriam sido “atraídos pelo alto preço da borracha, ou melhor, pela imagem do Eldorado criado na selva amazônica” (Vasconcelos J.B. s/d). Mas, a figura mais emblemática do clã Bezerra que personificaria nos termos de Leonardi “o mandonismo dos coronéis da região de Mamanguape, com um misto de autoritarismo, paternalismo e truculência” (Leonardi, 1999: 143), só viria mais tarde e atendia pelo nome de Francisco Bezerra de Vasconcelos. O velho Chico Bezerra, como ficou conhecido, teria sido o “patrão” com poder⁴⁶ e tempo de domínio bem maior ao dos seus antecessores, os comerciantes das casas Vianna e Braz Ribeiro.

⁴⁵ Além da entrevista realizada tive também acesso a uma parte dos manuscritos de autoria do próprio João Bezzerra dos Vasconcelos sobre aspectos da história do lugar hoje conhecido como Velho Airão e que outrora esteve sob domínio da sua família.

⁴⁶ A família Bezerra teria dominado a região, especialmente o rio Jaú, de 1912 a 1954. Leonardi atribui a concentração do poder dessa família à circunstância que ele denomina de “época das vacas magras”

Termos como “patrão”, “aviamento”, “aviador”, “aviado” e “freguês” constitui um conjunto singular de léxicos convencionalmente utilizados para denotar relações de dependência que tendem a se efetivar a partir de um controle sobre uma determinada subordinação. No caso do empreendimento seringalista na Amazônia brasileira, o “aviamento” remete ao sistema de sustentação da produção extrativa, cuja cadeia produtiva formada por elos que se vinculam entre si por relação de dependência, se realizaria quando há adiantamento em mercadorias de um lado e promessa da remessa de produtos extrativos de outro. Nos extremos dessa cadeia estariam sujeitos que em tese só se interconectariam por mediação de terceiros. Ao abordar esse aspecto, Barreto Filho ressalta que numa ponta da cadeia estaria o produtor direto – chamado também de coletor na literatura regional – e na outra a casa exportadora. Por *aviado* se toma o sujeito devedor enquanto *aviador* refere-se ao credor (cf. Barreto Filho, 2002:303). Não obstante, acreditamos que não se pode considerar que essas tipologias dêem realmente conta da eventual variação de formas dessa relação ou que possam explicitar a heterogeneidade dos modelos de seringal enquanto unidade econômica em situações concretas.

Ao tratar da especificidade da empresa seringalista no Alto Solimões, cuja produção de borracha assim como no Baixo rio Negro teve uma importância relativamente pequena, Oliveira Filho nos mostra como uma unidade econômica como um seringal pode apresentar variações. Ele distingue o modelo de empresa seringalista observado naquela região – que não dispunha de meios para mobilizar nem disputar com as principais áreas produtoras os trabalhadores oriundos do Nordeste e que para seu estabelecimento tinha apenas uma população indígena pré-existente – do modelo vigente nas principais áreas extratoras. As condições presentes no modelo de seringal que ele chama de *caboclo*, observado no Alto Solimões, não permitia que este modelo operasse com o mesmo caráter de empreendimento especializado que apresentavam as principais áreas produtoras da goma elástica.

Para tornar-se então viável economicamente, o *modelo caboclo*, segundo Oliveira Filho, dependia da existência e articulação de três fatores básicos: a) a produção da borracha (que era bem menor comparativamente àquela das áreas mais importantes); b) o lucro obtido com a (re) venda no local de mercadorias procedentes de

representada pela queda abrupta da borracha e a conseqüente saída de outros comerciantes que anteriormente dividiam o poder local (ver Leonardi, 1999: 143).

fora; c) a apropriação de uma parte da produção realizada pela população local, originalmente não destinada ao mercado e transformada em um excedente a ser negociado pelo *patrão* (Oliveira Filho, 1988:77). Barreto Filho acrescentaria ainda uma observação complementar ao primeiro desses fatores que se refere à aplicação maximizante da mão-de-obra como fator econômico básico a determinar o aumento da produção (Barreto Filho, 2002). Da unificação desses três elementos básicos surgiria o monopólio do comércio imposto e o controle exercido pelo *patrão*. No caso do Jaú, especificando o controle exercido pelos Bezerra, Barreto Filho observa que este monopólio está “usualmente associado à pretensão de propriedades sobre as terras habitadas pelos fregueses” (Idem, pp.304).

O controle exercido então dessa maneira pelos Bezerra se constituiria em decorrência do reconhecimento local de seus direitos sobre a terra e os produtos dela derivados. Todavia, a questão que emerge daí para nossas análises tende a enfatizar o seguinte: a especificidade sociocultural e os arranjos para disposição e mobilização da mão-de-obra nos seringais do Jaú não tornariam a ideia de monopólio demasiadamente refratária? Não haveria, nesse caso, também variação no modelo para ajustar o empreendimento seringalista a tal especificidade? E as interdependências entre segmentos sociais aí observados não gerariam formas diferenciadas e alternativas de associação ou de submissão ao controle exercido? Tentaremos averiguar a relevância dessas questões com mais detalhes nos itens que seguem.

2.2.2. No tempo dos “povoados”: lugares, topônimos e outras classificações representativas dos grupos sociais.

Ao expor sobre a exploração da borracha e de outros produtos no Jaú, principalmente nas décadas seguintes à crise gerada pela concorrência da goma asiática, as pessoas que alcançaram o período em que o comércio na região era controlado pelos Bezerra também recordam das muitas festas que eram realizadas por todo o Jaú. Tive, inclusive, oportunidade de entrevistar alguns dos próprios realizadores dessas festas que, mesmo do alto das suas idades geralmente beirando o centenário, lograram conservar uma memória límpida dos lugares, povoados, santos padroeiros e épocas do ano em que tais festas aconteciam.

A incursão pelos caminhos abertos a partir da memória dos antigos habitantes levou-nos a identificar alguns importantes elementos para uma análise mais integrativa dos processos sociais no Jaú. Algumas características da organização social aí presentes podem constituir-se em aspecto relevante na compreensão, por exemplo, do processo de ocupação, povoação e realinhamento dessa povoação nas unidades sociais lá existentes. Nesse sentido, nos pareceu curiosamente interessante não se ter ouvido na indicação dos lugares de referência pelos “mais velhos” ou “antigos”, termos hoje comumente utilizados como ‘comunidade’ ou ‘localidade’. Em vez disso, se ouviu muito correntemente termos como ‘povoado’, ‘lugar’, ‘colocação’. Ao fazer uma indagação para um de meus interlocutores trocando, propositalmente, o termo antes empregado por ele quando se referia a determinado lugar pelo de “comunidade”, ele me dirigiu um olhar interrogativo e, como se quisesse me ajudar, corrigiu-me acrescentando “naquele tempo a gente chamava povoado, o lugar onde a gente morava era o Maranhoto, que era um povoado que eu tomava de conta. Naquele tempo tinha o povoado do Arpão, do Manapana, do Tambor [...]. Não tinha isso [inaudível] comunidade veio depois” (Adelino Reis, 91 anos, em 19/01/11).

Sobre a quantidade numérica da população que ocupava o Jaú no período de forte influência dos irmãos Bezerra, como já foi mencionado aqui, não há como precisar. No entanto, os relatos indicam que mesmo décadas após a debandada final das últimas firmas que concorriam para compra de borracha na região, levando embora também muitos seringueiros, permaneceu uma quantidade significativa de trabalhadores extrativistas que lá já residia ou tinha se estabelecido. Ao que tudo indica a queda no preço da borracha no mercado externo e suas conseqüências para as empresas seringueiras no Jaú, não deve ter representado o encerramento no fluxo da migração da população regional para esta região. Além disso, famílias oriundas das microrregiões adjacentes e até de outros estados continuaram mantendo ativo o movimento ocupacional no Jaú, como aponta dados do censo de 1992 realizado pela FVA no PNJ⁴⁷.

Esta constatação que nos parece óbvia por razões que já apontamos no princípio deste capítulo, no entanto, tende a ser desconsiderada em certas análises sobre esta região. Faz-se então necessário acrescentar que embora explorada intensamente

⁴⁷ Os dados desse levantamento indicam, por exemplo, que 55% da população residente no PNJ tinha como origem de nascimento outras regiões do Amazonas, 5% teria nascido em estados do Nordeste, 3% em outros estados do Norte e 37% havia nascido na área que hoje corresponde ao Parque, ou seja, certamente nos rios Jaú, Carabinani e Unini.

num determinado período, a produção do látex nesta região por nunca ter sido comparativamente tão importante - em termos de volume, produção e rendimento – com aquela explorada nas regiões de maior destaque, fez também com que a extração aí observada nunca se desse unicamente sobre a seringa. Ao lado desta, que na época auge da sua valorização comercial foi sem dúvida o carro chefe da produção extrativa, também eram explorados nos vales dos rios Jaú, Carabinani e Unini produtos como balata, coquirana, castanha, sorva, cipó, copaíba, entre outros. A declaração do Sr. Pedro Linhares transcrita no início deste capítulo sobre sua entrada no Jaú, no início da década de 1940, explicita que a motivação que o levou para este rio não foi o trabalho com a seringa e sim a exploração da balata. O Sr. Chico Viana, membro de uma das famílias que descendem dos chineses vindos de Macau, explicou que sua família mantinha um castanhal onde sempre trabalhou enquanto eles habitavam o lugar chamado Socó e, só eventualmente quando o preço da castanha sofreu forte queda, sua família teria se dedicado mais à coleta de outros produtos como a seringa. Ressalta-se, por fim, que mesmo com o preço da seringa despencando por volta de 1915, muitas famílias que emigravam de outras regiões continuaram se dirigindo para o Jaú e adjacências incrementando a população dessa microrregião como foi o caso dos sobrinhos do casal Jacinto e Leopoldina Almeida e da família de Isídio Caetano do Nascimento, todos negros oriundos de Sergipe e Bahia, respectivamente, e provavelmente descendentes de ex-cravos.

JS: No seu tempo, quem eram os descendentes de chineses que viviam no Alto Jaú?

CV: Os antigos mesmos eram da família Savedra, que tinha seringal no Monteiro, na cabeceira do Jaú, e a nossa que era do meu pai com meu avô lá no Socó, acima do Monteiro. Então quando foi naquela época de 1942 a 1944, que foi aquela grande guerra, eu era ainda um menino, caiu o preço da castanha e ela ficou sem preço, e ficou abandonado lá onze anos. Com onze anos o meu pai retornou lá de novo, aí que ela começou a dar dinheiro. Eu já era rapazinho e fui cortar seringa com ele. Na época da castanha, a gente tirava castanha, assim como também os outros como os Savedra, da castanha ia pra seringa, o sistema era o mesmo. (Chico Viana, 75 anos, estrada Manaus/Novo Airão, em 20/01/11).

JS: Sobre os sobrinhos do seu Jacinto que vieram depois, como foi que eles foram parar no Paunini?

JB: Eu era menino quando conheci seu Jacinto, o que eu sei é que seu Jacinto veio lá de Sergipe e fundou esse lugar lá no Arpão [no rio Jaú]. Depois veio a outra família, acho que foi por volta de 1915, que eram os sobrinhos dele. Aí chegaram e se aboletaram lá com ele. Aí esse meu velho tio [Chico Bezerra] disse olha Jacinto pega esse Paunini e toma conta; coloca o teu povo lá. Aí foi o que justamente ele colocou. Desde esse tempo eles ficaram lá. Meu tio falou que qualquer coisa era pro seu Jacinto ir lá com ele porque o velho era patrão, mas era também delegado. Sei que todo mundo respeitou e ninguém entrava lá além deles. Então lá ficou conhecido como o rio dos pretos. (João Bezerra de Vasconcelos, 82 anos, Novo Airão, em 20/12/2007).

Uma faceta relevante desse processo continuado de ocupação por essas famílias que, para recuperar o termo utilizado por João Bezerra, ‘se aboletaram’ pelo Jaú nas décadas pós-período áureo da borracha, indica não somente uma reconfiguração da apropriação dos espaços e uso dos recursos, mas também uma resignificação dos lugares e povoados que elas passaram a habitar. O mesmo João Bezerra de Vasconcelos, que em meados da década de 1940 trabalhava de maquinista nos motores do seu tio Chico Bezerra, elaborou duas listas⁴⁸ – uma para o Carabinani e outra para o Jaú - relacionando os nomes dos lugares conhecidos por ele e habitados por centenas dessas famílias. No rio Carabinani foram listados 106 lugares, excetuando-se os 12 saltos da cachoeira onde ainda existiam, abaixo destes, mais quatro lugares. No rio Jaú João Bezerra relacionou 174 lugares situados desde sua foz ao derradeiro lugar da sua cabeceira conhecido como Travessão.

Deve ser mencionado, porém, que nem todos esses lugares listados por João Bezerra constituíam-se em áreas permanentemente ocupadas. Alguns topônimos referem-se aos nomes de igarapés, lagos e estirões de apropriação ou coleta de recursos. Mas, como destaca Barreto Filho, se listados é porque representam áreas de algum modo apropriadas por antigos habitantes, ainda que só ocupadas durante a realização de uma ‘tarefa’ ou trabalho de coleta - tais como seringais, picos de castanha e/ou estradas de sorva e balata (Barreto Filho, 2002: 321). Isto nos leva a pensar que alguns desses lugares poderiam ter sido ocupados somente durante uma época específica e outros

⁴⁸ Estas listas foram utilizadas primeiramente por Leonardi para reconhecimento desta ocupação na área do PNJ e posteriormente por Barreto Filho na reconstituição de aspectos da vida social no Jaú.

habitados ainda conforme a sazonalidade. Mas o que mais importa aqui é que há registro desses indicadores de presença significativa de habitantes nesta região. E mais, ela nos sugere que no Jaú, pela ocorrência de certos eventos históricos e outras influências circunstanciais, essa população, via de regra, engendrava ou reproduzia arranjos que geravam variações tanto na formação social quanto nas relações com o meio ambiente. Daí nossa oposição, por exemplo, de considerar como heterogênea apenas o segmento que compreendia os comerciantes dessa população.

Retomemos a observação feita por Barreto Filho sobre o conjunto diverso no qual se constituíam esses povoados. Ele considera que “todo esse movimento, toda essa gente e toda essa intensa vida social traduziam-se, em outro plano, no calendário de festas religiosas do rio, que consegui levantar ao longo das minhas viagens ao Jaú” (Idem, 322). A nosso ver, a importância sociológica que se pode atribuir aos eventos festivos não está somente no que eles traduzem em termos de expressão da vida intensa social e religiosa destes povoados, mas, sobretudo, no que eles podem nos informar em termos de arranjos, de incorporação social e sobre o jogo de interações que cabem em tais contextos. Adelino Reis, que já foi mencionado aqui, anualmente, no dia 29 de junho, promovia a festa de São Pedro, que muitas vezes segundo ele próprio “durava até o dia primeiro de julho, porque emendava com o aniversário da minha filha”. Inicialmente esta festa era realizada no Manapana e somente depois foi transferida para o Maranhoto onde Adelino construiu também uma escola mantida por sua conta. Ainda segundo ele, durante o festejo também se faziam contatos, encomendas de mercadorias, acordos de trabalho e remessa de produtos e até realização de casamentos. Além de “tomar conta” do Manapana e Maranhoto, Adelino revelou que também atuava como *agente de polícia*, uma função que ele disse ter aceitado porque no Jaú não tinha polícia nem delegado e “quando dava problema a gente tinha que se arranjar e acalmar tudo por lá, só quando o negócio era feio mesmo que a gente trazia o caso pra cidade” (Adelino Reis, 91 anos). Sobre a atuação da figura do agente de polícia no Jaú, dois de meus informantes me confidenciaram que nesse aspecto seu Adelino era sujeito bastante rigoroso e não costumava “refrescar” quando “a coisa engrossava”. Quando indaguei a cada um sobre o que se referiam exatamente, ouvi deles que isso era “em caso de confusão por bebedeira, roubo e principalmente se o caso envolvesse dívidas não saldadas por freguês”. Segundo esses informantes, a pessoa que não procurava saldar direito suas contas ou tentava usar da “malandragem” para não o fazê-lo, trocando de

patrão ou esquivando-se da obrigação através de expedientes como evasão do lugar ou indolência, poderia ser duramente advertida ou então receber castigos corporais, as ditas “sovas” ou “surras” que o Sr. Adelino administrava como medida preventiva.

Uma observação mais acurada a respeito da ocupação desses lugares revela também um processo contínuo de organização e de resignificação dos espaços apropriados de forma coletiva ou por um grupo doméstico apenas. Em muitas situações a dinâmica dessa ocupação implicava não apenas deslocamentos entre áreas relativamente distantes, mas também realinhamento do principal grupo doméstico para acomodação dos novos membros oriundos de outro povoado. No *quadro 6*, elaborado com base em dados levantados por Barreto Filho entre 1993 e 1998 e complementados com informações colhidas em nossa pesquisa de campo, são indicadas algumas áreas que, tendo por base um calendário de eventos específicos, podem igualmente figurar como espaços de interação, comunicação e trocas sociais diversas entre os vários grupos residentes no Jaú.

Quadro 6: Festejos e comemorações realizadas por residentes do rio Jaú

Povoado/Lugar	Homenagem / Comemoração	Promesseiro/ Realizador	Data/Período	Observações Relevantes
Brabo	São Sebastião	Estevão	20/01- encerramento das farinhadas e do corte da seringa.	O festejo surgiu como pagamento de promessa feita pela mãe do realizador após esta ter alcançado uma graça.
Miriti dos Brás	São Sebastião	José Rufino	20/01	Começou com o pai do Zé Rufino e depois este continuou festejando. A família era devota do santo.
Volta da Briga	São Lázaro	Ribamar	11/02 – início da coleta da castanha, sorva, balata, etc.	
Brabo (baixo Jaú)	São Lázaro	Sabá Mendes	11/02	
Pajé	São Lázaro	Leovegildo	11/02	Festejaram neste lugar durante anos. Quando a família do realizador mudou-se para o Lázaro

				deixaram de festejar.
Socó/Espírito Santo (alto Jaú)	Divino Espírito Santo	Benedito Brasil	05/05 –	
Manapana/Maranhoto (baixo Jaú)	São Pedro / Aniversário da filha de Adelino	Adelino Reis	29/06 – venda da produção extrativa	Começou no Manapana depois transferiu-se para o Maranhoto. Junto com a festa do santo comemorava-se o aniversário da filha.
Pupunha	São Francisco de Assis	Etelvino Cordovil	04/10 – início das farinhadas, plantio de novas roças	
Paca (alto Jaú)	São Francisco	Chico Paca	04/10	
Seringalzinho (baixo Jaú)	São Francisco de Assis	Maria Latife	04/10	Antes era festejado na Praia Alta.
Tambor (médio Jaú)	São Francisco de Assis	Helena de Assis	04/10	Este festejo teve início por promessa e devoção ao santo.
Pirapucu (Alto Jaú)	Nossa Senhora da Conceição	Manoel Fernandes	08/12	
São José (Alto Jaú)	Nossa Senhora da Conceição	Manoel Monteiro	08/12	
Miriti dos Brás (médio Jaú)	Santa Luzia	Manoel Brás	13/12 – Comercialização da produção de borracha	
Catrambi / (Alto Jaú) Carabinani	Natal	Pedro Linhares	25/12	A festa foi realizada durante muito tempo no Catrambi até o realizador mudar-se para o Carabinani.
Tambor (Médio Jaú)	Natal	José Maurício Maria	25/12	A mãe de José Mauricio foi quem começou a realizar a festa. Quando a mãe faleceu ele continuou realizando.

Fonte: Barreto Filho, 2002.

Poderia ser destacado ainda a partir desse quadro que o contato entre os chamados Alto e Baixo Jaú – regiões que além de apresentarem uma relativa distância entre si possuem também diversos obstáculos que poderiam naturalmente dificultar bastante a relação entre elas – era contínuo ao longo dos períodos de encerramento das principais atividades produtivas (extração de seringa, coleta de castanha, sorva, balata, produção de farinha, etc.).

Como também observou Barreto Filho a partir das entrevistas realizadas com pessoas que residiam na área antes da criação do PNJ, o cenário desvelado a partir destes depoimentos foi de um Jaú e de um Carabinani densamente ocupados, de concorrência acentuada entre regatões, de certa liberdade de escolha quanto à compra de mercadoria e venda de produtos extrativos por parte dos produtores diretos e de intenso comércio e movimentada vida social (cf. Barreto Filho, 2002: 323). Abordaremos a seguir aspectos relevantes do processo que levou a este cenário de relativa autonomia vivida por residentes do Jaú antes do advento do PNJ.

2.2.3. “Os donos do Jaú”: sobre o domínio da família Bezerra

Como já mencionado anteriormente, os irmãos Bezerras chegaram à sede do povoado de Airão, antiga Santo Elias do Jaú, em 1900. Inicialmente eles trabalharam como empregados da principal casa comercial lá existente, a dos Viana, e somente depois de alguns anos, quando esta empresa parece ter definitivamente entrado em falência eles teriam montado seu próprio empreendimento, como esclarece o depoimento abaixo.

“Minha família chegou aqui em 1900, eles vieram da Paraíba na época atraídos pelo preço da borracha, então eles vieram pra cá com intuito de trabalhar na borracha. Em Manaus eles pegaram um barco pra vir pra cá e quando chegaram em Airão tinha uma vila mais ou menos estabelecida, não estava tão bom mais ainda tinha muito trabalho lá. Tinha duas firmas lá que eram Braz Ribeiro e Viana, do Marcos Viana onde trabalhavam os portugueses. Aí lá eles acharam por bem trabalhar de empregado da firma; meu pai era balconista, meu tio, Pedro Bezerra, tomava conta da padaria dos Viana e o tio Zé Bezerra trabalhava de capataz dos Viana. Aí eles trabalharam e juntaram um capital e fizeram dois quiosques. Aí começaram a trabalhar também

com isso. Aí nessa época a firma dos portugueses começou a cair, foi caindo, caindo. Então como eles tiravam saldo, eles não queriam em dinheiro, eles preferiam receber em propriedade da firma. A firma [dos Viana] pagava com seringal, bens essas coisas, aí depois quando foi em 1907 eles fizeram a primeira firma, começaram com dois sócios, era o João e o José Bezerra, Pedro ficou como empregado. Aí foi o tempo que o português [Marcos Viana] morreu e a firma foi extinta, aí teve o espólio e eles ficaram com uma parte das propriedades do português que era justamente o débito que a firma tinha com eles.” (João Bezerra de Vasconcelos Filho, 82 anos, Novo Airão, 20/12/07).

Pode-se entrever nesse relato que a partir de um determinado momento os Bezerra passaram então a comercializar a produção extrativa do Jaú nos moldes da negociação aí já existente, ou seja, adiantamento de mercadoria e produtos manufaturados para o trabalho no seringal mediante o comprometimento com a remessa de certa quantidade de produtos à casa comercial. Nesse sentido, nas décadas seguintes eles iriam assumir um domínio que não era apenas econômico, mas também político sobre essa região. Ao abordar tal aspecto da vida social no Jaú Leonardi faz o seguinte comentário “com a falência e o fechamento de várias casas comerciais de Airão, o poder local foi se concentrando, a partir de 1914, nas mãos de uma única família, a dos Bezerra, que passou a mandar no Jaú do mesmo modo com que, na Paraíba (...) os coronéis mandavam” (Leonardi, 1999: 143). Para Farias Júnior, o estabelecimento dos Bezerra como patrões significa a integração desta família em “uma rede de relações sociais compostas pelas elites locais, como ‘seringalistas’, ‘patrões’, militares e políticos” (Farias Júnior, 2008: 75). Não obstante, ainda cabe-nos fazer pelo menos duas importantes observações sobre esse processo que introduz outra configuração nas relações sociais e de poder no Jaú.

A primeira tem a ver com uma possível variação na forma desse domínio exercido pelos Bezerra. Não podemos, somente pelos dados que dispomos, concluir que a relação estabelecida a partir de um mesmo esquema de apropriação pré-existente num dado período tenha tido natureza tão diversa num segundo momento. Todavia, não se pode também imediatamente supor que ela seja uma acomodação fiel de práticas oriundas em contextos completamente distintos. Levar adiante tal raciocínio seria o mesmo que tomar as características da forma e não a propriedade dos processos sociais,

como fator importante para a análise. Nosso argumento prossegue no sentido de relativizar justamente essas impressões deixadas por interpretações que tentam demonstrar uma continuidade histórica sem rupturas ou que, pela reificação de noções da retórica dualista, conduzem ao irremediável fatalismo dos vales amazônicos.

Nossa segunda observação diz respeito à questão das relações sociais e de poder no contexto que se afigura a partir daí. Algumas evidências sobre a situação social que se configurou no Jaú pode corretamente apontar para o exercício de um poder discricionário administrado por membros da família Bezerra. Esse poder teria se consolidado principalmente após a queda do preço da borracha e da consequente quebra com saída das casas comerciais menores da região. Os Bezerra teriam assumido então o controle dos principais rios produtores - Carabinani, Jaú, Unini, Jauaperi e Puduari - e estabelecido um regime próprio para o negócio da compra de produtos extrativos e da venda de mercadoria. Contudo, é importante também considerar a especificidade do modelo de exploração extrativa que se desenvolveu na situação do Jaú. Como sugere Barreto Filho, é necessário que se faça determinadas observações para melhor qualificar a feição específica deste sistema na região do Baixo Rio Negro.

Nessa perspectiva, Barreto Filho argumenta que, em primeiro lugar, o sistema que aí operava não terminava na relação entre o produtor direto e o barracão e/ou armazém. Ela se estendia através de uma rede de subordinação e dependência que, “por um lado, abarcava as casas aviadoras em Manaus, e, por outro, ainda podia implicar em prepostos da casa comercial local intermediando a cadeia de distribuição de mercadorias na foz de um igarapé ou próximos de uma colocação de seringa” (Barreto Filho, 2002, 307). Com isso, o seringueiro encontrava-se atado aos Bezerra ou a um barracão de um de seus prepostos, do mesmo modo que estes estavam atados entre si e à casa aviadora J. G. Araújo (Idem, 307).

Em segundo lugar, paralelamente à relação de caráter econômico que lá se estabelecia havia também relações sociais de outra ordem que eram mantidas através dos canais porosos deste sistema. Ao expor sobre a variação e as contradições observadas nas diversas histórias contadas em torno da figura de Chico Bezerra, evidenciando uma ambivalência tanto da autoridade quanto do domínio deste ‘patrão’, Barreto Filho sustenta que “o sistema aí não se limitava a relações de caráter estritamente mercantil e de dominação política, pois eram entremeadas por vínculos de

parentesco, compadrio, amizade, lealdade e fidelidade clientelística, que lhes davam um outro tom” (Idem, 307- 8).

“Alguns relatam que ele era cruel e implacável com os fregueses que tentavam evadir-se do seu controle e vender os produtos para outras casas comerciais. Diz-se que ele costumava aplicar castigos corporais em um pelourinho – de resto, não identificado nas ruínas de Airão – e/ou isolar o seringueiro recalcitrante, durante um certo tempo, em uma das ilhas situadas em frente à povoação. Outros, por sua vez, referem-se ao hábito que ele tinha de adotar os filhos dos seringueiros mortos por doenças – beribéri e malária, entre as mais citadas - e acidentes com feras e/ou animais peçonhentos nos seringais. Esses órfãos eram, via de regra, afilhados do finado Chico Bezerra”. (Barreto Filho, 2002:307)

Por último, ele considera que o domínio exercido pelos Bezerra não era absoluto e, portanto, apresentava “brechas e fraturas”. Pois, ao assumirem o controle dos seringais nos rios da região e, por conseguinte, “o monopólio do comércio da borracha e dos demais produtos extrativistas”, os Bezerra “se viram na obrigação de reconhecer o direito de posse, quando não de propriedade formal mesmo, de antigos residentes” (Idem, 308 e ss.). Ainda segundo este autor, este teria sido o caso, entre outros, dos imigrantes chineses oriundos de Macau, que tinham nomes portugueses e falavam o português, e dos descendentes do casal de negros de Sergipe, Jacinto de Almeida e dona Leopoldina, que veio para o rio Jaú no início do século XX.

Consideramos e destacamos estas observações acima por serem de grande relevância para nossa análise. Elas indicam em larga medida como a atenção à especificidade do contexto e à complexidade da situação pode nos conduzir à percepção da variação no padrão das relações sociais em contextos específicos. Não obstante, gostaríamos ainda de chamar atenção para outros aspectos relevantes desta situação que já mencionamos anteriormente. Um desses aspectos é a questão já apontada aqui de que no Jaú a produção nunca teve somente a borracha como produto explorado, mas sim uma variedade de outros produtos que por diversos fatores - abundância, qualidade, rentabilidade e sazonalidade do rio – complementavam a renda e concorriam com a seringa na divisão do trabalho familiar nas colocações. Deve-se considerar, portanto,

que um monopólio sobre o comércio da borracha e demais produtos extrativistas por qualquer patrão, nessas condições, seria tão desvantajoso quanto difícil de praticar.

“O seringal nosso aqui era o seguinte, era diferente do que tinha lá pro Alto Juruá. Lá os seringais são na terra firme, então lá é de inverno a verão. Já o nosso aqui é por tempo, aqui as terras são alagadiças, o fabrico aqui vai de junho até dezembro” (João Bezerra de Vasconcelos, 82 anos, Novo Airão, em 20/12/07).

Um segundo aspecto que decorre a partir do primeiro é que diferentemente da situação observada nas áreas de produção exclusiva da borracha, ao que tudo indica, no Jaú, o aviamento enquanto sistema parece não ter funcionado com a mesma capacidade, pelo menos, em duas das suas operações básicas. A que se refere à geração do lucro através de (re) venda de mercadorias; e àquela referente à aplicação maximizante da mão de obra para determinar o aumento da produção. No Jaú, nem toda a mercadoria era adquirida, pelo freguês, das mãos de um único patrão, ainda que os Bezerra tivessem tentado controlar com rigor (porém, com limitado sucesso) a venda de mercadorias no rio. Vários patrões menores - aviados diretos das casas comerciais em Manaus – que tinham colocações no rio podiam escapar estrategicamente ao esquema de vigilância montados por eles. O depoimento abaixo indica apenas uma das diversas estratégias que eram utilizadas pelos residentes quando pretendiam evadir-se da vigilância dos Bezerra.

JS: Esse esquema de controle dos Bezerra sempre funcionava? Eu ouvi dizer que a vigilância às vezes falhava.

PL: Bom...Tinha um morador bem na boca ali, quase em frente aonde tem os flutuantes do IBAMA. Mais acima tem um lugar velho. Ali morava um preto velho de nome Quirino. Esse Quirino era o espião deles. Era um homem que tinha trabalhado aí pra fora, parece que ele trabalhou com o General Rondon. Então, era um preto, um senhor alto. Ele era como um vigia dos Bezerra. Mas eu me dava muito bem com ele, quando eu vinha de Manaus eu dormia lá e quando eu descia o rio eu também encostava e dormia lá. Ele me chamava de Pedrinho. Toda vez que eu vinha de Manaus eu trazia um presente para ele. Ele dizia para mim assim: “Pedrinho, o compadre [Chico Bezerra] não

quer que você entre aqui, mas eu lá vou ligar para isso” – era assim que ele dizia pra mim. (Pedro Linhares, 87 anos, Novo Airão, em 18/01/11).

Além disso, à época muitos grupos domésticos no Jaú arrendavam de outros, tinham propriedade titulada ou mantinha em regime de posse boa parte das áreas que trabalhavam. Na confluência do Jaú com o Negro, num lugar chamado São Luís, havia na margem direita um pequeno comerciante chamado José Caxias, e na margem oposta, o português Felinto Romeiro Teixeira. Ambos faziam concorrência aos demais comerciantes estabelecidos na região, inclusive aos Bezerra. Num trecho do Carabinani, entre a foz e as cachoeiras, além do barracão da firma dos descendentes de chineses no lugar Santa Rosa, havia ainda o barracão do chamado Chico Brasileiro e outro de propriedade da firma J.S. Amorim & Cia. Ltda, gerenciado pelo próprio José Soares de Amorim.

Consta ainda como prova dessa concorrência comercial a informação sobre a presença de um coletor fiscal, ou seja, representante da fazenda do estado, que ficava de forma permanente nas proximidades da foz do Jaú, num lugar chamado Terra Preta, na margem direita do Rio Negro. Aos comerciantes e pequenos produtores que negociavam mercadorias e produtos extrativos entre si e com casas aviadoras em Manaus era requerido abertura e registro de firma na secretaria de fazenda do estado, que por sua vez cadastrava e mantinha ativa a cobrança de impostos sobre tais atividades. Tanto Pedro Linhares quanto Adelino Reis, ambos pequenos produtores e comerciantes à época no Jaú, indicam essa limitada e restritiva ação do estado na vida dos moradores do Jaú.

“Entreí no Jaú em 1942 e fiquei trabalhando lá até 1980 aproximadamente. Nesse tempo tinha o coletor [fiscal da fazenda do estado], ele morava lá na Terra Preta. Quando eu baixava ou subia eu parava lá pra ver minha situação. Depois de um tempo doente, ele morreu e eu acabei perdendo o controle dos meus pagamentos de impostos. Eu estou com 87 anos agora, não tenho condições de ir a Manaus fechar a firma.” (Pedro Linhares, 87 anos, Novo Airão, em 19/01/11).

JS: E sobre a relação das pessoas no Jaú com a família Bezerra, os Bezerra tinham mesmo o controle do rio?

CV: Até acho que eles tinham. Eu cheguei a conhecer ainda os Bezerra. A briga deles lá era só pra não entrar regatão. Outra pessoa que entrasse lá pra trabalhar, pra ser freguês deles podia entrar e trabalhar. No caso do meu pai, ele não era freguês deles, mas meu pai não tinha comércio e nem regateava, então, não tinha problema nenhum. Isso acontecia com o meu pai, com seu Zé Maria que era dos quilombolas, com seu Grigório Savedra, todos esses vinham pra Manaus de remo e depois voltavam pra suas colocações e não tinha problema nenhum. Os Bezerra tinham um motor por nome rio Jaú, esse motor era só pra vigiar a entrada do rio, se passava um motor pro Jaú eles se tacavam atrás só pra ver o que o barco ia fazer (Chico Viana, 74 anos, Estrada Manaus/Novo Airão, em 19/01/11).

É correto afirmar ainda que a maior parte das terras sob o controle dos Bezerra não era de fato propriedade deles e que eles tinham posse sobre diversas colocações no Jaú nas quais colocavam seus fregueses, mas havia também várias famílias que se mantinham independentes nessa situação fundiária. Essa posição em relação às terras, certamente proporcionava a tais produtores relativa autonomia para negociar a venda da produção e comprar produtos manufaturados onde lhes parecesse vantajoso. É muito importante observar a esse respeito que no caso específico dos rios Jaú e Carabinani a existência de títulos que foram emitidos pelo governo do Amazonas é um fator significativo nessa situação. Observe no mapa sobre emissão de títulos na página 182 que a quantidade destes documentos emitidos na área que compreende os vales desses dois rios é bem superior, por exemplo, ao observado para o rio Unini. Esse aspecto relacionado com a questão fundiária que se observa no rio Jaú em relação ao rio Unini pode ser tomado como elemento fundamental para a análise comparativa das especificidades em torno das situações sociais que emergem no contexto subsequente (capítulos 4 e 5).

Deve-se acrescentar ainda à situação dos trabalhadores que atuavam por conta própria - independentes e “libertos” – a dos pequenos comerciantes e firmas locais que rivalizavam com os Bezerra, como era o caso do Sr. Pedro Linhares e outros já referidos aqui. Nessa situação, o enfraquecimento do domínio comercial do patrão podia ser considerável e a subordinação do freguês também limitada. Outros aspectos, abordados no item seguinte, também parecem ter concorrido para o paulatino enfraquecimento e desprestígio do poder dos Bezerra no Jaú.

2.2.4. “Uma façanha do Candiru, o libertador do Jaú”: desprestígio político e enfraquecimento econômico dos Bezerra.

Consta que o enfraquecimento do controle exercido pelos Bezerra teria se acentuado definitivamente a partir da segunda metade da década de 1940. Uma nova desvalorização da borracha brasileira que seguiu ao término da segunda Guerra teria lançado em queda livre o poder e o prestígio de que gozava a empresa da família no comércio local. Encontrando-se praticamente só a frente dos negócios – um dos irmãos tinha falecido e o outro se afastara da empresa – e com idade já avançada, Chico Bezerra em cerca de uma década depois colocaria a firma em liquidação, arrendando os seringais que a família tinha nos rios Paunini, Jaú, Unini e Puduari para outras firmas em Manaus.

À situação de fragilidade econômica foi somada à concorrência cada vez mais fortes dos pequenos produtores e comerciantes independentes que se potencializou ainda mais depois da mudança tecnológica dos motores, que colocou à disposição destes máquinas à explosão e não mais “lança a fogo” ou simplesmente canoas para singrar os rios. Esta mudança revelou-se importante porque incrementou a concorrência já existente, produzindo inclusive algumas alterações na relação de compra de mercadoria e venda de produtos extrativos. Uma delas diz respeito ao aparecimento das *expedições*⁴⁹ de compra e venda de produtos que ao prescindir da figura do patrão, estabelecia uma relação mais direta entre o aviado e o freguês, o que podia resultar numa relação política e economicamente menos subordinada ao menos para o primeiro. No caso da situação observada no Jaú, o domínio e o prestígio dos Bezerra teriam sofrido seu derradeiro abalo quando alguns comerciantes passaram a resistir e se contrapor às determinações impostas por Chico Bezerra.

O comerciante mais lembrado pelos residentes antigos e que figura como principal detonador do processo de afrouxamento do domínio dos Bezerra chamava-se

⁴⁹ Uma modalidade de comércio que se realiza através da atuação direta das casas aviadoras de Manaus. Barreto Filho refere-se a uma situação em que estas casas compravam a produção e vendiam a mercadoria diretamente aos seus aviados no beiradão. “Há registro desse tipo de atuação no que se refere ao comércio de castanha no rio Unini para a década de 1930, tendo certamente sido uma prática mais extensa e rotineira” (Barreto Filho, 312 e ss.).

Cândido, que era mais conhecido pela alcunha de Candiru. Candiru era um *regatão*⁵⁰ de Manaus que negociava suas mercadorias junto aos afluentes da região do baixo Rio Negro. É claro que a resistência à tentativa de controle do comércio no Jaú pelos Bezerra já era paulatinamente empregada, como já demonstramos acima, por outros pequenos comerciantes. Porém, nesses casos a resistência em geral se efetivava por meio de um repertório de estratégias sutis e quase sempre ignoradas pelos Bezerra. No caso do Candiru, pelo que pudemos apurar junto às fontes, esta resistência assumiu um caráter próprio de enfrentamento direto ao poder de Chico Bezerra, que desafiado e confrontado a partir das normas legais vigentes de uso e apropriação da terra, e já não detendo mais a força política de outrora, tivera necessariamente que ceder. Esta façanha alcançada por Candiru foi tão emblemática que ele ficou conhecido na região como “o libertador do Jaú”.

JS: Como aconteceu a liberação do Jaú pra que esses regatões de que o senhor fala pudessem entrar lá?

AR: Naquele tempo no Jaú só entrava quem os Bezerra queriam. Aí veio esse Candiru e quis entrar lá. Eu estava por perto quando ele foi falar com Chico Bezerra. Aí ele ouviu tudo que não prestava da boca do velho Chico. Só que ele ficou ouvindo calado, depois chegou a vez dele e ele disse “o rio é publico, eu não encosto no porto, mas se vier a bordo do meu motor comprar alguma coisa, no meio do rio, eu vendo”. E foi o que aconteceu, às vezes, ele parava no meio do rio pra vender, só pra não encostar no porto que era dos Bezerra. Foi assim que ele liberou o Jaú. Então a liberação do Jaú pra quem queria regatear lá foi façanha do Candiru. (Adelino Reis, 91 anos, Novo Airão, em 19/01/11).

“Então quando foi...não me lembro bem certo da data, mas parece que foi por volta de 1950, entrou um homem que veio de Manaus por nome Cândido, conhecido como Candiru. O Candiru deu umas três viagens por lá e o velho Chico ficou brabo com o Candiru, ele não queria mais deixar o Candiru entrar lá. Aí o Candiru foi lá conversar com ele, nessa época nós estava numa paragem bem perto da casa dos Bezerra, aí o Candiru disse ‘Velho não mexa comigo, vim lhe dizer

⁵⁰ Termo atribuído ao comerciante ambulante que percorre os rios em barco geralmente de sua propriedade para adquirir produtos agrícolas e do extrativismo – vegetal e animal (caça e pesca) – ofertando, em troca, gêneros alimentícios e produtos manufaturados para os produtores diretos.

pra você não mexer comigo, porque se você ainda mexer comigo eu vou na repartição de terra denunciar que o senhor está cobrando renda de terreno do Estado, eu tenho conhecimento disso'. Aí ficou o Jaú, liberto pra entrar todo mundo até quando chegou o IBDF e fechou de novo." (Chico Viana, 74 anos, Estrada Manaus/Novo Airão, em 19/01/11).

JS: O Sr. disse que entrou no Jaú em 1942, mas nesse período não havia o domínio dos Bezerras impedindo a entrada de comerciantes naquele rio?

PL: Quando entrei no rio Jaú eu andava só de canoa pra trabalhar lá. Ele [Chico Bezerra] no início queria me empatar, depois já não me empatava não. Eu trabalhava só eu. Ele queria que eu trabalhasse só do Arpão pra baixo. Aí foi o tempo que apareceu por lá um homem chamado Candiru e ele inventou de entrar lá no Jaú, onde só andava embarcação dos Bezerra, era só gente dos Bezerra. Aí quando ele ia entrando no Jaú, os Bezerra botaram dois motores pra ir atrás do Candiru e rebocar até a saída. Aí eles pelejaram, mas não conseguiram rebocar o barco do Candiru, então eles voltaram e deixaram pra abordar o Candiru quando ele baixasse. Quando Candiru voltou, encostou lá com os Bezerra pra conversar; disseram que a discussão lá foi feia. Depois Candiru baixou pra Manaus pra falar com o governador. Nesse tempo, o governador era Álvaro Maia, lá ele foi na repartição do governador, conversou e conseguiu liberação pra viajar pelo Jaú. Os Bezerra já não podiam mais empatar. Depois do Candiru, entrou outros regatões como o Damião e o Júlio Torres, aí foi outra briga com os Bezerra; depois disso entrou Antônio Moraes, esse aí virou comerciante grande, começou num batelãozinho e de repente ganhou dinheiro, comprou motor grande e colocou um bocado de gente lá. Ele tinha barracão num lugar chamado Maracaru (Pedro Linhares, 87 anos, Novo Airão, em 20/01/11).

Outro aspecto influente que merece destaque no âmbito desse processo no Jaú refere-se às modalidades de apropriação fundiária e dos recursos naturais. Percebe-se que num dado momento o reconhecimento sobre o direito e usufruto das propriedades que tinham por base acordos e normas informais, que eram geralmente acatadas nos meandros das relações sociais aí estabelecidas, passou a ser frequentemente confrontado com modalidades formais de base jurídica. Essa percepção

que envolve a detenção de uma legitimidade jurídica para definir a posse, o arrendamento ou a concessão (conhecido como “tomar de conta”) das áreas produtivas, principalmente por parte de pequenos produtores e comerciantes, provocou alterações relevantes nas relações estabelecidas por meio da dependência e sujeição do freguês para com determinado “patrão”.

Observamos que na situação do Jaú, a desagregação e debandada das empresas seringalistas que sucedeu à queda no preço da borracha, tornaram as áreas de produção abandonadas ou que tinham situações fundiárias ignoradas – incluem-se aqui as terras devolutas - suscetíveis à exploração e à incorporação paulatina pelas famílias que ficaram ou que passaram a residir no rio. E como especificidade do caso, essa situação gerou uma concentração de áreas produtivas nas mãos dos representantes da principal casa comercial que lá permaneceu operando, a dos irmãos Bezerra, que por meio de relações políticas e econômicas mantidas em Manaus, puderam agregar e manter sob seu controle a exploração de várias áreas produtivas em vários rios. Ainda por via dessas relações, os Bezerra podiam obter de forma privilegiada informações importantes sobre a legislação fundiária⁵¹ e demais dispositivos legais para beneficiá-los. Assim, na dissolução da empresa “Bizerra & Irmãos”, em 1925, foi criada em seguida a firma “Bizerra, Irmãos & Companhia”, com indicação de atuação na “exploração e direito de posse” sobre as terras obtidas por concessão (cf. Farias Junior, 2008: 73). Na tabela abaixo apresentamos a indicação das colocações cuja propriedade ou “exploração e direito de posse” encontravam-se nas mãos dos Bezerra. Note-se que a maioria das terras sob o controle da família encontra-se nesta última categoria.

⁵¹ Quando foi criada a firma “Bezerra, Irmãos & Companhia”, por exemplo, já se encontrava em vigor a Lei nº 1.070, de 19 outubro de 1920, publicada em 1921 inclusive em idiomas como o inglês, o francês e o alemão, sob o título “Desenvolvimento Agrícola e Regional”, que entre seus dispositivos legais previa concessão de benefícios e auxílios do governo, incluindo a concessão de terras, para brasileiros e estrangeiros que pretendessem montar empreendimentos agrícolas ou industriais no Amazonas.

Quadro 7: Terras de propriedade e de exploração e direito de posse dos Bezerra

Rio	Terras/colocações de Bens de Raiz	Terras/colocações de exploração e direito de posse	Proprietário/Explorador
Jaú	Mangarataia, Pereira, Maracaru	Forquilha, Janari, Mamanguape	João Bezerra de Vasconcelos
	Onça, Lua, Bento	Boa Esperança, Poço Grande, Guarita	José Bezerra de Vasconcelos
Carabinani	Valente	Mangarataia, Taboca, Panacárica, Caju, Firmino, Traíra	João Bezerra de Vasconcelos
	Lago Grande	---	José Bezerra de Vasconcelos
Puduari	Igarapé do Fogo	---	João Bezerra de Vasconcelos
	---	---	---

Fonte: Farias Junior, 2008.

O controle de todas essas terras nas mãos dos Bezerra facilitava a manutenção da relação de dependência e certa subserviência do trabalhador extrativista que tinha por base o esquema do aviamento anteriormente referido. Nessa situação, a permissão para explorar e/ou usufruir os recursos disponíveis nas colocações já apropriadas por terceiros, geralmente ocorria segundo acordos e consentimentos informais com vistas a sujeitar o trabalhador/freguês a certas obrigações para com o proprietário/*patrão*. É muito provável também a existência de casos em que estas obrigações não tivessem sido impostas ou colocadas de forma indireta no jogo das relações sociais que lá se estabeleciam. O caso das famílias de negros vindos de Sergipe e da Bahia e dos descendentes de chineses parece ilustrar bem isso. No entanto, via de regra, a ocupação para exploração dos recursos numa área já apropriada⁵² tendia gerar dívidas especialmente no caso do dono ser um *patrão*.

⁵² A apropriação original de determinada área - o fato de se ter aberto o lugar, estrada e/ou picadas -, a senioridade da ocupação e o usufruto continuado dos recursos nela disponíveis permitia ao ocupante, em tese, o direito de propriedade - ainda que informal - sobre a mesma.

Em determinadas circunstâncias, a relação estabelecida em torno da concessão do uso de uma colocação podia ainda demandar uma preocupação com a formalização da ocupação da terra – registrar contrato, cadastrar ou titular o imóvel. Todavia, o procedimento mais corrente nessa situação pode ser notado pela expressão “tomar de conta” ou “tomar conta” que aparece em vários depoimentos e relatos das pessoas entrevistadas. Esta expressão indica que uma pessoa se compromete, ao trabalhar, também cuidar de uma área cuja propriedade ou direito de posse ela não possui. Veremos o significado de um termo distinto desses no capítulo 4, no item 4.2, que trata da situação do rio Paunini. Ocasionalmente, podia ocorrer da pessoa que toma de conta reivindicar - pelos mesmos critérios já referidos anteriormente - a propriedade ou direito de posse sobre a terra ocupada, restando-lhe alguma chance de ser atendida.

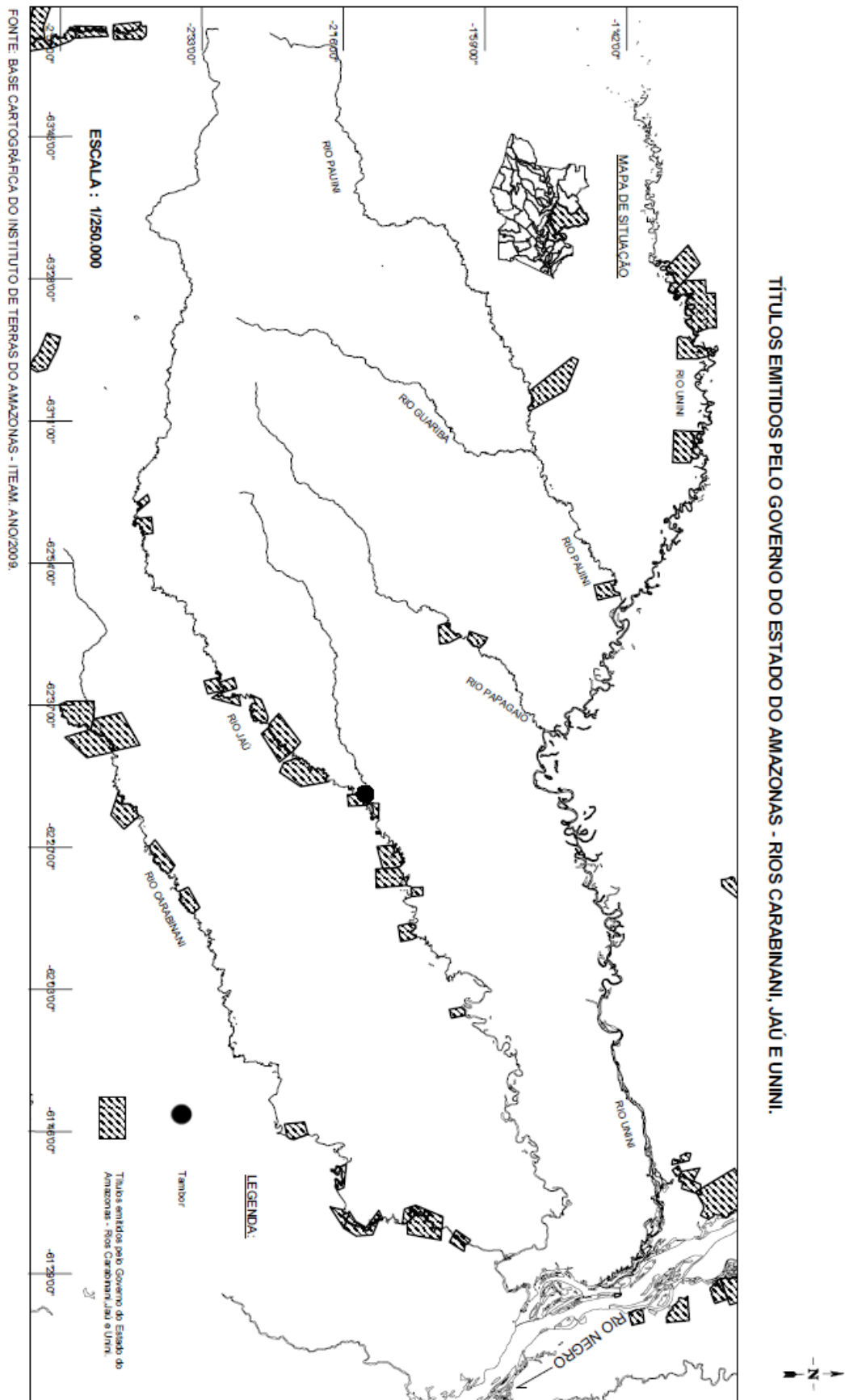
Todavia, há indicação de que pelo menos até certa época apropriações de terras nestes termos dentro do Jaú, seja por pequenos comerciantes ou trabalhadores extrativistas não estabelecidos, eram bastante incomuns. Parece ser somente a partir de um determinado momento - e voltemos à atuação memorável do Candiru – que a intenção de confrontar os acordos e termos da posse informal com uma legitimidade de tipo jurídico da terra aparece com certa frequência.

“... Eu trabalhava aqui no baixo de primeiro. Depois eu fui para lá. Aí, cheguei lá, vi um igarapé bonito, um seringalão bonito, cada uma seringueira que era uma beleza, uma terra alta. Eu digo, “Eu vou trabalhar aqui. Depois eu vou lá com o velho Chico Bezerra ver o que é que ele diz”. Aí eu me coloquei lá. Aí, quando eu baixei, eu falei com ele: “Seu Chico e aquele lugar - aquele Catrambí - é do senhor?” Ele disse, “Não compadre”. Ele tinha um ditado: só chamava a gente de compadre. “Não compadre. Aquilo não é meu, mas *eu tomo conta daquilo*”. Eu digo, “Sim senhor. Pois eu vou trabalhar lá. O que o senhor acha?”. “Está bom. Eu lhe arrendo”. Aí, eu estava trabalhando. Nisso entra esse Candirú. Aí o Candirú faz um levantamento nas terras. Aí ele me chamou e disse “Pedrinho, você arrendou aquilo do seu Chico Bezerra?”. Eu disse, “Foi”. Ele disse, “*Aquilo não é dele não. Aquilo é de um senhor que toma conta*. Chama-se Cabocliano Campelo. Ele é gerente da serraria dos Pereira”. Bem, quando eu baixei [para Manaus], eu fui lá procurar esse homem. Ele morava ali [...]”. (Pedro Linhares, *apud* Barreto Filho, 2002, p. 318).

Essa atitude notadamente mais proativa em torno do reconhecimento do direito de posse pela via jurídica que foi incorporada pelos produtores extrativistas e comerciantes menores a partir da intervenção de um agente externo, no limite, contribuiu para minar, em sua base, um domínio que até então os Bezerra tinham logrado por exclusividade. A partir daí, o Jaú e as demais áreas dominadas pelos Bezerra foram abertos à concorrência de dezenas de regatões. Além disso, alguns patrões que mantinham fregueses nas regiões extrativas muito exploradas passaram a transferi-los para colocações dentro do Jaú e de outros rios adjacentes. Nesse novo contexto alguns pequenos produtores que já vendiam a sua produção diretamente às casas aviadoras em Manaus foram paulatinamente constituindo-se em negociantes e/ou numa modalidade distinta daquela do *patrão* tradicional – abordaremos no capítulo seguinte a configuração e as características desta modalidade. Acrescenta-se ainda que a nova configuração dada por esse contexto implicou também em alterações significativas tanto do ponto de vista das estruturas quanto das relações e ações sociais produzidas nesse contexto.

Barreto Filho observa ainda como efeito do evento relacionado com a atuação do Candiru uma ideia corrente entre os residentes que vincula os termos ‘liberação’ e ‘liberdade’ “ao aumento da concorrência em torno da produção extrativista e à abertura do mercado local” (Barreto Filho, 2002: 314). Mas tais efeitos irão se estender principalmente sobre a nova configuração da paisagem social, transformada pelo considerável aumento de comerciantes que passaram a negociar no rio e por novos processos gerados a partir dessa transformação e também por mudanças originadas em diferentes níveis de escalas, que repercutiram como a situação do Tambor que aqui está sendo focada.

TÍTULOS EMITIDOS PELO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - RIOS CARABINANI, JAU E UNINI.



CAPÍTULO 3

AMBIENTALISMO E DESENVOLVIMENTO: A URDIDURA NA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

3.1. SOBRE A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA REGIÃO

No capítulo anterior vimos como aspectos socioculturais, político e econômico relacionados com o processo de ocupação na região do baixo rio Negro produziram algumas especificidades no contexto social do Jaú. Entre elas podemos citar as distintas formas de apropriação dos espaços de uso e de exploração dos recursos, de relações sociais e de poder, além da produção de novos processos sociais que a partir de contextos específicos introduziu nova dinâmica nas relações e formas organizacionais locais. Também vimos emergir a partir desse conjunto de fatores uma nova configuração social no vale do rio Jaú. Vimos ainda que do ponto de vista histórico, a região denominada de baixo rio Negro foi cenário de densa e continuada ocupação humana, de conflitos e tensões sociais marcantes, de intensiva exploração econômica dos recursos naturais e também de relativa concentração de mão de obra extrativista na Amazônia, especialmente no período áureo da borracha.

Nos diferentes contextos históricos acima mencionados, também vimos ainda que a presença e/ou ação do Estado restringiam-se basicamente às ações de ordenação e de administração do vasto território para fins de reorganização da produção interna, de regulação da mão de obra indígena ou para dotá-lo de condições fundamentais para aplicação de determinada política econômica - como foi demonstrado pelas medidas contidas no chamado *Diretório dos Índios*, da medida que criou a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão e também pelos levantamentos realizados sobre viabilidade da exploração dos recursos naturais (cap. 2). Posteriormente, essa presença oficial do Estado continuou pontual e centrada basicamente na regulamentação do uso territorial e na cobrança de impostos e demais tributos para o erário – como a que criou os dispositivos legais para concessão de terras e de benefícios para empresas agrícolas, de exploração e direito de posse sobre áreas

produtivas e atuação na arrecadação de impostos junto aos produtores e comerciantes extrativistas locais.

Neste capítulo ainda prosseguiremos com a abordagem sobre processos de maior escala que resultaram em intervenções de grande impacto para a Amazônia de um modo geral e em particular para a região do Baixo Rio Negro. Tais intervenções foram formuladas e viabilizadas num contexto específico em que uma visão ideológica dominante do Estado como unidade de poder por excelência, que deveria planejar de forma pragmática e planificada sua política de desenvolvimento, orientou as principais estratégias de implementação das ações desenvolvimentistas no país. Os chamados “planos nacionais de desenvolvimento” implementados a partir do regime militar de 1964, poderiam assim ser tomados como expressões autênticas da doutrina desenvolvimentista que resultou no “projeto geopolítico da modernidade no Brasil”, como aponta Becker (1992). O ponto de partida nesse processo se daria pela “intencionalidade no controle do vetor científico e tecnológico moderno sobre o tempo e o espaço”, entendido como condição necessária para acelerar o ritmo e a escala do crescimento econômico do país (Idem, 132). Condição esta também necessária à consolidação e ao crescimento do papel dirigente do Estado, entendido como único agente capaz de promover mudanças através de “planejamento racional”.

É fundamentalmente apoiado nessa interpretação da política voltada para aceleração do desenvolvimento econômico do país que iremos discutir neste capítulo a implementação de ações do II PND que tiveram efeitos sobre o contexto social focado. Será via a execução desse modelo de desenvolvimento baseado no controle técnico e político do Estado, que também cria uma “malha programada” de intervenções sobre o território nacional (cf. Becker, 1990), que circunscreveremos os processos relacionados com conflitos sociais e produção da etnicidade. Nesse contexto histórico se produzirão os dois principais fenômenos de interesse em nossa análise. Um deles diz respeito ao surpreendente avanço que teve a política de conservação da natureza justamente num período em que os projetos de desenvolvimento e integração da Amazônia regiam o tom das intervenções do Governo e figuravam como causadores de grandes impactos socioambientais. Como se explicaria essa aparente incongruência? O segundo fenômeno está relacionado com a intensificação dos conflitos sociais no meio rural gerada pela criação das Unidades de Conservação de uso indireto e uma crescente mobilização dos

chamados *povos tradicionais* no sentido da reivindicação de territórios associados com processos específicos de ocupação e/ou pela comunicação da diferença étnica.

3.1.1. A perspectiva do esquadramento ambiental para a Amazônia

Em uma gama variada de estudos relativos à política sobre meio ambiente no Brasil observa-se um dado curiosamente intrigante. Consta que um dos períodos de maior criação de UCs na Amazônia, entre 1974 e 1985, se insere num contexto histórico de implementação de políticas desenvolvimentistas que causaram grandes impactos, sobretudo, naqueles aspectos mais vulneráveis desta região. Os efeitos dessa política econômica executada durante o regime militar são, em geral, percebidos por vários analistas, como devastadores tanto da perspectiva ambiental quanto social (Davis, 1977; Diegues, 1986; Brito, 2000).

Enfatiza-se, por exemplo, que até 1974 a grande área que comporta a região central da bacia do rio Amazonas constituía-se numa imensa lacuna de parques e reservas ecológicas do continente sul americano. Esta situação já vinha sendo destacada com bastante apreensão nos diagnósticos de especialistas em manejo de áreas silvestre (Wetterberg, 1974; Wetterberg et alli, 1976). Até esse período, apenas o Parque Nacional do Araguaia, criado em 1959, figurava como área de reserva legal e efetivamente implementada. Criado em 1974 o Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba no estado do Pará, com 994.000 ha, foi a primeira UC implementada no contexto da política de ambientalização programada para Amazônia. Porém, será de fato a partir de 1979 que a criação de UCs de uso indireto terá seu grande deslanche no país, e particularmente na Amazônia.

Entre os anos de 1979 e 1985, criaram-se dez parques nacionais, sendo quatro na Amazônia, além de treze reservas biológicas das quais cinco incidiam sobre o território da mesma região. E das quinze estações ecológicas criadas pelo Governo Federal entre 1981 e 1985, onze se concentravam em território da Amazônia Legal. Daí a referência ao período de 1974 a 1984 como “a década de progresso para os parques nacionais e áreas protegidas sul-americanos” (cf. Wetterberg et alli, 1985). No total, a chamada *década do progresso das áreas protegidas* representou a criação de vinte UCs de uso indireto, tornando em área de uso restrito aproximadamente 9.732.917 ha do território nacional (cf. Barreto Filho, 2002:160). Correspondem também a esse período

a sanção da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – que instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional do Meio Ambiente - estabelecendo a regulamentação dos Parques Nacionais do Brasil e das estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

Ao focar sua avaliação sobre a criação UCs de uso indireto num espaço e tempo mais específicos, Rylands (1990) nota que, entre 1979 e 1990, houve um aumento significativo do número de áreas de proteção integral na Amazônia sob controle da administração federal. De apenas duas que existiam até 1979, elas passaram para um total de trinta e três em 1990, constituindo-se em área coberta de 14.133.000 ha por UCs de uso indireto na Amazônia (tabela 1). Deve ainda ser acrescentadas ao número de UCs de uso indireto criadas pelo Governo Federal àquelas criadas por determinação dos governos estaduais.

Se somadas às unidades de conservação estaduais, o total da cobertura de áreas protegidas sobre a Amazônia Legal, nesse período, aumenta para cerca de 17.125.203 ha, representando 3,4% do território da região, segundo esse autor. Não obstante, observamos que no caso das unidades de conservação estaduais, o aumento mais expressivo na criação destas na Amazônia foi registrado entre os anos de 1990 e 1994, devido às exigências de programas de desenvolvimento sustentável financiado pelo Banco Mundial, como ocorreu especialmente em Rondônia com o Polonoroeste e o Planafloro (cf. Imazon, 2010). Se compararmos contextos históricos, observaremos que um aumento superior em relação ao número de UCs federais criadas e indicadas na tabela abaixo, só será novamente notado a partir de 2000.

Tabela 1. Unidades de Conservação Federais na Amazônia.

Categoria de UCs	Ano de Criação	Área (ha)
<i>Parques Nacionais</i>		
Araguaia	1959	562.312
Amazônia	1974	994.000
Pacáas Novos	1979	764.801
Pico da Neblina	1979	2.200.000
Cabo Orange	1980	619.000
Jaú	1980	2.272.000
Pantanal Matogrossense	1981	135.000
Serra do Divisor	1989	605.000
Monte Roraima	1989	116.000
Chapada dos Guimarães	1989	36.000
<i>Reservas Biológicas</i>		
Rio Trombetas	1979	385.000
Jarú	1979	268.150
Lago Piratuba	1980	395.000
Abufari	1982	288.000
Guaporé	1982	600.000
Guripi	1988	341.650
Tapirapé	1989	103.000
Uatumã	1990	560.000
<i>Estações Ecológicas</i>		
Anavilhanas	1981	350.018
Iquê	1981	200.000
Maracá	1981	101.312
Rio Acre	1981	77.500
Maracá-Jipoca	1981	72.000
Cuniã	1981	104.000
Taimá	1981	14.325
Caracaraí	1982	400.560

Serra das Araras	1982	28.700
Jarí	1984	227.116
Jaumi-Japurá	1983/1985	745.830
Niquiá	1985	286.600
Coco-Javaés		37.000
<hr/>		
<i>Reservas Ecológicas</i>		
Sauim-Castanheiras	1982	109
Jutaí-Solimões	1983	284.394
<hr/>		
Total 33		14.133.268
<hr/>		

Fonte: Santos (2004).

Entre 1999 e 2002, o governo federal assumiu novamente a dianteira na criação de UCs, em larga medida pela exigência de cumprir com metas de conservação da biodiversidade, assumidas pelo Brasil no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Em termos de área, observa-se que a maior quantidade de UCs criadas na região até recentemente ocorreu entre 2003 e 2006, período que coincide com a vigência do Programa Área protegida da Amazônia (ARPA). Do total de 132 unidades de conservação federais criadas até 2010, o que equivale a uma área protegida de 610.510 km², cerca de 40% dessas unidades foi criada no contexto de vigência da ARPA (Imazon, 2010). O que se nota também em relação à criação dessas unidades de conservação mais recentes é que a maioria das unidades federais criadas permanece incidindo sobre regiões com alta ou moderada consolidação de ocupação humana. Dados do Imazon indicam que 55% das unidades de proteção integral criadas pelo governo federal entre 2003 e 2010 incidiam sobre áreas com essas características. Esse dado pode obviamente suscitar inquietações diversas tanto em relação às especificidades das ações que criaram as novas UCs quanto à continuidade e diversidade dos conflitos sociais emergentes na Amazônia a partir de então. Contudo, nosso propósito com este aspecto aqui é ilustrativo e visa enfatizar a especificidade da situação que estamos tratando.

Retomando nossa discussão sobre o contexto de criação das UCs em tela, importa agora esclarecer como o Estado operou e conduziu esta aparente contradição. Quando observada em detalhe, esta questão assume importância significativa no entendimento dos processos sociais na Amazônia, já que estes se relacionam com outros

processos como o da expansão da fronteira agrícola – via projetos de colonização – e aqueles que definiram áreas privilegiadas para a valorização de capital privado e de crescimento econômico “polarizado” – pela via dos subsídios e investimento público no setor de infraestrutura regional (Barreto Filho, 2002). Da mesma forma, o exame desse contexto histórico desvela ainda que o grande progresso das ações conservacionistas tanto do ponto de vista jurídico quanto administrativo, foi formulado principalmente a partir de agências externas que passarão a exigir do Governo brasileiro um alinhamento na implementação de ações voltadas para a conservação da natureza. A questão em jogo nesse contexto, que estrategicamente se articula à formulação e implementação da política conservacionista na Amazônia, criando as áreas protegidas de uso restrito, tem a ver com o modelo de desenvolvimento econômico pensado pelo Estado para a região. Esse modelo era fruto da opção que restava à época para o Brasil ser inserido na ordem internacional vigente. Alguns analistas observam que embora a decisão política de adotar esse modelo fosse dos setores dirigentes do país, as opções e margens para negociação dessa inserção eram colocadas por organismos internacionais que assim passam a discutir e definir diretrizes ao desenvolvimento em escala global. (Diegues, 1986; Barreto Filho, 2002).

Não obstante, seria mais prudente considerar, como observa Barreto Filho, que esse relativo incremento na criação de UCs de uso indireto durante o regime militar seja atribuído a um conjunto mais amplo e complexo de fatores do que ao mero concurso de circunstâncias desfavoráveis do país. Entre esses fatores, destaca-se a gestão estratégica do Estado sobre o território – politização da estrutura espacial – como instrumento e condição do caminho brasileiro à modernidade (cf. Becker, 1992). Nesses termos, as possibilidades de criação de UCs de uso indireto na Amazônia brasileira, no contexto que estamos abordando, assim como as instâncias envolvidas na sua gestão, pode-se dizer que estas se encontram imbricados num conjunto de ações que é engendrado com vistas a um planejamento globalizante e integrado do desenvolvimento do país que ainda inclui a apropriação da dimensão política do espaço como forma de controle social (cf. Barreto Filho, 2002: 162).

Acompanhando a observação de Barreto Filho, poderíamos ainda destacar esse aspecto na intenção de pensar a problemática do Estado como entidade que se desenvolve e atua dentro de estruturas que são definidas historicamente. Obviamente que esta é uma percepção contrária à visão de base teórica mais ortodoxa que opera com

uma noção de Estado como entidade monolítica e paradoxalmente a-histórica. Na visão anacrônica do Estado, a hegemonia é a característica central que o encapsula, cuja imagem remete à sua estrutura formal de poder, a despeito da importante reflexão sobre a complexidade do exercício deste poder já realizada por Weber.

Como efeito do problema, as análises envolvendo a atuação de instâncias estatais reproduzem, por um lado, uma descrição parcial e reduzida do papel do Estado na constituição dos processos sociais. Por outro lado, elas reificam certas visões simplistas sobre as situações sociais em foco, reintroduzindo categorias que são exteriores às realidades dos casos que procuram esclarecer. No caso dos povos e comunidades rurais da Amazônia, a utilização dessa noção monolítica do Estado tem implicado em leituras pouco realistas sobre a aplicação e uso diferenciados do seu aparato burocrático no jogo das relações que envolvem interesses e proteção de bem-estar sob a sua jurisdição.

Sobre o problema em torno da interpretação da atuação do Estado, muitos autores nas últimas décadas têm chamado particular atenção para revisão da sua concepção. De fato, nota-se que o amplo conjunto de imagens contraditórias que as diferentes abordagens da noção de Estado revelam tem provocado discussões fecundas, sobretudo, no campo da pesquisa antropológica (Comaroff, 1997 e 1998; Jean-Klein, 2000; Trouillot, 2001; Newland, 2001; Helle-Valle 2002; Higazi, 2008). Numa importante abordagem da questão, Trouillot (2001) chama atenção para como o antropólogo poderia dar sentido a esta tensão que implica o próprio conceito de Estado e incorporá-la plenamente em análises onde esta entidade está implicada. Para tanto, o autor defende a necessidade de se reconhecer três proposições relacionadas: (i) Poder do Estado não tem fixidez institucional nem teórica e nem fundamentos históricos. (ii) Assim, os efeitos do estado nunca são obtidos exclusivamente através de instituições nacionais ou lugares governamentais. E (iii) estas duas características, inerentes ao Estado capitalista, tem sido agravado pela globalização (2001:126). Além disso, Trouillot também argumenta que embora ligado a uma série de aparatos, cuja natureza de muitos não é eminentemente governamental, o Estado também não seria um aparelho, mas sim um conjunto de processos.

O Estado não seria, assim, necessariamente limitado por qualquer instituição e nem qualquer instituição poderia encapsulá-lo totalmente. Nesse entendimento, a materialidade do Estado residiria muito menos nas instituições do que na reformulação

de processos e de relações de poder, de modo a criar novos espaços para implantação de novos poderes. Incorporamos essa discussão neste trabalho tendo em vista que algumas das suas premissas serão observadas nos próximos itens e retomadas no capítulo seguinte.

3.2. “ESVERDEAMENTO” DE ORGANISMOS E AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

3.2.1. Sobre o sistema global de conservação da natureza

Tentaremos agora abordar a questão sobre como a agenda da conservação dos recursos naturais passou a ser paulatinamente incorporada por instituições responsáveis pela promoção do desenvolvimento. Historicamente, o início desse processo está relacionado com o contexto do pós-Segunda Guerra e é desencadeado principalmente a partir da influência de determinadas organizações internacionais de caráter multilateral. Nesse aspecto, deve ser observado também que essas próprias organizações encontraram em tal contexto condições propícias para seu desenvolvimento nesse período.

Algumas dessas agências que figuravam tradicionalmente mantendo seu foco na promoção do desenvolvimento em escala mundial incorporaram a partir de um determinado contexto histórico iniciativas voltadas para a proteção ambiental do planeta. A partir do contexto pós-Segunda Guerra elas passariam também a assumir e promover em escala global iniciativas de conservação dos recursos naturais. De acordo com Barreto Filho é nesse contexto que será testemunhada a retomada das conferências internacionais sobre diversos aspectos da proteção da natureza, simultaneamente com a expansão das responsabilidades dos governos em nível nacional. Assim, a configuração de redes em torno da conservação da natureza que se dá nesse período contribuiu para consolidar os fundamentos institucionais da política ambiental global.

“Foi nos interstícios da rígida ordem bipolar do segundo após-guerra, na conjuntura internacional de transição para a coexistência pacífica e a multipolaridade, que os direitos humanos, a ecologia e o meio ambiente emergem como preocupações da chamada ‘agenda positiva’ – ‘a agenda de consenso’ – dessa nova ordem.” (Barreto Filho, 2002: 142)

Observa-se nesse aspecto que a coexistência de um movimento ambientalista ao lado de ações de desenvolvimento global foi também viabilizada em grande medida pelo desenvolvimento de ações voltadas para conservação em diferentes níveis. Entre essas ações estaria, segundo (Caldwell 1990: 23), a legitimação da política ambiental em nível nacional. Diferentemente das interpretações que tendem omitir a significância das fermentações sociais, políticas e ideológicas internas aos Estados, este autor reconhece o papel indispensável dos movimentos locais pela conservação e proteção da natureza como precursores da cooperação internacional. Ele destaca nesse sentido que os delegados presentes à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, não estavam presentes neste evento somente em virtude da iniciativa de seus respectivos governos. Percebida como evento de importância destacada no cenário das relações internacionais, o processo de preparação da Conferência de Estocolmo também explicitou as divergências existentes entre seus participantes no que concerne aos vínculos que se estabelecia entre desenvolvimento e a proteção ao meio ambiente (cf. Ribeiro, 1992:145).

Além disso, é reconhecida a atuação de grupos organizados, principalmente nas democracias industriais mais proeminentes, que já vinham, bem antes disso, pressionando seus governos por ações legais e administrativas no sentido da proteção e recuperação da qualidade do meio ambiente. Mesmo antes do início da década de 1960, sob a iminente ameaça de um conflito nuclear entre as potências mundiais e de poluição da atmosfera, governos, cientistas, organizações ambientalistas e grupos sociais diversos passaram a discutir um conjunto de signos que sinalizavam para uma crise ambiental de proporções planetárias. Na esteira dessa discussão, a questão do crescimento global desordenado também foi incorporada como decisivamente influente na estabilidade da vida no planeta. Num estudo do chamado *Clube de Roma*⁵³ denominado “Os limites do crescimento”, coordenado por Dennis L. Meadows, pesquisador norte-americano sobre *sistema de gestão* vinculado ao MIT, foi apontado que a estabilidade econômica e ecológica não poderia prescindir de um congelamento do crescimento populacional e do capital industrial. Este trabalho serviu para subsidiar a discussão da questão na própria Conferência de Estocolmo. Nessa conferência, foi largamente enfatizado que, se as tendências de crescimento da

⁵³ Empresa de reflexão global que trata de uma variedade de questões de política internacional. Foi fundada em abril de 1968 e despertou atenção pública internacional a partir de 1972 com a divulgação do seu relatório *Os limites do crescimento*.

população mundial apontadas nos estudos – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuassem imutáveis, os limites de crescimento no âmbito do planeta seriam facilmente atingidos dentro de um prazo de cem anos (cf. Brüseker, 1996: 103-104). A partir desta conjectura anunciava-se como cenário mais provável um declínio súbito e incontrolável tanto da capacidade industrial quanto da população mundial.

Considera-se ainda que esses grupos organizados em torno da temática ambiental se mantinham interconectados por redes que podiam atravessar fronteiras nacionais. Estas redes eram mantidas através de fóruns de discussão ampliada e pela participação dos próprios membros desses grupos em organizações internacionais. Entre os resultados mais representativos desses contatos destaca-se a viabilização da cooperação internacional em torno do estatuto jurídico, das práticas de gestão e das formas administrativas dos parques nacionais e áreas protegidas. Nesses termos, Barreto Filho considera que se poderia falar numa internacionalização do chamado *national park movement*⁵⁴. Dentre as principais instâncias de discussão internacional da questão da conservação dos recursos naturais, bem como sobre o estatuto das áreas naturais protegidas, está a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – (IUCN, *na sigla em inglês para International Union for Conservation of Nature*). Criada inicialmente como organização não-governamental, em 1948, já no início dos anos 1960, a IUCN contava com 20 governos entre seus membros e mais de 300 organizações nacionais de 60 países (cf. Adams, 1962: 407). Nesse mesmo período, ela estabeleceu uma Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas para promoção, monitoramento e orientação de manejo destas áreas (Diegues, 2000:100). Atualmente, essa rede de organizações governamentais, não-governamentais, científicas e de especialistas reunidos em torno da conservação da natureza, contabiliza 84 nações, 112 agências de governo, 735 ONGs e milhares de especialistas e cientistas de 181 países, constituindo-se numa das principais organizações ambientais do mundo (cf. IUCN, 2011).

No âmbito das articulações institucionais para formulação das ações de proteção e conservação da natureza que tem como instrumentos as UCs, a IUCN desenvolveu iniciativas de produção e disseminação de informações desde a instituição da

⁵⁴ O autor destaca que, ao ampliar-se, esse movimento atuou no sentido de consolidar parte das bases conceituais e institucionais sobre as quais a cooperação internacional sobre meio ambiente tem se apoiado.

Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CNPPA), em 1958. Nesse sentido, ela procurou sistematizar e avaliar continuamente dados e experiências de proteção e conservação da natureza, o que posteriormente resultou na elaboração e manutenção de uma listagem com dados atualizados sobre a situação dos parques nacionais e áreas protegidas pelo mundo. A primeira edição desta listagem surgiu em 1962, elaborada a pedido da ONU, atendendo resolução aprovada em Assembleia Geral desta organização, realizada em dezembro de 1962, sobre *desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável* (cf. Barreto Filho, 2002:144). A partir de 1982 essa listagem ficou conhecida como *United Nations List of National Parks and Protected Areas*, indicando a relação institucional que lhe deu origem.

Não obstante, importa destacar sobre a ambiência na qual se decidiu pela escolha da ONU como agência central da promoção das ações de conservação ambiental que a escolha desta organização não foi consensual e a disputa por essa posição foi acirrada entre as agências envolvidas com tais ações (cf. Guimarães, 1991a). Por um lado, existiam propostas defendendo que qualquer nova agência ambiental nesses termos deveria ser estabelecida fora do sistema ONU, já que o foco das agências tradicionais era o desenvolvimento, o que poderia favorecer intervenções intensivas em capital, além da exploração dos próprios recursos naturais que se visava proteger; por outro lado, existia ainda uma forte disputa política entre agências que vinham desenvolvendo programas relacionados com a questão ambiental como UNESCO, UNICEF, OMS, FAO e PNUD que reivindicavam a prerrogativa de liderar as ações de promoção da conservação ambiental em escala global (Idem, 146).

Ainda em relação às iniciativas desenvolvidas pela IUCN em parceria com agências internacionais, outra que se pode desatacar pela importância no aspecto da conservação foi a promoção de reuniões para tratar da questão da proteção ambiental em nível nacional. Atividade fundamental desenvolvida na ambiência das Assembleias Gerais, reuniões técnicas e, principalmente, dos Congressos Mundiais sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas, estas reuniões de trabalho tem por objetivo promover o desenvolvimento e o manejo mais efetivo dos habitats naturais do mundo. No que concerne à realização dos eventos como Congressos Mundiais e reuniões técnicas, a IUCN mantinha prioritariamente como parceiras as organizações do sistema ONU envolvidas na promoção da proteção e conservação dos recursos naturais.

Poderíamos assim concluir esta breve descrição do contexto em que a conservação dos recursos naturais passa a integrar as políticas de desenvolvimento em escala global destacando alguns aspectos relevantes concernentes a essa mudança. O primeiro aspecto refere-se à especificidade da composição reunida em torno da IUCN que torna iniciativas conservacionistas em larga medida de caráter restrito - privado e nacionais – em ação de cooperação entre agências governamentais e multissetoriais de caráter global (cf. Barreto Filho, 2002: 145). O segundo, diz respeito à interação de segmentos sociais diversos que foi proporcionado pela ampla rede constituída em torno da conservação da natureza, viabilizando o debate também de temas diretamente relacionados com a questão ambiental. Entretanto, especificamente aí, ainda que se considere como resultado positivo dessa ambiência o surgimento de uma “sensibilidade” para com dimensões socioculturais e ecológico-ambientais na condução das ações de desenvolvimento especialmente nas regiões periféricas⁵⁵, estas dimensões aparecem subordinadas à preocupação com a viabilização bem sucedida e eficaz dessas ações em tais regiões.

Por último, pode-se considerar que a inclusão do cumprimento de cláusulas ambientais e sociais como exigência para concessão de empréstimos junto aos organismos multilaterais, para além da incorporação da proteção ao meio ambiente como um “custo adicional” nas ações de desenvolvimento, elas poderiam expressar concretamente a consolidação do paradigma da “modernização” que originalmente orientava as ações da política de “ajuda externa” (cf. Hoben, 1982). Assim sendo, o chamado “esverdeamento” dos organismos multilaterais e agências internacionais como medida para o estabelecimento da cooperação com vistas à proteção da natureza em escala global poderia também ser vista como ardil estrategema para subordinar a preocupação ambiental aos desígnios do desenvolvimento. Além disso, se deslocarmos essa questão para medidas governamentais adotadas em nível nacional observar-se-á que elas tentarão tornar efetivas e consolidar oficialmente as principais posições defendidas pela delegação brasileira à época da realização da Conferência de Estocolmo, a saber, que o desenvolvimento não deveria ser sacrificado em nome do meio ambiente e que a soberania nacional não deveria capitular diante de interesses ambientais imprecisos e mal definidos – a cooperação internacional não deveria transformar-se em instrumento de intrusão externa em assuntos

⁵⁵ Poderíamos citar como ilustração o trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizado em 1987, que resultou na publicação de um relatório denominado Brundlandt. Neste relatório é difundida a noção de “desenvolvimento sustentável”, cujos eixos principais são o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico.

nacionais⁵⁶. Diante da complexidade que esse quadro demonstra se pode vislumbrar como, no caso do Brasil, as ações voltadas para a conservação ambiental - tendo como instrumento a criação de UCs – e formuladas no âmbito do controle do Estado autoritário vieram acompanhadas de controvérsias que expressam também a cambiante contradição que subjaz o processo de criação e implantação das áreas protegidas no país.

3.2.2. Sobre as prioridades na criação de unidades de conservação na Amazônia

A estratégia de alargamento das fronteiras econômicas do país – agrícola, industrial, agro-industrial, urbana, de povoamento, de infraestrutura regional - presente no Programa de Integração Nacional (PIN), que se constituía como base da política regional do I PND (1972-1974), sofreu significativa mudança a partir de 1975. A principal estratégia dessa política era a ocupação econômica das chamadas “áreas vazias” do país por meio de “projetos de colonização” oficiais, dirigidos preferencialmente para faixas ao longo da rede viária (Costa, 1988). Com o lançamento do II PND (1975-1979) essas iniciativas foram abandonadas e substituídas por outra estratégia de ocupação econômica para a região. Os chamados “polos de desenvolvimento” desse contexto, implantados com base na estratégia seletiva do desenvolvimento regional, originaram modelos de projetos de grande envergadura como o Projeto Grande Carajás, o Projeto Calha Norte, entre outros.

No âmbito do II PND, a opção de ocupação regional feita pelo governo foi em favor do grande empreendimento com insumos maciços de capital privado nacional e estrangeiro. Para isso, era oferecida uma variedade de estímulos governamentais com atuação direta do Estado em investimentos de infraestrutura regional para criar as condições de efetivação da ocupação pretendida. Segundo Guimarães (1991b), constituía-se em objetivo explícito deste plano a implantação definitiva da indústria pesada no Brasil, expansão do incremento na produção de bens de capital e de bens intermediários e ampliação da infraestrutura de energia, transporte e telecomunicações. Para tanto, o governo elaborou programas especiais com base na idéia de “pólos regionais”.

O chamado POLOAMAZÔNIA, como o nome já indica, constituía-se num programa de crescimento com base na lógica da “polarização” e previa forte uso de

⁵⁶ Ver Guimarães (1991).

subsídios e investimento público, com vistas à atração e valorização de capitais privados concentrados na região. Todavia, o II PND estabelecia também em seu texto iniciativas que se destinavam ao controle ambiental e à preservação do meio ambiente. Assim, o II PND ainda estabelecia como objetivo nacional “atingir o desenvolvimento nacional sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastar o patrimônio nacional dos recursos naturais”. No caso da Amazônia, o II PND determinava “imediate designação de Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas” como medida complementar da política de desenvolvimento do país.

Assim, é no âmbito do II PND que se estabelece que os “Planos de Desenvolvimento Integrado” deveriam considerar “a designação de terras para Reservas Biológicas e Florestais, Parques Nacionais e Reservas Indígenas” em cada um dos 15 pólos de desenvolvimento previstos. Foi no contexto da implementação do programa POLAMAZÔNIA, cujos efeitos se revelaram devastadores tanto ambiental como socialmente, que também se pôde observar o avanço da ação que criou as unidades de conservação de uso indireto. Serão também oriundos deste programa, os recursos que se destinarão à indenização de benfeitorias e à aquisição de glebas de terras em áreas destinadas à implantação de estações ecológicas (Barreto Filho, 2002). Foi, portanto, com base no II PND e visando cumprir com os programas de desenvolvimento nele previstos que se estabeleceram as “prioridades em conservação da natureza na Amazônia” a partir de estudos técnico-científicos (cf. Wetterberg et ali, 1976).

Esses estudos viabilizaram a elaboração de um programa de conservação para a Amazônia e posteriormente fundamentariam o *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil* desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – IBDF e implantado a partir de 1979 (cf. Barreto Filho, 2002: 177). Consta ainda na observação deste autor que a definição das prioridades em conservação na Amazônia a que se referia Wetterberg se deu no âmbito do Projeto PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, que resultou de um convênio estabelecido entre estas agências em julho de 1971, dando origem ao Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal – PRODEPEF⁵⁷, que foi aprovado e instituído por decreto em novembro de 1973. Todas as atividades

⁵⁷ O PRODEPEF definiu como objetivos do seu plano de operação dar assistência ao Governo para integração e a expansão das atividades de pesquisa florestal, nas três principais regiões florestais do Brasil: a Amazônia, a do Cerrado e a do Sul (IBDF/PRODEPEF, 1973).

desenvolvidas no PRODEPEF eram realizadas sob a supervisão do IBDF, podendo o presidente deste Instituto delegar ao Projeto autonomia de decisão em relação às atividades técnicas de pesquisa e de caráter administrativo.

Em relação ao *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil*, seu principal objetivo era o estudo detalhado das regiões propostas como prioritárias para implantação de novas unidades de conservação e revisão das categorias de manejo existentes. Resulta da aplicação desse plano, por exemplo, a criação das onze estações ecológicas entre 1981 e 1985, pela SEMA, e das cinco reservas biológicas e quatro parques nacionais, entre eles o PNJ, que foram criados entre 1979 e 1985 pelo IBDF, todos na Amazônia Legal.

Segundo Foresta (1991), a criação dessas unidades de conservação teria sido fruto, em grande medida, da astúcia política dos planejadores da conservação que souberam tirar proveito das circunstâncias favoráveis nesse contexto. Este autor argumenta, por exemplo, que o estudo que fundamentou o programa de conservação para Amazônia apropriou-se com perspicácia da incipiente atividade científica que existia à época sobre florestas tropicais úmidas, articulando as teorias disponíveis, com vistas a constituir com “firme base no conhecimento científico” a argumentação necessária para defender as escolhas e fazer com que o profissionalismo técnico apolítico desempenhasse seu papel (cf. Foresta, 1991: 58). A urdidura do território esquadrihado em termos ecológico-ambiental teria sido então forjada pela conjugação dos seguintes fatores: *a)* habilidade política demonstrada por agentes do conservacionismo ambiental escalados para atuar no âmbito do IBDF/PRODEPEF; *b)* o ambiente tecnocrático do governo federal – altamente inclinada a favorecer iniciativas cientificamente orientadas; e *c)* reais oportunidades de avançar com a criação de novas áreas protegidas – tendo em vista os acordos de cooperação estabelecidos entre agências multissetoriais.

A eficiente atuação desse grupo influenciou fortemente a execução das ações do programa de conservação para Amazônia, a despeito da presença também forte e influente na região, naquele contexto, de outros atores e agências como os colonos, o INCRA, as populações indígenas, a FUNAI, o capital privado e os próprios projetos de desenvolvimento promovido pelo Estado (cf. Barreto Filho, 2002). Veremos a seguir como se deu, com base nesses termos, a criação e implantação do PNJ, cujos efeitos se relacionam diretamente com a problemática em análise.

3.3. CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO JAÚ

No período que corresponde às três últimas décadas, o município de Novo Airão, situado a noroeste de Manaus, viu aproximadamente 85% de sua área (37.771 Km²) ser sobreposta por terras públicas sob a administração estadual ou federal. Esse crescente processo em torno da superposição de área de domínio por tais poderes resultou não apenas numa redefinição da gestão territorial nessa região, com efeitos notáveis sobre a vida das pessoas que nelas residiam, mas também impactou sobremaneira a incipiente e enfraquecida produção econômica local, retocando ainda mais a precariedade das condições sociais que o município já apresentava. Essa situação está relacionada, em larga medida, com o êxodo forçado das famílias de produtores rurais e extrativistas dessas áreas, tendo em vista as categorias de manejo e de usos restritos estabelecidos para tais unidades de conservação.

Em torno desse período a região conhecida como baixo Rio Negro viu aumentar significativamente o número de áreas protegidas, acompanhando uma tendência observada em toda Amazônia como já nos referimos acima. Foi dessa explosão de criação de UCs que a região transformou-se num grande mosaico de unidades de conservação que cobre uma área notadamente extensa, com mais de sete milhões de hectares. Essas UCs estão classificadas em quatro distintas categorias que são gerenciadas pelos governos federal e estaduais (tabela 2). Como se observa na tabela, a grande maioria dessas unidades foi criada antes de 2000, num período anterior à aprovação da Lei 9.985 de 18/07/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, na qual estão previstos mecanismos que asseguram a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das UCs (SNUC, 2000). Portanto, pode-se depreender daí que a maioria dessas unidades foi criada a partir de iniciativas de conservação com abordagem de caráter *top-down* e não exatamente pela via “alternativa” *bottom-up* que trabalharia mais no sentido da imprescindibilidade da “participação”⁵⁸ dos grupos sociais (cf. Barreto Filho, 2002).

Como procuramos demonstrar ao longo desse trabalho, esta região historicamente abrigou diversos grupos tradicionais, de modos de vida variados e formas organizacionais específicas que tinham, ao longo de décadas, estabelecido

⁵⁸ Sobre essa imprescindibilidade de participação dos povos tradicionais nas iniciativas de conservação e sua discussão crítica, ver Barreto Filho, 2002.

relações ecológicas específicas com seus respectivos habitat. Obviamente que a criação dessas unidades - com suas normas de regulação e manejos restritivos somados ao comportamento agressivo de gestores que muitas vezes agiam com assaz intolerância às condutas locais - alterou profundamente essas relações, introduzindo em muitos casos mudanças drásticas no modo de vida dos povoados locais. Veremos mais adiante em que esse processo implicou na situação do Jaú, mas podemos também relacioná-lo desde já com os movimentos de êxodos continuados e de deslocamentos forçados da população rural para área urbana, incrementando os índices de pobreza e de vulnerabilidade social que se observa na sede dos municípios vizinhos.

Tabela 2: Unidades de conservação na região do baixo Rio Negro

Categoria de Restrição	Unidade de Conservação (ano de criação)	Esfera de Gestão	Área (ha)
<i>Proteção integral</i>	Parque Nacional do Jaú (1980)	Federal	2.272.000
	Estação Ecológica Anavilhanas (1981)	Federal	350.018
	Parque Estadual Rio Negro Setor Norte (1995)	Estadual	146.028
	Parque Estadual Rio Negro Setor Sul (1995)	Estadual	157.807
<i>Uso sustentável</i>	APA Rio Negro Margem Direita Setor Paduari-Solimões (1995)	Estadual	566.365
	APA Rio Negro Margem Esquerda Setor Aturiá-Apuzinho (1995)	Estadual	586.422
	APA Rio Negro Margem Esquerda Setor Tarumã Açu - Tarumã Mirim (1995)	Estadual	56.793
	Reserva Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998)	Estadual	2.313.352
	Reserva Extrativista Rio Unini (2007)	Federal	833.352

Fonte: FVA, 2010.

É com base no quadro decorrente desse processo que se pode entender melhor o imoderado contraste ostentado por Novo Airão – já descrito de forma ironicamente pitoresca por Barreto Filho (2002:223) - entre a imagem de “paraíso ecológico”, destacada principalmente pelo poder público local, e a gritante realidade das precárias condições de vida e de infraestrutura urbana com suas estatísticas sociais adversas. E pelo que se pode observar *in loco* e/ou pela interpretação dos dados do último censo realizado pelo IBGE, essa feição de precariedade das condições sociais de existência no município pouco se alterou nos últimos anos. Tendo atualmente uma

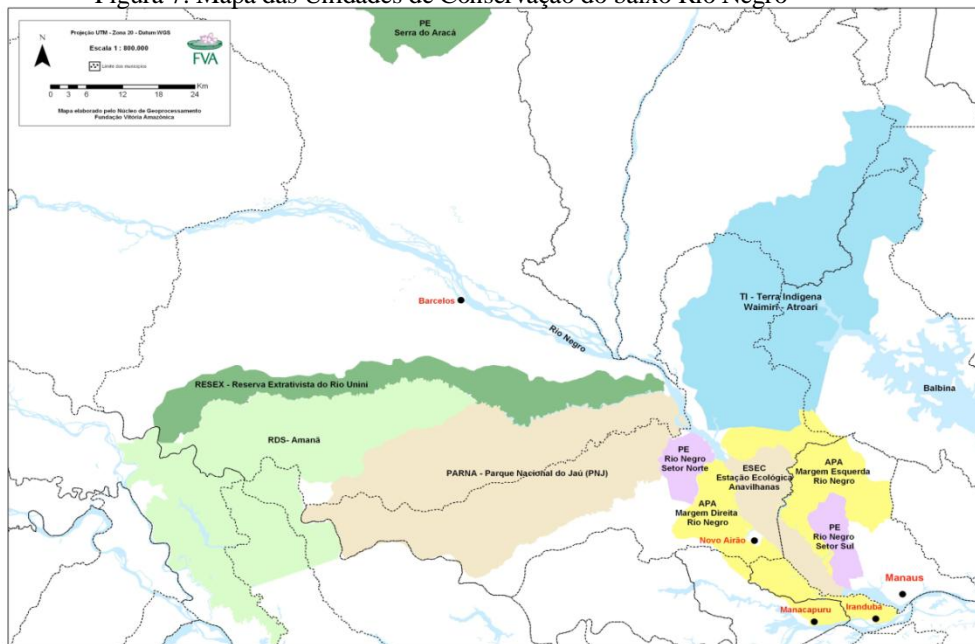
população total de 14.723 habitantes, onde 64,5% destes moram em área urbana, consta que somente 20% dos 2.081 domicílios permanentemente ocupados contavam com abastecimento de água adequado. A taxa referente à incidência de pobreza é de 63,84%, figurando entre as mais altas registradas por municípios do Amazonas (IBGE/Cidades, 2010).

No entanto, uma alteração de relevância significativa poderá ser mencionada nesse cenário pouco favorável aos residentes do município: a taxa de analfabetismo da população que já foi superior a 38%, em 1991, caiu para 28,8%, em 2000, e atualmente gira em torno de 20%. Novo Airão apresenta também algumas características específicas na variação demográfica que certamente influenciam no resultado desses dados apontados pelo IBGE. Uma delas se refere à acentuada redução no total da população residente registrada entre 1991 e 2000, que caiu de 14.024 para 9.651, respectivamente. Em 1991, a população residente em área rural era de 58%, já em 2000 essa população foi contabilizada em 28% e atualmente atinge 35,5% da população total residente (IBGE, 1991, 2000, 2010).

Estamos apresentando aqui esses aspectos gerais do município para que o leitor possa depreender o quadro situacional que passou a emoldurar e enredar histórias de vida de grande parte dos moradores e ex-moradores dessas áreas. Na configuração do mosaico que representa as áreas protegidas⁵⁹ que resultaram do processo de esquadramento ecológico-ambiental da região do baixo rio Negro (figura 5), encontra-se o PNJ, um dos três maiores parques nacionais do Brasil com 2.272.000 de hectares, se estendo do sul e sudeste do município de Barcelos para o oeste e sudoeste do município de Novo Airão.

⁵⁹ Barreto Filho (2002) destaca que somente no município de Novo Airão, além da grande parte da área do Parque Nacional do Jaú e da Estação Ecológica de Anavilhanas, também uma parte da Área Indígena Waimiri-Atroari sobrepõe-se à área do município de Novo Airão. Em relação à região que compreende o baixo rio Negro são encontradas a T.I. Waimiri-Atroari, a Resex do Unini, a RDS-Anamá, o PNJ, a Estação Ecológica Anavilhanas, APA da margem direita do rio Negro, APA da margem esquerda do rio Negro, Parque Estadual Rio Negro Setor Norte e Parque Nacional Rio Negro Setor Sul.

Figura 7: Mapa das Unidades de Conservação do baixo Rio Negro



Fonte: FVA, 2008.

Como já mencionamos acima, a escolha da área projetada para abrigar o PNJ foi definida no âmbito da política do II PND e sua criação se deu com base na orientação estabelecida pelo programa de conservação para Amazônia. Assim, foi em atenção à formulação prevista no *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil* que se criou por Decreto nº 85.200 de 24/09/1980, o PNJ na modalidade de unidade de conservação de proteção integral – categoria que exclui a presença de grupos humanos vivendo em sua área. Desde então, esta UC passou também a explicitar de diferentes formas as principais controvérsias da retórica ideológica em torno da política ambiental adotada no país. No contexto da política de desenvolvimento que recomendava explicitamente que o Brasil deveria “defender o seu patrimônio de recursos naturais sistemática e pragmaticamente” e que “a sua conservação faz parte do desenvolvimento” (cf. II PND), a criação do PNJ havia contado com pelo menos dois importantes fatores: a) os princípios doutrinários da política desenvolvimentista que previa uma utilização pragmática da conservação da natureza; b) e a astúcia política de agentes ambientalistas que posicionando-se a partir da esfera do poder central, definiram área do rio Jaú⁶⁰ como sendo de “primeira prioridade” para conservação da natureza na região de Manaus.

⁶⁰ A defesa dessa área fundamentava-se na suposição de que nela se sobrepujam dois importantes refúgios teóricos do Pleistoceno. Um referia-se ao refúgio para aves identificado por Haffer (1969); o outro era defendido por Prance (1973) que considerava a região refúgio florestal de Manaus, possuindo elevado endemismo e grande número de espécies de plantas nela confinadas.

Do ponto de vista técnico-científico, a definição de *áreas de primeira prioridade* orientava-se em larga medida seguindo critérios respaldados pela chamada *teoria dos refúgios*. Em linhas gerais, esta teoria baseava-se na ideia de que a biodiversidade existente no continente, e em particular na Amazônia, estaria relacionada com as transformações climáticas ocorridas durante e depois das glaciações, mais especificamente ao período em que o continente sul-americano teria passado da expansão de semi-aridez a uma retropicalização. No período de semi-aridez, a vegetação dominante teria sido a caatinga, enquanto as florestas tropicais teriam ficado restritas a regiões isoladas entre si – “os refúgios” – até se expandirem durante a retropicalização. Assim, para os ambientalistas seguidores dessa teoria, descobrir a região original desses refúgios significaria fornecer subsídios importantes para compreensão da tropicalidade em políticas de conservação ambiental (cf. Ab’Saber, 1992). Haffer sugeria ainda que estas áreas identificadas como “refúgios do pleistoceno” coincidiriam com áreas de endemismo de espécies de aves e com áreas de altas taxas pluviométricas que durante os períodos secos provavelmente teriam se mantido úmidas.

No entanto, tanto a *teoria dos refúgios* quanto uma suposta existência de endemismo florestal e de componentes biológicos fundamentais na região seriam posteriormente refutados por descobertas apresentadas pelos novos estudos de campo sobre a questão. Consta ainda que a importância da região que compreende o vale do Jaú e sua adjacência também já tinha sido referida pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA que a considerou de interesse para a proteção de seus recursos genéticos (cf. Schubart et alli, 1977). Sobre tais avaliações que propuseram as áreas para o estabelecimento de UCs, Barreto Filho argumenta que elas foram tratadas como “unidades singulares e destacadas da paisagem, como objetos em si mesmos, unidades autocontidas dotadas de existência relativamente autônoma” (2002:207). Com isso ele pretende destacar o fato de que nessas avaliações a situação da população humana local que reside nas áreas indicadas para proteção é subordinada à análise da qualidade ambiental da mesma.

Seja como for, sobre esse contexto ainda deve ser mencionado um incidente que se poderia julgar de natureza quase imponderável – não fossem pelas circunstâncias - que à época ajudou também a selar o destino da população que habitava o vale do Jaú. Ambientalistas e tecnocratas do governo tinham confundido a região de localização do *Refúgio Florestal* do Pleistoceno identificado por Prance. Por conta de um embaraçoso

erro, devido a utilização de escalas cartográficas diferentes, o grande fragmento florestal ao norte do médio curso do rio Amazonas, que tinha sido identificado por Prance, não se estenderia, na realidade, para oeste, na direção do rio Jaú, como tinham esboçado os técnicos do governo. Não obstante, como observado por Barreto Filho, tanto a descoberta da inexistência de endemismo e carência de componentes biológicos fundamentais quanto o reconhecimento desse equívoco, não contaram muito contra as vantagens pragmáticas que levou o IBDF a propor esta área para proteção (Barreto Filho, 2002:208).

Desse modo, criado a partir da intervenção do Governo Federal, o PNJ teve como principal objetivo desde o início a “preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem”, destinando-se para fins científicos, culturais e educativos⁶¹. No entanto, como bem da União “que se destina ao uso comum do povo”, poderia ser ponderado que bem diferente do que preencher com aforismos os objetivos deste tipo UC continua sendo regularizar a situação fundiária dentro das áreas projetadas para os parques. No caso do PNJ, transcorridos mais de três décadas da sua criação ele continua ocupando um vasto território cujas terras ainda encontram-se sob domínio do estado do Amazonas, com dezenas de títulos de propriedade que não foram desapropriados e sequer conta com memorial descritivo detalhando seu perímetro. Deve ser considerado, no entanto, que os efeitos mais caros dessa intervenção incidiram sobre aqueles que há décadas tinham estabelecido sobre essa região relações diversas para manutenção dos seus ciclos reprodutivos. Entre os efeitos mais perversos sofridos por esses grupos estão certas coações e pressões diversas que o órgão gestor inicialmente passou a exercer sobre os residentes, além dos deslocamentos compulsórios sem indenização prévia e êxodo forçado que praticamente todas as famílias do rio Jaú e de suas adjacências foram submetidas.

Retomando nossa análise da situação, após a criação por Decreto do PNJ, o rio Jaú e seus residentes ainda permaneceriam por cerca de dois anos livres de cerceamentos e controles excessivos, tanto no que se refere ao trânsito de regatões quanto à manutenção de certas atividades econômicas pelos moradores. Ao que tudo indica, até 1982 pouquíssimas pessoas residentes nos rios Jaú e Carabinani tinham ouvido falar sobre o assunto. Há relatos indicando que até pouco antes de 1982, residentes do Jaú continuavam realizando transação com comerciantes tanto em Novo Airão como em Manaus de produtos que logo em seguida seriam expressamente proibidos (madeira,

⁶¹ Cf. Regulamento dos Parques Nacionais, Decreto 84.017, de 21/09/1979.

pescado, couro de animais). Diante disso, considera-se bastante plausível que para a maioria absoluta dos residentes desses dois rios, a instalação da base flutuante na boca do Jaú, em 1982, tenha sido tomada como assombrosa surpresa⁶², ainda que para alguns deles a notícia de criação do PNJ já tivesse chegado bem antes através de fontes variadas, cujos informantes constituíam parte do universo das relações sociais estabelecidas no Jaú: comerciantes, regatões, funcionários de órgãos públicos, pescadores esportivos, etc. Porém, como nada de oficial e concreto tinha sido comunicado ou se manifestado até então no âmbito do Jaú, muitos teriam recebido e processado a informação com base nos termos e significados próprios de seu *background* cultural; daí possivelmente resultando na variação de interpretação dessa mensagem pelos sujeitos, que passaram a julgar o seu teor com base em experiências idiossincráticas distintas, mas, que de modo geral, não demonstrava uma preocupação proporcional ao impacto que eles próprios constatariam posteriormente. Tomaremos alguns desses depoimentos para uma análise mais detalhada das circunstâncias a que seus conteúdos remetem.

JS: Seu Adelino, o Sr. disse que saiu do Jaú em 1988, mas o IBDF havia instalado o posto lá em 1982, isso quer dizer que eles não lhe pressionaram pra sair logo de lá?

AR: “Na verdade eles não me aperreavam, o IBDF nunca me aperreou porque eu trabalhava direito. Quando eu soube que aquilo lá ia virar reserva, quem me deu essa notícia primeiro foi um regatão conhecido meu de nome Manoel Magalhães. Só que a gente não sabia bem do que se tratava. Ele me disse que aquela área toda ia ser tomada, que era pra gente ir se arranjado pra fora dali porque ali ia virar reserva do governo. Acho que isso foi em oitenta e (?) ... Não me lembro mais do ano exato, mas ainda não tinha a base lá. Fiquei trabalhando. Do mesmo jeito que trabalhava. Muita gente nem ligou pra isso e facilitou demais. Quando o pessoal do IBDF chegaram, botaram logo pra correr com um bocado de lá, os primeiros foram os regatão[...] Eu fiquei trabalhando, eles iam lá e diziam pra mim o que não podia, eu conversava com eles e tal. Até que foi ficando ruim pra mim mesmo, porque o pessoal todo tava saindo, o rio tava sem condições. Meu genro mudou pra cá [Novo Airão] com minha filha porque lá não

⁶² No contexto da criação dessas UCs na região do baixo rio Negro, Barreto Filho considera que mais do que a EsEc Anavilhanas, o PNJ teria caído surpreendentemente sobre a cabeça dos residentes dos rios Jaú e Unini. Além disso, a criação quase que simultânea de ambas as UCs teria deixado a população da zona rural praticamente encurralada entre uma e outra reserva (Barreto Filho, 2002).

deixavam mais ele trabalhar. Aí foi que acabei saindo também”. (Adelino Reis, 91 anos, Novo Airão, em 19/01/11).

PL: “Nesse tempo tinha o coletor [fiscal da fazenda do estado], ele morava lá na Terra Preta. Quando eu baixava ou subia, eu parava lá pra ver minha situação [...]. Foi numa dessas paradas que ele me avisou ‘olha aquela área já é uma reserva, acho que vocês não vão poder mais ficar lá’. Eu já tinha comprado um tapiri em Novo Airão. Então quando eu tentei voltar pra lá, o IBDF chegou pra mim e disse que eu não podia mais entrar no Jaú. Fiquei desgostoso com aquilo e como já tava velho e cansado, resolvi sair de lá.” (Pedro Linhares, 87 anos, Novo Airão, em 19/01/2011).

JS: Seu José, agora me diga como foi que o senhor saiu lá do Ataíde?

JP: “Rapaz, eu tava vindo aqui pra fora, agora não me lembro se isso foi em 1985 ou 1986, e aí você não sabe. Já tinham botado o flutuante lá, eu sabia que esse pessoal do IBDF tava por lá só que não pensava que ia ser daquele jeito. Quando eu cheguei lá na boca, o cara veio com uma metralhadora pra cima de mim, dizendo que eu tinha que sair de lá; aí naquela enrolada toda eu disse: companheiro, você me desculpe, mas eu não posso sair daqui enquanto não ajeitar meu batelãozinho pra tirar minhas coisas de lá. Eu tive só uma semana pra embarcar minhas coisas e sair de lá. Foi, rapaz, foi na marra que eles me tiraram de lá; não tô mentindo não, eles fizeram isso e não foi só comigo, não. Um bocado de nós que morava perto da boca saiu expulso de lá. Eu tenho um sobrinho aí que era assim como eu, falava como eu, ele foi expulso também de lá. Tinha um tal de, perafá... um tal de Dr. Vivaldo, é isso. Rapaz, aquele homem é que foi perverso com o povo. Como ele tratou mal a gente. Um tempo desse ele ainda quis ser prefeito aqui, Deus nos guarde, eu mesmo é que não ia votar num homem daquele” (José Pereira, 79 anos, Novo Airão, em 25/05/12)

JM: “Bom, eu fiquei sabendo disso quando veio aqui esse Dr. Vivaldo. Não me recordo da data, mas me lembro dele. Ele explicou que essa área era um parque e que a gente tinha que ter cuidado com esse parque; que o governo tinha criado esse parque pra preservar a natureza aqui. Ele andou por aí olhando as plantaçaõ, viu seringa, viu onde nós fazia roça, viu tudo por aí. Falou pra gente ir zelando desse parque até ser decidido onde a gente ia ficar. Depois dele já passou

muita gente de fora por aqui falando sobre o que a gente pode e não pode fazer dentro dessa área. (Jacinto Maria dos Santos, “seu Jaço”, 81 anos, Tambor, em 14/09/2007).

JS: O senhor trabalhava no igarapé do Paca, a notícia do parque chegou logo ou demorou para o senhor ouvir falar disso lá em cima?

FA: “Rapaz, Mena Barreto e Antonio Moraes tinham barracão dentro do Jaú. O barracão do Mena ficava em Quixuri e Antonio Moraes tinha um barracão grande em Maracaru, onde ficava muita mercadoria. Ele mesmo ficava andando no rio até colher uma certa quantidade de produto pra levar pra Manaus. Aí o IBDF chegou e Antônio Moraes, seu Mena e todo o pessoal que regateava tiveram logo que sair. Foi quando esse pessoal que regateava subiu pela última vez que eu fiquei sabendo. Eles disseram pra mim ‘rapaz cuida de sair que os homem lá em baixo tão brabo, vão botar uma corrente grande atravessando o rio e quem ficar pra parte de cima ficou, não vai poder passar’. Isso aí era uma fofoca que corria solta. Quando o flutuante chegou, a gente já não podia trazer mais nada.” (Francisco Assis, 72, Novo Airão, em 18/09/2007).

É possível que entre os residentes do Jaú, os primeiros a receberem a notícia da criação do parque tenha sido, coincidentemente, os descendentes das duas famílias de “chinas” que lá haviam se estabelecido desde os tempos áureos da borracha. Como já observado por Leonardi, a presença dessas famílias no Jaú pode ser confirmada pela existência de uma firma de chineses denominada *Pereira & Savedra* na antiga Tauapessassu (atualmente Novo Airão). Segundo este autor, por volta de 1905 esta firma já mantinha seringueiros trabalhando por sua conta no Jaú. Ele informa ainda que nas cartas comerciais do acervo J.G. Araújo, as primeiras referências sobre a presença de chineses no rio Jaú datam de meados da década de 1880 (Leonardi, 1999: 170). Tanto os descendentes de Lourenço Savedra quanto de Domingos Dias, os chineses que haviam chegado ao Jaú para trabalhar com borracha em fins do século XIX, possuíam título definitivo de terra nos lugares conhecidos como Monteiro e Morcego (dos Savedra) e Socó (de Domingos Dias) ambos localizados no alto rio Jaú. Teria sido então o Sr. Grigório Savedra e o Sr. Francisco Dias Viana (o seu Chico Viana), que através de fontes distintas, foram informados da criação do parque.

O Sr. Grigoriano Savedra, filho do “china” Lourenço, nasceu e habitou as colocações herdadas do pai até seu falecimento, em 1986. Em entrevista realizada com um dos seus filhos que reside em Novo Airão, Valdir Savedra, de 58 anos, fui informado de que bem antes do IBDF ter instalado o posto de fiscalização na boca do Jaú, seu pai havia ido à Manaus para levantar a documentação de transferência das terras do seringal do Monteiro, que constava em nome de seu pai, para o nome dele. Na conversa que Gregoriano teria tido com técnicos do órgão gestor de terras do Amazonas, estes o teriam avisado que aquela área tinha se tornado uma reserva. Já o seu Chico Viana, que todo ano era solicitado a trabalhar como guia e também prático em barcos de empresários e de políticos de Manaus que se dirigiam ao Jaú para a prática da pesca esportiva, lembra que, por volta de 1981, enquanto conduzia uma dessas embarcações, um empresário português de nome Coimbra que acompanhava José Melo naquela pescaria o teria alertado sobre a criação do PNJ,

JS: Como o senhor ficou sabendo que aquela área onde vocês viviam havia se tornado um parque?

CV: “[...] Então foi logo depois de 1980, acho que isso foi em 1981. Porque em 1980 tiraram essa área pra preservação, mas não avisaram a população, o povo não sabia. Certo dia eu ia viajando com o professor Melo [José Melo é o atual vice-governador do Amazonas], porque todo ano ele ia pescar lá no Jaú e eu era o prático dele, dessa vez veio ele e um português, o seu Coimbra. Foi o seu Coimbra que veio na proa da lancha umas horas da noite e disse pra mim ‘Poxa rapaz, mas aqui é tão frio que parece que a gente está no ar condicionado. Deve ser por isso que tiraram essa área pra preservação, pra reserva, não é?’. Eu respondi não sei. E ele ainda perguntou ‘tu não sabes?’ Aí ele disse, ‘Rapaz, isso já é uma reserva ecológica, já foi criado isso aqui. Só que isso foi criado, eles conseguiram essa área porque não apareceu ninguém que reclamasse [...] como ninguém reclamou, todo mundo ficou calado, com dois anos o governo federal assinou [...] Agora eu não sei se vai ficar bom pra vocês ou se vai piorar, se vocês vão ficar ou se vão querer tirar todo mundo daqui, mas que agora é uma reserva, isso agora é’. Daí com um pouco mais chegou a base flutuante do IBDF na boca do Jaú e aí eles botaram uns fiscal tudo daqui que não tinha experiência e que não entendiam, que nem eu, de lei e que recebia o povo lá muito mal. Nessa época eu

morava na Cachoeira, aí eles começaram exigir muito das pessoas, bagunçavam, tomavam as coisas das pessoas e jogavam na água, às vezes levavam, eles eram brutos. Então ficou difícil e muitas pessoas foram se aborrecendo e foram saindo” (Francisco Viana, 74 anos, estrada Manaus, Novo Airão, em 17/01/2011)

É importante chamar atenção nesses relatos para alguns aspectos relevantes que podem ser depreendidos tanto em relação às percepções que têm seus autores como também sobre algumas especificidades da situação gerada com a criação do parque. Vejamos isso considerando, para tanto, primeiro o posicionamento de cada um dos atores informado através dos depoimentos. O Sr. Adelino Reis, que já nos referimos no primeiro capítulo, residia à época no lugar chamado Maranhoto, já próximo ao médio rio Jaú, e contava com um significativo número de famílias trabalhando com ele. Além de comercializar e comandar a produção extrativa nessa colocação, ele atuava também como *agente de polícia* no rio Jaú, ou seja, era um dos encarregados de zelar pela manutenção da relativa ordem estabelecida para garantir, principalmente, o funcionamento do esquema que sustentava a relação de produção do sistema adotado no Jaú. Como informa seu depoimento, ele parece não ter sido tão incomodado pelos funcionários do IBDF como os demais. Isso poderia ser creditado, segundo a percepção do próprio, porque ele “trabalhava direito” e sabia conversar “com os homens”, isto é, acatava as determinações impostas pelos agentes, colaborando com o trabalho dos fiscais, ao mesmo tempo que tentava também ganhar-lhes a confiança – como já tinha feito outrora quando eram os Bezerras que mandavam no rio. Contudo, “trabalhar direito” nesse contexto também tinha sua ambivalência e não significava ortodoxia nas condutas admitidas sob imperativos circunstanciais e adversos como aquele. Seu Adelino me revelou que quando o IBDF instalou o posto, o genro dele trabalhava regateando em um batelão que tinha acabado de comprar. Como a primeira ação de cerceamento do IBDF no Jaú foi contra os regatões, seu genro foi logo impedido de trabalhar ficando impossibilitado de dar prosseguimento e fechar os negócios em aberto com seus fregueses no Jaú. Diante dessa situação, seu Adelino teve que passar então, na base da surdina, a atuar como intermediário dos negócios do genro no Jaú. Mas ao cabo de algum tempo até ele próprio teria ficado sem condições de permanecer no Jaú.

Num dos seus depoimentos sobre o assunto, o Sr. João Bezerra de Vasconcelos, filho de João Bezerra e sobrinho do “velho” Chico Bezerra, que também atuara como escrivão do cartório que outrora pertenceu a sua família, afirmou que a notícia da criação da reserva foi inicialmente divulgada por alguns regatões que circulavam no rio. Segundo ele, isso ocorreu ainda no princípio de 1980. Contudo, ele destacou que àquela época ninguém pareceu dar muita importância aos comentários dos comerciantes, pois até então nenhum morador podia ter alguma certeza da informação. Somente depois de uma viagem feita a Novo Airão, no final de fevereiro de 1982, que realmente descobriu que um posto flutuante de fiscalização estaria prestes a ser rebocado até a boca do rio Jaú. Ele declarou que foi justamente no período que ele passou na sede do município que o IBDF instalou o posto, pois quando ele retornou para sua casa o flutuante e os fiscais já se encontravam no Jaú.

Vale ressaltar que nessa época João Bezerra morava em Airão Velho, antigo povoado localizado à margem direita do rio Negro e outrora comandado por sua família, quando a notícia da criação do parque se espalhou. Como ele residia fora do perímetro projetado para o parque, não sofreu a mesma pressão que os demais residentes do Jaú. Nesse período ele já era um dos últimos membros que se encontrava vivo do clã dos Bezerra. Tentava sobreviver trabalhando com pequena agricultura na arruinada e já inteiramente abandonada vila de Airão Velho. Em entrevista que me concedeu em dezembro de 2007, João Bezerra relatou que foi o último homem a deixar para trás o lugar que sua família, a partir do início do século XX, havia reconstruído e comandado por mais de meio século. Quando perguntado sobre a criação do parque numa área com bastante gente e que outrora tinha sido domínio da sua família, ele comentou:

“O parque era uma ideia boa, mas foi muito mal aplicada. Com a instalação do parque começou a pressão sobre o pessoal que morava lá, coitados não sabiam de nada, muitos analfabetos e ficou todo mundo assustado. Botaram um pessoal pra tomar conta que não tinha capacidade de administrar, porque às vezes não é nem a repartição, mas é o próprio funcionário que não tem capacidade para aquilo e muitas vezes ele usa só o instinto dele. Aí teve gente que saiu logo porque lá não tinha condições, outros saíram de lá e como não havia como se manter na cidade quiseram voltar de novo, mas já não podia.”
(João Bezerra de Vasconcelos, 81 anos, Novo Airão, em 20/12/2007).

João Bezerra de Vasconcelos afirmou ter se retirado de Airão Velho definitivamente em 1985, quando já era há alguns anos o último morador que se encontrava solitário e isoladamente habitando as ruínas da antiga vila. Ele ainda considerou que a retirada em massa da população do Jaú acabou isolando também as pessoas que viviam fora da reserva, porém, nas proximidades da boca do rio. Segundo ele, isso fez com que estas famílias também migrassem para as cidades próximas. Teria sido esse também o principal motivo que o obrigou a mudar-se para Novo Airão. De acordo com ele, a condição financeira e a situação econômica das pessoas que moravam e dependiam do rio para sobreviver ficou muito mais difícil depois da criação do PNJ. Da situação que antes se podia observar como sendo de muito movimento, com circulação de mercadorias e comércio existindo de cima abaixo do rio Jaú, passou-se para uma nova que já não se podia regatear, vender e comprar os produtos antes comercializados.

João Bezerra observa, contudo, que essa “situação dificultosa” dos moradores extrativistas já vinha se desenhando antes da instalação do posto de fiscalização. Em suas ponderações ele reconhece que mesmo antes do aparecimento do PNJ a procura e venda dos produtos extraídos da floresta já vinha “ficando difícil devido à desvalorização dos produtos”. Ao considerar que a sobrevivência dos moradores nessa região dependia inteiramente da exploração dos produtos extrativista, ele revelou que a diminuição na procura dos produtos e conseqüentemente da circulação de comerciantes dentro do rio era fato percebido já no início da década de 1980. Segundo ele, essa situação começou a se revelar primeiramente com a queda do preço da borracha, que se seguiu com a queda também do preço da sorva e da balata. Ainda de acordo com ele, o cipó passou a ser desde então a um dos poucos produtos com procura e preço que ainda podiam atrair o interesse dos comerciantes.

Devemos também lembrar aqui a criação, na mesma região e quase que simultaneamente, da Estação Ecológica Anavilhanas, que resultou em ação impactante de dupla face sobre a população que residia nessas imediações. O problema que representou a criação dessas duas UCs para a vida da população da zona rural e também para a administração municipal - que já nos referimos anteriormente destacando os dados do IBGE - seria posteriormente identificado e traduzido em um diagnóstico⁶³

⁶³ O relatório produzido nesse documento indica que “[...] todos os segmentos relacionados com o setor primário do município (agricultura, pecuária, extrativismo, agroindústria, pesca e piscicultura), segundo

sócio-econômico do município de Novo Airão realizado pelo SEBRAE/AM, que foi publicado em 1997.

Nosso terceiro interlocutor é o Sr. Pedro Linhares, que também já nos referimos no primeiro capítulo. Assim como Adelino Reis, Pedro Linhares era comerciante e patrão bastante conhecido no Jaú. Ele havia trabalhado por muitos anos no alto Jaú, onde primeiro comandou uma colocação no Catrambi e, em seguida, no seringal chamado Morcego que ele arrendou dos Savedra. Também como Adelino, Pedro Linhares promovia uma grande e disputada festa que eclodia todo mês de janeiro reunindo pessoas das muitas “colocações” e povoados do Jaú. No entanto, diferentemente de Adelino, Pedro Linhares foi reportado com certa regularidade por vários de nossos interlocutores como figura “amena” e até “bondosa”, especialmente por causa dos atendimentos de consulta e tratamento de doenças que costumava prestar às famílias residentes no Jaú. Numa região com extrema escassez de serviços e tratamento básico aos constantes agravos de saúde, consta nesses depoimentos que Pedro Linhares exercia um papel que atualmente poderia ser identificado como de agente de saúde, que observava e indicava medicamentos e certos tratamentos para alguns casos corriqueiros de doença. Importa ressaltar que a atuação de Pedro Linhares nesse aspecto era livre e espontânea, não contando, portanto, com reconhecimento nem tampouco anuência de qualquer órgão público competente. Quando o indaguei sobre essa atividade, ele declarou,

“Sim, eu sempre andava com muitos remédios. Aliás, naquele tempo eu tinha um livro médico chamado ‘conselheiro médico’. Às vezes eu acertava na indicação do remédio, e daí tinha gente que já tinha fé em mim. Às vezes, até em Manaus alguns me procuravam pra eu tratar, mas eu dizia que eles procurassem pelo médico. Lá no Jaú eu fazia porque não tinha nada disso. O que mais dava lá era malária, tinha beribéri, mas o que mais dava era mesmo a malária. Eu andava com caixas de remédios, fazia aplicação de injeção. Agora quando eu via que não tinha jeito, eu trazia pra Manaus.” (Pedro Linhares, 87 anos, Novo Airão, em 20/01/2011).

depoimento dos produtores e autoridades locais, ficam prejudicados no que compete a sua expansão e desenvolvimento, em função de 30.960 km² do espaço físico de Novo Airão (correspondente a 80% da área total do município) serem destinados à preservação ambiental.[...]” (cf. SEBRAE/AM 1997, p, 32 e ss).

Pelo que pude depreender junto aos relatos obtidos, essa postura filantrópica adotada por Pedro Linhares poderia estar relacionada com sua personalidade, mas também com sua habilidade para manter ativada uma considerável rede de relações sociais formada por fregueses, aviados, parentes e conhecidos. Mas, voltando à questão inicial, ressalta-se que à época em que Pedro Linhares recebeu a notícia da criação do parque ele já se encontrava trabalhando no rio Carabinani, onde tinha aberto um igarapé e construído um barracão para trabalhar com seringa e sorva. Ele pretendia dar continuidade nesse lugar as suas atividades de exploração e venda dos produtos da floresta e venda de mercadoria principalmente no Jaú. Como seu relato indica, após a instalação do posto de fiscalização pelo IBDF, ele foi também imediatamente impedido de continuar trabalhando lá. Diferentemente, como já observado, do Sr. Adelino que afirmou nem ter sido importunado logo no início da instalação do posto.

O quarto depoimento é do Sr. José Pereira, 79 anos, conhecido como “seu Zé Pereira”. Zé Pereira entrou no Jaú em 1956 para trabalhar com Pedro Linhares no alto Jaú. Depois de um ano, ele teria saído do Jaú e só retornou em 1959 quando foi trabalhar para outro patrão chamado Celino Melo que o colocou no igarapé do Quixuri. Em 1972, ele desceu do alto Jaú para residir no lugar chamado Ataíde, nas proximidades da boca do Jaú, onde seu irmão residia e possuía uma área. Declarou ter trabalhado com os grandes patrões que existiam no Jaú durante a maior parte do tempo que lá viveu. Depois de uns tempos, quando o preço da borracha e de outros produtos começou a cair bastante, ele resolveu trabalhar com encomenda e venda de embarcação que eram construídos no Ataíde, embora ele mesmo reconheça nunca ter aprendido pregar sequer um prego num barco. Porém, seus irmãos, Luquita e Máximo Pereira, constituíam-se, na época que eles viviam no Jaú e continuam sendo em Novo Airão, conhecidos e requisitados carpinteiros de barco.

No Ataíde, onde moravam outros membros da família do seu Zé Pereira, o seu irmão, Máximo Pereira, mantinha em funcionamento um estaleiro de construção e reforma de barcos. Alguns barcos lá construídos eram negociados por Zé Pereira em Novo Airão e Barcelos. Conforme seu depoimento, ele e outros membros da sua família também não demoraram muito a sofrer as pressões e em seguida terem que deixar o rio. Obviamente que o fato dessa família trabalhar com madeira retirada da área projetada para o parque sopesou consideravelmente na sua saída imediata do Jaú.

Os dois últimos depoimentos que encerram a primeira parte das falas transcritas nesse item são de autoria de Jacinto Maria dos Santos e Francisco de Assis, residentes de lugares situados, respectivamente, no médio e alto Jaú. Jacinto Maria, conhecido também como “seu Jaço”, é membro da família Maria dos Santos e nasceu nas imediações do Tambor onde atualmente reside. Ele informa que obteve a primeira notícia de criação do parque do próprio Vivaldo Campbell de Araújo, então chefe do PNJ, que explicou a nova situação da área onde residiam. Como aponta seu depoimento, nessa ocasião eles teriam apenas sido alertados principalmente sobre o que não seria mais permitido fazer na área do parque, além de terem que informar ao chefe do parque sobre seus cultivos e as atividades extrativistas. Já seu Francisco Assis, conhecido como “Chico Paca” por residir no igarapé chamado Paca, localizado no alto Jaú, assim como os residentes do Tambor, somente teria ficado sabendo da criação do parque quando a implantação deste já era um fato consumado e já tinha sua base de controle instalada na boca do Jaú. No entanto, diferentemente dos moradores do Tambor, ele não chegou a receber visita de nenhum representante ou fiscal do parque. Uma das principais razões disso certamente está na enorme distância e forma de acesso que separam a boca do rio do seu alto curso. Contudo, outros motivos poderiam ainda ser acrescentados.

Vejamos agora um relevante aspecto dos efeitos da instalação do posto de controle do PNJ que de modo geral a população do Jaú experimentou, porém, de forma claramente diferenciada para algumas situações. Estamos nos referindo basicamente às ações de cerceamento e de forte pressão que foram exercidas sobre os grupos residentes no Jaú. Essas ações que mesclavam coações e repressões abusivas contra os residentes tiveram início e se mostravam mais contundente na fase do IBDF, porém, não se extinguiram quando o órgão responsável pelo parque mudou a nomenclatura, em 1989.

A primeira observação diz respeito à estratégia de estrangulamento, ou, na irretocável interpretação da situação por um ex-residente, o esforço deliberado de colocar “um *garrote* na população para obrigar todo mundo a abandonar suas colocações” (Francisco Paca, 75 anos). A instalação do posto na desembocadura do Jaú e o cerceamento imediato do livre trânsito no rio eram medidas que se combinavam não apenas no sentido de facilitar o controle e a fiscalização pela incipiente e despreparada equipe de agentes do parque, mas fundamentalmente forçando aqueles residentes que se situavam acima da região do médio rio Jaú a abandonar suas terras em função do isolamento e da conseqüente ruptura das suas ligações imediatas com o mundo externo.

Se considerarmos que muitos dos residentes dependiam dos regatões e de outros pequenos produtores que circulavam no Jaú não apenas economicamente, mas também para manterem-se vinculados e com possibilidade de acesso mais rápido para fora do rio, o estratagema do *garrote* empreendido pela gestão do parque tinha evidentemente o propósito de estrangular os grupos sociais estabelecidos nas áreas mais remotas do Jaú.

O segundo aspecto que queremos enfatizar nessa situação, diz respeito ao gerenciamento do disciplinamento e da pressão exercida sobre a população. Observa-se que nos termos do estratagema traçado para forçar o deslocamento compulsório da população, a ideia de “esvaziamento do parque” era meta que se pretendia atingir seja pela via dos dispositivos jurídico-administrativos cabíveis para a situação - com desapropriação e indenização de benfeitorias -, seja pela aplicação da coerção e uso de estratégias de enfraquecimento da resistência dos moradores no Jaú - que podemos chamar aqui de pressões dirigidas. É importante considerar também o significado da expressão “esvaziar o parque” que é constantemente utilizada nesse contexto. Essa expressão também reflete uma ideia predominante do parque, enfatizada por Barreto Filho (2002), que considera esse tipo de unidade singular e destacada da paisagem, como objeto em si mesmo, dotado de existência relativamente autônoma. Daí a premência de “esvaziar” a unidade daquilo que representava seu maior antagonismo constituinte e também seu *corpo estranho*. Essa ideia seguida de mesma preocupação pude constatar no encontro que eu tive com o penúltimo chefe do PNJ na fase do IBAMA, em dezembro de 2006 (cap. I). Mas vejamos o que declarou o primeiro chefe do PNJ, Vivaldo Campbell de Araújo, para justificar as medidas tomadas quando assumiu a chefia do parque em 1983,

“[...] Eu encontrei uma figura dentro do Parque do Jaú que eu achei simplesmente horrível, chamada regatão. [...] Além de ter o seringalista que já explorava o cara, ainda chegava esse outro comprando produtos que o seringalista não se interessava. Porque o seringalista aviava o seringueiro para pagar a produção de borracha. Agora, couros e peles e outros produtos o seringalista não se interessava. Então, os caras tinham que vender para alguém. O que que eles faziam: vendiam esses couros e peles, vendiam sorva, balata e outras coisas que eles tiravam paralelamente, para esses camaradas que eram regatões. Trocavam por querosene, por leite, por açúcar, sal - esses produtos de primeira necessidade que o homem tem e que não

se encontra em nenhum interior -, roupa, roupa de mescla, roupa cáqui - principalmente esses tecidos mais pesados, mais grosseiros [...]. Ah, eu me queimei! Proibi a entrada do regatão no rio. Porque a primeira vez que eu encontrei com ele, ele vinha saindo de lá abarrotado de produto. Abarrotado de produto! Então, ele vinha cheio. Muito, muito mesmo. Inclusive, com o barco cheio de quelônios: tartaruga, tracajá, cabeçuda, içá, perema – tudo. Tudo que é bicho ele vinha trazendo. Couro de onça, couro de gato-maracajá, de lontra, de ariranha, pirarucu salgado, pirarucu fresco, lata de mixira - que é matança de peixe-boi - e por aí adiante. Rapaz, aquilo me deixou numa tristeza, numa agonia. [...] Eu disse, ‘Eu acabo com essa figura’. [...] Ora, então, isso é um Parque ou é uma área de exploração? [...] Então, nós proibimos a entrada do regatão. Com a proibição do regatão todo o pessoal se melindrou. Então, o que eles fizeram? Tinham que descer o rio e ir comprar as suas necessidades na cidade de Novo Airão, que era o lugar mais perto que eles tinham para comprar. E isso gerou, na população, um mal-estar para comigo.” (Vivaldo Campbell de Araújo, 65 anos, Manaus, em 02/08/1999, *apud* Barreto Filho, 2002).

O Sr. Vivaldo Campbell de Araújo, conhecido na região como Dr. Vivaldo, que assumiu a chefia do PNJ em 1983 e permaneceu como tal até 1990 – tendo apenas se afastado por um breve período, entre 1886 e 1987, para cumprir licença -, era engenheiro agrônomo de formação com especialidade em silvicultura tropical e administração de parques. No entanto, não foi a perícia em nenhuma de suas especialidades acadêmicas que o tornou conhecido entre a população que à época residia na área *core* projetada para o parque. A falta de civilidade e o modo rude com que geralmente lidava com os moradores fizeram com que ainda hoje ele seja lembrado como figura ignominiosa, especialmente pelos ex-residentes dos rios Jaú e Carabinani que atualmente vivem em Novo Airão. A constatação da repulsa ao seu nome podem ser notadas em declarações como a do seu Zé Pereira, transcrita acima, ou pela fragorosa rejeição que obteve nas urnas quando pleiteou o cargo de vice-prefeito de Novo Airão, em 2008, na chapa encabeçada por Frederico Júnior, empresário local do setor comercial, pela coligação “Construindo o Futuro” (PRB-PP), cujo total de votos obtidos nesse pleito por pouco não foi inferior a uma centena. O fraco desempenho nas urnas dessa candidatura foi creditada em larga medida à presenças de Vivaldo Campbell na chapa, cujo histórico teria sido bem explorado por seus adversários.

Como o próprio Vivaldo Campbell reconhece em seu depoimento, a investida contra os regatões, proibindo-os de circular no rio, tinha como propósito imediato atingir as famílias que lá residiam, *melindrando-as*, que nessa situação significava exatamente isolá-las para forçá-las a sair das suas colocações, já que se viam pressionadas a comprar suas *necessidades* fora do parque (ênfases minhas). Essa medida tornava uma prática comum para a maioria dos moradores, que era de permanecer por um prolongado período sem sair do Jaú, algo impraticável naquela circunstância. Nesses termos, podemos considerar que os efeitos dessa medida visavam minar duplamente com a resistência dos moradores. Por um lado, encurtado o tempo de permanência dos moradores dentro do rio, o gestor conseguia mantê-los sob constante vigilância, obrigando-os a passar com mais frequência pelas pressões, constrangimentos e outras admoestações que a abordagem vituperiosa das suas embarcações e a truculência dos fiscais no posto do IBDF propiciavam. Por outro, tendo que se dirigir com mais frequência à Novo Airão para suprir suas necessidades de consumo dos produtos manufaturados, as famílias se desgastavam não apenas física e moralmente, mas também economicamente já que trabalhariam menos em suas roças e nas áreas de extrativismo, produzindo conseqüentemente menos e tendo que gastar mais para cobrir os custos nos deslocamentos para os centros urbanos, especificamente Novo Airão e Manaus. É em relação a essa extrema dificuldade dos residentes se manterem material e socialmente reprodutivos dentro do Jaú que expressões do tipo “desgostoso”, “aborrecidos”, “sem condições de viver” contidas nos depoimentos acima almejam traduzir.

Em relação às *pressões dirigidas* que nos referimos acima, pretende-se enfatizar que estas eram administradas de forma distinta sobre o conjunto dos moradores que habitava os rios Jaú e Carabinani. Como sugere o conteúdo dos vários depoimentos transcritos, as famílias residentes abaixo do médio curso do Jaú e Carabinani – e principalmente nas proximidades da foz de ambos os rios – inicialmente foram as que sofreram as mais fortes e rotineiras pressões. Por conta disso, é provável que tenham imprimido menor resistência e saído logo após o plano de *esvaziamento do parque* ter sido colocado em execução por Vivaldo Campbell. Excessões desse abandono imediato pelas famílias de suas respectivas localidades, no entanto, poderiam ser os casos dos residentes do Seringalzinho e do Tapauá, comunidades situadas nas proximidades da foz do Jaú que ainda hoje permanecem e que serão apresentadas mais

adiante.

As fortes pressões visando a saída de moradores foram então primeiramente dirigidas contra aqueles que se estabeleciam na parte de baixo de ambos os rios. A determinação de pressionar de imediato a saída das famílias situadas próximo à foz, por um lado, atendia à estratégia do isolamento extremo aos moradores que se situavam do médio para o alto curso do rio, que nesse momento já não contavam mais com a figura do regatão. Por outro lado, esta iniciativa adequava-se ao planejamento e às vantagens logísticas que deveriam ser observadas para ações de controle e fiscalização da área do parque, tendo em vista os poucos recursos materiais e humanos de que dispunha a administração do PNJ. Além disso, dirigir-se frequentemente até o médio e alto Jaú para pressionar as famílias que lá residiam não somente demandaria energia, tempo e custos elevados, como também supunha-se desnecessário já que se acreditava no ‘efeito estrangulamento’ das medidas já tomadas.

Assim, as famílias do seu Zé Pereira, que morava no Ataíde, do seu Chico Viana, que à época era morador no lugar Cachoeira, do seu Pedro Linhares, que também tinha descido do alto Jaú para o Carabinani, e as demais que viviam nos lugares conhecidos como Cavalo, Queiroz, Miratucu, Pajé, Capoeira Grande, Rocinha, Santa Rita, Brabo e Bela Vista (antigo Sororoca), todos localizados na região do baixo Jaú, de modo geral confirmam terem sido muito pressionadas logo que o posto do IBDF foi instalado. Não obstante, uma parte considerável dos grupos domésticos que habitava esses lugares ainda permaneceria resistindo até aproximadamente 1997, conforme a indicação no mapa 2, quando a segunda etapa do movimento de saída compulsória das famílias parece ter se consolidado.

Assim, quando estive em abril de 1996 participando do levantamento coordenado pela FVA, a configuração de ocupação e distribuição da população no Jaú ainda poderia ser similar à situação apresentada neste mapa. Contudo, como procuro indicar na descrição do evento registrado no meu primeiro contato (item 1.2), deve ser ressaltado novamente aqui a situação de abandono e de extrema precariedade dessas localidades já naquele período. Ademais, consta nos relatos que muitas famílias residentes especialmente na região do baixo Jaú já tinham saído antes do referido período, o que nos permite entrever uma redução significativa na densidade demográfica dos lugares indicadas no mapa. Até aproximadamente 1997, é provável então que vários desses lugares que aí figuram estivessem sendo habitado somente por

um grupo doméstico.

O sr. Sebastião Ferreira, 51 anos, que inicialmente fez parte da comissão que representa o segundo momento do movimento de reinvenção da indenização dos ex-moradores do Jaú⁶⁴, destaca que entre 1983 e 1990⁶⁵, ocorreu o primeiro forte movimento de saída das famílias de dentro do Jaú. Ele acredita que mais da metade da população que habitava o Jaú e o Carabinani tenha saído nesse período “por conta das pressões e humilhações” a que estavam constantemente submetidas. Consta em seu depoimento que a maioria das famílias a primeiramente abandonar suas colocações era residente da região do baixo Jaú e Carabinani. Quando perguntado sobre a quantidade de pessoas que habitava o Jaú e o Carabinani antes da criação do parque, ele estimou que por volta de 1975, época em que ele “já se entendia”, o número de famílias residente no Jaú girava em torno de 300, isso porque segundo ele,

“[...] Muitas famílias, na época da exploração da goma elástica, sorva, balata eram trazidas de vários lugares da região para trabalhar no Jaú. Os patrões, cada um trazia seu pessoal e muita gente era de fora. Nesse processo, muitas pessoas acabavam ficando definitivamente no Jaú e lá formando e expandindo sua família. Esse movimento era constante, então não dava pra gente ter um número exato, mas pelo levantamento que se pode fazer com pessoas que moravam lá dá pra ter uma base que esse número girava em torno de 300 famílias, na época em que eu me entendia. Depois que chegou o IBDF muitas famílias começaram a sair. Acredito que de 1983 até 1990 por aí tenha saído mais da metade da população de lá porque nessa época havia uma pressão muito grande pra gente sair. [...]” (Sebastião Ferreira, 51 anos, Rio Jaú, em 30/08/2011).

Pode-se afirmar que esta percepção sobre a densidade populacional que o Jaú apresentava antes da criação do PNJ, referida acima por Sebastião Ferreira, mas também mencionada praticamente por todos os residentes que entrevistei, encontra-se em estreita sintonia com vários pontos da tabela abaixo. Os dados desta tabela foram produzidos a partir do confronto de informações dos primeiros levantamentos da FVA com dados obtidos junto a outras fontes e instituições sobre a densidade do PNJ, que foram consolidados entre 1977 e 1996. Podemos constatar a partir desses

⁶⁴ Trataremos desse assunto no capítulo 4.

⁶⁵ Observa-se que o período corresponde exatamente à época da gestão de Vivaldo Campbell de Araújo.

dados uma queda vertiginosa no número de habitantes na área que fora projetada para o PNJ. E mais, no período que vai de 1977 até 1990, um número bem superior à metade do total da população residente deslocou-se da mesma área. Embora esses dados refiram-se à população residente em toda a área destinada ao parque, o que inclui uma parte do rio Unini e seu entorno, supomos que a proporção desse deslocamento em massa não tenha sido diferente nos rios Jaú e Carabinani, que como já demonstramos antes, a pressão foi bem mais intensa.

Com efeito, podemos confirmar por meio desses dados, primeiro, que há grande razoabilidade na percepção dos moradores e ex-moradores do Jaú ao estimarem em números elevados o contingente populacional dentro do Jaú antes da implantação do PNJ. Em segundo, confirma também nosso argumento de que o movimento mais forte de saída de moradores da área *core* do PNJ ocorreu justamente no período que compreende a instalação da sua estrutura de controle e fiscalização e o término da gestão do seu primeiro administrador. Os dados apontam ainda para a continuação do movimento de saída da população durante a década de 1990, que embora demonstre ritmo menos acelerado, não deixa de apresentar reduções consideráveis, sobretudo, no número de famílias que continuaram abandonando suas colocações, principalmente para o caso do rio Jaú (ver tabela 2). A este segundo momento que na tabela abaixo é marcado a partir de 1992, que em hipótese alguma quer dizer que houve em algum momento interrupção no fluxo de saída dessas famílias, vamos chamar aqui de êxodo forçado. Nossa intenção com isso é somente distinguir pela especificidade de cada processo a diferença entre os dois principais movimentos de saída dos moradores do rio Jaú.

Tabela 3. Evolução da densidade demográfica na área do PNJ.

Ano	N.º de famílias	N.º de moradores	Densidade (hab/km ²)
1977	-	3536	0,13
1990	225	1530	0,07
1992	167	1019	0,04
1996	143	886	0,04

Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, FVA, 1998.

Concomitante a este primeiro momento de pressão dirigida contra as famílias moradoras no rio Jaú – principalmente as que se situavam nas imediações da sua foz - era também aplicado medidas de disciplinamento para aquelas cuja pressão não chegava de forma tão ostensiva. Assim, tanto as falas de Adelino Reis quanto Jacinto Maria e Francisco Paca, que encerram o bloco de depoimentos relacionados acima, confirma que nesse primeiro momento, foram apenas comunicados da criação da reserva e orientados a não derrubar a mata para fazer novos roçados, nem capturar e comercializar animais silvestres. Essa mesma orientação parece ter sido disseminada por todos os povoados situados acima do médio curso do rio. Desse modo, povoados como Maranhoto, onde morava Adelino Reis, o Lázaro, cujos descendentes do principal grupo doméstico ainda permanecem lá até hoje, o próprio Tambor e as localidades situadas na parte de cima do rio eram visitadas de forma esporádica por fiscais do parque, cujo principal objetivo visava o reconhecimento da área de uso e o disciplinamento dos moradores em relação à utilização dos recursos.

O segundo momento de deslocamento compulsório da área projetada para o PNJ caracteriza-se por um importante aspecto. As populações que habitam os dois principais rios apresentam comportamentos diferenciados no que diz respeito as suas densidades ao longo deste período. Observe na tabela abaixo que no rio Unini foram contadas 602 pessoas em 1992 e em 2001 esse número aumentou para 669, com a população apresentado um crescimento de 11% ao longo desse período. No caso do rio Jaú, aconteceu o inverso, pois se havia 377 pessoas em 1992 esse número foi reduzido para 251 em 2001, mostrando uma diminuição significativa que atingiu 33% sobre a população residente deste rio.

Tabela 4: Dados dos habitantes dos rios Jaú e Unini nos censos periódicos da FVA.

Item/Variáveis	Censo 1992		Censo 1998		Censo 2001	
	Jaú	Unini	Jaú	Unini	Jaú	Unini
Número de pessoas	377	602	325	639	251	669
Mulheres	180	277	155	295	122	303
Homens	197	325	170	344	129	366
Total	979		964		920	

Fonte: FVA, 2004.

É interessante observar a partir desses dados, sobretudo, os efeitos diferenciados da pressão do órgão gestor do parque e também da atuação da sua entidade parceira principal sobre o comportamento da população mostrada a partir desses censos. Como já apontamos antes, a ação do IBAMA no sentido do deslocamento das famílias a partir desse período continua sendo mais intensiva sobre o rio Jaú, especialmente sobre as famílias assentadas do médio rio para cima. Diferentemente do Jaú, o rio Unini não apresenta as mesmas modalidades de ocupação e posse da terra nem a fixidez de assentamentos por período prolongado presente naquele rio. Podemos notar facilmente isso numa rápida comparação da emissão de títulos entre esses rios no *mapa 1* sobre a emissão de títulos na região. Nesse sentido, uma ação voltada para acompanhamento da dinâmica demográfica dessa área e que ao mesmo tempo pudesse controlar a intensidade dos seus fluxos internos, poderia facilitar a acomodação territorial desses grupos em termos de manejo e conseqüentemente a estabilização a partir da redução do seu impacto sobre a área projetada para o parque. Sobre esta problemática e em particular no que se refere ao rio Unini, nos parece ter atuado a FVA de forma mais presente e direta. Voltaremos a discutir esse ponto mais adiante.

Importa destacar que embora a condição de residente nesse setor do rio pudesse lhes aliviar momentaneamente de uma pressão mais forte e intensiva, ela, no entanto, não os livrava das abordagens acintosas e humilhantes que eram realizadas indiscriminadamente pelos fiscais quando os moradores desciam o rio ou tentavam passar pelo posto. Seu Jacinto, por exemplo, ao expor seu ponto de vista sobre esse período, considera que a situação dos moradores,

“[...] Começou a ficar um pouco difícil depois que acabou a borracha, a sorva e a balata. Aí pronto, ficou somente a castanha e o cipó. Então ficamos tirando só o cipó, a castanha e produzindo a farinha. Depois que o IBDF e IBAMA tomaram de conta daqui as coisas ficaram ainda mais difíceis. A pressão era muito forte, eles começaram a parar as pessoas no meio do rio. Apareceu esse negócio de vender bicho de casco, porque era o que dava dinheiro. Até porque ninguém podia mais tirar produto da mata ou abrir roçado pra plantar. E eles paravam e revistavam todo mundo, alguns tinham seus produtos e alimento

jogado no rio. [...]”. (Jacinto Maria dos Santos, 81 anos, comunidade do Tambor, em 15/09/2007).

O depoimento acima revela ainda um juízo recorrente que aparece nos pronunciamentos de muitos moradores do Jaú quando são inquiridos a falar da captura e consumo de quelônios. Por se tratar de espécie cuja carne e ovos são muito apreciados na região, os chamados “bichos de cascos” tiveram imediatamente, desde a instalação do parque, seu consumo restrito somente aos residentes, sua captura em quantidade excedente é combatida e sua comercialização – bastante incentivada externamente – permanece expressamente proibida pela administração. Provavelmente por essa razão, a conversa em torno da captura e consumo desses animais com pessoas de fora se torna sempre um assunto delicado, cujos comentários detalhados são conscientemente evitados por meio de esquivas de linguagem ou subterfúgios repentinos, diferentemente do que normalmente acontece quando o assunto envolve captura e consumo de outros animais de comercialização também proibida, mas de consumo consentido entre os moradores.

Na minha primeira visita ao Tambor, após ter logrado um razoável entrosamento com algumas pessoas, ouvi histórias detalhadas sobre a “espera” e outras armadilhas que eram engenhosamente preparadas na mata para capturar animais de grande porte como anta, porco do mato e outros menores como pacas, cutias, jabutis e aves, mas jamais ouvi comentários explícitos sobre capturas de *cabeçudo*, *tartaruga*, *tracajá*, *iaçá* embora sendo possível observar nos arredores de algumas casas diversas carcaças desses animais. Somente após a ocorrência do incidente já narrado no primeiro capítulo, foi que eu pude ouvir de um morador e experiente pescador no Tambor algumas informações gerais sobre a técnica local de captura de quelônios. Contudo, os esclarecimentos sobre esse assunto bem como a compreensão diante da esquiva dos moradores em tratá-lo com pessoas externas à comunidade somente me seriam revelados, paulatinamente, nas viagens seguintes que fiz ao Tambor.

Observa-se ainda que de alguma forma, as conversas sobre esse tema na região do Jaú tende a assumir um caráter delicado, às vezes crítico e controvertido. Barreto Filho identificou uma posição de natureza igualmente ambivalente demonstrada por várias pessoas que ele entrevistou no Jaú quando o assunto envolvia a prática da captura de quelônios. Sobre tal questão, ele relaciona a percepção dos moradores

quando estes procuram fazer uma distinção, a partir da classificação da atividade de captura em condutas de “trabalho” e de “tráfico”, e o fato desta ter se intensificado na área do parque com determinadas circunstâncias contextuais. Para ele, a classificação e a interpretação dada a atividade de captura de quelônios decorrem tanto da disseminação de “uma crítica esclarecida de viés ecológico e político” quanto da proibição formal com forte repressão dessa atividade desde os tempos da SEMA e do IBDF (cf. Barreto Filho, 2002: 424). Não obstante, pude observar entre os moradores do Tambor uma percepção que tende em geral associar o desenvolvimento da atividade clandestina de captura de quelônios com a proibição e restrição imposta pela administração sobre o uso dos recursos e de outros produtos que eram tradicionalmente explorados. Além disso, eles ainda tendem a associar esta prática com o abandono da produção extrativa da borracha ocasionada pela queda na procura desse produto.

Observa-se ainda que no limite, as iniciativas de busca de alternativas econômicas por algumas famílias residentes no Jaú, classificadas como ilícitas ou de “contrabando” pela administração do parque que conseqüentemente passou a investir duramente contra suas práticas, não apenas reatualizou antigas estratégias de evasão ao controle já existente desde os tempos do Bezerra como também viabilizou o desenvolvimento de novos estratagemas para escapar à fiscalização e repressão impostas pelo órgão gestor.

Situação similar também foi observada por Barreto Filho em relação aos residentes na área projetada para Estação Ecológica Anavilhanas, no baixo rio Negro, diante da tradução dos dispositivos legais que eram feitas pelos gestores dessa unidade. Nessa tradução fragmentava-se um conjunto de práticas em lícitas e ilícitas, mas que na lógica dos residentes tratava-se apenas de uma e única modalidade de sobrevivência, isto é, a combinação entre agricultura para auto consumo e a atividade comercial,

“[...] Desnecessário dizer que os residentes, tão logo apreenderam o que estava em jogo na postura dos administradores, desenvolveram uma série de estratégias, argumentativas inclusive, de evadir-se da fiscalização e de circunstâncias conflitivas, fazendo-as operar em seu benefício, algumas vezes.” (Barreto Filho, 2002:375).

Disso, depreende-se que para alguns moradores do Tambor a captura de quelônios como atividade econômica clandestina teria se tornado um meio de

sobrevivência local em função do fim da exploração da seringa e das constantes proibições na área da reserva, como informa o depoimento acima. Contudo, para o caso do Tambor, pude ainda constatar uma especificidade envolvendo essa questão que será abordada no capítulo seguinte. Por ora, pretendemos apenas enfatizar a importância deste assunto no conjunto de medidas de repressão e procedimentos disciplinares que foram rotineiramente dirigidos contra a população e suas respectivas alternativas ou estratégias utilizadas no sentido da resistência. Ressaltando, entretanto, que tais estratégias visando driblar o cerco da fiscalização, por circunstâncias específicas, somente podem lograr efeito se utilizados pelos próprios residentes, fato que desencoraja por si só qualquer tentativa de utilização das mesmas por outros atores, como por exemplo, os conhecidos regatões e comerciantes que circulavam no rio.

3.4. FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA: A MEDIAÇÃO DO CONFLITO POR UMA ONG SOCIOAMBIENTALISTA

Consta sobre a história da FVA que suas primeiras atividades ocorreram sem um plano de ação definido, visando atender necessidades pontuais de um grupo de pesquisadores em Manaus. Tais necessidades dizem respeito fundamentalmente à “busca de alternativas mais ágeis à burocracia estatal para o financiamento de pesquisas” por eles desenvolvidas (FVA, 1998:1). A criação desta ONG data de janeiro de 1990 e está diretamente vinculada à realização do *Workshop 90*, que teria se constituído no primeiro evento de uma série de iniciativas realizadas com intuito de conceber metodologias para estabelecer prioridades em conservação da biodiversidade. Tanto a realização quanto o propósito explícito nesse evento fundamentavam-se no conceito de *regional workshop* inicialmente desenvolvido pela *Conservation International* (CI), destacada ONG no cenário mundial da ação conservacionista.

Assim, o *Workshop 90* tinha como escopo principal a realização de debates sobre a proteção da biodiversidade do planeta, constituindo-se também num preparativo para Eco-92 que iria ocorrer no Rio de Janeiro. Esse evento teria reunido cerca de cem pesquisadores especializados em diferentes assuntos que pretendiam propor áreas prioritárias para proteção na bacia Amazônica. Como já vimos anteriormente, grande parte da área do baixo rio Negro foi transformada em unidades de conservação principalmente a partir de meados da década de 1990, fato que deve ser atribuído em

larga medida às iniciativas e atuações desses vários agentes articulados em torno da proteção ambiental nesse workshop.

Todavia, como é reconhecido pela própria FVA, naquele momento o *Workshop 90* trabalhava com premissas que estabeleciam uma “separação completa entre a biodiversidade e as questões socioculturais” (FVA, 1998). A FVA reconhece ainda que no princípio da sua existência disseminou-se no cenário local uma visão da entidade como conservadora e estritamente vinculada à elite política do Amazonas. A partir de 1991, já contando com novo e experiente diretor-executivo, a entidade teria passado por um processo de profissionalização que teria catapultado sua atuação, propiciando a discussão e elaboração em conjunto com pesquisadores nacionais e internacionais o *Programa Rio Negro*, uma espécie de norteador das intervenções seguintes que por ela seriam realizadas.

Vale ressaltar que antes mesmo de contar com o *staff* técnico-administrativo dividido em coordenadorias temáticas e com conselhos científicos, fiscal e curador, que configura a fase de profissionalização e se dá a partir da chegada do ambientalista Carlos Miller para a direção executiva desta entidade, a FVA já vinha desenvolvendo atividades junto ao PNJ visando subsidiar técnico-cientificamente com a elaboração do Plano de Manejo desta UC. Todavia, como visto na declaração acima da entidade constituíam-se em atividades ainda sem um plano de ação definido. No mapa final elaborado no âmbito do próprio *Workshop 90* a área projetada para o PNJ já figura com particularidade destacada e prioritária no que tange aos objetivos da ação dessa entidade.

Ao que tudo indica teria sido desse modo que o Programa Rio Negro⁶⁶, elaborado em 1992 por técnicos da FVA a partir de expedições realizadas à bacia deste rio, irá definir o foco, o objetivo e o sentido de propósito da FVA (cf. Barreto Filho, 2002: 476). O sentido de propósito a que Barreto Filho se refere seria a participação efetiva desta entidade na contribuição de “soluções criativas e inovadoras” para a consolidação das UCs da área de influência da bacia do rio Negro.

⁶⁶ Este programa foi idealizado em termos de abordagem ampla e integrada, dividindo-se em três linhas de ação com as seguintes variáveis: conservação dos ecossistemas, pesquisa científica e políticas públicas. Estabelecia ainda três áreas de atuação em relação aos trechos do rio: baixo rio Negro (Manaus/rio Branco); médio rio Negro (rio Branco/Santa Isabel do Rio Negro); e alto rio Negro (Santa Isabel do Rio Negro/Cucuí).

Pode ser acrescentado aqui que é imbuído desse sentido de propósito que o PNJ irá tornar-se o alvo principal dos esforços conservacionistas da FVA (cf. Santos, 2004:89). Consta ainda segundo informações da própria FVA que até 1992 a entidade assumia um perfil estritamente conservacionista, que foi “posto em cheque no confronto com a realidade da região quando da realização do censo e do levantamento socioeconômico dos residentes no Parque Nacional do Jaú” (FVA, 1998:2). A partir de novembro de 1993 foi firmado um convênio de co-gestão do PNJ entre FVA e o IBAMA visando consolidar a implantação desta UC, que segundo a entidade era coerente com sua proposta institucional de inserção na bacia do Rio Negro. Ao priorizar dentro do Programa Rio Negro a área projetada para o PNJ, a FVA contou com aporte inicial de recursos oriundos de várias agências internacionais como a WWF, a União Européia e a W. Alton Jones Foundation.

Pelo termo de co-gestão do PNJ estabelecido entre IBAMA e FVA, a entidade passaria a constar oficialmente como co-participante tanto na formulação quanto no planejamento das ações visando a consolidação desta unidade de conservação. De acordo com o Termo de Cooperação Técnica nº 03/93 celebrado em 11/11/1993, a parceria visava “possibilitar a produção e a transferência de conhecimento técnico e científico entre as instituições, tendo em vista a implementação efetiva da UCs de uso indireto localizadas na região do baixo rio Negro”. As partes ainda se comprometiam a “estabelecer planos de trabalho conjuntos a serem executados através de Convênios”. Nesse sentido, foi imediatamente celebrado entre as partes um convênio visando consolidar a implantação do PNJ, que tinha por objeto o apoio às ações de vigilância, fiscalização, administração, pesquisa, educação ambiental e manejo do PNJ.

Ocorre que a situação da área da UC em que a FVA passaria a atuar como co-gestora já apresentava como fato consumado a unidade já criada, uma estrutura de controle e fiscalização, a inexistência de plano de manejo e famílias residindo em caráter permanente dentro e no entorno da unidade. A confrontação com a realidade desta UC e a mudança de orientação e de abordagem das ações de conservação ambiental defendida nos fóruns internacionais, influenciaram a FVA a manifestar-se favorável ao estabelecimento de “uma maneira criativa de administrar o PNJ” (FVA, 1993:11). Por essa via, ela então se posicionava contra a exclusão dos grupos sociais que habitavam a área do PNJ, entendendo que a consolidação desta unidade de conservação pressupunha o envolvimento desta população também no seu manejo.

Todavia, observa-se que embora a posição adotada pela FVA estivesse alinhada *pari passu* ao reconhecimento da necessidade de participação dos grupos sociais chamados “tradicionais” como condição para o êxito das ações de conservação nas UCs (já enfatizado no primeiro capítulo), ela estava diametralmente oposta à legislação ambiental brasileira então vigente, particularmente a que trata da regulação e gestão dos Parques Nacionais. Como já foi referido anteriormente, esta legislação prevê a saída de todos os residentes da área projetada para essa modalidade de UC. Nesse sentido, a posição da FVA obviamente não se chocava apenas com a orientação que oficialmente era repassada aos gestores do parque, mas principalmente com uma visão ideológica preservacionista muito fortemente enraizada entre os técnicos do IBAMA, em sua maioria remanejados do extinto IBDF. Para melhor entendimento dessa problemática, basta lembrarmos do conteúdo da declaração feita pelo Sr. Vivaldo Campbell de Araújo, o primeiro administrador do parque. Da leitura feita pela FVA sobre a situação que encerra o órgão oficial responsável pela administração do parque, temos o seguinte ponto de vista,

“O fato do IBAMA resultar da acomodação administrativa de órgãos governamentais que tiveram origens, trajetórias, formas de atuação e prerrogativas distintas na gestão da natureza e na modulação do espaço territorial nacional [...] parece ter contribuído para a constituição de uma ‘cultura institucional’ marcada por rivalidades internas e interpretações divergentes sobre o sentido da política de proteção da natureza.” (FVA, 1998:3).

Ao que tudo indica, a posição assumida pela FVA parece ter realmente criado alguns entraves para que ela efetivamente atuasse como co-gestora do PNJ, além de diversos impasses em relação ao desenvolvimento de determinadas ações sob sua responsabilidade. Em outras palavras, o sentido de propósito explícito pela FVA não podia se coadunar com o senso do dever que possuíam os gestores do parque. Em entrevista realizada com o atual coordenador-executivo da entidade, Carlos Durigan, quando quis saber sobre a primeira fase do trabalho da FVA, ele fez a seguinte ponderação,

JS: Sobre o convênio firmado inicialmente entre a FVA e o IBAMA, que previa uma parceria na gestão do PNJ, ou seja, uma atuação da FVA como co-gestora da unidade, isso realmente aconteceu?

CD: “Na época, como não tinha um instrumento, usaram esse instrumento que o jurídico do IBAMA já devia ter como base para esse tipo de relação e depois construíram algo melhor caracterizado. Porque a FVA nunca chegou a fazer co-gestão da UC. O que foi feito foi um Termo de Cooperação Técnica para elaboração do plano de manejo do PNJ. E esse instrumento apareceu num contexto de conflito ideológicos aí entre a FVA e o IBAMA. Na prática não chegou haver co-gestão; o que acontece é que o instrumento era esse, mas o papel da FVA era de parceria técnica. Então a FVA se propôs a fazer, na época, o IBAMA não tinha quadro técnico local, e começou haver uma forte pressão para que as UCs fossem dotadas de instrumento de gestão, ou seja, de um plano de manejo, já previsto dentro das normativas do órgão, e pra executar isso era necessário fazer as parcerias técnicas, no caso do PNJ, foi o que a FVA se propôs fazer, o plano de gestão. *E aí é claro, nesse processo de aproximação com as comunidades, começou também todo um processo de envolvimento local e de trazer a questão dos moradores pro debate do plano de manejo, o que foi outro ponto de conflito.* Porque na idéia dos gestores, na época, ainda não havia o SNUC, era a pura e simples idéia de tirar os moradores do parque, e eles [moradores] estavam saindo por falta de oportunidade. E a idéia da FVA era trabalhar os moradores para que eles pudessem participar do processo e até discutindo o próprio problema dentro do contexto do plano de manejo.” (Carlos Durigan, Manaus, bairro Morada do Sol, em 03/04/2011, ênfase minha).

Podemos observar no depoimento acima novamente a referência à ideia da *aproximação* da entidade com *as comunidades* como fator decisivo para o processo de envolvimento com os grupos locais, isto é, para se colocar a questão da inclusão dos moradores no debate em torno da elaboração do plano de manejo. Reconhecidamente uma questão geradora de conflitos na relação entre a ONG e o IBAMA, a ideia de inclusão dos residentes na discussão do plano de manejo, ainda que com participação em termos decisórios limitada, como veremos mais adiante, gerava desconforto e resistência nos gestores e técnicos do IBAMA. Essa resistência se dava pelo fato de que qualquer iniciativa que permitisse certo empoderamento da população residente deveria ser, desde o início, rechaçada no âmbito da administração das UCs.

Tal esforço deliberado no sentido da invisibilidade dos grupos sociais residentes no interior das áreas protegidas era uma constante não somente em importantes setores do IBAMA que tinham perfil notadamente conservador, mas também até por ONGs de linhagem “preservacionistas” que relutam em considerar a permanência dos grupos tradicionais habitantes das áreas que posteriormente foram transformadas em parques e reservas (cf. Diegues, 2001: 136 e ss.). É nessa conjuntura jurídico-institucional que comporta perspectivas de atuação e visões ideológicas conflitantes que a FVA se insere como entidade parceira para consolidar a implantação do PNJ.

Poder-se-á a partir daí compreender melhor a ambiguidade expressa nas premissas que caracterizam a atuação da entidade no PNJ, segundo as quais ela pretende desenvolver suas ações com vistas à consolidação desta UC mantendo “as posições peremptórias” que tem tomado na defesa dos direitos dos residentes da sua área (cf. Barreto Filho, 2002). Ambiguidades que também podem ser estendidas para o âmbito das relações estabelecidas entre os pesquisadores da entidade e os grupos sociais locais, especialmente pela perspectiva de inseri-los na discussão da consolidação desta UC por meio de processos de organização sociopolítica geralmente centralizados na perspectiva de atuação da entidade ou manejados a partir de percepções externas revelando invariavelmente flagrante descolamento das práticas e hábitos socialmente relevantes para os diferentes grupos de habitantes.

Estes são, por certo, alguns dos principais aspectos que tornam o processo de aproximação e de “envolvimento” da FVA junto às comunidades uma tarefa complicada e também marcada por conflitos que expressam expectativas e interesses divergentes. Podemos, apenas para efeito ilustrativo da situação num nível elementar, lembrar a atitude da coordenadora de pesquisa da FVA, que respondeu com uma recusa peremptória a uma determinada solicitação feita em circunstância “atípica” por um morador do Jaú (capítulo 1, item, 1.2). Tal aspecto pode ainda ser apreendido a partir da comparação da atuação da FVA nos rios Unini e Jaú, especificamente no que diz respeito aos grupos de moradores do médio e alto curso deste último, que será tratado nos capítulos seguintes.

3.4.1. Cisma entre parceiros: a controversa relação IBAMA-FVA

Como já nos referimos antes, desde o início da sua fundação a FVA realizou uma série de levantamentos, sondagens, análises e também lançou propostas em torno da situação dos residentes na área projetada para o PNJ. A primeira iniciativa nesse sentido ocorreu no ano de sua fundação, em 1990, e se caracterizou por uma amostra da população contemplando 51 famílias. Posteriormente as informações desse levantamento foram comparadas e completadas com dados obtidos da FUNASA.

A partir desse primeiro *survey*, que foi realizado num período de 16 dias, os pesquisadores ligados à FVA teriam concluído que o impacto humano sobre o PNJ não era expressivo, no entanto, destacavam que provavelmente já tivessem ocorridas extinções em algumas áreas. De acordo com esses pesquisadores, as atividades predominantes desenvolvidas pelos residentes eram representativas de todos os “caboclos e ribeirinhos” da Amazônia em geral. E essa característica tornava tais atividades muito adaptadas à área, o que podia significar que elas não seriam potencialmente ofensivas à conservação da natureza. Vimos acima que até por volta de 1990 foi empreendida a primeira forte ação para forçar a saída das famílias da área projetada para o PNJ. Não obstante, os pesquisadores da FVA reconhecem que apesar dos esforços empreendidos visando a saída dos moradores, várias famílias ainda permaneciam residindo no interior da área projetada para o parque.

Vale chamar atenção aqui para a classificação feita por esses pesquisadores sobre as atividades locais desenvolvidas. Esta não somente denota uma generalidade das práticas, ou seja, semelhantes às de ‘todos os caboclos e ribeirinhos amazônicos’, mas indica também uma tentativa de categorização dos sujeitos por meio da indexação de atributos ecológico-ambientais e/ou termos designativos genéricos que lhes são externos. Chamamos atenção para esse ponto porque essa percepção será recorrente no âmbito das atividades realizadas pela entidade desde então, influenciando inclusive sua atuação e posicionamento diante de determinadas situações sociais específicas no Jaú. No início do capítulo 1, particularmente no item 1.2, tentamos assinalar alguns problemas envolvendo tal percepção sobre o universo social no Jaú que retomarei adiante ao tratar da situação do Tambor.

Por outro lado, observa-se a respeito da característica desse levantamento uma sinalização para abordagens dos grupos sociais locais em consonância com

premissas da filosofia dos Projetos Integrados de Desenvolvimento e Conservação – ICDPs, na sigla em inglês. De acordo com Barreto Filho, a proposta do ICDP reúne um amplo conjunto de iniciativas que tentam relacionar a conservação da biodiversidade em unidades de conservação de uso indireto com o desenvolvimento socioeconômico em escala local (Barreto Filho, 2002: 455). Tendo como principal objetivo a manutenção das áreas protegidas, os ICDPs pretendem atingi-lo tanto por meio da promoção do desenvolvimento socioeconômico dos grupos sociais em escala local quanto pela oferta de fontes alternativas de renda que não ameacem a flora e a fauna das unidades de conservação. Com efeito, a consolidação e publicação dos dados desse levantamento procuram destacar, por exemplo, as “necessidades da população” denominada de “ribeirinha”, o incentivo a alternativas econômicas e ofertas de serviços básicos sócio-educacionais, como política compensatória.

Vejam os que propõe o documento que encerra o resultado deste primeiro *survey* da FVA. Após análise dos dados do levantamento e da consideração de algumas hipóteses quanto ao destino dos residentes, os pesquisadores concluíram que: a) grande parte da ameaça sobre a biodiversidade vem de comerciantes que entram no PNJ para explorar os seus recursos; b) as bacias dos rios Jaú e Carabinani apresentam baixa densidade populacional, “*sem muita evidência de estrutura social entre as famílias (sic), e sem prestação de serviços básicos*”, ao contrário do rio Unini, “*com pelo menos três vezes mais pessoas e uma integração da comunidade com alguns serviços de educação e saúde*”; c) essas características dos rios Jaú e Carabinani eram “*apropriadas à remoção da população humana, e [...] à implementação de uma fiscalização eficaz sem a necessidade de investimento exagerado de recursos*”, ao contrário do que podia ser encontrado no rio Unini. Por fim, eles advertem que “*para diminuir o impacto humano, a mera remoção da área do parque não será suficiente*”, observando que “*as necessidades das populações ribeirinhas terão que ser consideradas desde o planejamento*” e que, além disso, “*o desenvolvimento de programas de educação ambiental e o incentivo de alternativas econômicas à caça, à pesca e ao extrativismo predatórios serão indispensáveis*” (Sizer e Carvalho, 1990: 38, ênfases minhas)

Em 1992 foi realizado o segundo levantamento que teve uma duração e alcance pouco maior que o primeiro. Efetuado em 25 dias de trabalho de campo consta que esse levantamento teria alcançado praticamente todos os grupos domésticos que então residiam no entorno imediato e na própria área destinada ao parque. De acordo

com o documento aí produzido, o levantamento socioeconômico e o censo populacional tinham o propósito de “subsidiar o planejamento e o manejo do PNJ ao (a) estimar a população residente e mapear a sua distribuição, (b) diagnosticar o funcionamento da economia dos moradores e os eventuais impactos decorrentes e (c) consultar os moradores sobre as possíveis soluções para a questão fundiária” (cf. Rebelo 1996, 2-3).

Segundo os dados revelados por esse censo a população que residia no interior e no entorno imediato da área projetada para o parque somava 1.030 moradores, perfazendo um total de 156 famílias, que foram considerados nesse documento como “moradores do PNJ”. Diferente do resultado expresso no primeiro levantamento, que apresenta conclusões taxativas sobre o destino dos residentes, o relatório deste último apenas sinaliza para possibilidades futuras a respeito da sua permanência, bem como procura expressar maior compromisso com suas demandas e reivindicações. Há, entretanto, alguns problemas já identificados anteriormente por outros autores a respeito das definições encontradas neste relatório, que merecem ser destacadas aqui. O primeiro diz respeito a uma definição que nega de antemão qualquer possibilidade de auto atribuição de identidade social pelos residentes em favor da supremacia dos objetivos do PNJ. Assim, ao referir-se aos residentes no rio Jaú como “moradores do PNJ”, a FVA define-os a partir da unidade e da preocupação central com a conservação da mesma (cf. Barreto Filho, 2002: 479). Encontramos em Santos uma ponderação igualmente clara a respeito do propósito de tais classificações,

“Observando a invenção por meio da denominação, percebemos que os grupos sociais em questão, desde os primeiros contatos com os discursos ambiental são taquigrafados com os termos ‘ribeirinhos’ (classificação encontrada nos primeiros documentos da FVA, inclusive no documento fundamental da ação desta ONG ao longo da década de 90, o *Rio Negro Program Basin*), ‘moradores’ ou ‘população’.” (Santos, 2004: 106).

Outro problema que é identificado nesse levantamento refere-se à forte ênfase demografista que o caracteriza. Nele são quantificados desde o volume da produção, passando pela taxa de fecundidade e pirâmide etária dos moradores até a identificação dos níveis de renda. Esta ênfase deve-se fundamentalmente à preocupação da FVA em “estimar” o “impacto” sobre a biodiversidade e a biomassa na área do

parque, bem como em avaliar o “nível de renda” da população (cf. Barreto Filho, 2002: 480). Os resultados obtidos a partir desses levantamentos, sobretudo com o segundo, teriam animado e gerado expectativas positivas em relação à proposta defendida pela FVA em relação aos desígnios da população residente. Como efeito, a FVA resolveu incluir uma Coordenadoria de Pesquisa em Ciências Sociais na sua equipe multidisciplinar de pesquisa. Mais tarde esta coordenadoria seria transformada numa Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário, o que certamente já evidencia e melhor traduz a preocupação pragmática da FVA em relação às atividades desenvolvidas junto aos moradores da área projetada para o PNJ.

Pode-se dizer que foi com base em larga medida nas informações e na auto-evidência das definições contidas nesses primeiros relatórios circunstanciados sobre os grupos sociais que a FVA vai inicialmente procurar se posicionar e orientar suas ações de trabalho no PNJ. É nesse contexto que os desafios para mediar os conflitos oriundos com a criação e implantação do parque assumirão contornos evidentes para ONG, revelando para a entidade sua delicada situação como co-gestora da unidade. Como já vimos anteriormente, antes da entrada em campo da FVA, os residentes já tinham sido objeto de várias tentativas de deslocamento compulsório e vinham mantendo uma relação marcada por conflitos com o IBDF e, em seguida, com o IBAMA. E a criação do IBAMA para substituir o IBDF em nada praticamente alterou essa relação de “animosidade”, para reaplicar o termo do primeiro chefe do PNJ, entre os funcionários do órgão gestor e os residentes.

Como já informamos antes, grande parte dos funcionários do extinto IBDF foram remanejados para compor o quadro de servidores do IBAMA. Como é de praxe no funcionalismo, cuja cartilha prevê para o adequado e eficiente funcionamento institucional uma redistribuição racional dos servidores em disponibilidade em termos de função e de cargo, os agentes de fiscalização e controle do PNJ na fase inicial do IBAMA eram praticamente os mesmos que atuavam na fase IBDF. Além disso, após a saída de Vivaldo Campbell, assumiu a chefia do PNJ a Sra. Eremita Oliveira da Silva que administrou a unidade de 1990 a 1994, cuja atuação como gestora alinhava-se com a do seu antecessor. O papel de co-gestora do parque e a busca pelo envolvimento dos residentes nas ações de consolidação da implantação da unidade revelavam-se então como termos dissidentes e aparentemente inconciliáveis. E a relação entre FVA e IBAMA, particularmente nesse aspecto, passou a ser marcada por desconfianças,

desentendimentos e resistência. Pelo lado da FVA, podemos depreender essa dificuldade a partir do depoimento abaixo,

JS: No processo de elaboração do plano de manejo e de envolvimento com as comunidades locais, qual foi o maior desafio enfrentado pela FVA?

CD: “O maior desafio foi o reconhecimento do modo de vida das pessoas, dos moradores, da resistência institucional do IBAMA em não ver a possibilidade de um parque com gente e nem abre a hipótese de se construir um modelo diferencial, porque como a lei não permitia, então não vamos abrir exceções. E havia aquela extrema cautela e, isso existe até hoje por parte de alguns técnicos do órgão, hoje ICMBio, de que tudo o que você faz gera um precedente, então o medo deles é que isso gerasse um precedente para outras unidades. E era justamente o que a gente queria, o problema era um problema que deveria ser resolvido de alguma forma. A gente chegou a ser acusado de querer transformar o PNJ numa reserva extrativista; porque tem um setor ideológico dentro desse mundo das UCs que acha que Resex nem é uma UC, que UCs são só aquelas de proteção integral. Então o que a gente se propunha não era transformar o parque numa resex, talvez discutir uma recategorização de setores do parque, principalmente considerando as áreas de uso dos moradores tentando fazer um pequeno mosaico”. (Carlos Durigan, Manaus, bairro Morada do Sol, em 03/04/2011).

Já do lado do IBAMA a posição contrária à inclusão dos residentes na elaboração do Plano de Manejo era patente e expressava a preocupação não apenas com abertura de precedentes, mas fundamentalmente com possível processo de empoderamento destes atores sociais. No documento intitulado *Avaliação de Experiências de Co-gestão em Unidades de Conservação Federal* tanto esta posição quanto uma reprovação explícita diante da postura divergente da FVA que pretende envolver os grupos sociais no trabalho do Plano de Manejo estão patentes no relatório,

Um dos pontos mais citados quando se menciona os trabalhos que vêm sendo realizados no Parque Nacional do Jaú, refere-se ao conflito de conceitos que estão sendo difundidos naquela

unidade de conservação, conforme citado por técnicos da DIREC e pelo Chefe do Parque Nacional. Alguns técnicos da FVA envolvidos no processo, tem procurado trabalhar com as populações humanas residentes no interior daquela unidade de conservação, no sentido de criar condições para que as mesmas se sintam cada vez mais incentivadas a permanecer na área, apesar da mesma constituir-se em uma unidade de conservação de uso indireto.

O próprio Convênio não prevê qualquer atividade direta com populações, que digam respeito a política para permanecerem ou não na unidade de conservação, e isso vem ocorrendo. Em decorrência da ausência do IBAMA na área, seja em presença física, seja em definições de políticas institucional que definam e estabeleçam conceitos, a FVA tem tido oportunidade de definir sua própria agenda e conceitos que embasam suas atividades na área, conforme ficou evidenciado nas conversações com o IBAMA, tanto com a responsável pela unidade de conservação na DIREC, quanto com o Chefe do Parque Nacional (IBAMA, 1995: 87-88 *apud* Santos, 2004).

Por outro lado, os moradores que vinham experimentando duras intervenções com pressões e admoestações de todo gênero do IBDF e posteriormente do IBAMA, mantiveram-se apreensivos diante da atuação da entidade e como cautela procuraram manter o padrão de relacionamento institucionalmente já estabelecido. A primeira dificuldade nesse sentido parece ter sido a adaptação, no âmbito da discussão do plano de manejo, do roteiro metodológico já existente para elaboração deste instrumento. Além da restrição legal já definida às práticas extrativistas, de caça, de pesca e de uso dos recursos pelos residentes, havia a questão do zoneamento que era a definição das zonas intangíveis, ou seja, zonas que não deveriam apresentar nenhuma atividade de uso pelos moradores.

Outro ponto que gerou desconforto na relação da entidade com o IBAMA foi a inclusão dos moradores na elaboração do plano de manejo da unidade. A presença destes no processo de elaboração deste instrumento, como já ressaltamos, foi alvo de negociações tensas entre a FVA e o IBAMA. Não obstante, apesar das divergências

conceituais, foi possível estabelecer “uma parceria entre consensos e dissensos” (FVA, 1998: 5) que pudesse atingir a meta de elaboração de um Plano de Manejo para o PNJ e, ao mesmo tempo, assimilando a presença dos grupos sociais na área destinada para o Parque (cf. Santos, 2004:109). Por um lado, buscava-se o envolvimento dos residentes pensando na importância da colaboração destes nas ações de manejo da unidade; por outro lado, procurava-se negar-lhes peremptoriamente qualquer visibilidade no intuito de facilitar a ação de remoção das famílias ainda residentes na área projetada para o parque.

Sob essa circunstância que os moradores serão convidados pela FVA para colaborar no trabalho de identificação e mapeamento das suas áreas de uso, visando incluí-las dentro das chamadas zonas de uso intensivo. Obviamente que persuadir os moradores e convencê-los do propósito benéfico dessa iniciativa não poderia ser tarefa amena e muito menos transcorrer sem tensões e atritos. Alguns pesquisadores mais imbuídos do sentido de propósito que movia a FVA geralmente viam as resistências e as atitudes de esquivas dos residentes nessa atividade como descabida de sentido.

3.3.2. O projeto comunitário e a formação das “comunidades”

Entre as diversas ações desenvolvidas pela FVA no âmbito da cooperação técnica celebrada com IBAMA, algumas merecem nosso destaque pela repercussão e efeito entre os residentes. A primeira nesse sentido refere-se ao apoio da entidade nas ações de vigilância e de fiscalização da área projetada para o parque que até então eram realizadas somente pelo IBAMA, e que com a assinatura do convênio já referido acima passou a contar também com o suporte da FVA.

Como procuramos demonstrar anteriormente, as ações de controle, fiscalização e combate ao que se definiu como “práticas ilícitas” ou “contrabando” na área projetada para o parque vinham sendo efetuadas exclusivamente pelo órgão gestor com base numa estrutura elementar e procedimentos já existentes. O principal dispositivo de controle da movimentação dos moradores no interior do parque, no entanto, baseava-se num procedimento bastante antigo, cujas falhas eram conhecidas por quase todas as pessoas que circulavam regularmente no rio. O posicionamento do aparato fiscalizador na boca do rio Jaú, ponto geograficamente estratégico para observação e controle da movimentação tanto sobre o rio Jaú quanto sobre o Carabinani.

Vimos no capítulo anterior que o mesmo dispositivo controlador fora utilizado pelos Bezerra, no período que estes figuravam como “donos do rio”. Vimos também que as ações de controle e fiscalização efetuadas pela administração do parque tiveram seu início com a instalação da base flutuante, em 1982, ainda na fase do IBDF. Após a criação do IBAMA, a incipiente estrutura da base flutuante que funcionava precariamente desde então foi melhorada e seu aparato de fiscalização incrementado. Atualmente, com a administração do PNJ sob a responsabilidade do ICMBio, a base flutuante do Jaú mantém praticamente a mesma estrutura física de antes (foto 17), porém, com modificações sensíveis na gestão da unidade, ao menos no que se pode notar pelo estabelecimento do diálogo entre as partes e pela tentativa da atual gestão de construir um processo de discussão em torno da questão dos moradores com base em posições menos assimétricas de participação.

Foto 15: Antiga Base Carabinani/rio Jaú



Fonte: Acervo FVA/Marcos Roberto

Foto 16: Vista parcial da base Carabinani/ rio Jaú



Fonte: Arquivo do autor/2006

Mas, como se pode observar pelas imagens, durante todo o período que antecedeu a fase atual da administração do PNJ, existiu uma grande preocupação com o controle e a fiscalização da área. Esta forte disposição de manter uma vigilância ostensiva e controlar o movimento dos moradores dentro da área, visando principalmente reduzir cada vez mais o seu fluxo, implicou num incremento paulatino das instalações da base flutuante, levando à ampliação da sua estrutura e também na dotação de certos aparatos importantes - infraestrutura, comunicação, transporte, mecanismos de retenção do fluxo (observar a cerca pontilhada de branco sobre as águas formando uma barreira na entrada do Jaú). Segundo relatos diversos, obtidos tanto de

moradores quanto de pessoas que atuavam como fiscais, a remodelação da base visando o controle mais efetivo da área projetada para o PNJ fortaleceu ainda mais a barreira já montada para melindrar o acesso, facilitando a fiscalização das embarcações que entravam ou saíam de dentro do rio.

Foto 17: Vista frontal da base Carabinani, rio Jaú.



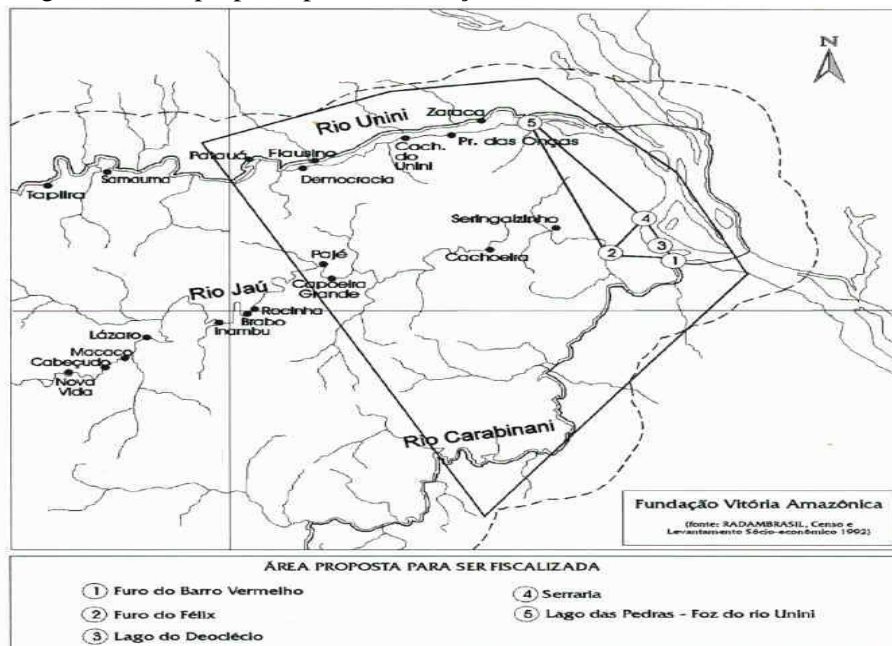
Fonte: Acervo do autor/2011.

Todavia, o funcionamento desse esquema de controle além de ser velho conhecido tanto dos residentes no rio Jaú quanto de suas adjacências, ele ainda apresentava um sério problema: sua eficácia varia de acordo com o regime de cheia e seca do rio. Em outras palavras, ele só pode funcionar bem no período da seca, quando a única forma de uma embarcação entrar ou sair dos rios Jaú e Carabinani será passar pela base flutuante. Porém, no período da cheia, a existência de diversos “furos” conhecidos de muitos moradores, possibilitava - como outrora ocorria com seus antepassados - driblar a forte vigilância e dessa maneira entrar ou sair do rio sem ser percebido. Ouvi diversos relatos tanto de antigos como de atuais residentes sobre o assunto que indicam a existência e o aprimoramento ao longo do tempo dessa tática nativa contra a vigilância e o forte controle sobre os residentes exercidos com base nessa espécie de panoptico.

A assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre IBAMA e FVA, segundo uma das cláusulas do convênio, visava obter o apoio desta última nas ações de fiscalização e também no desenvolvimento de mecanismos para aumentar a capacidade operacional de controle sobre a área projetada para o parque. A preocupação do órgão

gestor de eliminar as possíveis falhas do esquema de controle vigente exigiu dos técnicos da FVA a elaboração de um mapa com um nível considerável de detalhamento das áreas possíveis de evasão, que tornaram visíveis e identificáveis os recantos mais desconhecidos da área do parque. Como um dos principais produtos desse convênio, esperava-se que técnicos da FVA apresentassem uma proposta de aperfeiçoamento da fiscalização da área projetada para o PNJ. A ideia apresentada ao órgão gestor pela FVA para melhorar a fiscalização no interior do parque se baseou no “patrulhamento da área” a partir da vigilância de determinados pontos estratégicos. A fiscalização com base na proposta desse dispositivo de controle seria realizada conjuntamente por ambas as entidades parceiras. De acordo com o técnico responsável pela elaboração da proposta de fiscalização da área projetada para o PNJ, a proteção dos recursos naturais e o controle da entrada de pessoas na unidade estariam diretamente relacionados com o estabelecimento de um patrulhamento efetivo da área.

Figura 6: Área proposta para fiscalização intensiva dentro do PNJ.



Fonte: Acervo FVA *apud* Santos, 2004.

Segundo seus próprios idealizadores, a implementação dessa proposta justificava-se pela necessidade de vigilância sobre a “evasão ilícita dos recursos naturais” (Gianini, 1995: 2), bem como pelo patrulhamento dos “caminhos e picadas, fazendo registro escrito sobre as condições de vida silvestre” e, os limites do parque

buscando identificar “pontos vulneráveis de entrada de caçadores e intrusos” (Ibid.). Gianini também identifica a debilidade da fiscalização realizada a partir da base flutuante instalada na foz do rio Jaú em razão da existência de outros lugares transitáveis no período da cheia dos rios Negro, Jaú e Carabinani. Durante o período de cheia desses rios torna-se possível entrar e sair do interior do parque sem precisar passar pela base flutuante.

Foto 18: Centro Comunitário do Seringalzinho



Fonte: Arquivo L. F. dos Santos, 2003.

Deve somar-se ainda a estas orientações de fiscalização do PNJ, um conjunto de procedimentos disciplinares colocados em prática pela FVA através de uma das suas principais coordenadorias que inicialmente chamava-se Desenvolvimento Comunitário e posteriormente passou a se chamar Coordenadoria Socioambiental. A principal medida de impacto dessa ação no contexto social da região foi a execução do *Projeto Comunitário*. Através deste projeto foi instalado no lugar chamado Seringalzinho, no rio Jaú, um centro comunitário onde passou a funcionar também a escola para crianças e adultos que moravam nas imediações (foto 18). Este centro constituía-se também no principal modelo de organização comunitária que a FVA pretendia desenvolver nas demais unidades sociais da área projetada para o PNJ. Dessa maneira, a FVA por meio da sua Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário – atualmente chamada de Socioambiental – passou a atuar diretamente junto aos processos de organização social, alguns já colocados em marcha pelos próprios residentes, como veremos no capítulo seguinte.

Todavia, é muito importante destacar sobre esse contexto a questão de que ao considerar que “a utilização dos recursos naturais disponíveis no Parque Nacional do Jaú está vinculada às necessidades de subsistência dos grupos domésticos” ou dos grupos sociais ditos “ribeirinhos” (FVA, 1998: 150), a FVA tende a estabelecer critérios e procedimentos de abordagem baseados numa percepção notadamente estereotipada e naturalizada dos grupos sociais. Em primeiro lugar, observa-se uma apreensão dos grupos locais com base numa expectativa de anestesia cultural dos mesmos. Em segundo, quando se refere à pequena produção como característica da economia dos grupos domésticos, que se baseia na subsistência, passa-se imediatamente a operar no plano de uma visão estática da cultura, que gera certas idealizações em torno dos seus detentores (cf. Vianna, 1996).

Foto 19: Reunião sobre TC no Tambor



Fonte: Arquivo do autor, 2011.

Foto 20: Reunião sobre TC no Seringalzinho



Fonte: Arquivo do autor, 2011.

Como efeito, ao apropriar-se de tais categorias substancializadas que tende a naturalizar a dinâmica das representações e práticas culturais, boa parte das importantes ações da FVA foi efetuada no sentido da adequação do modo de vida dos moradores às exigências protocolares do projeto socioambientalista. É possível perceber claramente a singularidade dessa atuação da FVA seja na tentativa de implantar o chamado *projeto comunitário*, seja como apoiadora da consolidação das unidades sociais no PNJ, conferindo a elas status distintos segundo uma percepção externa da forma organizacional local. É nesse aspecto que a ação institucional vai tornar-se também

geradora de conflitos tanto no âmbito das relações internas entre moradores quanto externamente entre alguns agentes. Logo se percebe que as intervenções assim dirigidas, ainda que se reconheça a relevância do caráter proativo que as envolvem no sentido de ordenamento e redução de possíveis tensões na área projetada para o PNJ, apoiam-se numa visão estereotipada e muito restrita da dinâmica sociocultural local e do conjunto dos atores sociais em jogo.

Em torno dessa questão consideramos oportuna uma reflexão da noção de cultura como problemática que ainda persiste amiúde em muitas percepções sobre formas de organização social e dinâmicas dos chamados “povos tradicionais”. Aqui, portanto, nos parece relevante recuperar um debate emblemático realizado no âmbito da antropologia contemporânea sobre os limites do próprio conceito de cultura. Tomemos como ponto de partida a reação que fora interposta por Marshall Sahlins para opor-se criticamente ao movimento⁶⁷ intelectual que então defendia o abandono do uso desse conceito na antropologia. Ao considerar que a força operacional do conceito de cultura continua eficaz, pois pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente por meio de valores e significados, este autor acredita que o abandono deste conceito representaria, para a Antropologia, a impossibilidade de compreensão da organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos (cf. Sahlins, 1997).

De acordo com a crítica deste autor, a aludida deficiência do termo cultura resultaria de um duplo empobrecimento conceitual que se baseia em preceitos teóricos duvidosos sobre a vida em sociedade. Tais preceitos funcionariam, por um lado, reduzindo o conceito a um propósito funcional particular, ou seja, marcar a diferença; por outro lado, pela construção, a partir da redução, de uma breve história das origens impuras do conceito no seio do colonialismo e do capitalismo. Este movimento no sentido de tomar a cultura como um eficiente operador classificatório teria como efeito a instrumentalização do conceito e a destituição do seu caráter antropológico. E embora admitindo que a etnografia profissional, desde sua origem, tem se caracterizado numa “arqueologia do vivente”, Sahlins duvida que algo como a percepção um tanto limitada

⁶⁷ A respeito deste movimento que se posiciona a favor do abandono do conceito de cultura na abordagem antropológica, Sahlins procura caracterizá-lo como resultado do desencanto moderno e pós-modernista que expressa pessimismo sentimental e perda de objeto.

da dinâmica da cultura, associada à tradição etnológica, poderia realmente conduzir ao fim do objeto principal da antropologia.

Não obstante, ao considerar o ponto de vista de que homogeneidade e heterogeneidade não são mutuamente exclusivas, como demonstram uma série de pesquisas⁶⁸ realizadas à luz das transformações históricas e globais, Sahlins reconhece a pertinência na crítica pós-modernista da etnografia. Considera, entretanto, que o enfoque desta crítica não deve dirigir-se para o fim da *cultura*, e sim sobre o fato de que a *cultura* tem assumido uma variedade de novas configurações, que nela agora cabe uma porção de coisas que escapariam ao sempre e demasiado lento entendimento do antropólogo (1997:58). Essa dificuldade de entendimento entre esses críticos a que Sahlins se refere, parece também encontrar desdobramentos na crítica realizada por Barth sobre a prática de alguns antropólogos. Barth afirma que tais profissionais são treinados de modo a suprimir os sinais de incoerência e de multiculturalismo que são encontrados no campo, tomando-os apenas como aspectos não essenciais decorrentes da modernização. De acordo com o ponto de vista deste autor, considera-se que embora seja do conhecimento da maioria dos antropólogos que não existe cultura que não seja um conglomerado resultante de acréscimos diversificados, a tentação de ocultar ou subvalorizar sinais disjuntivos no campo da cultura permaneceria fortemente influente.

A consideração dessa dimensão fluída da cultura revelou-se fortemente influente em diversos estudos de campo nas últimas décadas, não apenas ilustrando a complexidade do tema, mas também proporcionando elevado nível de sofisticação ao debate teórico. A questão que poderá ser colocada a partir daí seria, então, o que leva o antropólogo, profissional que por ofício deve supor-se familiarizado com nuances do tema, a cometer justamente aí seu equívoco analítico. A tendência à escolha de algum padrão claro e delimitado em meio ao cenário confuso do contexto multicultural associado à tentativa de fazer uso de engenhosidade para salvar “o *holismo* [funcionalista] por meio de construção de isomorfismo e inversões [estruturalista] desse padrão escolhido ao acaso” são geralmente apontados como as principais causas desses equívocos interpretativos (cf. Barth, 2000: 110). Ainda segundo este autor, tais interpretações serviriam como meio para que seus autores consigam evitar todos os aspectos problemáticos do mundo que os cerca. E, por essa via, poderão continuar

⁶⁸ São citados por Sahlins especialmente os trabalhos de Appadurai e Hannerz, além de Bruno Latour, cujos estudos se detêm a discutir mais enfaticamente tal problemática.

silenciosamente reafirmando o pressuposto de que a cultura apresenta uma coerência lógica generalizada, sem explorar a extensão e a natureza dessa coerência.

Ao que tudo indica, admitindo-se aqui algumas ressalvas, parece ser exatamente nos termos que ambos os autores acima criticam, que também irá se pautar a visão dos agentes ambientalistas quando lidam com as tais “necessidades de geração de renda e de provisão de alimentos” por determinados grupos sociais. Ao contrário do que estes agentes geralmente percebem e levam em consideração, a caça, a pesca, a coleta de produtos da floresta e a pequena agricultura itinerante, enquanto práticas culturais, também se articulam com várias outras dimensões da vida social dos residentes. Além disso, como já demonstramos no primeiro capítulo sobre o caso do Tambor, tais atividades também se revestem de outros valores e de importância representativa que não se caracteriza somente pela questão da subsistência. No capítulo seguinte continuaremos a explorar alguns aspectos relevantes da relação estabelecida entre FVA e os residentes.

3.4.3. A atuação da FVA: um ponto de vista dos moradores do rio Jaú

É praticamente improvável que um morador, ou ex-morador do rio Jaú que de lá tenha saído há pouco tempo, desconheça inteiramente a relevância do papel desempenhado pela FVA na gestão do PNJ. Alguns destes moradores poderão até mesmo relacionar a atuação desta ONG em algum nível de importância superior a do próprio órgão gestor oficial, já que a aproximação dos seus agentes com as famílias era de longe mais estreita, diferenciando-se ainda pela maneira de abordagem realizada junto aos grupos locais. Todavia, importa destacar que essa possível identificação da FVA, feita pelos moradores, com uma atuação caracterizada como proativa na área do PNJ, poderá também ser sopesada à percepção coletiva da existência da arraigada ligação institucional da ONG com o PNJ.

Como já ressaltado anteriormente, a ambiguidade que tem caracterizado a posição da FVA diante das ações oficiais referentes à consolidação da unidade de conservação, tem seu reflexo também na sua imagem junto aos moradores do rio Jaú. Durante praticamente toda a década de 1990, por exemplo, a FVA manteve-se presente e atuando ativamente tanto no rio Jaú quanto nos demais rios habitados da área

projetada para o PNJ. Ao fim deste período, a imagem da FVA como entidade colaboradora principal da elaboração e execução das ações essenciais para a consolidação do PNJ já estava consolidada. Muito conhecida também passou a ser desde então, entre os moradores dos rios da área projetada para o PNJ, a figura de Regina Oliveira, a “dona Regina”, bióloga que atuou na coordenação das principais ações desenvolvidas pela ONG no âmbito do PNJ, destacando-se entre elas o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, com realização de diversas expedições de pesquisa na área do PNJ, e a coordenadoria de desenvolvimento comunitário – que posteriormente transformou-se em coordenadoria socioambiental. As famílias remanescentes tendem a identificar este período como o de maior atuação e de aproximação da entidade com os moradores do rio Jaú.

De certo, essa fase figura ainda como parâmetro de avaliação na percepção corrente de parte dos moradores que hoje permanecem no rio Jaú. Quando instados a comentar sobre a participação da ONG nos processos de organização e de reivindicação das localidades existentes no Jaú, são normalmente pronunciadas expressões e termos que fazem explícita referência ao contexto destas iniciativas. Assim, para algumas lideranças e antigos moradores, a FVA pode figurar como parceira especialmente na época em que “defendeu e apoiou a construção de escolas nas comunidades”, como lembra José Rufino, 74 anos, morador do Tambor. Ele considera que a liberação para construção da escola na comunidade, em 1996, somente foi viabilizada porque a FVA também defendia a ideia. Sebastião Ferreira, 51 anos, recorda que “no tempo da dona Regina” a FVA atuou intensivamente junto às prefeituras de Novo Airão e de Barcelos no sentido de estabelecer convênios para garantir alguns serviços essenciais às localidades do Jaú, “como era o caso da criação de escolas e da assistência básica à saúde”.

A partir de meados da década de 1990, a presença da FVA torna-se cada vez mais frequente na vida dos moradores. Em 1996, esta presença é fisicamente consolidada com a instalação de uma base de pesquisa na comunidade Seringalzinho, situada nas proximidades da foz do rio Jaú. Outro marco importante dessa efetiva atuação da ONG no Jaú durante este período foi também a construção de uma escola, em 1994, para alfabetização das crianças da localidade Seringalzinho e suas adjacências. Esta escola passou a funcionar com professor contratado pela prefeitura de Barcelos e treinado por técnicos da FVA. Posterior à escola, também foi construído

nessa mesma localidade o centro comunitário já referido anteriormente. De certo, o lugar chamado Seringalzinho foi estrategicamente escolhido para implementação de um dos mais importantes projetos dentro da ação interventiva da FVA na área do PNJ. Com efeito, as alterações nessa localidade, que antes contava apenas com moradores pertencentes a um mesmo grupo doméstico, tornar-se-iam notáveis desde então. Escolhido para encampar o projeto piloto comunitário no âmbito do rio Jaú, o lugar Seringalzinho foi paulatinamente adquirindo a forma que representava a concepção de “comunidade” proposta pela ONG.

Foto 21: Última edificação da escola no Seringalzinho.



Fonte: Arquivo do autor, 2011.

Foto 22: Casas desabitadas no Seringalzinho.



Fonte: Arquivo do autor, 2011.

Consta ainda que por essa época a própria Regina Oliveira estabeleceu residência por cerca de um ano no Seringalzinho. Após esta fase marcada, sobretudo, pela presença constante - e também física - da FVA no rio Jaú, as mudanças de contexto e de visão interna da entidade modificaram também o enfoque da ação inicialmente também pensada para incluir os moradores do rio Jaú. Essas mudanças redirecionaram a atuação da ONG, estabelecendo novas prioridades na área projetada para o PNJ e, conseqüentemente, redirecionando o investimento de seus recursos. Desse modo, a “comunidade” Seringalzinho que havia sido criada para figurar como modelo de organização comunitária para as localidades no vale do rio Jaú, viu-se paulatinamente esvaziada de suas principais famílias. Conflitos recorrentes entre antigas e novas lideranças apoiadas pela FVA e restrições decorrentes da ação fiscalizadora do órgão gestor sobre os moradores também contribuíram para o cenário de hoje que poderia se traduzir como desolador. Há sinais de abandono por toda a extensão da área

que outrora compreendia a comunidade. Até por volta de 2005 ao menos cinco famílias ainda moravam no Seringalzinho. Porém, as famílias mais antigas, como a de João Beré, que foi o primeiro a presidir a comunidade logo após sua criação, bem como a família do seu Antenor, um dos mais antigos moradores de lá, já tinham se mudado para Novo Airão.

Em minha última ida a campo, em agosto de 2011, apenas membros de dois grupos domésticos permaneciam residindo no lugar. A comunidade, que outrora chegou a contar com mais de 60 moradores, mostrava-se quase inteiramente desabitada com diversas residências abandonadas e outras em completa ruína. A nova edificação da escola, que havia sido construída em meio a um conflito de interesses entre um antigo presidente e o atual que recebia o apoio da FVA, também mostrava sinais de pouca utilização por seus moradores. Na verdade, o número de crianças no Seringalzinho ficou bastante reduzido com a saída destas famílias que possuíam que também eram bem extensas em número de membros.

Muitos dos ex-moradores e também dos atuais moradores do rio Jaú tende a considerar que a FVA desempenhou um importante papel dentro do PNJ, já que ela teria os ajudado não apenas a perceber, mas também reivindicar direitos que lhes eram absolutamente reprimidos. Alguns dos ex-moradores citam o apoio e incentivo recebido da FVA para criação da Associação de ex-moradores, em 2002, com objetivo de retomar a luta pelo pagamento da indenização devida pelo órgão gestor do PNJ. Os moradores mais antigos do Tambor, por sua vez, recordam da atuação da entidade quando ela postou-se ao lado das famílias pela criação de escolas e colaborou no processo de organização comunitária, quando forjou uma identidade de política dessas localidades baseada na constituição da representatividade dos chamados “moradores do PNJ”. Do mesmo modo, eles também reconhecem a contribuição da entidade que, a partir de 1995, desencadeou um processo de fortalecimento da representatividade das lideranças locais que ficou conhecido como “encontro de representantes dos moradores do Parque”.

CAPÍTULO 4

“RIO DOS PRETOS”, “TAMBOR DOS MORENOS”, “QUILOMBO DO TAMBOR”

4.1. PROCESSOS SOCIAIS E ETNICIDADE

Nos primeiros capítulos deste trabalho descrevemos um quadro sociocultural do Jaú onde se pode entrever uma indisfarçável similaridade entre os seus povoados (principalmente nos capítulos 1 e 2). Em seguida, também relacionamos determinados aspectos específicos das atividades sociais e produtivas onde se tornaria possível ao observador externo perceber um conjunto abrangente de elementos que sugerem estreitas semelhanças em seu modo de vida tradicional.

No capítulo anterior, ao destacarmos aspectos centrais da urdidura que tornou possível o esquadramento em termos ecológico-ambiental da região do baixo rio Negro, procuramos identificar e relacionar contextualmente a execução da política de conservação da natureza que se voltou especificamente para a Amazônia. Enfatizou-se aí o contexto e as condições da implantação das ações de proteção ambiental, onde também se observou que o debate e a preocupação com a questão das chamadas populações rurais e tradicionais não se encontravam completamente ausentes. Por fim, focamos processos relacionados tanto com geração de conflitos quanto com produção de invisibilidade e de indistinção sociocultural dos grupos locais, notadamente aqueles que habitam a área projetada para o PNJ.

Então como poderíamos supor – me refiro especificamente ao título deste trabalho - que haveria distinção cultural ou étnica entre eles? E no caso de se considerar a diferenciação étnica em tal situação, como circunscrevê-la adequadamente sem incorrer em desvios provocados por classificações externas ou por postura militante? Reconhecemos que até o presente capítulo pouco tocamos nessa problemática. E consideramos também que o outro entendimento – de reconhecimento das diferenças culturais a partir da singularidade de estereótipos e/ou da regularidade das formas – manteve-se relativamente à parte de uma discussão mais aprofundada. Nosso propósito agora é demonstrar, orientado pelo pressuposto de que mesmo se tornando mais

semelhantes em função de processos ligados à modernização, as pessoas simultaneamente podem tornar-se também mais distintivas em relação à identidade (cf. Eriksen, 1993: 148), que embora muitos desses grupos locais possam ser esboçados com base na similaridade de contornos socioculturais, o principal aspecto da sua diversidade não pode, sob nenhuma hipótese, ser observada através de estereótipos nem por correlação de singularidades entre suas formas e o meio físico-ambiental como geralmente concebe a visão que tenta homogeneizar categoricamente tais grupos. Nesse sentido, supomos que uma forma de apreensão adequada deste aspecto pode ser adquirida a partir da análise da evocação de diferenças étnica e cultural.

Na discussão realizada por Barth em torno dos grupos étnicos e sua fronteiras, o autor faz uma aguda observação de que “praticamente todo raciocínio antropológico baseia-se na premissa de que a variação cultural é descontínua”. Em contraposição a esta premissa Barth argumenta, por exemplo, que embora os processos de experiência, aprendizado e interação produzam um campo global irrestrito e contínuo de variações, estes são contraditos por processos sociais específicos⁶⁹ de controle, silenciamento e apagamento dessas experiências e aprendizados.

Este pressuposto tenderia, segundo o autor, a considerar que existe nos agrupamentos humanos uma cultura comum que é compartilhada e diferenças interligadas que distinguiriam esta das outras culturas. Assim, tipos de culturas tenderiam a ser observados e analisados separadamente uns dos outros. Uma questão importante que certamente implica a aceitação desse pressuposto consiste em saber se a cultura seria apenas um meio para descrever o comportamento dos grupos humanos.

O problema que Barth levanta tem a ver com a atávica preocupação dos antropólogos sociais de estabelecer diferença entre culturas, assim como definir suas fronteiras e vínculos históricos. O que não teria acontecido - pelo menos de maneira sistemática - com a constituição dos grupos étnicos e a natureza de suas fronteiras. Este problema teria até então sido evitado pela ampla utilização do conceito abstrato de “sociedade”, cuja função seria representar sistemas englobantes como já referido anteriormente.

⁶⁹ Segundo o autor, esses processos sociais operam “propiciando descontinuidades culturais e uma isomorfia relativamente maior entre o social e suas divisões, e o cultural com sua tendência inconveniente em transbordar, variar e misturar” (cf. Barth, 2005:24).

Desse modo, o que este autor pretende demonstrar a partir das pesquisas em contextos de interação étnica é que as fronteiras culturais persistem apesar do fluxo de pessoas que continuamente as atravessam. Isto evidencia que as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato ou informação. Por meio delas seriam engendrados processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas seriam mantidas. Ademais, ele destaca que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são, frequentemente, alicerçadas exatamente nos estatutos étnicos dicotomizados. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependeriam de uma ausência de interação social e aceitação, mas, muito ao contrário, seriam com muita frequência as próprias bases sobre as quais são erguidos os sistemas sociais abrangentes.

Para tentar ilustrar um aspecto do campo no qual esta discussão de Barth se situa, poderia ser tomada a abordagem da situação dos camponeses na América Latina, realizada por Wolf, cujo problema central me parece mais ou menos aquele observado por Barth, ou seja, fronteiras étnicas em situação de contato. Eric Wolf, num artigo em que pretende construir uma tipologia dos grupos camponeses da América Latina com base em trabalhos de campo, destaca, por exemplo, que a distinção do que ele denomina de *comunidade camponesa corporada*, isto é, uma organização social de tipo fechado, encontra-se no fato desta representar um sistema social demarcado, com limites nítidos, tanto em relação aos indivíduos de fora como aos de dentro. Uma comunidade com estas características teria, segundo este autor, uma identidade estrutural que se projeta ao longo do tempo. Internamente, tais comunidades realizariam uma série de atividades e sustentariam determinadas “representações coletivas”.

Apesar dessa rigidez empiricamente pouco provável que a tipologia de Wolf apresenta, chama atenção na sua argumentação - o que também é apontado por Barth - a compreensão da identidade étnica como estatuto imperativo, ou seja, externamente, “elas definiriam os direitos e deveres de seus membros e também prescreveriam grande parte de seu comportamento” (2003:124). Todavia, contrariamente ao que sugere a tipologia de Wolf, Barth considera inadequado encarar formas institucionais manifestas como formadores de traços culturais que, em qualquer tempo, podem distinguir um grupo étnico. Na visão de Barth, estas formas manifestas são determinadas tanto pela ecologia quanto pela cultura transmitida (cf. Barth, 2000).

Com efeito, vimos no primeiro capítulo que a preocupação em defender a cultura como um instrumento ainda valioso para a antropologia, deveu-se muito à ênfase dada ao aspecto do “suporte cultural” nos trabalhos de etnólogos de várias tendências na aplicação deste conceito (cf. Sahlins, 1997). Nesta perspectiva, as diferenças entre grupos humanos tende a tornarem-se diferenças no inventário dos traços culturais, pois, como destaca Barth, a atenção será sempre dirigida à análise das culturas e não à organização étnica dos grupos. Nesse caso, o problema parece ser instaurado precisamente quanto se procura estudar o comportamento de determinados grupos humanos em contextos de transformações históricas e globais, que tem colocado esses grupos em situações de interação impossíveis de não serem observadas e reconhecidas. São vários os estudos que atualmente tem procurado não apenas chamar atenção para os problemas epistemológicos da antropologia ligados ao conceito de cultura, mas, também focado que embora as pessoas tornem-se mais similares em função da modernização⁷⁰, elas simultaneamente tornam-se mais distintiva e que a etnicidade é uma expressão principal desta diversificação.

Por conseguinte, é também nosso entendimento que o processo de diferenciação étnica envolve a incorporação compartilhada de atributos e signos do campo social, do cultural e das políticas de responsabilidades do Estado. Considera-se a partir daí que a diferenciação étnica pressupõe uma institucionalização do contato e a integração do grupo num sistema mais amplo de relações sociais (cf. Eriksen, 1993: 148 e ss.). Nesse sentido, voltemos agora ao nosso ponto de partida para tentar rastrear a ligação dos atos e dos atores no sentido da sua raiz ou inspiração, como acolhimento à recomendação de “seguir os volteios” (cf. Bateson, 1972) para se entender a emergência do caso.

Ao realizar esse rastreamento chegamos à tarde de 22 de outubro de 2003 em que o Sr. Sebastião Ferreira de Almeida, conhecido em todo rio Jaú e adjacências somente como Bá, tentava usufruir de um dos seus tranquilos momentos de lazer. Em uma “taberna”, pequeno estabelecimento comercial que se pode encontrar às dezenas num mesmo quarteirão de Novo Airão, ele participava de um jogo de sinuca quando foi

⁷⁰ Eriksen, por exemplo, cita como importantes contribuições nesse sentido os trabalhos realizados por Hannerz (1989; 1992), Appadurai (1990), Strathern (1992) entre outros antropólogos e conclui que estes talvez estejam corretos em sugerir que muitos homens e mulheres contemporâneos tendem a procurar suas identificações e alinhamento social ao longo de diferentes eixos do que era visto anteriormente – em larga medida resultado do capitalismo e da moderna tecnologia de comunicação (1993: 148).

informado que pessoas de Manaus o procuravam. Ao deixar o estabelecimento foi apresentado a uma pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/Amazônia que vinha desenvolvendo estudos na área de saúde focados na situação das comunidades negras rurais do norte do país. Ao lado dela encontrava-se um rapaz que lhe fora apresentado como Marcos Farias de Almeida, analista pericial em antropologia do Ministério Público Federal. Após as apresentações, Sebastião ficou sabendo que funcionários da prefeitura o haviam indicado para a pesquisadora, que deseja obter informações sobre a “comunidade” do Tambor. Depois de expor sobre o motivo da procura, ambos quiseram saber do Sr. Sebastião como poderiam chegar à comunidade do Tambor. Depois teriam finalmente perguntado se ele poderia levá-los até lá, caso estes desejassem. Ao afirmar que da parte dele não haveria impedimento para conduzi-los até o Tambor, Sebastião ouviu de Ana Felisa que ela iria planejar e arranjar meios para realização da viagem e que depois disso entraria novamente em contato com ele.

Em relação ao Sr. Sebastião Ferreira, conhecido Bá, deve ser mencionado que ele nasceu no rio Jaú, em 1960, no povoado chamado Manapana, o mesmo que fora comandado por Adelino Reis (cap. 2). Quando tinha nove anos seus pais mudaram para o lugar denominado Gentio, também no Jaú, e já adulto, foi trabalhar ao lado do tio adotivo Valdir Maria, que vendia mercadorias no Jaú e era filho de José Maria dos Santos, o patriarca da família Maria dos Santos. Em 1993, Sebastião foi contratado para trabalhar na alfabetização de crianças no lugar chamado Brabo, cuja iniciativa de criação de escola⁷¹ figura como sendo a primeira no Jaú depois da implantação do PNJ. Depois dessa experiência Sebastião ainda trabalhou como professor em mais duas comunidades do Jaú, no Seringalzinho, entre 1994 e 1995, onde também recebeu um treinamento didático oferecido pela FVA, e por último no Tambor, em 1996. Quando outro professor o substituiu na escola do Tambor, ele foi convidado por uma liderança para trabalhar como agente de saúde na comunidade do Lázaro. Nesse trabalho ele permaneceu até 2002 quando saiu do Jaú para residir em Novo Airão.

Sobre a pesquisadora da Fiocruz-Amazônia trata-se de Ana Felisa Hurtado Guerrero, ela possui nacionalidade colombiana e vive no Brasil desde meados da década 1990. Especialista em gerontologia que desde 2001 vinha realizando levantamento sobre agravos à saúde em comunidades quilombolas da região do Baixo Amazonas.

⁷¹ Veremos posteriormente como esta iniciativa corrobora para o processo organizativo e de resistência das chamadas comunidades no âmbito do PNJ.

Pelo que pude apurar sobre tal interesse da pesquisadora em visitar o Tambor, consta nas anotações que as primeiras informações obtidas por Ana Felisa sobre o Tambor teriam ocorrido em julho de 2002 por ocasião da sua participação no *IX Encontro de Raízes Negras: terras de remanescentes, desenvolvimento sustentável e meio ambiente*, realizado em Alenquer no Pará. Em entrevista realizada em março de 2007 com a coordenadora do Programa de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA no Amazonas, Lucia Maria dos Santos, ela declarou que tomou conhecimento pela primeira vez que havia uma demanda quilombola no Amazonas em 2004, quando participou de uma reunião de trabalho na cidade de Belém, no Pará. Ela comentou que uma colega nessa reunião havia apresentado uma tabela onde constava um lugar denominado “Rio da Perdição” que na relação figurava como sendo um quilombo no estado do Amazonas.

Ainda de acordo com as informações da asseguradora do INCRA, esta reunião teria ocorrido após um encontro nesse mesmo ano que envolveu um treinamento em Brasília com servidores do órgão diretamente responsáveis pela identificação e delimitação de territórios quilombolas. E depois de encerrado o encontro, Maria Lúcia dos Santos teria sido orientada por sua colega a procurar na Fiocruz, em Manaus, a pesquisadora Ana Felisa que segundo esta poderia lhe dar mais detalhes sobre a referida demanda. A própria pesquisadora Ana Felisa, em entrevista, declara ter sido a partir do encontro em Alenquer que teria inicialmente tomado ciência da situação. E ao retornar para Manaus teria então levantado a questão localmente. De acordo com ela, a motivação nesse sentido teria partido da constatação de que localmente “se via uma total invisibilidade em relação às questões de negritude, na verdade o que se via era o foco de alguns estudos mais centrado na questão das populações indígenas”. Nesse sentido, ela afirma ter consultado diversas fontes e conversado com alguns pesquisadores,

“[...] E aí eu comecei por fazer levantamentos sobre o que tinha em termos de estudos sobre a questão de comunidades quilombolas aqui na região. Particpei de um evento no Pará, num quilombo de Alenquer que foi um grande encontro de comunidades quilombolas e eu tive a oportunidade de ser convidada pra participar desse evento. Nesse encontro teve uma grande discussão sobre quilombo nessa região. Aí fui procurando levantar mais informações sobre essa

questão. A primeira informação que chegou a mim foi a informação de que a FCP tinha um mapa onde estava plotado alguns quilombos referenciados para o país e para esta região. Então se via que para esta região de Novo Airão tinha um quilombo referenciado; mas era um mapa geral, só que plotado com indicação de áreas quilombolas. Isso foi me chamando atenção, depois eu peguei alguma coisa da Patrícia Sampaio, historiadora que discutia alguma coisa relacionada com escravidão. Certa vez encontrei com um rapaz que tinha feito uma viagem pelo Jaú e Novo Airão e ele me falou dessa comunidade. Ele me falou do fato de ser uma comunidade negra e de uma curiosidade que tinha chamado a atenção dele: dizia-se que antigamente eles só casavam entre eles e eram só duas famílias e tudo indicava que eles eram quilombolas. Esse rapaz costumava comercializar seus produtos no rio Jaú, não sei se pode dizer que era um regatão. Ele era daqui de Manaus.” (Ana Felisa Hurtado Guerrero, 46, Manaus, em 14/02/2011).

Abordaremos com mais detalhes o processo que gerou a identificação de comunidade quilombola do Tambor a partir do item 4.5 deste capítulo. Assim sendo, voltemos à exposição dos eventos que destacamos como relevantes para o entendimento da situação focada. Cerca de um ano antes de ocorrido o encontro entre Ana Felissa e Sebastião Ferreira, já se vinha esboçando um processo de organização de ex-residentes do rio Jaú para reivindicar na justiça indenização em razão de seu deslocamento compulsório da área. Esse processo teve início a partir de maio de 2002 quando a Sra. Lindalva Ferreira, ex-residente do lugar Forquilha, no rio Jaú, procurou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão – STRNA para tentar obter aposentadoria, já que apresentava sérios problemas de saúde que a impediam de trabalhar. Depois de expor para o presidente do sindicato sobre as atividades desenvolvidas por ela como agricultora e extrativista, o mesmo teria indagado ela possuía algum documento da terra onde havia trabalhado. Ao explicar sobre a situação da sua terra concluindo que não tinha como ter documentos porque a área onde ela trabalhava pertencia ao PNJ, ele quis saber se a União tinha indenizado os ex-moradores. A informação de que nenhum ex-residente jamais tinha recebido indenização por sua colocação no Jaú teria instigado o presidente do STRNA a sugerir, mas também ajudar no processo de organização destes para que eles pudessem acionar na justiça a reivindicação da indenização devida.

No dia 28 de outubro de 2002 foi realizada uma reunião na sede do STRNA coordenada pela direção do sindicato que contou com a presença de 44 famílias que tinham saído do Jaú. Nessa reunião, onde se discutiu principalmente a questão da indenização que os residentes teriam por direito e a necessidade imediata de uma organização da população afetada, foi escolhido um grupo constituído por doze pessoas que formaria a comissão de ex-moradores para representar os atingidos e acompanhar o processo relativo à reivindicação pleiteada. Todos os membros indicados para compor a comissão residiam em Novo Airão, entre eles encontrava-se Sebastião Ferreira, o Bá. No dia 30 de outubro do mesmo ano o sindicato teria realizado uma reunião mais ampla onde participaram vereadores, representantes da FVA e os ex-residentes do Jaú que viviam em Novo Airão com objetivo de dar visibilidade ao processo e tornar público os trabalhos da comissão⁷² de ex-moradores do Jaú.

A partir daí a comissão, apoiada pelo STRNA, procedeu no ano seguinte a um levantamento percorrendo os lugares ainda habitados no Jaú, informando sobre a questão da indenização e cadastrando as famílias que se declaravam de acordo com ela, passando, em seguida, ao cadastramento das famílias de ex-moradores do Jaú que residiam em Novo Airão. Após a conclusão da realização dos trabalhos de levantamento e cadastramento de famílias pela comissão, que contabilizou um total de 107 famílias relacionadas e cadastradas, sendo 42 famílias no rio Jaú e 65 em Novo Airão, em dezembro de 2003 o STRNA e a comissão de ex-moradores teriam tido o primeiro contato com o Ministério Público Federal – MPF por conta do início do processo de identificação do quilombo do Tambor, que nessa época já se encontrava em curso⁷³. Apontamos aqui mais um indício de interconexão entre processos que, embora se originando e dirigindo-se de formas distintas produziram efeitos significativos que se complementam no sentido da incorporação de discursos e de ações sociais relevantes

⁷² Esta comissão tinha como principal objetivo inicialmente levantar informações sobre as famílias que residiam no rio Jaú e cadastrar aquelas que pretendiam requerer indenização das suas colocações.

⁷³ Uma representação datada de 20 de novembro de 2002 e assinada pelo Sr. Luciano Medeiros de Toledo, então diretor da Fiocruz-Am, já havia sido encaminhada à Procuradoria Regional da República dos Direitos do Cidadão no Amazonas com objetivo de incluir a comunidade do Tambor como Remanescente de Quilombolas. Em 22 de setembro de 2005, com base nos trabalhos realizados por Ana Felisa e Marcos Farias de Almeida, o Sr. Sebastião Ferreira encaminhou à FCP uma declaração de auto-definição do grupo como remanescentes de comunidade de quilombo, requerendo registro e inclusão do Tambor no cadastro geral desta entidade.

por diversos atores envolvidos na situação do Jaú. Explicitaremos mais adiante aspectos dessa interconexão e sua influência na configuração de novos processos no contexto social do Jaú.

A partir daí, no ano seguinte foram realizadas várias reuniões com a comissão, ex-residentes, STRNA e CPT no sentido de encaminhar solicitação e viabilizar abertura do processo de indenização. Essas reuniões culminaram com uma audiência pública realizada no dia 16 de dezembro de 2003 para tratar da regularização fundiária dos ex-residentes entre os envolvidos na questão – IBAMA, FVA, presidente do STRNA, comissão de ex-moradores e residentes – e o MPF, representado pelo procurador da república Ricardo Kling Donini e sua assessoria. Com base nessa audiência, o procurador então determinou elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta – que foi minutado em 19/12/2003 - que deveria ser subscrito pelo chefe do setor de regularização fundiária do IBAMA, em Brasília. Diante da recusa do chefe do IBAMA em subscrever o TAC, alegando encontrar-se em planejamento neste órgão uma ação para regularizar a situação fundiária naquela e em outras UCs, o MPF teria acatado o pedido da Ação Civil Pública – ACP, que foi encaminhado pelo próprio procurador Ricardo Kling Donini contra a União e seu respectivo ente, o IBAMA.

A Ação Civil Pública foi então protocolada em abril de 2004 sob o número de processo 2004.32.00.001762-9. A instauração desta ACP, segundo o presidente do STRNA, teria demandado nova organização e empenho dos membros da comissão de ex-moradores, que tiveram que realizar novos levantamentos sobre a situação das colocações e das famílias que deveriam constar no processo indenizatório. Esse trabalho aliado às várias reuniões e audiências realizadas com entidades e representantes do poder público, além dos recursos impetrados nas diferentes instâncias, prorrogou por mais de três anos a prolação da sentença judicial, proferida em 05 de dezembro de 2007. Na referida sentença a juíza federal Maria Lúcia Gomes de Souza condenou “a União e o ICMBio a pagar a cada uma das famílias dos moradores e ex-moradores da área do PNJ a quantia de R\$ 5.000,00 [cinco mil reais] a título de indenização pelos danos patrimoniais por elas sofridos” (cf. fl.36 da Sentença nº 471/Resolução nº 535/06-CJF, 05/12/2007). O INCRA e o ITEAM que figuravam também na ACP como réus foram absolvidos pela juíza por não lhes caberem nenhuma sucumbência.

Foto 23: Membros da comissão de ex-moradores.



Sebastião Ferreira (E), Raimundo Pinheiro e sua esposa.

Fonte: Arquivo do autor, 2011.

Vale destacar a respeito da indenização dos ex-moradores que a questão arrastava-se morosamente por gavetas e delongas burocráticas da administração pública, sem nenhuma definição a respeito da conclusão do processo desde 1988. Ao que nos pareceu, à época em que a Sra. Lindalva Ferreira procurou o STRNA, boa parte dos ex-moradores já davam a indenização como causa perdida e alguns provavelmente até esquecido da confusa e malograda tentativa de expropriação iniciada quando o órgão gestor ainda era o IBDF e posteriormente passada a responsabilidade ao IBAMA.

Prosseguimos apresentando um terceiro ponto relativo ao contexto social em que a sucessão de eventos relevantes intercalados por processos diversos gerou a configuração social que focaremos adiante. Em meados de dezembro de 1989, o então prefeito de Novo Airão, Sr. Wilton Pereira dos Santos, juntamente com a maior parte da bancada de vereadores do município, realizaram uma reunião com cerca de 100 pessoas entre moradores e ex-moradores do rio Jaú, estes sendo a maioria, para discutir os valores previstos para indenização e tomar uma decisão conjunta sobre o seu pagamento. A maior parte das informações disponíveis sobre tal reunião dá conta de que da forma como o prefeito conduziu a discussão, questionando fervorosamente os valores da indenização que ele considerava “insignificante” e prometendo brigar não apenas por valores mais “justos”, mas também pelo reassentamento dos moradores do Jaú em outra área, a posição que a maioria dos presentes teria ao final do encontro seria uma só. Como posição final, o prefeito, os moradores e os vereadores presentes no encontro decidiram que as famílias do Parna/Jaú somente se retirariam do seu interior mediante a revisão dos valores apresentados na indenização e desde que,

concomitantemente, fosse efetuada a realocação das mesmas para um projeto de assentamento elaborado pelo INCRA⁷⁴.

Numa entrevista que trata do seu envolvimento com a questão da indenização dos residentes do Jaú, o ex-prefeito de Novo Airão, Sr. Wilton Santos, declara que a principal preocupação da prefeitura teria sido alertar a população sobre valores que seriam pagos aos residentes e quem teria direito, pela relação apresentada no levantamento realizado pelo IBDF/ITERAM, a receber tal indenização. Ele argumenta que esse levantamento foi feito posteriormente à criação do PNJ, isto é, depois da sua efetiva implantação no Jaú, o que já excluía um grande número de famílias que tinham sido pressionadas e saíram do rio por conta disso exatamente no período anterior à realização do levantamento. De acordo com ex-prefeito, essas famílias, que correspondia aproximadamente a dois terços das pessoas que residiam no Jaú, ficaram de fora do cadastro e da indenização que se pretendia pagar. Em razão disso, ao esclarecer as famílias do problema percebido no levantamento e sobre o valor insignificante que segundo ele seria injustamente pago nessa indenização, o ex-prefeito informa que as pessoas que ele reuniu acharam melhor não aceitar a indenização (cf. Barreto Filho, 2002: 412). É provável que a constatação de que muitos residentes estariam excluídos do processo indenizatório – eles tinham deixado a área logo nos anos seguintes à instalação do posto de controle do PNJ – associado à promessa de reassentamento das famílias em outra área efetivamente tenha pesado mais na decisão de recusar a indenização pelos moradores presentes no encontro do que o valor que seria pago a cada um deles. Todavia, como podemos perceber no discurso acima, algumas informações que apontavam para subestimação do número de famílias no levantamento do IBDF e para caracterização dos valores a serem pagos como insignificantes foram utilizadas na persuasão contra o recebimento da indenização.

Os primeiros efeitos vieram logo dois dias após esta reunião e ainda teriam desdobramentos depois. Consta que entre os dias 19 e 21 de dezembro, estiveram em Novo Airão, designados pela Superintendência Regional do IBAMA, dois servidores encarregados de viabilizar o pagamento da indenização⁷⁵. Ao constatarem que a maior

⁷⁴ Informação contida no Processo 07263/86 - AC, de 04.01.90.

⁷⁵ Em 1989, já tendo como órgão responsável pela gestão do PNJ o IBAMA, criado nesse mesmo ano, foi providenciada junto à Coordenadoria de Orçamento da Diretoria de Ecossistema a transferência de um recurso do Projeto Calha Norte um recurso na ordem de NCz\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzados novos) para viabilizar a indenização das famílias residentes na área do PNJ.

parte dos residentes relacionados no levantamento - realizado sob a égide do já recém-extinto IBDF - recusaria os valores da indenização e, ainda, que tal relação não contemplava efetivamente todos os moradores e principalmente ex-moradores⁷⁶ que saíram do Jaú desde a implantação da base do PNJ, os técnicos do IBAMA decidiram pelo não pagamento de nenhuma indenização, justificando esta decisão num relatório técnico encaminhado a Brasília, onde se apontava inconsistências nas informações contidas no processo e sugeria-se uma reavaliação do caso.

Não obstante, deve ser referido que havia também – alguns não foram ao encontro com o prefeito – moradores que mesmo considerando pouco o valor da indenização ainda assim preferia recebê-la. De certo essas pessoas não eram muitas. Consegui identificar apenas duas relacionadas nesse processo que confirmaram ter preferido receber a indenização proposta àquela época. Talvez pela angústia da espera, talvez pela iniquidade e desventura da vida paupérrima que levam em Novo Airão ou talvez por tudo isso aliado à inquebrantável convicção no juízo popular de que *mais vale um pássaro na mão do que dois voando no céu*, o que as declarações destas pessoas indicam poderia muito bem ser caracterizado como uma mistura de frustração e também desconfiança com o resultado do encontro no Centro Social. O anúncio do pagamento da indenização tinha gerado grande expectativa principalmente naqueles residentes que, pelas regras do então gestor do parque, não seria mais permitido o retorno às suas colocações.

Por outro lado, parte das pessoas que lá esteve presente considera que o Sr. Wilton Santos esclareceu a questão da indenização e que sua posição tinha sido de defesa do direito dos moradores do Jaú, embora aí também se perceba algumas vezes certa desconfiança do informante a respeito dos interesses difusos do prefeito. Assim sendo, junto à percepção de que havia compromisso no gesto do prefeito - defender o direito daqueles que foram forçados a deixar suas colocações sem indenização – entrelaçam-se comentários do tipo “Era tempo próximo de eleição” ou “Ninguém sabe se ele recebeu alguma coisa, só sei que eu nunca recebi”, aludindo-se por essa via a suspeição de que algumas vantagens teriam sido aquinhoadas pelo prefeito, seja em termos de capitalização político-eleitoral seja em forma de alguma suposta recompensa financeira.

⁷⁶ Observa-se que a relação elaborada pelo IBDF em parceria com o ITERAM contemplava apenas os moradores do Jaú que ainda se encontravam na área do parque. Portanto, aqueles que haviam saído antes de 1988 provavelmente não estavam contemplados.

Esse caráter ambíguo que aparece nas declarações de alguns informantes pode ser relacionado, por um lado, ao quadro histórico de revezamento do exercício do poder político por membros da família do Sr. Wilton Santos (cf. Barreto Filho, 2002: 396 e ss.); por outro, ao fato de ele ter se comprometido com a questão do reassentamento dos moradores a tal ponto que o chefe do PNJ à época, Vivaldo Campbell de Araújo, chamado Dr. Vivaldo, o acusou de provocar o abortamento do processo de indenização e evacuação dos moradores e gerar uma forte animosidade entre o próprio e o prefeito de Novo Airão. Ao analisar o ponto de vista do Sr. Vivaldo Campbell sobre a frustrada negociação do processo indenizatório, depreende-se que ele não apenas recebeu com desapontamento o desfecho do caso, mas principalmente por ter sido sua vontade contrariada, ele colocou-se em posição de ataque e dispôs-se a ir à forra com o prefeito pelo desacato que lhe tinha sido pregado em surdina – ele não tinha participado da reunião. Nessa situação o “Dr. Vivaldo” passou a utilizar então todo o poder e força da sua autoridade de chefe do PNJ contra os residentes. Na sua visão, ao saber do levantamento e do recurso conseguido para indenizar e tirar as pessoas de dentro do PNJ, o prefeito mobilizou todo o pessoal enquanto ele não estava presente a não assinar e não aceitar o pagamento da indenização, causando o abortamento de todo o processo de indenização e de retirada do pessoal do parque. Essa intervenção teria gerado, segundo Vivaldo Campbell, a animosidade entre estes dois agentes, pois o prefeito passou a afirmar que o pessoal não sairia do parque. Por sua vez, Vivaldo afirma ter aumentado a pressão contra as famílias residentes, recrudescendo a fiscalização na área projetada para o PNJ (cf. Barreto Filho, 2002: 419). Provavelmente é sobre a situação que vivenciaram a partir dessa animosidade estabelecida entre esses agentes que se reportam os residentes quando dizem que passaram a viver “um inferno” e “uma desgraça” dentro do Jaú.

Com isso, podemos notar preliminarmente que à sucessão de eventos envolvendo implantação, tentativas de expropriação das terras e retirada da população residente na área projetada para o PNJ seguiram-se processos variados influenciando a emergência de novas ações sociais. Por um lado, começam a ser articuladas ações de mobilização e de organização interna por parte dos atingidos que subsequentemente foram acompanhadas do recrudescimento das pressões e do disciplinamento impostos sobre a população residente na área do parque. Por outro, as mobilizações de resistência contra o deslocamento sem o pagamento da indenização e/ou reassentamento

começaram a ganhar cada vez mais apoio de entidades representativas locais dando expressiva visibilidade à situação social dos atingidos.

Vimos também que os processos oriundos dos distintos eventos destacados acima apresentam determinada interconexão não apenas por terem o mesmo problema como ponto de partida – (in) definição da situação dos atingidos pela implantação do PNJ - mas principalmente pelo fato das ações sociais que os engendram resultarem também de inextricáveis relações que os atores envolvidos mantêm entre si. Essa constante retroalimentação dos processos em cursos a partir de uma série de eventos podem desencadear novas ações sociais. Daí, à malograda e tardia tentativa de regularizar a situação fundiária dentro do PNJ – oito anos já havia decorrido desde sua criação quando o *Dr. Vivaldo* tentou açodadamente resolver a questão – somaram-se posteriormente os questionamentos jurídico-administrativos da ação de desapropriação, a intervenção de agentes mediadores e/ou representantes do Estado e também algumas mudanças na orientação sobre as ações de proteção das UCs⁷⁷ no contexto da política de conservação da natureza.

Nesse outro contexto, em que a interação entre os atores assume dinâmica própria e tem seus campos ampliados tornar-se-á, por conseguinte, forçosa uma atuação mais efetiva do Estado junto ao problema dos residentes na área PNJ. A participação das novas entidades e dos vários agentes que são articulados através de redes sociais mais amplas produziu efeitos de repercussão extralocal, contribuindo para dar mais visibilidade à questão dos moradores e ex-moradores do Jaú. É diante desse quadro político-institucional, que o Estado e suas agências tentarão intervir no sentido do controle e da regulação das ações dirigidas de forma coletiva pelos sujeitos atingidos pela implantação do PNJ.

⁷⁷ Referimos aqui principalmente à mudança de estratégias da ação conservacionista em escala global como a proposta encaminhada pela IUCN que criou os chamados ICDPs - *Integrated Conservation and Development Projects*, já abordados nos capítulos 1 e 3.

4.1.2. Classificação categórica e evocação da distinção étnica

Nos diversos relatos obtidos sobre a vinda de José Maria dos Santos e Otília Maurícia para o Jaú dois pontos aparecem de forma recorrente. O primeiro ponto indica que antes de Jacinto Almeida trazer o casal para o Jaú ele já havia trazido um de seus sobrinhos, que não teria ficado no Jaú. O segundo ponto destaca que quando vieram de Sergipe, José Maria dos Santos e Otília Maurícia já estavam casados. Esses pontos devem ser considerados aqui, sobretudo, porque eles possivelmente apontam para uma determinação que tinha o primeiro casal afrodescendente de igualmente estabelecer a fixação de membros da sua família no Jaú. Consta nos relatos que Jacinto Almeida e dona Leopoldina não tiveram filhos, mas adotaram além dos sobrinhos mais dois filhos no Jaú. O relato de João Bezerra de Vasconcelos Filho sobre a recomendação de Chico Bezerra para Jacinto Almeida “tomar de conta do Paunini” e “colocar o povo dele lá” pode reforçar a ideia de que Jacinto Francisco também buscava diante da disponibilidade e do acesso à terra encontrada nesta região realizar o projeto de autonomia desde então perseguido pelos grupos e comunidades negras rurais.

De certo, consta que o primeiro sobrinho trazido por Jacinto teria vindo sozinho e logo retornado a Sergipe desconhecendo-se o motivo. Pedro Maria dos Santos e Otília Maurícia que já eram casados vieram em seguida e com eles veio também um conhecido de nome Isídio Caetano Nascimento, cuja origem é atribuída ao estado da Bahia. Quando chegou ao rio Jaú o referido casal não tinha filhos, que só vieram a nascer quando o casal já tinha “aberto” e fixado moradia no lugar chamado Caju, no rio Paunini, após terem residido por um tempo no Arpão junto com seu tio Jacinto Almeida (capítulo 1). Vale destacar que o lugar Arpão, ainda de acordo com João Bezerra de Vasconcelos Filho, foi vendido para Jacinto Francisco Almeida pelos Bezerra, que à época detinham o domínio e direito de posse sobre diversas terras no Jaú. Em relação às terras do rio Paunini, como já mencionado acima, estas teriam sido oferecidas aos sobrinhos de Jacinto Almeida também pelos Bezerra.

No lugar chamado Caju nascerem praticamente todos os filhos de José Maria e Otília Maurícia. Do total de 14 filhos que o casal teve apenas o último, José Maria dos Santos Filho, teria nascido em outro lugar. No início da década de 1950, um dos filhos do casal, Jacinto Maria dos Santos, conhecido como “seu Jaço”, teria obtido permissão dos pais para “tirar” e ocupar outro lugar às margens do rio Paunini, que

ficou sendo chamado de Sorva. Nas imediações do lugar Sorva morava também a família de Isídio Caetano, cuja esposa Severina Nascimento ele conhecera no próprio rio Jaú. Consta que o Sr. Isídio teria entrado no Paunini no mesmo período que o Sr. José Maria dos Santos também chegou por lá; esta informação está de acordo com a confrontação feita em torno da vinda e da fixação de ambos nesse rio por sugestão de Jacinto Almeida. No Paunini, eles “tiraram” e trabalhavam em terras que ficavam em lados opostos. E enquanto a família de José Maria cortava seringa, cultivava roça e colhia castanha a família de Isídio Caetano ocupava-se basicamente com o cultivo de roça e a coleta de castanha. Por outro lado, ao contrário de Isídio que ainda chegou a ser freguês dos Bezerra, José Maria enquanto residiu no Paunini nunca chegou a estabelecer relações comerciais desse tipo com a firma dos Bezerra. É importante salientar esse aspecto porque ele envolve um esforço consciente desta família manter ativada uma relativa autonomia em relação ao poder de ingerência do patrão sobre a exploração e dominialidade das terras “tiradas” por seus membros.

As informações disponíveis apontam ainda que Isídio e Severina tiveram nove filhos, mas apenas cinco sobreviveram até a idade adulta. Eram quatro mulheres e um homem. Das quatro filhas de Isídio e Severina três delas estabeleceram relações matrimoniais com filhos de José Maria dos Santos. Esse aspecto em torno do estabelecimento de relações de parentesco a partir da constituição de laços matrimoniais entre os dois grupos domésticos, embora seja relevante para indicar a existência de alguma preferência observada em termos socioculturais pelos indivíduos nesses grupos, não pode ser tomado como critério interno que existia arbitrariamente para fins de preservação da homogeneidade étnica do grupo. Pode-se apenas supor que as escolhas matrimoniais aí observadas tivessem alguma orientação no sentido da manutenção de fronteiras étnicas numa perspectiva de isolamento consciente do grupo, já que qualquer tentativa de estabelecer matrimônio inter-racial nesse contexto tendia a ser vista como potencialmente negativa principalmente para o sexo feminino, que em sendo negra, julgar-lhe-iam como “escrava do marido branco” e, portanto, teria a intenção de matrimônio rechaçada pelo patriarca da família, como indicado nos depoimentos. Ainda assim, vale novamente chamar atenção para a questão da reduzida disponibilidade de indivíduos para sustentar determinadas escolhas matrimoniais que poderiam ser efetuadas nessa situação.

Em relatos de pessoas externas, antigos moradores que residiram ou ainda residem no rio Jaú, o matrimônio entre membros das duas famílias tende a ser enfatizado como característica principal deste grupo. O Sr. Erasmo Leocádio de 86 anos, conhecido patriarca de um grupo doméstico que habita o lugar chamado Patauá, situado à margem esquerda no baixo rio Jaú, relatou que quando ele conheceu alguns membros das famílias do Paunini estes já existiam em grande número. Ele também ressaltou que lá existiam “duas famílias de pretos e por isso é que eles casavam entre eles”, sugerindo daí que o domínio que estes tinham sobre a região do Paunini se dava pelo fato do grupo ter muitos membros.

Todavia, é importante destacar que exceto por alguns poucos depoimentos de pessoas externas ao grupo, como o referido acima, que enfatiza a constituição do matrimônio entre os dois grupos domésticos como uma peculiaridade nessa região do Paunini nós não constatamos, pela confrontação dos dados levantados em campo, que esta prática existisse como uma espécie de regra interna ao grupo. E ainda que expressões como “eles casavam entre eles” ou “os morenos se juntavam entre si” possa indicar alguma preferência na constituição matrimonial entre os membros das duas famílias, os Maria dos Santos e os Caetano Nascimento, esse aspecto nunca poderia explicar as intrincadas relações matrimoniais e até extraconjugais que me foram reportadas no trabalho de campo. Observou-se que no estabelecimento de relações matrimoniais realizadas tanto nas localidades do Paunini quanto no Tambor, a constituição desse tipo de relação por ambas as famílias nunca estiveram fechadas em torno de si mesmas. Este fato pode ser evidenciado a partir do quadro que trata da genealogia do principal grupo doméstico que se estabeleceu nessa região (ver figura 7, na página 238).

A maior parte dos filhos do casal José Maria e Otilia Mauricia contraiu matrimônio com “fregueses” ou filhos destes que residiam no Jaú durante o domínio dos Bezerra. Durante entrevista com membros de ambas as famílias negras do Paunini percebeu-se um juízo relacionado notadamente com a questão racial e com existência de uma hierarquia entre os gêneros que parecia funcionar como fator influente na decisão de contrair um matrimônio nesse contexto. Dona Evangelina Maria dos Santos, que era a segunda mais velha entre as filhas de José Maria, relatou que enquanto viveu no Paunini sofreu muita repressão primeiramente pela postura severa do pai em relação às filhas. Em seguida, após este ter retornado para Sergipe acompanhado da filha mais

velha, Margarida dos Santos, a mãe e os irmãos mais velhos assumiram o controle da casa e a criação dos demais filhos. Ela afirma que ainda assim passou por maus bocados nas mãos dos seus irmãos, que se mostraram até mais severos que o pai. Segundo ela própria,

“[...] Meus irmãos eram cruéis demais comigo, porque eu era a mais velha e eu era o braço forte da casa. E com pouco mais de dez anos eu capinava e plantava roça. Eu não tinha vez no Paunini” (Evangelina Maria dos Santos, 73 anos, Novo Airão, em 18/12/2007).

Evangelina Maria dos Santos revelou também que para se casar com José Grélia, conhecido no Jaú como Zé Grande, teve que evadir-se do domínio dos irmãos, que ainda a tentaram resgatá-la no lugar onde o casal foi residir. Na entrevista que ela me concedeu em Novo Airão, ela considerou em tom de lamento e tristeza que por causa desse acontecimento alguns de seus irmãos mais velhos passaram a ignorá-la, desconsiderando-a como irmã. Em Novo Airão encontrei e também entrevistei outra filha de José Maria, dona Cárta Maria dos Santos, 66 anos. Dona Cárta Maria é a antepenúltima por ordem de nascimento entre os filhos do casal José Maria e Otília Maurícia. Ao relatar sobre seus pais e os demais irmãos que viviam no Paunini, ela também confirmou, em larga medida, o que já havia sido dito por dona Evangelina. Porém, diferentemente desta que parecia lamentar o desfecho do caso em torno da sua decisão de sair do Paunini para casar-se com Zé Grande, Cárta Maria descreveu o gênio do pai e de alguns irmãos com uma ponta de indignação que extremava com aquele sentimento humano de rancor pela dor que se causa por ato aviltante. Relatou que o seu pai era muito severo com os filhos. Agia de forma “bruta e muito violenta” principalmente com as irmãs mais velhas. Segundo seu depoimento, quando encolerizado o pai costumava colocar os filhos num tronco e chicoteá-los com couro de peixe-boi até que estes sangrassem. Ela afirmou que nenhuma das filhas casou enquanto o “velho” estava vivo: “Quase todos meus irmãos fugiram porque o velho era muito ruim e ninguém agüentava. Eles ficavam um tempo fora de lá e depois voltavam com pena da minha mãe” (Cárta Maria dos Santos, 67 anos, Novo Airão). Ainda segundo o depoimento de Cárta Maria, os únicos irmãos que nunca teriam fugido ou saído do Paunini nesse tempo foram Jacinto Maria, seu Jaço, Amadeu Maria e José Maria Filho. Se há ou não verossimilhança no teor desses depoimentos não se tem muito a

acrescentar a não ser informar que se constatou que todas as filhas deste casal que contraíram matrimônio, o fizeram após ter saído do Paunini. A mais velha entre as filhas, Margarida Maria dos Santos, voltou para Sergipe acompanhando o pai. Beatriz Maria casou com Argemiro Fernandes e mudou-se para Manaus, o mesmo acontecendo com Gelsa Maria, que após ter casado com Raimundo Nonato e vivido por um tempo no lugar chamado Capoeira Grande, no rio Jaú, mudou-se e hoje vive em Manaus.

Em relação aos filhos de Isídio e Severina Caetano Nascimento, consta que o casal teve ao todo nove filhos, porém, somente cinco teriam chegado à idade de contrair matrimônio. Uma das filhas do casal que se chamava Bitana teria saído do Jaú para a região do rio Negro e desde então perdido o contato com seus familiares. As três que permaneceram no rio Paunini chamavam-se Raimunda, Severina e Maria Benedita. Foram estas que estabeleceram, em primeira ou em segunda relação, matrimônio com os Maria dos Santos. Maria Benedita, por exemplo, quando se casou com Álvaro Maria, encontrava-se viúva de José de Araújo, um português que teria vindo para o Jaú trabalhar com seringa. A própria Maria Benedita, conhecida como Bibi e residindo atualmente em Novo Airão, diz ter enfrentado problemas com seu pai por ocasião deste primeiro casamento. Ela conta que quando José de Araújo foi pedi-la em casamento ao seu pai, este teria recusado dar autorização ao matrimônio pelo fato de José de Araújo ser branco.

A resistência de Isídio Caetano para aceitar a relação matrimonial advinha provavelmente da percepção e do juízo que ele fazia das relações em termos raciais naquele contexto. Então, segundo dona Bibi, ele teria dito “Não, você vai maltratar a minha filha, minha filha é preta, deixe ela de mão” (Maria Benedita, 83 anos, Novo Airão, em 18/09/2007). Com intermediação e apoio da mãe de dona Bibi, José de Araújo teria logrado êxito e consumado o casamento. Ao ficar viúva de José de Araújo, dona Bibi casou-se com Álvaro Maria. O mesmo acontecendo com suas irmãs, que ao ficarem viúvas casaram-se novamente com filhos de José Maria dos Santos. O único filho deste casal teria falecido a caminho de Manaus, após ter se desgostado do lugar onde havia perdido sua esposa, morta após ser atacada por um Jacaré-Açú às margens do rio Jaú.

Sobre a ocupação e domínio do Punini pelos Maria dos Santos, o Sr. Jacinto Maria dos Santos, o “seu Jaço”, relatou que conforme ele e seus irmãos iam crescendo,

seu pai os colocava em diferentes partes do rio Unini para que eles “cortassem” seringa e tomassem conta do lugar. Informou que nessa época os filhos homens contavam em oito e seu pai então costumava proceder colocando-os de dois em dois pra “tomar conta” de cada parte do rio Paunini. Afirmou ainda que ao ter permissão do pai para “tirar o lugar” chamado Sorva, todo ano ele cortava seringa até o rio encher, quando então recolhia sua produção e juntava ao do pai para ser vendida em Manaus. No inverno, o trabalho envolvia basicamente plantio e cultivo da roça intercalado com a coleta da castanha.

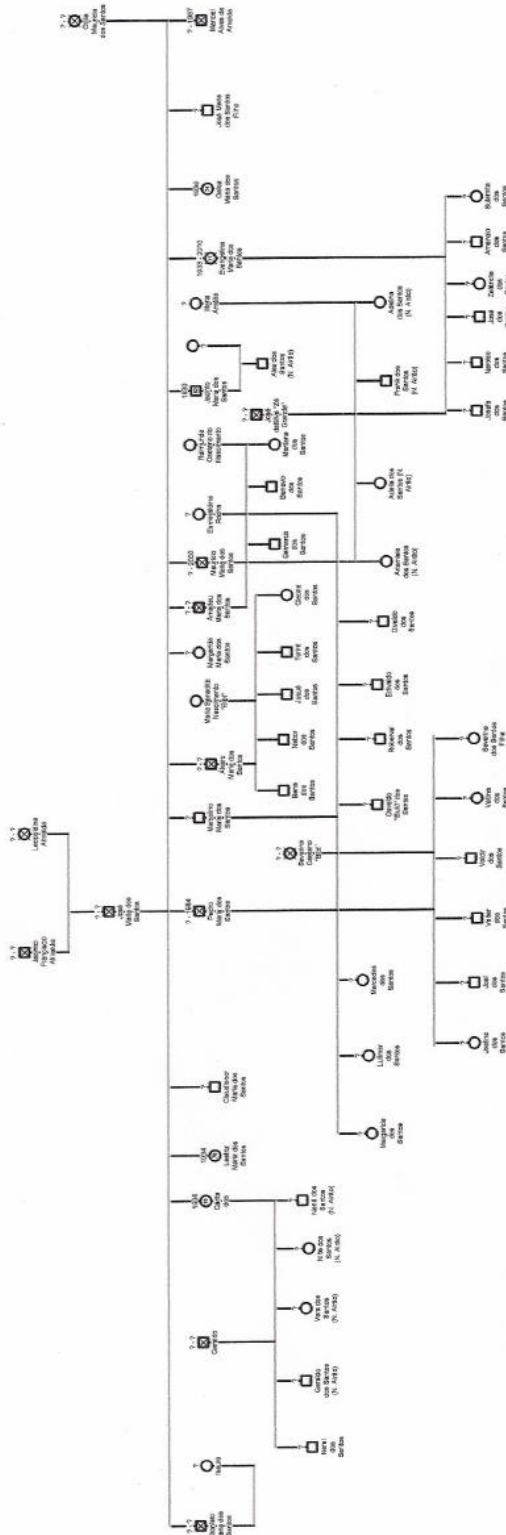
Note que um termo comum que sobressai nesses relatos a respeito da ocupação dessas áreas, é o de “tirar um lugar”. Pelo que pude depreender em campo “tirar um lugar” significa abrir uma nova “colocação”, diferindo então dos termos “tomar conta” e “colocação” exatamente porque estes já pressupõem que um lugar existe e, portanto, já foi tirado. A necessidade de compreensão do sentido implicado nesses termos está no fato de que ambos podem gerar, ainda que com base em acordos e normais informais locais, reconhecimentos distintos sobre direitos de posse e usufruto das áreas assim incorporadas.

“Tirar um lugar” era abrir uma nova área onde trabalho pessoal e os esforços de familiares eram geralmente empregados no sentido de torná-lo produtivo. Por essa via o direito sobre a posse da terra, que ainda podia incluir elementos como antiguidade da ocupação e manutenção da mesma, tornava-se legitimada e acatada nos meandros das relações estabelecidas em torno da apropriação de terras. Diferentemente do que já vimos especialmente no capítulo 2 sobre os termos “tomar de conta” ou “tomar conta” e também “colocação”, o uso do termo “tirar um lugar” nessas circunstâncias indica que a pessoa goza ao menos informalmente de uma exclusividade sobre o direito de exploração, usufruto e posse da terra. Essa exclusividade podia ainda ser reforçada, sobretudo, se ao “tirar o lugar” numa área sob dominialidade reconhecida de alguma família ou “patrão” a pessoa tivesse obtido deste o “consentimento” ou “permissão” para abrir o lugar.

Em alguns casos, a situação do Jaú revela ainda que o indivíduo podia ser pessoalmente persuadido pelo patrão a “tirar” um lugar – como foi o caso do próprio sobrinho de Jacinto Almeida, José Maria dos Santos. Note ainda que mesmo sendo filho deste, quando pretendeu “tirar” o lugar chamado Sorva, Jacinto Maria diz que pediu permissão ao pai. Desse modo, “tirar um lugar” pode ser pensado também, pelo que já

foi exposto aqui, como estratégia do grupo de construir fronteiras sociais mais abrangentes, uma vez que isso também podia representar o estabelecimento de novas relações de parentesco e de afinidades por laços matrimoniais ou sócio-afetivos.

Figura 7: Estrutura genealógica da família Maria dos Santos



4.2.1. O “rio dos Pretos”

Como vimos acima, a região que compreende o alto, médio e baixo curso do rio Paunini, afluente do rio Jaú pela margem esquerda, foi paulatinamente sendo ocupada por membros das famílias dos Maria dos Santos e Caetano Nascimento. Em alguns relatos mencionam-se o nome de apenas uma ou duas pessoas que também residiam nesse rio e que não eram membros de nenhuma dessas famílias. Sendo uma destas pessoas um homem conhecido apenas como Lourenço, cujas descrições referem-no como sendo um “caboclo velho” que havia nascido e morado até sua morte num lugar chamado Balaio. Consta que Lourenço não teria tido filhos e nunca se soube se havia outros parentes dele no Jaú, de modo que quando faleceu ninguém mais tomou de conta ou requereu a área por ele ocupada. No entanto, um nome mencionado com relativa frequência nos relatos sobre antigos residentes do Paunini, tirando o nome dos Maria dos Santos e dos Caetano Nascimento, é o de José de Araújo, conhecido como Zé Português por causa da sua origem lusitana. Consta que Zé Português ocupava um lugar no igarapé Ariramba, afluente pela margem esquerda no alto curso do Paunini. Como já foi mencionado acima, José de Araújo, o Zé Português que até então morava só no igarapé Ariramba se tornaria mais tarde, com muito custo e por tempo relativamente curto – ele conseguira desposar dona Bibi somente após a intervenção da mãe desta e alguns anos depois desse feito ele viera a falecer - genro de Isídio Caetano Nascimento. Depois do falecimento de Zé Português, os informantes não recordaram de nenhuma outra família ou indivíduo que não fosse membro de uma dessas duas famílias.

Exceto por essas duas únicas referências pontuais em torno da ocupação do Paunini nesse contexto, os relatos invariavelmente convergem para a predominância dessas famílias negras em termos de exploração e de ocupação humana do rio Paunini. Provavelmente é da percepção da dominialidade exercida por essas duas famílias que a designação desse rio por um viés racial, indicativo também de uma classificação social, emerge como principal elemento de classificação categórica do lugar por agentes externos. “Rio dos pretos”, “rio da pretalhada”, “pretos do Paunini” e “Tambor dos pretos” constituíram-se então nas atribuições mais recorrentes que, no contexto da exploração extrativista e do funcionamento do empreendimento seringalista no Jaú, ligavam o rio Paunini e o Tambor com a existência destes grupos domésticos.

Observou-se que tal designação por associação racial era atribuída em geral por agentes externos como os “patrões” e “regatões” que à época circulavam pelo rio Jaú. João Bezerra de Vasconcelos Filho, sobrinho de Chico Bezerra, em diversas ocasiões referiu-se aos descendentes dessas famílias como “pretos” ou “pretalhada do Tambor” quando quis referir-se especificamente ao principal grupo doméstico que fundou o Tambor. Consta que Mena Barros e Antônio Moraes, que se tornaram os dois maiores patrões no Jaú depois do domínio e desagregação da firma dos Bezerra, também faziam referência às famílias situadas no Paunini pelos mesmos termos. É importante considerar nesse aspecto a observação feita por O’Dwyer sobre a questão do uso de determinados traços e estereótipos atribuídos aos chamados “remanescentes” quilombolas de Oriximiná por outros grupos com quem geralmente interagem naquele contexto. Ela observa que se, por um lado, os estereótipos de “negros preguiçosos” e “negros extrativistas” são atribuídos de forma etnocêntrica pelos chamados “colonos ribeirinhos”, por outro, esses termos uma vez incorporados pelo grupo “representa uma forma positiva de identificação” (O’Dwyer, 2005:100). Essa observação pode nos ajudar suficientemente a compreender a incorporação compartilhada no presente de determinados marcadores étnicos pelos residentes do Tambor que outrora era assimilada pelo grupo como expressão pejorativa, como uma “desclassificação” das famílias que lá residiam.

De acordo com a maior parte dos relatos, quando esses termos de classificação externa começaram a ser empregados por *patrões* seringalistas e *regatões* aos membros das famílias dos Caetano Nascimento e dos Maria dos Santos, estes teriam logo percebido seu sentido pejorativo, entendendo que com tais termos esses agentes queriam reforçar um “destratamento”, uma “ofensa”, uma expressão que representava, segundo estes, a intenção de “desclassificar” as famílias que ali moravam pela cor da pele. Nesse primeiro momento, o termo passa a ser de uso corrente entre donos de baracões de aviamento e regatões quando queriam se referir a região do Paunini.

“O papai chegou no Jaú junto com o sobrinho do seu Jacinto, seu José Maria, pai desses meninos. Meu pai era Isídio Caetano do Nascimento. [...] Tinha um regatão chamado Antonio Moraes, aquele homem até que era muito bom, conversava com a gente; se ele trazia as coisas ele dava pra gente e a gente dava as coisas pra ele como banana, tapioca. Quando ele saía de lá, ele dizia aos outros que tinha

estado com aquela pretalhada do Tambor e que tinha passado muito bem com ‘aqueles pretos’, só chamava a gente assim. Seu Mauricio [Maria dos Santos] não gostava de ouvir isso e disse que quando seu Antonio Morais fosse lá novamente ia se achar com ele.” (Maria Benedita Caetano, 84 anos, Novo Airão, em 18/09/2007)

Consta ainda nesses relatos que as famílias negras do Paunini mantiveram durante toda a época de exploração extrativista uma relativa autonomia em relação aos aviadores e regatões que controlavam o comércio e o processo de produção e venda da borracha no rio. Essa autonomia era possibilitada principalmente, por um lado, pela determinação dessas famílias em negociar seus produtos diretamente com as casas aviadoras em Manaus, ato que retirava da cadeia hierárquica estabelecida pelo sistema de aviamento existente naquela região tanto o regatão que transitava pelo rio quanto o aviador que lá mantinha seu barracão.

“A gente quase não tinha contato com os regatões. Antigamente quando eles subiam o rio, como eles não vendiam nada pra gente porque a gente não negociava com eles, eles diziam que ali era ‘o rio dos pretos’, que não iam parar lá. Naquele tempo, isso era dito mais como uma desclassificação. Mas lá mesmo não havia conflito, porque sabiam que ali só morava a gente.” (Jacinto Maria, 73 anos, Tambor, em 16/03/2008).

Constatou-se também a existência de outro termo que igualmente fazia alusão à cor da pele na designação dos membros dessas famílias. O termo “moreno” ou os “morenos do Tambor” - que como se sabe pretende, por eufemismo, amenizar o tom pejorativo ao escamotear uma carga discriminatória historicamente relacionada aos negros - também era utilizada no âmbito do Jaú. Porém, este termo era mais comumente utilizado entre os próprios residentes e também por regatões ou pequenos comerciantes que já moravam no rio Jaú. Identificados também como “patrões” ou “regatões” que eram “de dentro”, em clara oposição àqueles que vinham “de fora”, os “de dentro” geralmente mantinham relações sociais e também afetivas mais estreitas com os grupos domésticos residentes no Jaú. É importante salientar novamente aqui, sobretudo, que *regatões* sempre atuaram no rio Jaú muito antes do estabelecimento do controle pelos Bezerra. E depois disso, de forma discreta, continuaram atuando dentro deste rio por meio de pequenas embarcações que driblavam a fiscalização ostensiva dos Bezerra

(capítulo 2). Eram pequenos comerciantes que residiam no próprio rio Jaú, como Pedro Linhares, Adelino Reis e os irmãos Jacinto Maria, Claudionor Maria e José Maurício Maria dos Santos. A estes comerciantes era atribuído o termo “de dentro”.

Tanto os *patrões* quanto os *regatões* “de fora” tinham entrado no rio Jaú a partir do afrouxamento do domínio dos Bezerra, alguns oriundos das áreas adjacentes ao Jaú outros vinham de região mais distante como era o caso de Antonio Morais e Mena Barros, ambos reconhecidos até hoje como os maiores “patrões” do Jaú no período seguinte ao domínio dos Bezerra. Os *regatões* que circulavam no rio nessa época eram em número bem superior aos dos chamados *patrões* e às vezes ambos os termos podiam ser atribuídos a um mesmo agente. No entanto, os patrões são geralmente distinguidos nesse caso por manterem nas colocações barracões para aviamento de suprimento aos seus trabalhadores. Outra característica dos *patrões* é que eles costumavam trazer seus “fregueses” também de fora. Alguns patrões “de fora” chegaram a arrendar seringais e comprar terras no alto Jaú para exploração extrativista, entre estes figuram os nomes de Antonio Morais, Celino Melo e Mena Barros.

Quanto aos “de dentro”, a maioria tinha chegado ao Jaú ainda no período de domínio dos Bezerra, principalmente a partir da década de 1940. Embora suas atividades comerciais se restringissem a negociação de pequena monta de compra de produtos e venda de mercadoria, que outrora eram realizadas de forma clandestina para driblar o controle dos Bezerra, como vimos no capítulo 2, os chamados “de dentro” tinham estabelecido, por essa via, relações sociais e laços afetivos muito mais profundos com as famílias estabelecidas no Jaú. Além disso, eles próprios constituíam-se em residentes de longa data e vários estavam ligados a diversos grupos domésticos através das extensas redes de parentesco. Entre os *regatões* “de dentro”, que às vezes também são referidos como *patrões*, destacam-se Pedro Linhares, Adelino Reis, José Maurício Maria, Jacinto Maria e alguns membros da família Savedra com atividade na região do alto Jaú. Havia, portanto, aspectos socioculturais representativos que podiam introduzir diferenças nas relações sociais e nas formas de tratamento entre as distintas categorias destes “agentes sociais” e os grupos sociais residentes no Jaú.

Tais diferenças podiam ser evidenciadas mesmo quando se tratava de relação estabelecida em torno de compra, venda e troca de produtos por mercadoria. No conteúdo dos relatos obtidos sobre este aspecto, nota-se que elas geralmente efetuavam-se mediante protocolos locais de caráter sócio-afetivos que podiam tornar uma

negociação de interesse econômico representada num tipo de reciprocidade. Pude observar algumas negociações com essa característica nas várias ocasiões que estive no Tambor. Destacaria como exemplo aquelas registradas entre alguns moradores e seu Jacinto Maria, que por meio de um barco e uma pequena mercearia tenta manter um incipiente estoque de produtos manufaturados de primeira necessidade na comunidade (Siqueira, 2008:20). Um comportamento similar desse padrão de relação onde uma negociação geralmente encontra-se imbricada com atos de retribuição e solidariedade, representados pela tônica nos cumprimentos e gestos afetivos recíprocos também foi observado nos portos do *Padre* e do *Chicó*, em Novo Airão, onde geralmente moradores do Tambor encontram antigos conhecidos e negociam seus produtos.

Foto 24: Porto do Chicó, N. Airão



Foto 25: Porto do Padre, N. Airão



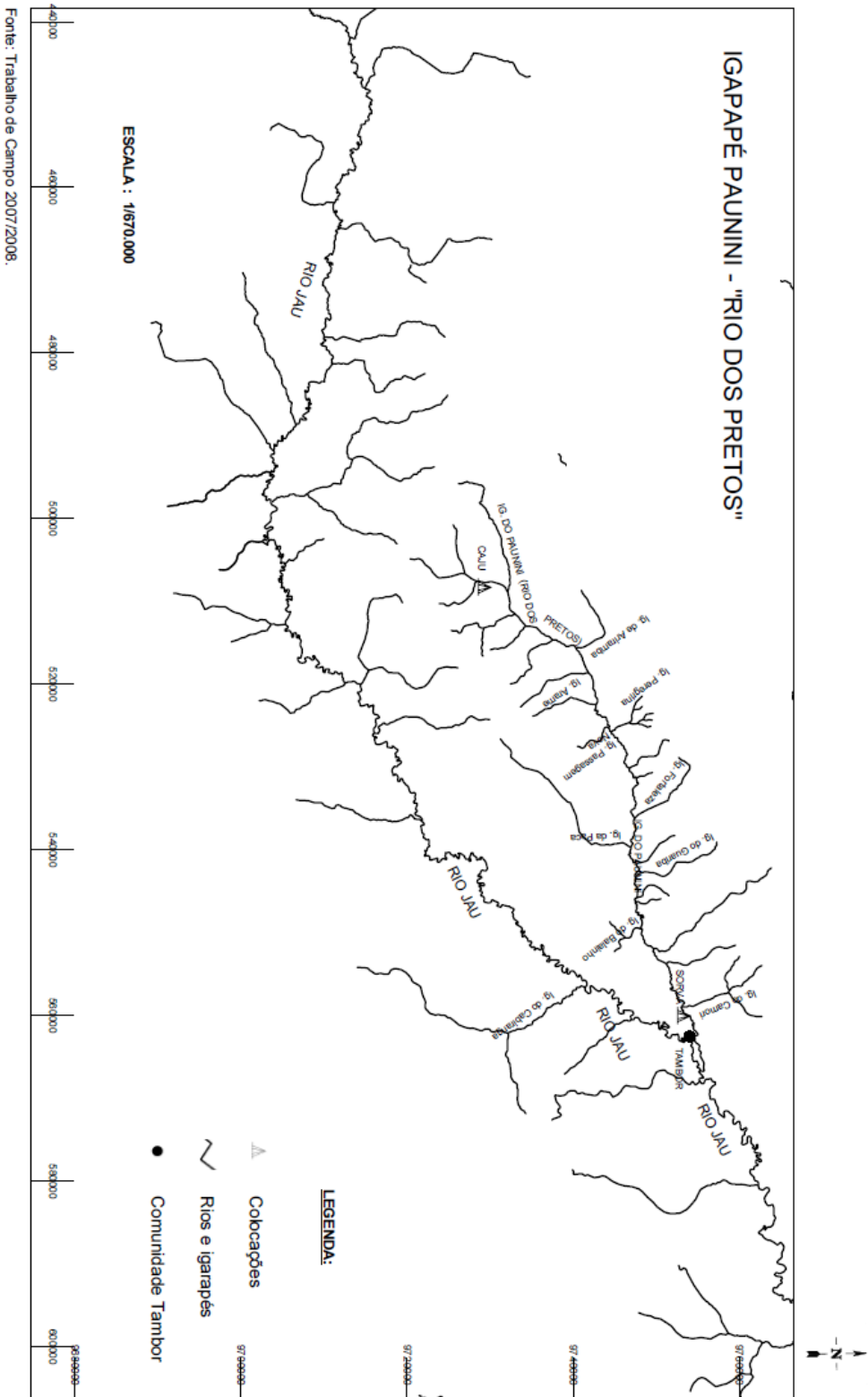
Fonte: Arquivo do autor, 2012.

Fonte: Arquivo do autor, 2012

A primeira observação que podemos fazer a respeito da ocupação por essas famílias sobre o rio Paunini é que ela foi efetuada ao longo de todo o curso desse rio. Membros de ambas as famílias assentaram-se em diferentes pontos entre o alto e o baixo curso do Paunini. O segundo aspecto a ser destacado diz respeito ao posicionamento dos assentamentos realizados por ambas as famílias quando chegaram ao Paunini. Enquanto a família de Isídio Caetano efetuou assentamento num lugar chamado Sarapó, nas imediações do lugar Sorva, ou seja, no baixo curso do rio, José Maria dos Santos foi até o alto curso do rio e de lá sua família iniciou ocupação da área, precisamente a partir do lugar chamado Caju (ver mapa igarapé Paunini – “Rio dos Pretos”, na página 245). Desse modo, os patriarcas de ambas as famílias que tinham

chegado juntos ao Jaú por volta de 1915 deram início ao processo de apropriação e apossamento de áreas a partir de pontos opostos desse rio. A partir do lugar Caju, nas proximidades da cabeceira, os Maria dos Santos teriam descido e “tirado” várias áreas até chegar a região do baixo Paunini.

Consta nos relatos que as terras “tiradas” pelos Maria dos Santos além de serem boas para o cultivo também eram fartas em recursos e produtos como peixes, caças, castanha, cipó, seringa, balata e sorva. Na outra extremidade do Paunini, encontrava-se a família de Isídio Caetano, que teria “tirado” e explorado apenas as áreas nas proximidades do lugar Sorva. Como Isídio e Severina tiveram quatro filhas e apenas um filho, entende-se o motivo da restrição da área ocupada por esta família. Todavia, ao se casarem com os filhos de José Maria dos Santos toda região do Paunini passou a ficar sob dominialidade dos membros dessas famílias, sendo por isso denominado “rio dos pretos”.



4.1.4. A construção social da comunidade do Tambor

A partir do início da década de 1950, alguns filhos de José Maria dos Santos já exploravam áreas nas imediações do baixo Paunini, entre eles estava Jacinto Maria que tinha “tirado” o lugar Sorva e lá construído um sítio, cujos vestígios e ruínas ainda podem ser notados atualmente. Nesse lugar Jacinto Maria permaneceu residindo até meados da década de 1990, quando seu irmão José Maurício, o convenceu a mudar-se para o Tambor. Também em princípio da década de 1950, dona Otília e alguns filhos mudaram-se para o lugar Sorva, sendo depois seguido pelo patriarca José Maria dos Santos. Em meados desta mesma década a matriarca mudaria novamente sua residência, desta vez para o Tambor. Segundo alguns relatos o deslocamento e a fixação de dona Otília Maurícia e seus filhos no Tambor estaria relacionado com o retorno de José Maurício dos Santos para o estado de Sergipe. Consta que depois deste ter partido adoentado para sua terra natal, a matriarca teria decidido sair do Paunini para ir residir no Tambor com alguns dos seus filhos.

Sobre o motivo que levou José Maria dos Santos a retornar para Sergipe e lá permanecer até sua morte existem diferentes versões. Uma delas que é apresentada por pessoas externas ao grupo doméstico dos Maria dos Santos, aponta a causa do seu retorno para um incidente com arma de fogo que ao disparar acidentalmente teria atingido e ferido com gravidade uma de suas filhas. O desejo de ver restabelecida a saúde da filha teria então motivado o patriarca a retornar para Sergipe. Outra versão para o mesmo caso foi apresentada por uma de suas filhas, Evangelina dos Santos, afirmando que seu pai teria retornado a Sergipe para tratar de um problema na visão, conforme depoimento abaixo:

“Quando eu tinha uns dez anos, meu pai adoeceu da vista. Alguém ensinou ele a colocar leite de Ambé pra ficar bom da vista. Aí ele cortou o Ambé colocou na vista e não sossegou mais de dor na vista. Era tanta dor e ele acabou ficando cego. De um lado ele ainda enxergava bem pouquinho. Aí ele disse: ‘bom agora eu vou a Aracaju, vou pra Sergipe vê se concerto minha vista’. De lá minha irmã avisou que ele tinha ficado cego de vez e que não podia mais voltar; lá ele morreu. Aí ficou minha mãe com meus irmãos no Paunini.”
(Evangelina Maria dos Santos, 73 anos, Novo Airão, em 18/09/2007).

Em outra versão apresentada também por um dos filhos de José Maria, “seu Jaço” afirma que o retorno do pai teria se dado em razão de uma herança deixada pela mãe deste, Sra. Evangelina, que havia falecido em Sergipe. Segundo esta versão, José Maria pretendia receber sua parte na herança e depois retornar para o Jaú, o que não teria acontecido porque ele acabou falecendo por lá. Independente de se saber qual versão condiz com o ocorrido, o fato é que dona Otília Maurícia nunca mais veria o marido e, de acordo com as informações, após perceber que tinha ficado sozinha com os filhos, ela decidiu mudar-se para o Tambor.

Quando dona Otília Maurícia e alguns de seus filhos se mudaram para o Tambor, eles primeiro “abriram” e residiram no lugar onde hoje é conhecido como Tambor Velho, localidade situada a 8 Km acima de onde se encontra atual comunidade do Tambor e também na mesma margem do rio Jaú. Consta que logo após a chegada dos Maria dos Santos ao Tambor, esse lugar se tornou um ponto de referência para os residentes do Jaú em razão do movimentado festejo que dona Otília promovia no dia 25 de dezembro. Mais tarde, em razão do desenvolvimento desse grupo doméstico motivado principalmente por casamentos e incorporação de agregados, foi aberto um novo lugar abaixo do Tambor Velho, onde hoje se encontra a “comunidade” e a maioria dos residentes do Tambor.

“Quando a gente abriu esse lugar no Tambor, minha mãe todo ano fazia uma festa no Natal. Depois, quando a gente já morava algum tempo lá, existia uma família, a dos Cardoso, que morava num lugar chamado Praia Alta. E aí o meu irmão José Maurício queria fazer uma escolinha pras crianças estudarem. Então ele foi conversar com essa família pra discutir onde poderia ser feita a escola, acabou sendo decidido que seria no Tambor. Aí quem foi dar aula na escola foi o Sebastião [Ferreira]. Depois de um tempo que a prefeitura foi fazer uma escola lá, mas ainda demorou muito pra isso acontecer. Aí com a escola lá o pessoal da Praia Alta desceu e foi fazer casa lá no Tambor também.” (Jacinto Maria, 73 anos, Tambor, em 16/03/2008).

Note que no depoimento acima o Sr. Jacinto Maria menciona a ocorrência de alguns eventos de reconhecida importância para os moradores do Tambor. A relevância desses acontecimentos está relacionada com a nova configuração que apresentará a partir daí a “comunidade” do Tambor. Um desses eventos refere-se à

mobilização liderada por seu irmão para a construção de uma escola nas imediações do Tambor. Outra indicação que aparece no depoimento refere-se ao deslocamento das famílias que residiam no lugar chamado Praia Alta para o Tambor.

É importante chamar atenção para a questão da escola como elemento relevante, sobretudo, no processo mais recente de mobilização e organização das chamadas “comunidades” no âmbito do parque. Todavia, não se pode considerá-la como mais um elemento que foi introduzido juntamente com outros nesse processo de forma totalmente extemporânea por agentes ou entidades no período após a criação do PNJ. Destacamos esse para que a existência de escola no rio Jaú seja equivocada ou açodadamente correlacionada com uma atuação pró-ativa da FVA. É reconhecido que a partir da sua atuação de co-gestão, a FVA colaborou ativamente no sentido da discussão sobre a necessidade da manutenção desse serviço nas localidades, às vezes envolvendo-se diretamente na reforma, manutenção e também treinamento dos professores contratados para ministrar em alguns desses lugares, contrapondo-se assim às orientações do IBAMA que se opunha ao funcionamento desse serviço, especialmente no rio Jaú.

Porém, deve ser enfatizado o fato de que antes da atuação da FVA e da própria criação do parque diversos arranjos no sentido de promover a alfabetização em nível fundamental para crianças e adultos já eram experimentados ao longo do rio Jaú. Observa-se, no entanto, que a existência desse serviço em diversas unidades sociais situadas ao longo do rio Jaú dependia não apenas da iniciativa e de recursos disponíveis das famílias, mas também do esforço e da criatividade local para superar obstáculos reais como a inexistência de estrutura apropriada, de material didático e de professores. Por essa razão, as soluções encontradas podiam variar relativamente de um caso para outro. Adelino Reis, por exemplo, manteve funcionando no Maranhoto até a instalação do parque uma escolhinha que ele construiu e mantinha por conta própria. No lugar chamado Brabo também funcionava uma escola construída por iniciativa das famílias que lá residiam e que depois contou com apoio da prefeitura de Novo Airão. Em 1993, por ingerência do IBAMA, a prefeitura não pôde mais manter o professor nem a escola funcionando no Brabo. Sebastião Ferreira foi um dos professores contratados pela prefeitura de Novo Airão e que trabalhou na escola do Brabo até o seu fechamento. No Patauá, lugar habitado por um grupo doméstico que tem como patriarca o Sr. Erasmo Leocádio de Souza, de 85 anos, atualmente existe uma escola que foi construída por um

de seus filhos. Antes disso os moradores buscaram apoio para a construção e funcionamento da escola junto à prefeitura de Barcelos, mas a demora e a indefinição da prefeitura no atendimento à solicitação obrigaram Jefferson, um dos filhos do seu Erasmo e também atual líder da comunidade, a construir com recursos próprios uma escola para as crianças da comunidade.

Em relação ao Tambor, consta que até a criação do parque nenhuma iniciativa desse tipo vinha sendo praticada na comunidade. A alfabetização das crianças nesse local acontecia de forma mais irregular que nos lugares já citados. A alfabetização ocorreria somente se os pais ensinassem o que sabiam ou solicitassem de alguém na comunidade que o fizesse. Considerando as condições materiais das famílias e o *habitus* sociocultural local de inserção das crianças desde cedo em atividades de trabalho, raros foram os casos lembrados de crianças que conseguiram dessa maneira alcançar nível razoável de alfabetização no Tambor. Num levantamento que realizei em 2007 com 16 chefes de família com idade entre 22 e 58 anos na comunidade, apenas 06 declararam saber ler e escrever. Entre os que declararam saber ler e escrever, 04 tinha menos de 40 anos. Quando indagados como tinham aprendido ler e escrever, somente 02 afirmaram ter frequentado, por algum período, uma escola regular onde teriam se alfabetizado; os demais informaram ter aprendido o que sabiam em casa com os próprios pais ou parentes. Ao indagar daqueles que declararam não saber ler e escrever o motivo de não terem conseguido se alfabetizar, a maioria dos residentes relacionou a questão com a não existência de escola na localidade quando estes estavam em idade escolar; um grupo menor de informantes apontou o trabalho na roça ou doméstico desde cedo como fator determinante.

Como procuramos demonstrar nos capítulos anteriores, a participação da FVA no processo de organização e consolidação destas unidades sociais, especialmente no rio Jaú, não ocorreu na ausência de eventos e processos sociais anteriores de relevância. Igualmente, tampouco se poderia supor que as principais ações dessa entidade incidiram em um vazio de experiências e de arranjos socioculturais locais. Vimos que em determinados contextos, tanto processos sociais diversos quanto formas organizacionais distintas já vinham sendo experimentadas em vários pontos do rio Jaú. Com base nisso, estamos argumentando que às iniciativas de organização e consolidação das unidades sociais introduzidas por agentes externos ao logo desse rio vieram juntar-se às experiências e expectativas locais já incorporadas e compartilhadas

pelo grupo. Diferentemente do que se pode notar em larga medida no rio Unini, grande parte das famílias e grupos domésticos residentes no rio Jaú apresenta como principal característica certos aspectos organizacionais desenvolvidos ao longo do processo de ocupação territorial e da apropriação dos recursos naturais. Um desses aspectos refere-se à dominialidade fundiária mantida a partir do estabelecimento de prerrogativas locais para exploração de áreas sob posse das famílias que no rio Jaú apresenta-se de forma mais consistente e definida do que entre as famílias residentes no Unini, cujos assentamentos são relativamente recentes, conforme apresentado no capítulo 2.

Outro aspecto diz respeito às experiências organizativas aí observadas em termos da constituição das unidades sociais. Pode-se afirmar que no Jaú os chamados “povoados”, que antecedem a emergência das chamadas “comunidades”, representam muito bem um tipo de unidade organizacional com base em redes estabelecidas não apenas em função do parentesco, mas também em relações por afinidades do tipo sócio-afetivas. Estas relações favoreciam o surgimento de laços interpessoais duradouros entre representantes dos grupos domésticos que interagiam nesse contexto, possibilitando muitas vezes o desenvolvimento e consolidação dos “povoados”, como destacamos no capítulo 2. Além desse aspecto, o processo que levou à escolha do Tambor como unidade social capaz de incorporar novas famílias oriundas de localidade situadas nas suas imediações já vinha se desenhando muito antes da criação do parque. A partir da década de 1960, a iniciativa da matriarca Otilia Maurícia dos Santos de consolidar a ocupação com a fixação da sua parentela em torno desse lugar levou a uma ampliação da área do assentamento criando uma unidade que posteriormente seria chamado de “Tambor Novo” ou apenas Tambor, em função da área contínua do “Tambor Velho” apresentar limitações que permitiam sua ocupação por número restrito de famílias.

Um fator também relevante no processo de deslocamento e concentração de famílias no Tambor tem a ver com a agregação de novos membros nos grupos domésticos já existentes nesse local. Essa incorporação de novos membros se dá principalmente por meio de diferentes relações sociais tradicionalmente estabelecidas nesse ponto do rio Jaú, com já referimos anteriormente. Nesses termos, as afinidades que resultam da parentela entre extensos grupos domésticos, passando pelo estabelecimento de matrimônios, das relações de compadrio e apadrinhamentos variados até a incorporação de agregados como membros da família foram paulatinamente

atribuindo ao Tambor uma nova configuração em termos de estrutura e organização social.

Podemos também considerar que a mobilização em torno da escolha do Tambor como o lugar que deveria abrigar a escola, a partir de meados da década de 1990, foi fundamental para incrementar a ocupação e o processo de organização que essa unidade social passou a apresentar. Com efeito, ao construírem e colocarem em funcionamento uma escola nessa comunidade, os residentes do Tambor renovaram esperanças e novo fôlego foi dado à quase exaurida resistência de algumas famílias situadas em suas proximidades. Nesse sentido, é importante considerar a manutenção ou construção de uma escola nesse contexto como demonstração de resistência pelo grupo. A última escola a ser fechada pelo IBAMA no Jaú foi no lugar chamado Brabo, em 1993. E mesmo assim, quando estive nesse lugar à época do levantamento para a FVA, uma moradora se voluntariava a alfabetizar as crianças no mesmo local onde outrora funcionava a escola, como relatado no primeiro capítulo.

No capítulo anterior, destaquei também que nesse período ocorre o segundo movimento de deslocamento ou êxodo forçado das famílias do interior do Jaú. Ao contrário do primeiro movimento que representou uma saída em massa dos grupos sociais situados principalmente na região do baixo Jaú, este movimento que se inicia a partir da década de 1990, será representativo de um êxodo continuado que se estende paulatinamente pelos anos seguintes, golpeando com igual intensidade todos os residentes que ainda permaneciam no rio, porém, desta vez atingindo certamente de forma mais contundente aqueles situados acima da região do médio rio. Uma síntese das principais dificuldades apresentadas nesse contexto, que é representativo da situação desfavorável à permanência dos residentes, me foi relatada por Jacinto Maria dos Santos, “seu Jaço”, que ao explicar os motivos que levava à demandada das famílias da área considerou que muita gente que tinha filho e precisava de escola, resolveu sair. A única escola que ainda funcionava nas imediações, foi fechada pelo órgão gestor do parque. Segundo ele, muitas famílias também se desgostaram porque de repente o que elas tinham conseguido durante uma vida de esforços era do IBAMA, não lhes pertencia mais e tinha que ser abandonado.

Praticamente sem nenhuma perspectiva de alteração desse cenário resumido por “seu Jaço”, as famílias situadas principalmente no médio e alto Jaú iniciaram novo processo de deslocamento compulsório, que agora se caracterizava por um movimento

que era também de duplo sentido, com saídas de dentro para fora do rio Jaú e internamente entre as localidades. A grande maioria das famílias que residiam em lugares do médio, alto e junto à cabeceira do rio tinha concluído esse movimento de êxodo forçado para fora do Jaú antes mesmo de 2000 (ver mapa de ocupação e êxodo na página 246). O deslocamento interno, que se refere ao movimento de saída das famílias de uma localidade para outra, já ocorria também em outros contextos e por isso não pode ser tomado como exclusivo unicamente desse período.

Não obstante, depois da implantação do parque, especialmente a partir da década de 1990, com as famílias sendo pressionadas e residindo em localidades que vinham sofrendo franco processo de desagregação – que procurei destacar no início do capítulo 1 - houve um movimento de deslocamento de famílias que já não era mais espontâneo, mas sim compulsório por sua característica específica. Diferente dos processos anteriores, este movimento se dá numa situação de conflito que decorre da relação estabelecida com a população residente na reserva que se baseia em diversas formas de violência imputadas por agentes e aparelhos do Estado. É importante perceber também nessa situação a tentativa de impor uma dominação via a dimensão simbólica do poder do Estado. Como observa Bourdieu⁷⁸, os atos de submissão e de obediência são atos de conhecimento e reconhecimento os quais, nessa qualidade, mobilizam estruturas cognitivas suscetíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo e, em particular, às estruturas sociais.

No caso do Tambor, a maior parte das famílias que se deslocou para esta comunidade veio de localidades situadas nas suas imediações como Praia Alta, Santa Maria, Caju (rio Jaú), Brabo, Taboca, Miriti e Sorva. Além desses lugares, houve deslocamento para o Tambor de famílias que residiam em localidades do alto Jaú como Espírito Santo (Socó) e Pinto e do baixo Jaú como Lago São João. Consta que a maioria dessas famílias deslocou-se para o Tambor a partir de meados de 1990. Na pesquisa que realizei em 2007 com as famílias que estavam residindo na comunidade, apenas 3 das 18 famílias contabilizadas tinham como origem unicamente o Tambor (Novo e Velho).

⁷⁸ Nesse aspecto, Bourdieu argumenta que o fato de as disposições serem o produto da incorporação de estruturas objetivas e as expectativas tenderem a se ajustar a determinadas chances, a ordem instituída tende sempre a se manifestar, mesmo aos olhos dos mais desfavorecidos, como algo evidente, necessário, mais necessário e ainda mais evidente do que se poderia crer (cf. Bourdieu, 2007: 210).

A maioria absoluta das demais famílias deslocou-se de lugares que foram sendo abandonados ao longo do rio, encontrando-se também entre os membros de algumas dessas famílias pessoas que tinham vindo de fora do Jaú.

Na questão dos diversos deslocamentos observado no rio Jaú, é fundamental também considerar, especialmente para o caso do Tambor, a existência de uma ampla rede de relações de parentesco, as chamadas “parentelas”, que se constitui em importante influência no desencadeamento desse tipo de evento. Diante disso deve-se relativizar, supondo que no início da década de 1990 não residiam no Tambor mais do que três famílias, podendo daí suscitar a ideia de que “antes” o lugar não figurava como uma “comunidade” no sentido atribuído pela FVA, que tal figuração reflete uma situação apenas circunstancial. Não podendo, portanto, ser tomada como absoluta ou definitiva em razão da variação dos processos e da especificidade do contexto na qual se configuram tais unidades de fixação dos grupos sociais.

Nesse sentido, estamos utilizando com frequência o termo *unidades sociais* na tentativa de melhor circunscrever a característica desses lugares ou “povoados” reconhecidos pelos residentes como sendo principalmente de tipo prolongado de assentamentos residenciais, e nem sempre densamente povoado pelas famílias que se distribuía ao longo do rio Jaú. Enquanto o termo “comunidade”, utilizado a partir da atuação da FVA, tende a enfatizar os lugares com presença de serviços públicos essenciais e estrutura organizacional básica.

Ainda sobre esse aspecto, deve ser sopesado que a partir de 1986 alguns membros integrantes dos grupos domésticos dos Maria dos Santos e dos Caetano Nascimento deslocaram-se com suas famílias principalmente para Novo Airão. Esse movimento de saída destas famílias das imediações do Tambor continuou ascendente durante toda a década de 1990. Em 2001, um número significativo dessas famílias do Jaú já podia ser notado residindo nos bairros de criação mais recente na sede de Novo Airão. Bairros como Murici, Jardim Primavera e Nova Esperança, todos localizados na parte sul da sede de Novo Airão, surgiram a partir do final da década de 1980 e tiveram suas áreas ampliadas na década seguinte para assentar a população rural atingida pelo deslocamento compulsório que resultou da criação das áreas protegidas já referidas. Um levantamento realizado por Pinheiro e Macedo (2004: 52), por exemplo, mostrou que o movimento de saída forçada dos chamados “moradores do PNJ” – no levantamento o

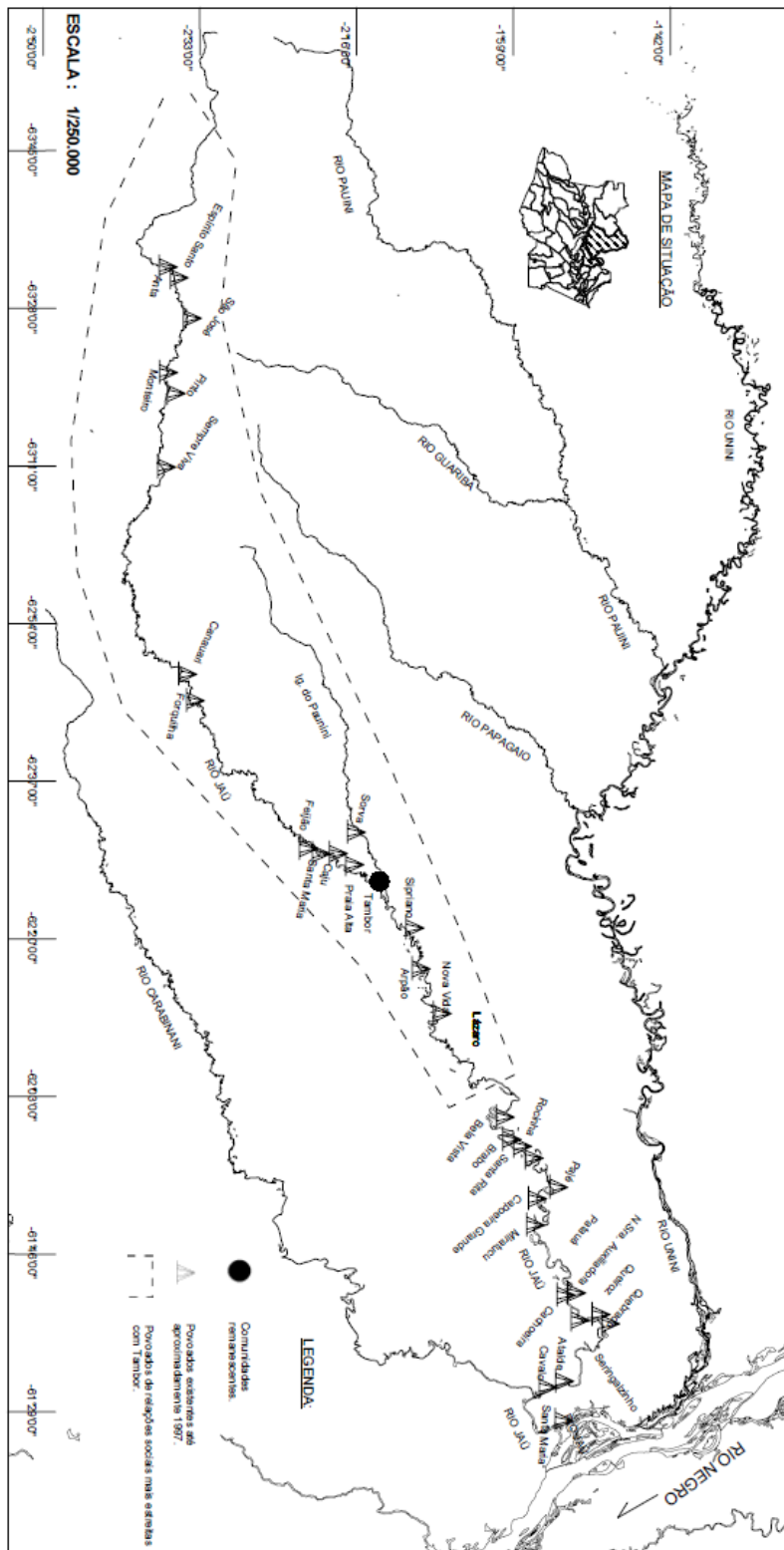
deslocamento é denominado por “emigração”- tem como principais destinos sedes dos municípios de Novo Airão, Manaus e Barcelos.

O período que esse levantamento tenta abranger vai de 1992 a 2001, dividido em dois momentos, o primeiro de 1992 a 1998 e o segundo de 1999 a 2001. De acordo com os autores dessa pesquisa, no primeiro momento teriam saído 139 pessoas do Jaú que somado às 142 pessoas que saíram no período seguinte, entre 1999 e 2001, se teria um total de 281 pessoas deslocadas do rio Jaú no período de 1992 a 2001. Os dados apresentados para o rio Unini indicam um número quase dobrado de pessoas deslocadas para o período em relação ao Jaú. Segundo a pesquisa, no primeiro momento saíram do rio Unini 242 pessoas e, no segundo, teriam saído 221 pessoas. No total, a pesquisa informa que 744 residentes teriam “emigradas” da área projetada para o PNJ, sendo que a maior parte, precisamente 472 pessoas, deslocou-se para Novo Airão.

Mesmo com nossas ressalvas sobre prováveis equívocos cometidos em torno da produção dos dados e da interpretação da natureza dos deslocamentos nesse levantamento, ainda assim eles podem mostrar que um número considerável de pessoas se deslocou para fora do Jaú ao longo da década de 1990. No caso de Novo Airão, os principais “loteamentos” realizados pela prefeitura para abrigar essa população ficam nos arredores da sede do município, em áreas que à época do início dos assentamentos apresentavam poucos sinais urbanização.

A partir do estabelecimento dessas famílias nos bairros já referidos acima, a sede do município passou a contar também com uma nova paisagem na sua área urbana. Ao se estabelecerem num novo ambiente, as famílias invariavelmente buscavam nas redondezas do loteamento um terreno ou pequena área para plantar suas roças. A partir desse momento elas passariam então, segundo Farias Júnior (2008), a reelaborar seus modos de vida, sendo que o aspecto mais importante nessa alteração do modo de vida vai se expressar na forma da relação com a terra.

OCUPAÇÃO E EXÓDO NO RIO JAU/AM



Na parte da pesquisa de campo realizada em Novo Airão, constatei que grande parte dos membros das famílias que vieram do Jaú ainda vive de subempregos, dos chamados “bicos”, das “ocupações temporárias” que significa obter determinado rendimento por um curto período de tempo e da realização de atividades aprendidas na cidade, como é o caso da produção de espetos para churrasco que é comprada destas famílias em Novo Airão por atravessadores para ser vendida no mercado de Manaus. Outra parte dessa população que ainda não atingiu idade para uma aposentadoria, tenta tirar seu sustento com atividades de pesca e da agricultura para autoconsumo com base nas “roças” plantadas em terras arrendadas ou cedidas por conhecidos e parentes. Pude observar também que membros de algumas famílias de ex-moradores tentam obter algum rendimento com base nas estratégias de acesso, técnicas e conhecimentos diversos que dominam em relação ao rio Jaú e suas adjacências. Assim, é comum encontrar entre as pessoas que prestam serviço de guia turístico ao PNJ e à Estação Ecológicas de Anavilhanas antigos residentes dessas áreas.

Entretanto, talvez seja na arriscada atividade de captura de quelônios, de peixes e outras espécies no interior das unidades para venda num estimulado comércio desses produtos existente na cidade, que a dificuldade material de algumas dessas famílias possa revelar-se de forma mais dramática. Ouvi vários relatos envolvendo casos de apreensões com autuações e/ou prisões efetuadas contra ex-residentes que foram flagrados dentro do parque ou interceptados a caminho de Novo Airão com carregamento considerável de tais produtos. Em duas ocasiões eu pude registrar a difícil situação de pessoas que após terem sido flagradas ainda dentro da reserva com carregamento de alguns desses produtos, foram rigorosamente autuadas com multas elevadas, tiveram as embarcações destruídas, os pertences confiscados, sendo ainda intimadas a responder criminalmente em juízo pelo ato praticado. A mais recente dessas ocorrências que pude registrar se deu em meados de junho de 2011, quando membros de uma família de ex-moradores foram apanhados dentro do Carabinani por fiscais do ICMBio com um carregamento considerável de quelônios. O flagrante envolvia uma senhora de aproximadamente 60 anos que junto com seus dois filhos mais velhos tinham capturado e se preparavam para deixar o rio com um carregamento de aproximadamente duas centenas de quelônios. Ao entrevistá-la poucos dias depois da autuação sofrida, ela ainda demonstrava visível preocupação com as consequências que o desfecho do caso ainda podia lhe reservar. Ela reconheceu a acusação de

“contrabando” lavrada pelos agentes, confirmando que no momento do flagrante suas embarcações estavam carregadas de quelônios. Ao procurar justificar sua ação – sem que eu tivesse feito qualquer indagação nesse sentido – ela passou a discorrer longamente sobre sua complicada situação socioeconômica e as dificuldades que vinha enfrentando para sobreviver em Novo Airão. Em síntese, pode-se considerar que a situação dela se assemelha a da maioria das famílias que foram compulsoriamente deslocadas das áreas projetadas para as unidades de conservação criadas nessa região. Não possuindo instrução escolar elementar e outros pré-requisitos mínimos para disputar os já rarefeitos postos de trabalho disponíveis nas sedes para onde se deslocam, estas famílias tentam improvisar ganhos para sustento próprio geralmente reatualizando práticas e conhecimentos anteriores que são aplicados aos novos contextos. Entretanto, naquela ocasião o drama que parecia expressar a agonia maior desta senhora era a impossibilidade real de conseguir R\$ 32.422,00 para pagar uma multa aplicada pelo órgão gestor da reserva e livrar-se de uma condenação à reclusão.

Diante do exposto, torna-se importante fazer ao menos duas considerações acerca de certos aspectos relacionados com esse processo de deslocamento compulsório. A primeira indica que a saída das pessoas do rio Jaú e sua inserção num contexto urbano não significa a ruptura com determinadas práticas culturais e atividades produtivas fundamentais como agricultura, extrativismo e pesca. A segunda e certamente a mais importante para o entendimento dos processos e arranjos socioculturais produzidos pelos residentes no âmbito do Tambor, demanda uma percepção clara de que o processo em si de deslocamento das famílias não representa o desligamento com sua parentela que permaneceu residindo no Jaú.

Consta em diversos relatos que várias tentativas de retorno para o Jaú, algumas empreendidas por famílias inteiras e outras individualmente por algumas pessoas, somente não se efetuaram por conta do controle excessivo e dos obstáculos criados no sentido de impedir o retorno dessas pessoas pela administração do parque. Uma observação feita por Creado (2006) sobre as condições permitidas para o trânsito e até para constituição de matrimônio pode servir para ilustrar a exacerbação do regime disciplinar imposto pelos sucessivos administradores do parque na fase do IBAMA.

Ao discutir os efeitos das condições estipuladas pelo IBAMA para o trânsito dos residentes, esta autora observa que a operacionalização desta rotina dependia muito das características de cada chefia e dos vigilantes e fiscais que trabalhavam na base

PNJ. Em determinados casos, alguns chefes operavam com uma política informal de lembrar aos recém-casados que as benfeitorias que fizessem não seriam indenizadas, de que o casal deveria residir com os pais do esposo ou da esposa originário do PNJ, e ainda eram aconselhados a se mudar para uma cidade vizinha. Admitida por um dos últimos ocupantes da chefia do PNJ na fase do IBAMA, essa conduta segundo o ponto de vista deste gestor em 2006, tinha o intuito de não permitir a entrada de novos moradores no PNJ, o que, segundo ele, estaria apenas cumprindo o que prescreve a lei. Acrescentou que as pessoas podiam casar entre si, dentro do próprio PNJ, não precisando ir atrás “de gente de fora” (cf. Creado, 2006:121). Note a partir dessa observação da autora, que não havia uma proibição explícita para o casamento de residentes com não residentes ou ex-residentes. Entretanto, procurava-se sempre que possível criar obstáculos para desestimular esse tipo de matrimônio com base numa tática bastante apropriada para situações onde predominam relações assimétricas de poder.

Desse modo, o chefe procura arguir em defesa dessa postura selecionando entre os aspectos relativos às normas do parque àqueles que efetivamente poderiam - aliados às precárias condições de existência material do lugar - desencorajar eventuais interesses dos pretendentes em constituir matrimônio com residentes do PNJ. Essa conduta corresponde exatamente ao conjunto de mecanismos de controle, já referidos anteriormente, cuja adoção certamente ultrapassava os limites das instruções normativas e da razoabilidade previstas para atos administrativos. Não obstante, considerando que se tratava de agentes sociais imbuídos de propósitos e do sentido do dever, convém pensar que também os gestores do parque procediam por meio de arranjos elaborados a partir de suas próprias interpretações das normas e/ou com base num lastro institucional de controle e repressão tradicionalmente estabelecidos.

Ouvi vários relatos dentro e fora do parque sobre condutas adotadas por agentes e fiscais no sentido de pressionar ou intimidar residentes. Uma dessas formas de intimidação geralmente aplicada me foi revelada numa conversa por um morador do Tambor. Provavelmente por ser também membro da família Maria dos Santos, ele é constantemente referido por certos agentes como um dos “traficantes” de quelônios e de ovos da área do parque. Quando estive no Tambor pela primeira vez ele já carregava esse apodo entre os agentes, cujo chefe também fez questão de me informar. Esse morador contou como, certa vez, ele e sua família, ao se dirigirem para Novo Airão,

foram abordados por uma lancha de fiscalização do IBAMA. Ele revelou que na ocasião tinha parado num dos igarapés abaixo do Tambor para apanhar um carregamento de cipó que seria, juntamente com a castanha, comercializado na cidade. Quando ia retomar a viagem viu a lancha da fiscalização se aproximar sinalizando para ele parar. Segundo ele, ao observar o carregamento de castanha, o então chefe do parque teria feito um sinal para o fiscal que o acompanhava para que este indicasse no batelão do morador a possível carga de produtos “ilícitos”. Em seguida, o chefe teria perguntado deste residente o que estava sendo transportado na embarcação além da castanha. Ao informar que levava somente cipó, alguns peixes e farinha para alimentação da sua família durante a viagem, o chefe não teria acreditado e fez novamente a mesma pergunta em tom ameaçador. Ao retrucar com o que já havia dito anteriormente, ele foi inquirido acintosamente pelo agente a indicar onde, no interior da sua embarcação, estavam sendo transportados os “bichos de casco” (quelônios). Ao que ele teria respondido que não levava nenhum “bicho de casco”. Visivelmente irritado, o chefe teria lhe ordenado que encostasse seu batelão na margem do rio. Em terra, o chefe ainda o teria advertido dizendo lhe que daria uma última chance para ele confessar a suposta prática de tráfico. Como este nada mais respondeu, o chefe ordenou ao fiscal que o acompanhava e também ao morador que o ajudassem na remoção da castanha para averiguação da carga, ao que o dono da carga teria se recusado. Ainda mais irritados, os agentes teriam iniciado a remoção do produto. Segundo este morador, ele transportava aproximadamente 180 latas de castanha no interior da embarcação, que ao fim da operação dos agentes sem nada considerado ilícito ter sido encontrado, lhe custara um bom tempo de espera.

Todavia, constata-se claramente que um intercâmbio regular estabelecido entre as famílias moradoras no rio e os conjuntos de suas parentelas que vivem na sede de Novo Airão e em cidades próximas permaneceu funcionando ativamente. Em Novo Airão, por exemplo, um grupo constituído por 33 famílias cujos membros descendem diretamente dos Caetano Nascimento e dos Maria dos Santos, iniciou a partir de 2005 um processo com perspectiva de organizar e criar o chamado “Quilombo urbano”. Em 2006, contando com apoio de algumas entidades locais e principalmente do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que realizou uma Oficina de Mapas em Novo Airão enfocando os denominados “Ribeirinhos e quilombolas: ex-moradores do Parque Nacional do Jaú” (ver mapa em anexos), foi dado um importante passo no sentido da

identificação e articulação dessas famílias, o que em seguida subsidiaria o grupo a discutir e tentar uma mobilização com vista à criação da associação de remanescentes de quilombo urbano. Todavia, a ideia da criação da associação de ex-moradores e quilombolas para viabilizar o projeto do quilombo urbano desde o início esbarrou em sérios obstáculos que tem impedido o avanço do processo organizacional dessas famílias. Um dos principais obstáculos na visão de alguns dos agentes articuladores da ação envolveria uma acirrada disputa política interna entre seus organizadores com interesses e posições antagônicas. Não obstante, há que se considerar também que a tentativa de aglutinar para transformar atores sociais diversos *a priori* definidos numa categoria muito abrangente de “ex-moradores do PNJ” em uma categoria social específica, como a de quilombolas, não pode ser tarefa das mais simples nem tampouco produzir efeitos organizativos plenos. Observando mais atentamente essa situação a partir de um olhar reflexivo crítico, chegaríamos rapidamente à conjugação da semelhança entre a perspectiva imaginada nessa ação - obviamente a partir de uma inversão de significados - e a estratégia já utilizada por agentes externos e órgãos do aparelho estatal. Em outras palavras, se tentou também nesse caso enquadrar grupos diversos numa categoria homogeneizante que pretende substancializar determinadas representações e naturalizar as relações entre os sujeitos sociais.

Um pouco diferente do ocorrido com o conjunto de atores sociais moradores na “comunidade” do Tambor, que ao serem mobilizados, procuraram organizar-se incorporando atributos da dicotomia sociocultural que já eram de certo modo compartilhados por meio de processos sociais diversos, pôde-se observar em relação às famílias de ex-moradores, em Novo Airão. De certo, alguns obstáculos para uma efetiva mobilização de seus membros ainda não tinham sido superados. Assim, até final de 2011 podia ser notado que nem todas as famílias envolvidas no projeto do quilombo urbano compartilhavam ou podiam incorporar tranquilamente determinados elementos, no sentido de coalizão do grupo, com vistas à manifestação da diferença étnica em tal contexto. Enquanto na situação do Tambor o sentido da ação dos moradores está voltado para o estabelecimento de certa autonomia na relação com agentes e aparelhos do Estado, no caso de Novo Airão, o antagonismo e os conflitos parecem referir-se a determinadas posições assumidas no âmbito da relação estabelecida entre as próprias famílias. No trabalho realizado por Farias Júnior (2008) junto a essas famílias, são evidenciados alguns aspectos que provavelmente se interpõem como

obstáculos ao avanço do seu processo organizativo. Entre esses aspectos estão os conflitos pela apropriação do “espaço físico” entre as famílias dos chamados “ex-moradores do PNJ” e a tendência a uma escamoteação pública principalmente entre os mais jovens das suas origens negras rurais. De acordo com o autor, um receio de “se reconhecerem publicamente como filhos do Jaú” que, segundo o autor, estaria ligado à forte estigmatização dessas famílias na cidade (Farias Júnior, 2008: 133 e ss.). Não obstante, deve ser enfatizado que nosso argumento em torno da incorporação compartilhada de atributos e marcadores de diferenciação étnica dizem respeito a processos produzidos a partir de contextos sociais de interação e, principalmente, na relação estabelecida com o Estado, como já procuramos demarcar ao longo da exposição deste trabalho.

4.2.3. Mobilização e organização da “comunidade”: a atuação de José Mauricio Maria dos Santos

Vimos acima que uma parte das famílias que veio fixar-se no Tambor a partir de meados da década de 1990 foi motivada principalmente pela expectativa de continuar residindo no Jaú. No levantamento que realizei em 2007 com 14 chefes de famílias que vieram de outra localidade para o Tambor, mais da metade havia relacionado a motivação principal da sua vinda à busca por melhores condições para a família e de escola para os filhos. A outra parte dos entrevistados relacionou sua vinda basicamente à constituição de matrimônio com membros que já residiam na localidade e trabalho.

Constatou-se ainda que uma parte dos que vieram em função da escola teria aceitado o convite feito pelo Sr. José Mauricio Maria quando foi decidido que a escola seria construída no Tambor. Segundo informações obtidas no local, as famílias primeiramente contatadas por José Mauricio nesse sentido residiam nos lugares Praia Alta e Santa Maria. Sobre essa mobilização das famílias envolvendo a construção da escola alguns moradores mais antigos relataram que antes da FVA reunir com os residentes para discutir onde ela seria construída, o Sr. José Maurício, juntamente com outros moradores das imediações do Tambor, já tinham tentado obter a escola com apoio da prefeitura de Novo Airão. Numa dessas tentativas eles chegaram a procurar um

vereador em Novo Airão conhecido do grupo e este teria prometido viabilizar a construção da escola no Tambor. Tempos depois o mesmo vereador os procurou para informá-los de que não poderia ajudá-los porque o IBAMA não havia permitido que a escola fosse construída. De acordo com as informações, ainda assim José Mauricio não desistiu da ideia da escola e a partir daí teria dado início ao processo de conversas com as famílias das localidades próximas no sentido de mobilizá-las para solicitar a construção da escola naquela região do Jaú. A questão da escola teria então passado a figurar como principal ponto na pauta das discussões internas no Tambor, assim como se constituído no eixo central que envolveu o deslocamento das famílias de outras localidades e o processo de organização da “comunidade” do Tambor.

Observa-se que nesse período a FVA já vinha desenvolvendo ações no âmbito da sua Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário com propósito de fortalecer a organização das unidades sociais na área projetada para o PNJ. Como vimos no capítulo anterior, esta coordenadoria havia sido criada para substituir a coordenadoria de pesquisa em ciências sociais, que até então havia se encarregado da elaboração e execução das pesquisas sobre a realidade sociocultural dos residentes. Entre os principais objetivos da nova coordenadoria de desenvolvimento comunitário, criada a partir de 1995, tornar as “comunidades do PNJ e do entorno organizadas e participantes na elaboração do Plano de Manejo” (FVA, 1995:1). Com base na premissa da organização e da participação dessas “comunidades”, a FVA estabeleceu uma série de ações que deveriam ser desenvolvidas a partir da seguinte orientação: numa área definida como “área piloto” seriam desenvolvidas ações mais intensivas de organização e participação dos moradores.

A área escolhida para esse projeto piloto foi o lugar conhecido como Seringalzinho, próximo à foz do Jaú. Entre as intervenções previstas para desenvolvimento desta “comunidade” destacamos algumas principais como a construção de um centro comunitário, realização de atividades voltadas para fixar e propagar informações, implantação de um programa de alfabetização de adultos e crianças, formação de agentes de saúde, viabilização da cobertura de campanhas de saúde básica (vacinação e controle de verminose), implantação de cursos de formação técnica, instalação de programa de rádio comunitária, organização comunitária, instalação de sistemas de saneamento básico e funcionamento da associação de moradores (cf. FVA, 1995: 2 e ss.). Na área designada como “piloto” foi logo

construída uma escola que passou a funcionar ainda em 1994. O professor dessa escola era contratado pela prefeitura de Barcelos, porém, seu treinamento e capacitação eram realizados pela equipe da FVA. Sebastião Ferreira, que havia lecionado no Brabo até o IBAMA fechar a escola, foi quem a coordenadora do “projeto comunitário” primeiramente convidou para fazer a capacitação e em seguida lecionar na escola do Seringalzinho.

As ações consideradas fundamentais dessa experiência piloto no Seringalzinho para o desenvolvimento, organização e envolvimento dos residentes com o Plano de Manejo foram concomitantemente sendo introduzidas nas demais unidades sociais situadas na área projetada para o PNJ. As atividades desenvolvidas no âmbito desta coordenação envolviam principalmente o projeto de instituição da “comunidade”. Pela especificidade do rio Unini, a ação da FVA nesse sentido parece ter sido mais intensa e perceptível aí do que no rio Jaú. As colocações distribuídas ao longo do Unini, nesse momento, além de existirem em número bem maior constituíam-se também em assentamentos mais recentes que se formavam rapidamente devido ao intenso fluxo de pessoas.

Portanto, a iniciativa de ordenar esses assentamentos e transformá-los em unidades sociais mais padronizadas, ou seja, em “comunidades”, ao que tudo indica, não visava apenas atender uma necessidade de gerenciamento da dinâmica desses grupos sociais, mas fundamentalmente acomodá-los em espaços com áreas mais reduzidas e previamente determinadas dentro do perímetro projetado para o parque. A tônica dessa iniciativa, baseada na organização e participação dos atores sociais articuladas às expectativas de atendimento de demandas essenciais, era o que podia produzir a atmosfera desejada para o envolvimento e uma efetiva fixação dos residentes nos espaços circunscritos. Barreto Filho observa para o caso específico do rio Unini, por exemplo, que a instituição de uma “comunidade” poderia demandar um esforço prévio de organização, que implica no estabelecimento de determinadas rotinas relacionadas com uma dimensão importante da vida social dos grupos representada pelos “mutirões” (cf. Barreto Filho, 2002: 523). No caso do Jaú, especialmente no Tambor, onde um padrão de relação envolvendo território e determinada formação social vinha sendo experimentado há muitas décadas por meio de processos contínuos e variados, a “comunidade” foi instituída muito mais por força de expressão do que por intervenção

pragmática no sentido do ordenamento. Exemplo disso pode ser a forma como os próprios residentes escolheram o local para implantação da escola.

JS: Como foi feita a escolha do lugar que receberia a escola?

JR: “A escolha do Tambor para receber a escola foi feita por meio de reunião, o pessoal da FVA disse que dependia da gente decidir se seria no Tambor, no Praia Alta ou no Santa Maria. Aí nós sentamos e conversamos sobre o assunto. Seu Maurício que já vinha conversando com a gente sobre isso achou que seria melhor no Tambor. A maior parte concordou com a ideia dele. Porque a gente já tinha essa vontade de ter uma escola aqui, procuramos até um político que foi o Baliza pra ajudar e ele disse que ia tentar. Mas depois ele disse que não podia porque aqui era parque e o IBAMA não liberou. Aí veio essa Fundação Vitória Amazônica que era coligada com o IBAMA e eles entraram em acordo porque educação tem que existir mesmo. Tá na lei, então foi feito a escola. A ideia de reunir no Tambor foi pra ter a escola. A gente pensava na educação dos filhos da gente, mas a gente pensava também em não sair de lá, porque a gente não tinha como viver fora dali sem estudo, sem trabalho.” (José Rufino, 74 anos, Tambor, em 28/08/11).

Note no depoimento acima que a ideia sempre rechaçada pelo IBAMA de construir escolas nesse lugar, agora recebia apoio da FVA e fora viabilizada como parte das ações da coordenadoria de desenvolvimento comunitário. A principal característica desta coordenadoria, além da proposta de atuação interdisciplinar de profissionais de diversas áreas como assistente social, advogado, antropólogo, biólogo, agrônomo e técnico agrícola, envolve o reconhecimento sobre a especificidade da questão social no âmbito da área projetada para o PNJ e a perspectiva de intervir na realidade dos povoados por meio de ação transformadora. A “turma do social” como passou a ser chamada esta coordenação no âmbito da FVA, contou inicialmente com atuação destacada de uma bióloga, Regina Oliveira, que atuou ativamente junto às ações de transformação das localidades em “comunidades”. Teria sido por meio do apoio de “dona Regina”, como é chamada entre os residentes, que o “acordo” com o IBAMA e a liberação para construção da escola foi viabilizado.

É nesse contexto da atuação de caráter notadamente mediador da FVA junto aos grupos residentes, que irão se desenvolver de forma simultânea e por interconexão, dois processos relevantes para análise e compreensão da situação social apresentada no Tambor. O primeiro envolve a retomada da mobilização com uma articulação mais ampla que envolvia residentes e agentes externos, cuja iniciativa era reconhecida e compartilhada por esses atores. A principal motivação no desencadeamento dessa ação era a viabilização da escola e a definição do Tambor como área para funcionamento desse serviço. Concomitantemente, o efetivo andamento desse processo implicava em arranjos socioculturais ligados fundamentalmente com organização e com alteração das características de uso de espaços tradicionalmente apropriados pela sua família. Aí se situa o desencadeamento do segundo importante processo, que se efetuou a partir do deslocamento e da concentração das famílias que se deslocaram para a área do Tambor. Esse processo de organização social alterando algumas relações anteriormente vigentes, como a de posse da terra e de apropriação de recursos, dependeu da mobilização e envolvimento dos membros destas famílias num projeto coletivo, mas, sobretudo, da atuação destacada de alguns atores que agiram ativamente no sentido da reordenação do espaço físico em termos de uso e assentamento e na definição das principais características do agrupamento.

Deve ser observado ainda que antes desse processo a área do Tambor era utilizada e explorada unicamente por membros vinculados às famílias Maria dos Santos e Caetano Nascimento. O principal protagonista da ação que deflagrou esse processo, segundo as informações colhidas em campo, chamava-se José Mauricio Maria dos Santos. Zé Mauricio ou apenas “seu Mauricio”, como ficou conhecido, era o oitavo filho na relação por ordem de nascimento do casal José Maria e Otilia Maurícia. Consta que desde que se deslocou do lugar Sorva, acompanhando sua mãe para residir no Tambor, José Maurício nunca teria saído dessa área. Ao lado de outros dois irmãos fixaram-se definitivamente com suas famílias no Tambor. Quando sua mãe faleceu, ele se encarregou de dar continuidade ao principal festejo que ela realizava desde que tinham chegado ao lugar. Nessa época ele já atuava como um dos regatões estabelecidos e bastante conhecido no rio Jaú. A partir de meados da década de 1980, quando estabeleceu matrimônio e levou Maria Amélia Savedra, filha do “china” Grigorianio Savedra, para morar no Tambor a questão da melhoria das condições de existência na localidade teria se tornado uma preocupação constante de José Maurício. Informações

obtidas no local apontam que a preocupação com a possibilidade de todas as famílias saírem do Jaú em razão das condições apresentadas nesse contexto teria levado José Maurício a pensar na construção de uma escola naquelas imediações. Note que a escola era também um dos principais fatores implicados na decisão de muitas famílias de deslocar-se para Novo Airão. A iniciativa de mobilizar essas famílias para organizar e melhorar as condições na localidade teria começado com a proposta feita por José Maurício de trazer outras famílias para residir no Tambor. Nesse período ele já tinha convencido também seu irmão, Jacinto Maria, a mudar-se do lugar Sorva para o Tambor.

Em 1995 a tentativa de mobilização dos residentes em torno da construção da escola foi retomada novamente por iniciativa de José Maurício. Nesse período ele já tinha três dos quatro filhos que teve com Maria Amélia em idade escolar e a solução para alfabetização das crianças continuava um problema de resolução complicado. A prefeitura de Novo Airão não conseguia obter autorização da administração do parque para construção de escola na área; as articulações com agentes externos para manter funcionando ainda que informalmente um esquema de alfabetização para crianças, esbarrava sempre na fiscalização ostensiva do IBAMA que não permitia a entrada de material nem de outro recurso como alternativa para os moradores. Consta ainda que quando José Maurício buscou junto à FVA apoio para construção e funcionamento da escola, a necessidade de uma demanda de ordem numérica de alunos foi colocada como principal fator para atendimento do pleito da escola.

Nesse período residiam no Tambor apenas três famílias que tinham um número de crianças em idade escolar bem inferior ao de outras localidades como, por exemplo, Praia Alta que à época era a mais povoada. Alguns chefes de famílias também defendiam a construção da escola em suas próprias localidades, entendendo que elas tinham mais demanda que no Tambor. Com efeito, um número bem superior de famílias e crianças residia em lugares como Miriti, Praia Alta e Santa Maria em relação ao Tambor. E por conta disso também, alguns chefes dessas famílias em princípio se opuseram à proposta de construção da escola no Tambor; nesse sentido, eles se posicionavam abertamente afirmando que não deixariam suas localidades para residir no Tambor. José Rufino, que residia no Miriti, e Luis Gonçalves, o “seu Gonzaga”, que à época residia no lugar Praia Alta, ambos considerados figuras importantes dentro desse

processo, lembram que também eles inicialmente se negaram a deixar suas localidades e por isso defenderam que a escola fosse construída em outro lugar.

Atualmente residindo no Tambor, ambos os residentes consideram que a habilidade para conversar e mostrar porque a construção da escola no Tambor e não em outra localidade seria a melhor alternativa para as famílias, aliado à confiança que estas depositavam em José Maurício, teria sido, segundo os depoimentos, fundamental para que as opiniões contrárias fossem aos poucos sendo vencidas. Argumentando que as famílias que se deslocassem para o Tambor teriam áreas suficientes para assentamento de residência e de trabalho, e que ainda poderiam continuar explorando suas antigas colocações, José Maurício foi paulatinamente convencendo os chefes de família que residiam nessas imediações sobre as vantagens da escola funcionar nesse lugar. Ele teria estabelecido aí os acordos sobre modo de ocupação e distribuição de áreas de trabalho entre as famílias que continuam vigorando até o presente.

A partir daí se deu início ao deslocamento das primeiras famílias para o Tambor, que integravam basicamente dois extensos grupos domésticos, a saber, do “seu Gonzaga”, conhecido como “os Cardoso”, e de José Rufino. A construção da primeira escola no Tambor foi realizada pelos próprios residentes e por meio de “mutirão” que envolveu também as novas famílias que haviam chegado. No primeiro semestre de 1996 eles levantaram uma pequena construção feita em chão batido, coberta e cercada com palha e madeira onde passaria a funcionar a escola.

Em 26 de agosto de 1996, Sebastião Ferreira, o Bá, contratado novamente para lecionar deu início às aulas na escola do Tambor que ainda permaneceria por algum tempo com essa estrutura até a construção do prédio atual pela prefeitura em 2000. Por coincidência ou não, lamentavelmente a construção do prédio da escola com estrutura melhorada no Tambor só veio acontecer após o trágico incidente que tirou a vida de José Maurício, ocorrido em fevereiro de 2000.

Foto 26: José Maurício Maria dos Santos



Fonte: Arquivo da família.

Consta que nesse período ele se encontrava novamente empenhado em realizar a melhoria e ampliação da estrutura da escola. As versões sobre o incidente que ceifou a vida de José Maurício, interrompendo tragicamente sua luta em torno da organização e de melhorias que viabilizasse a permanência das famílias no Tambor, podem ser dadas de forma variada, controversa e até nebulosa. No entanto, a compreensão dos objetivos da sua atuação e do comprometimento que demonstrou à causa dos residentes, permaneceu viva e muito clara para boa parte dos atuais moradores do Tambor. A imagem que emerge do conjunto de memórias que permanece intacto entre seus contemporâneos é a de um homem pacífico e persistente que sabia como empreender uma missão difícil, fosse ela uma árdua jornada de trabalho ou uma luta como a que ele liderou no Tambor.

O texto abaixo, extraída do livro de controle do posto do IBAMA, versa sobre os fatos narrados ao funcionário do posto, que à época registrou a ocorrência do incidente envolvendo a morte de José Maurício. O texto foi reproduzido integralmente, preservando seu formato, mas algumas modificações na grafia original foram realizadas para melhor entendimento da mensagem.

Base do Carabinani, Rio Jaú, 10/02/2000.

10:30 horas – Registro de ocorrência sobre as declarações do Sr. Estevão dos Santos que vinha na canoa no momento do naufrágio. Próximo à boca do lago do Jacú.

“Foi por volta das 00:00 h que a canoa naufragou; vinha apenas 80 caçapas. E o Sr. José Maurício e os dois acompanhantes, Estevão dos Santos mais o Valdiney dos Santos.

1.º) Versão do Sr. Estevão (Não tinha vento e o rio estava calmo mais a canoa entrou de proa como se estivesse um buraco no meio do rio, ou algum bicho puxou a proa da canoa e ela alagou)

2.º) Versão (Estava muito escuro, a canoa subiu em uma árvore. Foi quando tentamos tirar, não deu tempo e ela sentou de popa)

3.º) Versão (Nos vinha viajando com os dois rabetas de 05Hp funcionando. O Valdiney guiava um e o Estevão guiava o outro. O Estevão foi lá para a proa buscar uma bolsa, quando chegou na proa da canoa começou a entrar água. E ele gritou para o Valdiney parar o motor, mas não deu tempo, a canoa virou e foi embora para o fundo. O Estevão foi embora para a margem e o Sr. José Maurício chamou o Valdiney para procurar sua bolsa de documentos. Mas não foi possível acharem. E nadaram p/ a margem e quando já estavam bem próximo da beira o Valdiney não viu mais o Sr. José Maurício porque estava fundo e escuro, mas como já estava quase na beira ele não se preocupou. Como o Estevão estava gritando e alarmando, o Valdiney seguiu em sua direção pensando que algo havia acontecido. E logo foram a procura do Sr. José Maurício mais não foi possível encontrar. Ao amanhecer do dia saíram margeando o Jaú até no Ataíde p/ emprestar uma canoa. E baixaram para o local do acontecimento mais não foi possível encontrar o José Maurício. Por volta das 10:30 foi comunicado ao IBAMA em N. Airão).

Segundo informação do Sr. Estevão o falecido não trazia nada. Só a bolsa de roupa porque ia de passagem p/ receber pagamento da aposentadoria e atualizar seus documentos.

11/02/2000

15:40h – Chegou o soldado Osmar e o Sargento Santana e a esposa do Osmar mais 3 parentes do desaparecido; a polícia veio para tomar reconhecimento sobre o naufrágio.

13/02/2000

15:00h – O Sr. Raimundo Pontes veio até a base p/ avisar que tinham encontrado o corpo do falecido o Sr. José Maurício. Logo em seguida o vigilante Bernardo acionou as fônias que estavam de sobre aviso do encontro do falecido.

21:00 - Chegou a voadeira de 40 HP. O Sr. Buiu que veio de Novo Airão p/ apanhar o corpo do falecido que tinha sido encontrado as 15:00 hs da tarde do dia 13/02 no lago conhecido por Jacú, margem esquerda do Rio Jaú. As 23:00 hs o Sr. Buiu baixou levando o corpo p/ Novo Airão. (Livro de Controle de Entrada e Saída do Parque Nacional do Jaú, 2000, *apud* Santos, 2004).

Estevão e Valdiney dos Santos eram sobrinhos de José Maurício e o acompanhavam em viagem para Novo Airão quando a embarcação que os transportava teria naufragado. A canoa de José Mauricio vinha carregada com 80 caçapas [de cipó] e o naufrágio teria ocorrido por volta de meia noite num ponto do rio Jaú conhecido por lago do Jacu. A partir daí tanto as informações prestadas ao fiscal por seus sobrinhos quanto as que pude ouvir em conversas sobre o assunto tendem a embaralhar-se pela inesgotável capacidade da mente humana lançar e reelaborar conjecturas. Atualmente, a viúva e os três filhos mais velhos de José Maurício residem em Novo Airão, enquanto a filha mais nova vive em Manaus.

Dramas associados com certos eventos trágicos como de José Maurício podem ser frequentemente encontrados nos relatos de várias famílias de ex-residentes do Jaú que atualmente vivem em Novo Airão. Em geral envolvem incidentes e perdas que ao interromper abruptamente uma expectativa de vida, altera significativamente projetos individuais envolvendo os familiares da vítima e tornam-se decisivos para a saída destas pessoas do rio.

Em princípio de 2011 quando eu realizava trabalho de campo, a notícia da morte do filho mais velho de dona Maria Helena, Raimundo de Assis, de 32 anos, ocorrida em circunstâncias desconhecidas em Novo Airão, trouxe-me à mente novamente essa reflexão. Raimundo de Assis, conhecido como “Roxo”, atuou ativamente desde o início do processo de organização da “comunidade” e depois na fase do reconhecimento do quilombo do Tambor. Atuava também como membro do Conselho Consultivo do PNJ e frequentemente era convidado a participar de atividades e cursos realizados no âmbito das ações da FVA-IBAMA, o que ele mesmo certa vez tinha me revelado lhe trazer alguns aborrecimentos dentro da comunidade, já que de vez em quando suas posições em questões internas eram tomadas por alguns moradores como resultado da submissão, “aliança” ou de “puxa-saquismo” mantido com tais entidades. Mais adiante tentarei abordar essa questão entre os moradores.

De acordo com informações de familiares, “Roxo” se encontrava em Novo Airão realizando uma atividade remunerada que lhe renderia recursos para um possível casamento e construção da sua casa quando foi brutalmente assassinado em circunstâncias até hoje não esclarecidas pela polícia. Seu corpo foi encontrado no entorno do lugar onde ele residia com várias perfurações provocadas por disparo de espingarda e sinais indicando provável embate corporal. Na ocasião a polícia chegou a prender o mototaxista que o conduziu até a residência como suspeito do crime, mas o libertou em seguida por falta de provas. No final de agosto deste ano, no Tambor, a própria dona Maria Helena envolveu-se com um incidente fatal provocado por ato irrefletido e não intencional que forçou seu deslocamento para Novo Airão. Ela permanecerá na sede do município até que as circunstâncias do caso sejam esclarecidas ou sua inocência comprovada. Com 50 anos, viúva e vivendo na companhia de cinco filhos, talvez a sequência trágica desses eventos represente também a saída definitiva de dona Maria Helena do lugar Tambor.

Em algumas dessas experiências, os familiares explicam o motivo do rompimento da relação estabelecida tradicionalmente com o rio a partir do evento trágico que se abateu sobre eles, atribuindo suas causas direta ou indiretamente à presença e atuação do órgão gestor do parque. Santos ao descrever um acontecimento observado por ele no lugar chamado Lázaro, por exemplo, relata que a dor mais forte expressada por um determinado familiar que se resentia por ocasião da perda de seu ente era o fato dele ter plena clareza de que “ela se foi por uma doença que não era uma doença de morte” (Santos, 2004:128), levando à percepção de que determinadas fatalidades que tem ceifado precocemente a vida das pessoas nessa situação já se encontram anunciadas.

A intransigência na determinação de manter a população isolada e sem acesso a atendimento básico de saúde principalmente na fase do IBAMA ajuda a pensar a pertinência da dolorosa constatação deste familiar sobre sua dramática realidade. Entretanto, ao expor sobre o motivo de sua saída do Tambor, dona Maria Amélia considerou que a continuidade dos estudos dos filhos foi a principal razão da sua saída, já que no Tambor a escola atendia apenas até a quarta série do ensino fundamental. Não obstante, como já observamos antes, a iniciativa da resistência e da luta engendrada por José Maurício para que as famílias permanecessem naquela área do Jaú apresentaria desdobramento significativo alguns anos depois da sua morte. O legado da luta e da

resistência vem se mantendo por meio de mobilização e ações encaminhadas na busca por uma autonomia relativa dessas famílias dentro do Jaú. A seguir trataremos da mais importante ação dirigida pelo grupo nesse sentido.

4.2. “REMANESCENTES DO QUILOMBO DA COMUNIDADE DO TAMBOR”.

4.2.1. Mediação e incorporação compartilhada da categoria étnica

Após a tentativa de delinear razoavelmente neste capítulo alguns eventos e processos relevantes com influência principalmente na configuração sociocultural do lugar Tambor, voltemos ao ponto inicial da nossa exposição. O propósito é analisar o processo de constituição da mediação por determinados agentes sociais que levou os residentes do Tambor a manifestarem-se pela distinção étnica. Assim sendo, retomemos primeiramente para análise os desdobramentos do encontro entre Ana Felisa, Marcos Farias de Almeida e Sebastião Ferreira.

Antes do primeiro encontro com Sebastião Ferreira, Ana Felisa relatou que já tinha levantado várias informações e também conversado com diversas pessoas sobre o povoado do Tambor. Segundo ela, um de seus primeiros informantes havia destacado uma peculiaridade desse povoado que tinha chamado sua atenção, isto é, o “fato de ser uma comunidade negra [...] que antigamente só casavam entre eles e eram somente duas famílias e tudo indicava que eles eram quilombolas” (Ana Felisa, 46 anos, 14/02/2011). Entre os principais informantes sobre a situação das famílias que viviam no Tambor havia também um ex-vereador de Novo Airão, conhecido como Chiquinho Almeida, que segundo Ana Felisa, antes dela já tinha procurado o INCRA na tentativa de solucionar o problema dos residentes do Jaú. Chiquinho Almeida foi vereador de Novo Airão por dois mandatos consecutivos, de 2001 a 2008, tendo como principal plataforma eleitoral “o aspecto social”, especialmente na atenção previdenciária. Em entrevista, ele me confirmou a informação de Ana Felisa de que já havia procurado o INCRA, mas não lembrou exatamente a data, informando que pode ter sido no início de 2002. Comentou que quando ele esteve no Tambor pela primeira vez os moradores não o teriam recebido bem, “eles não me receberam muito bem porque eu acho que eles tinham vergonha, eles correram e se esconderam. Eu era uma autoridade e tinha ido lá

fazer uma inspeção, mas a maioria não me recebeu e o terreiro ficou vazio”. Além de parlamentar Chiquinho Almeida ainda informou que atuou como conselheiro do PNJ e havia defendido a proposta de reassentamento das famílias residentes no Jaú numa área situada na estrada que liga Novo Airão a Manaus. Por tudo isso e pelo propósito informado para a visita talvez a evacuação dos moradores tivesse tido motivação outra que não a vergonha simplesmente. Não obstante, o ex-vereador declarou que desde o início defendeu a permanência das famílias no Jaú enquanto o governo não apresentasse condições necessárias para sua retirada do PNJ, como indica o depoimento abaixo.

JS: Como o senhor percebia a relação do IBAMA com as pessoas no Jaú nessa situação de tentar obrigá-las a deixar a área do PNJ?

CA: Como parlamentar e conselheiro [do PNJ], eu sabia todo o perfil social e econômico deles, que era de um povo tradicional pra tirar eles de lá e colocar na sede do município sem dar as assistências que o governo tem que dar. E eu sabia que o município não ia qualificar, não ia dar moradia, não ia dar emprego, então as pessoas iam ficar ao Deus dará. Então eu conversava com o pessoal do IBAMA e dizia que enquanto o governo federal, o governo do estado ou governo do município não desse um local pra esse pessoal ficar, enquanto não tivesse uma infraestrutura pra essas comunidades – e até citava o que já havia ocorrido no início que o pessoal teve que sair muitas vezes na base da escopeta – não se podia tirar esse pessoal de lá. Sair de lá e vir morar na sede do município já é mudança muito grande na vida dessas pessoas. Agora sem uma assistência adequada isso ia se tornar muito mais difícil. A gente pensou uma vez numa proposta, inclusive o ITEAM e a prefeitura desapropriaram uma área de 18.000 ha na estrada porque o acesso era bom, pensamos em colocar ali algumas famílias. A proposta era pra colocar algumas pessoas que já moram em Novo Airão. Essa terra na estrada saiu da mão de um pessoal de fora, de São Paulo e de Goiás. O que fiz foi bater de frente com um grupo de fora, porque nenhuma lei autoriza a doação de 13.000 ha por título, então o título que a prefeitura tinha dado pra essa terra teria que ser cancelado. Mas não houve manifestação por parte do sindicato e nem dos próprios quilombolas em fazer ali um assentamento. (Chiquinho Almeida, 52, Manaus, em 06/04/11).

Ainda de acordo com Ana Felisa e Sebastião Ferreira, Chiquinho Almeida tornou-se posteriormente um importante aliado com quem eles passaram a contar para realização de atividades e eventos voltados para organização da comunidade. A partir das informações obtidas nesse levantamento preliminar, Ana Felisa teria ido em seguida à sede do IBAMA, em Manaus, com intuito de obter mais alguns esclarecimentos sobre a situação da comunidade. Depois de considerar que já dispunha de informações suficientes para uma observação da situação *in loco*, Ana Felisa teria em seguida procurado o MPF/Am em busca de apoio institucional e técnico necessários à realização do trabalho. Informou ainda que em determinado evento já havia se encontrado com o analista pericial Marcos Farias e em razão também disso havia procurado o MPF, tendo em vista que a participação de um antropólogo na visita à comunidade seria importante. Em 17 de setembro de 2003, foi realizada uma primeira reunião entre representantes do MPF/AM e da Fiocruz/AM para discutir a participação das entidades na realização do trabalho de campo. Segundo relato de Marcos Farias nessa reunião foi estabelecido a elaboração pelo MPF em conjunto com a Fiocruz/AM de um “relatório técnico de identificação da comunidade negra rural do Tambor”⁷⁹.

A partir daí, disposta a realizar sua primeira visita ao Tambor, Ana Felisa teria procurado novamente o IBAMA para viabilizar sua entrada no parque. Orientada sobre o procedimento para formalização do pedido, ela ainda foi comunicada que se a autorização fosse concedida um funcionário do órgão seria designado para acompanhá-la. Entretanto, ao discorrer sobre a primeira visita que fizera, Ana Felisa informou que nenhum funcionário do IBAMA pôde acompanhá-los até o Tambor. Ao discorrer sobre esta visita ela relatou como a questão das comunidades quilombolas teria sido apresentada aos moradores e comentou sobre a percepção que teve do Tambor como uma situação decorrente da tentativa do órgão gestor do parque isolar as famílias e ao mesmo tempo tutelá-las enquanto permanecessem na área.

O documento que resultou dos esforços empreendidos a partir da reunião realizada com representantes destas instituições, que foi subscrito por Marcos Farias de Almeida e Ana Felisa Hurtado Guerrero, acabou sendo intitulado “Relatório de levantamento técnico junto à comunidade do Tambor no Parque Nacional do Jaú”, e pode ser considerado aqui como peça fundamental nas ações subsequentes envolvendo

⁷⁹ Cf. Relatório de levantamento técnico junto à comunidade do Tambor no Parque Nacional do Jaú, Manaus: MPF/AM, 2007: 03.

o processo de reconhecimento da auto-atribuição étnica do povoado do Tambor. Cópias deste documento foram encaminhadas ao MPF/Am, à Fiocruz/Am, à FCP e ao INCRA/Am.

Importa também destacar, sobre as circunstâncias da reunião que resultou no documento mencionado acima, que após ter sido formalmente provocado, em novembro de 2002, por uma representação encaminhada pelo então diretor da Fiocruz/Am, Luciano Medeiros de Toledo, solicitando a inclusão do povoado do Tambor como remanescentes de quilombo, o MPF/Am inquiriu a Fundação Cultural Palmares a manifestar-se acerca da solicitação encaminhada pelo diretor da Fiocruz. Em resposta, a FCP justificou sua impossibilidade de atender a solicitação da seguinte forma:

“Devido ao nosso contingenciamento orçamentário, não tivemos condições para deslocar uma equipe técnica à Novo Airão, para termos subsídios na elaboração das peças técnicas, necessárias ao reconhecimento das comunidades como remanescentes de quilombos”. (cf. fl. 04, ofício nº 089 DPA/FCP/MINC/10.07.2003).

Diante da dificuldade manifestada pela FCP, o então procurador da República no Amazonas, Ricardo Kling Donini, teria decidido oferecer o apoio técnico do MPF para a elaboração do referido documento. Como efeito, a partir daí foram realizadas mais duas reuniões de trabalho, sendo que na última, a do dia 17/09/2003, definiu-se também a equipe de trabalho com vistas à produção do relatório. Além de Marcos Farias e Ana Felisa, a equipe seria composta também por um técnico em Múltiplos Meios da Fiocruz/Am e do guia que ficou sendo o Sr. Sebastião Ferreira. Sobre sua primeira visita.

Vale salientar o fato de que Sebastião Ferreira, que até então era um dos membros da comissão de ex-moradores, nesse período desconhecia a natureza do trabalho que seria desenvolvido por Ana Felisa e Marcos Farias. De acordo com ele, por ocasião da primeira viagem, não se passava pela sua cabeça que aquele trabalho “ia ser alguma coisa de tão fundamental”. Em entrevista ele considerou que muito provavelmente foi procurado por Ana Felisa porque em Novo Airão muita gente sabia que além de conhecer bem o rio Jaú, ele costumava realizar trabalhos como guia e prático de embarcação.

JS: Em relação ao Tambor, como surgiu a reivindicação de quilombo e como foi que você se envolveu com a questão. Como começou esse processo?

SF: “Pra mim foi uma surpresa porque a gente não pensava nisso. A gente pensava muito na situação das famílias como elas viviam, *mas a gente nunca pensava assim no racismo, de alguma coisa que fosse identificado, que fosse criado aqui o que se criou hoje, o que se movimenta hoje*. [...] Isso foi em 2003, por volta do final de outubro pra novembro. Mas até aquele momento eu não sabia na verdade do que se tratava. Pensei: *é do MPF e tal, então vamos lá*. Achei que fosse aquela coisa de visitar o parque, ver como as famílias viviam lá com a criação do parque. Chegamos à comunidade e ficamos lá um dia e meio ou pouco mais. *E a partir daí que fui entender que se tratava ali de um interesse assim, que se pudesse dizer que aquelas famílias fossem umas famílias diferenciadas pela cor da pele, da vinda como aquelas pessoas chegaram ali*. E assim a gente concluiu a primeira viagem. Alguns meses depois eles tornaram a voltar e a gente continuou acompanhando eles nas atividades. E aí fizemos a segunda viagem com eles, depois voltamos. *Isso já no início de 2004, a gente voltou pra uma terceira viagem e na vinda dessa terceira viagem eu recebi um convite da moça da Fundação [Fiocruz], perguntando se eu não queria ficar no município pra liderar junto com eles essas famílias*. [...] Perguntei como ia liderar. Depois a gente sentou e ela me orientou, me explicou do que se tratava. Durante esse período a gente já tinha feito alguns formulários, com algumas famílias e aí ela me explicou do que se tratava e qual era a pretensão dela junto com o MPF de fazer o quê. *A partir daí eu já fiquei como liderança, voluntariamente, porque ela foi clara e disse: ‘olha não tem ganho, não tem nada, mas quem sabe no futuro a gente possa conseguir pra você aí alguma remuneração, mas no momento é voluntariamente’*. Disse que tava bom e assim aceitei e acabei ficando aqui com essa responsabilidade [...]” (Sebastião Ferreira, 51, Novo Airão, 27/01/2010, ênfases minhas).

Note que embora estivesse envolvido com a questão da indenização dos ex-moradores e também com a situação dos residentes que ainda permaneciam no Jaú, Sebastião diz ter se surpreendido com o objetivo e o alcance do trabalho iniciado por Ana Felisa. De acordo com seu depoimento, inicialmente Sebastião não teria tido um entendimento exato sobre o trabalho que seria desenvolvido pela equipe. Igualmente,

tivera apenas uma vaga ideia da pretensão dos pesquisadores ao final da primeira viagem, a partir da sua observação das atividades realizadas no Tambor. E até aí sua participação na equipe ainda era somente de guia e informante. Segundo ele, uma noção mais clara da pretensão do trabalho somente começaria a esboçar-se em sua mente após a terceira viagem, quando já razoavelmente familiarizado com a história e com as informações levantadas em campo foi convidado por Ana Felisa para liderar as famílias no Tambor.

Após ter aceitado o convite de Ana Felisa, Sebastião procurou o presidente do STRNA para comunicar sua decisão de deixar a comissão de ex-moradores. Segundo ele, após expor o motivo pelo qual alegava não ter condições de continuar como membro da comissão, alguns membros da comissão teriam ficado magoados com ele. Nesse momento, o processo de reivindicação da indenização encaminhado pela comissão de ex-moradores e pelo STRNA entrava numa fase importante que exigia empenho e articulação dos membros para viabilizar a constituição de uma entidade que representasse os interessados na ação. Sebastião Ferreira nasceu e cresceu dentro do rio como praticamente todos os membros que participavam daquela comissão. E como quase todos, ele nunca chegou a frequentar uma escola regular, mas aprendeu a ler e escrever com uma tia e depois com conhecidos de seus familiares. Quando foi trabalhar ao lado do tio adotivo o Sr. Valdir Maria dos Santos, que regateava vendendo e comprando produtos no Jaú, Sebastião afirma ter não apenas aperfeiçoado seu conhecimento, mas também tornado-se bastante conhecido no rio Jaú. Posteriormente, a experiência que ele teve como professor e as relações que estabeleceu com diferentes agentes a partir daí, tinham lhe proporcionado certo respeito entre seus pares e habilidade para dialogar. Nesse aspecto, sua desistência da comissão foi tomada como baixa considerável, e o ressentimento entre seus pares, teria inicialmente atrapalhado seu trabalho à frente da organização do quilombo do Tambor. É importante ressaltar que a saída de Sebastião da comissão de ex-moradores foi provavelmente orientada pela percepção de que mais vantajoso seria para sua parentela que ainda residia no Jaú lutar para permanecer lá, já que o processo indenizatório poderia ainda se arrastar por muito tempo e que o requerimento da indenização atendia mais aos interesses daquelas famílias que tinham saído do Jaú e fixado residência na sede do município.

SF: “A gente teve algumas recusas com algumas famílias em algumas situações, porque quando começou a se identificar que esse trabalho seria pra questão quilombo, como a gente já tinha um outro processo lá que seria indenização, que também já vinha caminhando e que era uma Ação Civil Pública. Então algumas famílias se fechou, assim, ficando um pouco meio que em dúvida e pensando ‘poxa, mas se eu fizer essa história lá do quilombo eu perco minha indenização, se eu quiser indenização já perco meu direito de quilombola’. Ficou uma coisa dividida. Aí algumas famílias disseram que sim, outras que não. [...] Mas, assim mesmo a gente conseguiu ir abrindo a mente das pessoas, fazendo reuniões, chamando as pessoas, mobilizando as pessoas.” (Sebastião Ferreira, Novo Airão, 27/01/2010, ênfase minha).

A recusa a que Sebastião se refere também à posição tomada por alguns membros descendentes dos Maria dos Santos e dos Caetano Nascimento que residem em Novo Airão. Segundo ele, inicialmente essas pessoas mantiveram-se resistentes à ideia, mas por manterem forte vínculo com a situação histórica do Tambor teriam que ser mobilizadas e paulatinamente foram apoiando o movimento. O apoio destas famílias à causa quilombola e as informações que poderiam prestar para a elaboração do documento enviado posteriormente às instituições envolvidas com a questão, tinha sido considerado ponto fundamental pela equipe coordenada por Ana Felisa. Sebastião afirmou que à época isso representou muito trabalho, especialmente pelo descrédito e a desconfiança que vinha tendo entre seus pares, mas, ele não teria medido esforços no sentido de levar adiante a mobilização. Após a terceira viagem da equipe ao Tambor e contando com a atuação de Sebastião à frente da ação mobilizatória dos ex-residentes em Novo Airão, Ana Felisa procurou oferecer ao Sebastião uma capacitação para melhor instrumentalizá-lo na ação que vinha desenvolvendo. No início de dezembro de 2004, Sebastião foi comunicado por Ana Felisa que ele teria que fazer uma viagem à Brasília para representar a comunidade do Tambor num encontro de quilombolas e também participar de um curso de preparação voltado para lideranças de comunidades quilombolas presentes no encontro. Sebastião considerou que esse curso teve importância significativa para o desenvolvimento do trabalho realizado junto à comunidade do Tambor.

JS: Esse curso que você fez em Brasília, ele estava voltado para quê?

SF: “O curso era uma preparação que todas as lideranças de comunidade quilombola iriam receber, pra ter uma preparação própria pra se trabalhar nas comunidades quilombolas. Então ela conseguiu me encaixar nessa oficina, um curso de preparação e experiência para trabalhar na comunidade [a oficina foi organizada pelo Ministério do Trabalho e Fulbra]. Para as lideranças que participaram desse encontro também foi oferecido uma bolsa do governo, um pequeno contrato, por um período de tempo de atividade. Ficamos 10 dias em Brasília, o curso durou 62 horas, foi muito bom o curso; na época foram 46 pessoas lideranças quilombolas que participaram e todos saíram de lá com seu certificado e com suas bolsas.” (Sebastião Ferreira, 51, Novo Airão, em 27/01/2010).

Sebastião relatou ainda que além da bolsa oferecida aos participantes, ao término do curso o governo liberou também para eles um pequeno recurso a título de ajuda de custo para cobrir possíveis deslocamentos realizados entre suas comunidades e as cidades próximas. Depois disso, ele afirmou que a Fulbra estabeleceu um contrato de cinco meses com essas lideranças para que eles atuassem junto as suas respectivas comunidades como “agente de economia solidária”, atividade pelo qual receberiam mensalmente uma ajuda de custo no valor de R\$ 340,00. Segundo ele, o contrato era efetuado a partir de um convênio que existia entre o Ministério do Trabalho e a Fulbra. No entanto, ao conversar com Ana Felisa sobre o assunto, ela me informou que o projeto era desenvolvido no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Ao indagar para Ana Felisa sobre as circunstâncias da inclusão do Sebastião no referido curso, ela me informou que o MDS tinha um projeto que trabalhava com o tema da “economia solidária”. E como o Sebastião era pessoa ligada a uma comunidade quilombola, ele foi indicado como liderança para participar do curso. Ela destacou que a bolsa foi concedida em razão de não se ter informação importantes sobre tais comunidades. A tarefa então da liderança nesta ação seria realizar o levantamento das condições socioeconômicas. Foi para viabilizar a realização desse trabalho que as bolsas eram concedidas para essas pessoas. De acordo com ela, o Bá foi indicado pra realizar esse diagnóstico socioeconômico no Tambor. E “todas as lideranças das comunidades envolvidas no projeto também foram orientadas a realizar esse diagnóstico” (Ana Felisa).

Note a partir da sequência dos depoimentos que o processo em torno do reconhecimento do quilombo do Tambor envolveu também a preocupação com preparação do principal agente responsável pela mobilização e organização do movimento. Essa preocupação justificava-se pelo desconhecimento em relação ao tema quilombo percebido à época entre os atores sociais. Ana Felisa diz ter explicado no Tambor o que representava um quilombo no contexto da atual legislação, comentando suas experiências com outras comunidades quilombolas no baixo Amazonas. O próprio Sebastião relata que inicialmente não tinha noção do que o trabalho proposto por Ana Felisa e Marcos Farias e o que a expressão “comunidade quilombola” significava, de modo que teria sido paulatinamente orientado por Ana Felisa. Também havia a necessidade de levantar informações relevantes sobre as condições de reprodução física e social, além de determinados aspectos de modo de vida do grupo.

Para efetivamente colaborar com o processo de organização visando a manifestação do caráter étnico do grupo residente no Tambor, dadas as circunstâncias, era desejável que Sebastião apresentasse além do seu engajamento pela causa, uma preparação voltada especificamente para a temática quilombola no contexto da legislação vigente. Desse modo, a destacada desenvoltura que ele demonstrou no nosso primeiro encontro, quando rebateu com perspicácia a argumentação do chefe do parque contra a designação de quilombo do Tambor, pode agora ser depreendida e atribuída em larga medida a este investimento em sua preparação.

Ana Felisa informou também que após sua segunda visita ao Tambor algumas pessoas teriam procurado por ela interessadas em fazer contato com a FCP. Segundo ela essas pessoas eram principalmente de Novo Airão, mas havia também entre elas pessoas que ainda residia no Tambor. Ana Felisa então teria informado a essas pessoas que o contato com a FCP era feito por meio de solicitação, ao que eles em seguida teriam pedido para ela fazer algumas reuniões para esclarecer melhor o assunto principalmente com as pessoas que estavam em Novo Airão.

Ao comentar sobre a relação conflituosa entre o órgão gestor e os moradores, Ana Felisa fez críticas principalmente à posição do IBAMA. Na visão dela, o órgão pretendia manter a comunidade numa condição de tutela, cujo direito e liberdade de ir e vir dos moradores já se encontrava praticamente suspenso. Ainda de acordo com ela, a invisibilidade que se tentava imputar sobre os residentes era uma estratégia para que a situação deles não fosse notada, tornando única a versão e a

posição do órgão sobre a comunidade. Em relação a esse aspecto, ela citou um vídeo documentário produzido sobre os moradores do rio Jaú⁸⁰. De acordo com ela, a posição intolerante e preconceituosa que tinha a administração do parque foi explicitada no depoimento dado pelo então chefe do parque sobre o modo de vida dos moradores, que no documentário foram referidos por ele como “traficantes” (de espécies comercializadas principalmente em Novo Airão como quelônios, peixes e aves), ou seja, seriam pessoas que atuavam traficando tais espécies de dentro do parque.

Depois das primeiras reuniões que Ana Felisa realizou em Novo Airão com residentes e ex-residentes do Tambor, ela diz que eles teriam ficado empolgados com a possibilidade da organização no sentido da reivindicação de direitos. Ela considera que a questão em torno da reivindicação já se encontrava entre os moradores antes dela ter iniciado seu trabalho. A questão central, segundo ela, encontrava-se na tentativa de imputar invisibilidade ao grupo. E ainda de acordo com ela, uma auto-atribuição quilombola já pré-figurava no grupo e se concretizou como forma de contraposição a tal situação.

Ana Felisa também confirmou que durante a terceira viagem que a equipe fez ao Tambor, em meados de 2004, foi realizada uma reunião com todos os moradores da comunidade. Nessa reunião foram tratadas questões relacionadas com o Decreto 4.887, a elaboração do relatório técnico que seria produzido por ela e por Marcos Farias e também sobre a constituição da Associação de Moradores do Tambor. Ela afirma que nesse período a comunidade já estava mobilizada e buscava consolidar a organização por meio da criação da associação. Nessa ocasião, de acordo com ela, o Bá já havia sido escolhido pelos moradores para presidir a Associação. A partir desse momento ela teria apenas fornecido as orientações necessárias e apoiado os moradores no fortalecimento da sua organização interna. Como efeito, em 18/06/2005 foi realizada uma Assembleia no Tambor para deliberar sobre a constituição da Associação, eleição da diretoria e do conselho fiscal e aprovação do seu respectivo estatuto social. Como se pode depreender a partir dos seus objetivos, esta assembleia teve caráter meramente deliberativo, pois, como é também indicado no depoimento abaixo, a parte complicada do trabalho já teria sido realizada através da articulação estabelecida por Sebastião com agentes colaboradores em Novo Airão.

⁸⁰ O vídeo documentário referido chama-se “A próxima refeição”, produzido e dirigido por Kleber Bechara, em 2005, para o DocTV. Atualmente este vídeo também pode ser encontrado na página do YouTube.

“[...] Quando nós chegamos lá já havia uma organização dentro da comunidade. Eu procurei fortalecer essa organização trazendo algumas pessoas para encontros em Novo Airão, Manaus e fora do Amazonas. A questão do deslocamento e seu custo foi desde início um problema que tentou se resolver elegendo uma pessoa dentro de Novo Airão para representar a comunidade. E o Sebastião de fato correu atrás e desempenhou o papel de liderança na organização da Associação. Ele foi até o seu João Bezerra, que era um senhor que tinha sido escrivão, e ele ajudou o Bá a fazer e registrar o estatuto. O encaminhamento da solicitação de reconhecimento foi feito pelo MPF a FCP que emitiu o certificado. O que eu fiz foi mostrar o modelo de formulário da FCP que tinha de ser preenchido, coloquei as pessoas da comunidade no telefone pra falar com técnicos da FCP então meu trabalho foi apontar os caminhos e a documentação que tinha que ser apresentada. O Bá foi eleito por lá [comunidade do Tambor] porque ele era oriundo de lá, morava em Novo Airão e tinha a condição de ser letrado.” (Ana Felisa Hurtado Guerrero, Manaus, em 14/02/11).

Como se pode depreender a partir da declaração acima, a criação da Associação se dá em meio à pretensão dos moradores quererem avançar no processo do auto-reconhecimento com expectativa de assegurar a permanência das famílias no local do Tambor. Consoante com isso também é a visão da atual chefe do PNJ. Mariana Leitão, que acompanhou a mobilização do Tambor desde o início como analista ambiental do IBAMA, considera que a mobilização da comunidade do Tambor pelo reconhecimento da identidade quilombola tem a ver com a situação de insegurança vivida pelas pessoas dentro PNJ. “As pessoas viviam inseguras lá dentro; não sabiam direito o que podia acontecer com elas. Sabiam apenas que teriam que sair de lá porque era isso que era dito. Acho que essa insegurança gerou a mobilização e o quilombo” (Mariana Leitão, escritório do ICMBio, Novo Airão, 03/02/12). Ao mesmo tempo, a ideia de criar a “associação quilombolas” (cf. rascunho de Ata nº 1, em anexos) relaciona-se também com interesses mais imediatos dos residentes em torno das solicitações para instalação de serviços de saúde e de melhoria nas condições de infraestrutura da comunidade, que eram sempre rechaçadas ou impedidas pelo órgão gestor do parque.

Um exemplo claro dessa intransigência era a permanente recusa do órgão em permitir que os residentes aproveitassem a madeira tirada dos seus roçados para reformar ou melhorar as habitações e instalações na comunidade. Em sucessivos pedidos os moradores tentaram conseguir junto à administração liberação para a entrada de um serrador que sob a supervisão do órgão pudesse transformar a madeira derrubada nos roçados em tábuas, mas jamais foram atendidos. Como se pode observar pelas fotos, os principais materiais utilizados na construção e reforma das residências continuou sendo a palha, o cipó e as ripas de paxiúba (feitas do tronco de palmeiras, entre elas o açai, por serem mais fáceis de cortar quando se possui unicamente o machado como instrumento). Nessa situação era comum encontrar as residências com construção mal acabadas. Pelos dados obtidos sobre o processo que levou à criação da associação, parece ter sido fundamentalmente a expectativa em torno dos projetos e demandas constantemente reprimidos no contexto da relação conflituosa estabelecida com o IBAMA que a discussão pela criação da entidade toma corpo. Essa atmosfera de resistência associada à ação pró-ativa de agentes e entidades envolvidos na questão do Tambor reforçou um processo já em curso de organização política do grupo, que a partir daí passou a ser mobilizado no intuito de incorporar os sinais diacríticos de “comunidade negra”. É, portanto, no sentido da evocação da etnicidade como elemento classificador da diferença crucial compartilhada pelos residentes, que o grupo pretende manifestar sua oposição às ingerências do órgão gestor e às classificações de agentes externos.

Nesse ponto é importante considerarmos a análise já desenvolvida por Weber sobre as relações comunitárias étnicas. Ao estabelecer que nem toda crença na afinidade de origem baseia-se na igualdade dos costumes e do hábito, o autor reconhece, por outro lado, que tal crença pode existir e desenvolver uma força criadora de comunidade, sobretudo, quando apoiada em retrospectos reais da experiência coletiva ou individual. Nestes termos, ele argumenta que a comunhão étnica não constitui uma comunidade no sentido do “clã” ou de “pertinência à raça”, mas apenas um elemento que facilita as relações comunitárias. Ela “fomenta relações comunitárias de natureza mais diversa, mas, sobretudo, as políticas” (cf. Weber, 1991:267 e ss.). Assim sendo, supomos ser consoante à comunhão e compartilhamento dessas experiências que melhor se pode entender e dar sentido à incorporação dos atributos constantes no esboço da ata de criação (em anexos).

Criada a Associação de Moradores Remanescentes do Quilombo da Comunidade do Tambor, doravante CRQ-Tambor, em 18 de junho de 2005, e eleita sua respectiva diretoria, que teve Sebastião Ferreira como seu primeiro presidente, o passo seguinte seria o encaminhamento da declaração de auto-reconhecimento quilombola à FCP. Em documento datado de 22/09/2005 a Diretoria da CRQ-Tambor encaminhou uma solicitação ao presidente da FCP com a seguinte manifestação:

“Nós, membros da Comunidade do Tambor, localizada no município de Novo Airão, Estado do Amazonas, nos auto-definimos como grupo remanescente das comunidades de quilombos, e, de acordo com o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, vimos requerer à Fundação Cultural Palmares, o registro no livro de cadastro geral e expedição de Certidão, como comunidade remanescente de quilombo.” (cf. ofício nº 001/2005 da CRQ-Tambor/Am, de 22/09/05).

Ao comentar sobre a criação da Associação, Sebastião Ferreira declarou que já tinha a intenção de fundar uma associação para dar mais força e poder para os residentes. Segundo seu depoimento, ele pretendia fazer isso para organizar a luta dos ex-moradores do Jaú no processo de reivindicação da indenização, quando fazia parte da comissão. Quando surgiu o convite de Ana Felisa para que ele liderasse o povoado do Tambor, ele teria aproveitado para discutir com ela a criação da associação. A proposta da Associação teria sido então lançada para os residentes no Tambor após ele ser convidado para liderar o grupo.

Depois da aceitação da proposta entre os residentes, ele teria convocado um grupo de residentes para viabilizar sua criação. Sebastião informou que a associação foi constituída com 33 pessoas da comunidade, porém, na lista de presentes na assembleia de criação constam mais quatro assinaturas referentes a nomes de convidados de outras comunidades e do professor da escola, que na ocasião presidiu a mesa. Embora a eleição de Sebastião Ferreira e de alguns membros para, respectivamente, a presidência e a diretoria da associação tenha consistido em aclamação para efeito de formalidade nesta assembleia, já que sua indicação já havia sido sugerida e acolhida pelos residentes em evento anterior, a escolha do nome envolveu também certos fatores considerados importantes pelo grupo. Um deles diz respeito ao fato de Sebastião, embora residindo

em Novo Airão, continuou ligado à família Maria dos Santos por meio de laços afetivos que remontam sua adoção como membro reconhecido do extenso grupo doméstico formado com base nas relações dessa família. O outro envolveu uma questão mais estratégica relacionada com problemas concretos dos residentes: os deslocamentos para Novo Airão e Manaus com seus custos para qualquer um dos residentes do Tambor poderia inviabilizar o projeto de consolidação da organização da comunidade. Além disso, a experiência e habilidade de Sebastião com tais assuntos já eram reconhecidas no Jaú e principalmente no Tambor, onde já tinha inclusive atuado como professor.

Foto 27: Placa de identificação no porto do Tambor



Fonte: Arquivo do autor, 2007.

De certo, o desempenho de Sebastião Ferreira associado à atuação de parceiros e dos agentes colaboradores já citados no processo de organização do Tambor alcançou seu feito memorável nos primeiros meses de 2006. No dia 19 de março daquele ano foi lavrada pela FCP a Certidão que reconheceu a Comunidade do Tambor como “remanescente das comunidades dos quilombos” (cf. Certidão do Livro de Cadastro Geral nº 06, de 01/03/06, em anexo). Veremos a seguir como se deu a sequência das ações e dos eventos relacionados com o processo de requerimento da delimitação do território quilombola pela CRQ-Tambor.

4.2.2. Sobre o processo de definição e delimitação do território

No trabalho realizado por Ana Felisa e Marcos Farias, que resultou na criação da CRQ-Tambor e posteriormente no reconhecimento da comunidade como quilombo pela FCP, não há qualquer indicação específica sobre delimitação de área. Os autores, declarando-se impossibilitados pelo alcance do seu trabalho em apontar a questão da territorialidade para o grupo, indicam apenas os lugares de referência ocupação tradicionais por membros das famílias dos Maria dos Santos e Caetano Nascimento, quando concluem seu relatório sugerindo que,

“Nos procedimentos necessários para identificação do território tradicional dos “Pretos do Tambor”, os próximos trabalhos podem acompanhar as informações aqui apresentadas e seguir as referências ligadas ao Arpão, ao rio Paunini, ao Tambor, à questão das festas, o encantamento das águas e ao domínio realizado sobre os rios citados e sobre os espaços na floresta onde eles também construía e ainda constroem os argumentos em favor da tradicionalidade.” (cf. fl. 37 do Relatório de levantamento técnico junto à Comunidade do Tambor no Parque Nacional de Jaú/MPF, 2007).

Note que nesse documento as referências da *tradicionalidade* do grupo já eram apontadas. Mas não há aí nenhum delineamento que compreendesse a área posteriormente pleiteada pelo grupo. A definição do território com delimitação de área apresentada no RTID elaborada pela equipe técnica do INCRA/AM-SR/15 foi em larga medida resultado de um segundo processo de articulação de representantes da Associação de Moradores do Tambor com novos parceiros e entidades.

Vimos no capítulo 1 que até o final de 2006 os moradores ainda não discutiam sobre a área que pretendiam obter a demarcação. Tal questão somente seria debatida no ano seguinte, precisamente a partir da solicitação formal encaminhada pela CRQ-Tambor à Superintendência Regional do IINCRA/Am – SR/15, que deu início à abertura do processo nº 54270.001270/2007-61, em 20 de abril de 2007. Na referida solicitação, a Associação de Moradores requeria da superintendência do INCRA no Amazonas a demarcação da área conhecida como “Tambor” e em seguida a expedição do título de reconhecimento de domínio das terras ocupadas, como território de uso coletivo. Vimos também no início deste capítulo, que ex-moradores do rio Jaú e

também residentes do Tambor mobilizaram-se e estabeleceram articulação com agentes e entidades diversas no intuito de reconhecimento e reivindicação de direitos. No que se refere especificamente à situação do Tambor, observou-se que concomitante ao processo de organização interna dos residentes também foram se estabelecendo articulações e parcerias com agentes externos no sentido dar visibilidade à causa quilombola.

Entre as entidades que apoiaram significativamente a ação de mobilização dirigida pela Associação de Moradores do Tambor está o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, doravante PNCSA. Consta que a partir do segundo semestre de 2005, pesquisadores do PNCSA teriam estabelecidos contatos com membros da recém-criada associação da CRQ-Tambor, com o STRNA e com a comissão de ex-moradores do PNJ com perspectiva de desenvolver atividades relacionadas ao Projeto.

Em 2006 o PNCSA realizou em Novo Airão duas Oficinas de Mapas envolvendo a participação tanto de residentes do Tambor quanto de famílias de “ex-moradores do PNJ” que residiam na sede do município. Esses trabalhos realizados junto aos moradores e ex-moradores do PNJ resultaram na publicação pelo PNCSA do fascículo intitulado “Ribeirinhos e quilombolas: ex-moradores do Parque Nacional do Jaú” (cf. Farias Júnior, 2008:12). É possível cogitar que foi a partir dos debates e resultados obtidos com esse trabalho que se deu o estabelecimento da área presumida que posteriormente seria pleiteada pelo grupo. Ao observar o mapeamento das áreas de uso e de apropriação de recursos realizadas tanto por ex-moradores do Jaú quanto por residentes do Tambor, que incluíam ainda o afluente Paunini, foi tracejado uma área que se estende desde o médio até o alto curso do rio Jaú (cf. mapa Quilombolas do Tambor, PNCSA, agosto/2007, anexos).

Evidentemente não estamos desconsiderando a pertinência da projeção da área apresentada no fascículo do PNCSA. De certo esse trabalho revela com muita clareza de detalhamento não apenas as áreas de apropriação e uso de recursos, mas também as diversas formas de ocupação realizadas pelas famílias que antes residiam nessas imediações do Jaú, tal qual aludimos ao longo desta exposição. No mapa do fascículo são apontadas claramente importantes referências sobre as áreas de uso e ocupação tradicionais já mencionadas no relatório do MPF que foi elaborado por Ana Felisa e Marcos Farias. Além disso, o mapeamento inclui sítios e áreas tradicionais de

culto e festejos, bem como os espaços que compreendem os sucessivos deslocamentos realizados por essas famílias.

Nossa suposição é que por assim representar os espaços de apropriação, de usos de recursos e do estabelecimento de certas relações sociais num determinado contexto, a área que foi posteriormente pleiteada pelo Quilombo do Tambor revelou-se praticamente igual à referida no fascículo. Veremos agora como se deu o acionamento do INCRA-SR-15/AM no processo de regularização do território e as circunstâncias da elaboração do Relatório Técnico de Identificação de Território Quilombola – RTID.

No primeiro capítulo já relatei alguns eventos relativos ao meu contato inicial com os residentes do Tambor. Naquela ocasião nenhuma manifestação formal dos residentes tinha sido encaminhada ao INCRA, porém, o órgão já tinha sido notificado pelo MPF/AM sobre a demanda, de modo que poucos meses depois de ter ingressado no quadro de servidores fui designado para averiguar o caso *in loco*. Realizado esse trabalho inicial de campo, a coordenação de regularização de território quilombola local passou a aguardar a manifestação formal da associação CRQ-Tambor para abertura de processo, como previa a instrução normativa então vigente. Como informamos acima tal manifestação aconteceu somente em abril de 2007. No âmbito do INCRA, uma greve de servidores deflagrada a partir de maio de 2007, retardou o início dos procedimentos administrativos para designação da equipe técnica e realização dos trabalhos de campo. Em seguida, dificuldades relacionadas com disponibilidade de técnicos requisitados para a elaboração do RTID também influenciaram o início dessa primeira fase do trabalho.

Como é sabido de todos aqueles que conhecem razoavelmente a trajetória desse órgão, a nova problemática representada pela regularização de territórios de quilombos no campo das ações que lhe dizem respeito, implicava certo realinhamento de orientação nos procedimentos de abordagem e de posicionamento que certamente não fazia parte da vocação institucional. A questão da definição do território quilombola tal qual preceitua o Decreto 4.887, por exemplo, introduz uma difícil tarefa para esse órgão reelaborar seu conceito de regularização fundiária fincado no modelo tradicional de assentamento familiar. De certo, temos que problemas no desenvolvimento da ação de regularização de território quilombola são diversos e variam de acordo com cada superintendência regional do INCRA.

A presença de determinados fatores ou uma combinação entre eles podem por si só influenciar decisivamente na ação de titulação dessas terras. Em geral fatores limitantes nesse sentido estão relacionados com questão orçamentária, gestão (principalmente nas sedes regionais), pressão de demandas, região de atuação da superintendência e condições operacional e técnica da unidade. Uma parte considerável dos problemas decorridos daí pode ser facilmente apreciada através das informações contidas nos próprios relatórios antropológicos acerca das condições de realização do trabalho e produção das peças técnicas do RTID. Todavia, as dificuldades envolvendo a regularização desses territórios não dizem respeito unicamente às questões de ambiência institucional do INCRA. Informações coletadas em fontes diferentes apontam também para existência de outros entraves em relação ao assunto. Em 2011, por exemplo, dados da ONG Contas Abertas informava que dos 55,7 milhões destinados ao programa “Brasil Quilombola”, apenas R\$ 13,9 milhões tinham sido liberados para assegurar às comunidades remanescentes de quilombo a titulação de suas terras. Neste mesmo período, dados disponibilizados pela Coordenação Geral de Regularização de Território Quilombola – DFQ informavam que naquele ano existiam 31 decretos com vista à titulação de terras de quilombo, publicados ainda em 2009 relativos aos estados PA, PI, BA, RJ, SP, SE, RS, MA, MT, MS, PB, RN, ES, AL, TO, DF e seu entorno. De acordo com informações do INCRA, todos esses decretos tinham prazo estabelecido para novembro de 2011.

Observa-se que nesses casos, todas as etapas do processo requerido para a regularização dos 31 territórios já tinham sido atendidas. Ainda assim até aquele momento não tinham sido sancionados. Segundo as informações disponíveis, a sanção desses decretos representaria a reserva de uma fatia de 350.814.88 ha de terras que atenderia aproximadamente 3.900 famílias.

O fato é que tal qual o cenário encontrado em muitas regionais, a SR-15/AM na ocasião também apresentava dificuldades para prosseguir com o trabalho de realização do RTID. Pode-se afirmar que a ausência de técnicos capacitados para trabalhar na elaboração do RTID foi desde o início o principal obstáculo.

A tentativa de estabelecimento de convênio com o PNCSA para realização do relatório chegou a ser proposto para a superintendente e discutido entre as partes, mas não foi adiante por conta de obstrução alegada à época pela procuradoria jurídica especializada. Depois de uma série de conversas estabelecidas no intuito do

convencimento de alguns colegas, a coordenação de regularização local da qual eu também fazia parte conseguiu montar uma equipe para elaboração do documento. No dia 29 de agosto de 2007 foi então designada pela superintendência a equipe técnica responsável pela elaboração do RTID. Essa equipe era composta por Maria Lúcia Lima dos Santos, então asseguradora do PPIGRE, Estefânia Souza Silva, geógrafa, Silvana Lima Martins, engenheira agrônoma, Alcimarina Felix de Souza, assistente administrativo e eu, que tinha sido designado para elaborar o relatório antropológico.

Constituída a equipe técnica, foi dado início à segunda etapa da pesquisa de campo. Essa etapa foi realizada em setembro de 2007 entre os dias 11 e 25 e contou com a participação em campo de todos os membros da equipe técnica designada pelo INCRA para elaboração do RTID. As dificuldades de acesso e o alto custo envolvendo o deslocamento à comunidade associada às limitações orçamentárias na rubrica do programa quilombola só permitiram a ida da equipe a campo uma única vez.

As atividades de coleta de dados nessa etapa foram realizadas por essa equipe multidisciplinar composta por uma geógrafa, uma engenheira agrônoma, uma técnica administrativa, a coordenadora de regularização da SR-15 e por mim. Além destes, a asseguradora do programa de regularização quilombola da SR-15 tinha encaminhado convite ao PNCSA para que um pesquisador do projeto pudesse acompanhar esta etapa do trabalho de campo. O PNCSA designou o pesquisador Emmanuel Farias Júnior que colaborou com a realização de algumas das atividades em campo. Esteve também acompanhando os trabalhos da equipe nesse momento o Sr. Sebastião Ferreira, presidente da CRQ-Tambor.

Deve-se salientar que na discussão envolvendo a delimitação da área requerida houve uma mobilização interna que envolveu a participação da maioria dos residentes do Tambor. Eles atuaram efetivamente indicando os espaços e áreas de uso que pretendiam incorporar ao território pleiteado. Para tanto foram realizadas três reuniões com os residentes na comunidade e colhidas várias informações sobre aspectos principais relativos ao modo de vida e às formas de apropriação dos recursos naturais pelo grupo.

Foto 28: Elaboração dos esboços da área



Foto 29: Reunião no Tambor Velho



Fonte: Arquivo do autor, 2007.

O resultado desse trabalho foi um conjunto de esboços sobre colocações e áreas de uso apontadas não apenas com base na memória dos antigos residentes, mas também na indicação das principais referências da maioria dos residentes presentes no trabalho sobre a apropriação dos recursos naturais, áreas de trabalho e de circulação. O esboço do território com base no mosaico representado por diversas áreas de relevância das relações sociais e ecológicas tradicionalmente mantidas pelo grupo projetou uma área de dimensão muito próxima àquela indicada no trabalho realizado pelo INCRA. Esse aspecto imediatamente identificado pela especialista cartográfica do INCRA, que considerou a área demasiadamente extensa em relação à população residente no Tambor, foi debatido em duas reuniões consecutivas com os residentes e no encerramento dos trabalhos de campo. A questão da relação baseada na estreita equivalência entre tamanho da área e número de famílias assentadas, que originalmente remete à visão agrônômica dos assentamentos realizados pelo INCRA, foi com toda certeza o principal motivador das críticas levantadas pela equipe nesse sentido.

Na primeira reunião realizada no Tambor, após alguns membros da equipe técnica realizar algumas ponderações sobre a provável inviabilidade do INCRA demarcar tamanha área para menos de vinte famílias, alguns moradores presentes que afirmando não utilizarem em suas atividades corriqueiras de trabalho toda área indicada no esboço concordaram que a área poderia ser reduzida. No dia seguinte foi feita uma nova reunião com as famílias do Tambor Velho e moradores que não estiveram presentes na primeira a respeito da delimitação da área. O esboço com a provável dimensão da área foi apresentado e novamente houve ponderações desta vez um pouco mais acaloradas entre alguns residentes e a técnica da cartografia do INCRA. A questão

central no debate envolvia a relação entre o tamanho da área e o número de famílias incluídas na relação da comunidade quilombola do Tambor. Minha participação nessa atividade específica tinha até então sido de observação e acompanhamento do trabalho de elaboração das áreas incluídas no mapa do território e, eventualmente, de mediação nos trabalhos dos meus colegas com o grupo. Nesse sentido, foi sugerido a minha colega que as áreas indicadas e aprovadas pela maioria dos residentes seriam incluídas na versão final do mapa.

As ponderações do presidente da associação CRQ-Tambor e dos residentes favoráveis à manutenção da área projetada no esboço apoiavam-se no argumento de que: qualquer que fosse o tamanho da área pleiteada, ela seria sumariamente contestada pelo IBAMA e, portanto, o tamanho da área esboçada no croqui feito a partir das informações dos residentes não mudaria essa posição e, além disso, uma indicação da área com todas as referências apresentadas no croqui já tinha sido discutida e trabalhada anteriormente pelos moradores [aqui é provável que se referissem às oficinas de mapas realizadas pelo PNCSA]. Ao término da reunião a dimensão da área esboçada no primeiro croqui foi mantida. Na reunião de encerramento dos trabalhos de campo na comunidade, colocamos a questão do tamanho da área para apreciação do grupo, e apesar de algumas poucas manifestações considerando a área demasiada grande ou afirmando que não utilizavam colocações no alto Jaú, a maioria manteve a posição de manter a dimensão da área esboçada no croqui, que ao ter seu perímetro delimitado na base cartográfica compreende 719.880,6773 hectares.

Foto 30: Reunião para definição da área pleiteada



Fonte: Arquivo do autor, 2007.

Ao finalizar os procedimentos da pesquisa de campo, a elaboração do RTID com encaminhamento da respectiva proposta de área para o Quilombo do Tambor foi concluída em abril de 2008. Na proposta de delimitação do território foram apresentadas as seguintes referências: 1) ao Norte, Nordeste, Leste e Sudeste, o território do quilombo do Tambor se limita com o Parna-Jaú; 2) ao Sul, limita-se com terras do Governo do Estado do Amazonas; 3) ao Sudoeste, limita-se com a RDS do Anamã; 4) a Oeste, são limites os municípios de Barcelos, Novo Airão e Codajás (ver *Mapa Quilombo do Tambor*). A área total do território permaneceu sendo a mesma requerida pelos moradores, ou seja, de 719.880,6773 hectares.

A partir daí o processo de regularização do território do Tambor seguiu os trâmites institucionais até chegar a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF/AGU⁸¹, onde a partir do segundo semestre de 2008 se deu início ao processo de mediação na perspectiva de conciliação dos interesses divergentes dos órgãos da União envolvidos na questão – INCRA e atualmente ICMBio - ou de arbitragem de uma decisão definitiva para o caso.

Após a realização de diversas reuniões com representantes da entidade conciliadora e dos principais órgãos envolvidos na questão, a discussão em torno de uma definição conciliatória para a questão não avançou e o processo ainda aguarda por uma decisão dessa instância até o presente. Mesmo com a publicação do RTID do Tambor no Diário Oficial da União, ocorrido em 16 de janeiro de 2009, o andamento do processo de regularização do território tem esbarrado em fortes resistências não apenas do órgão responsável pela administração desta reserva, pois há sobreposição do território pleiteado na área projetada para o PNJ, mas também de entidades e agentes representantes do movimento ambientalista.

⁸¹ A CCAF é um órgão da Consultoria-Geral da União criado por Ato Regimentoal em 27 de setembro de 2007, cujo principal objetivo é evitar litígios entre órgãos e entidades da administração Federal. Sua missão é solucionar por conciliação ou arbitragem, mediante cooperação e diálogo, controvérsias entre órgãos e entidades públicas federais, assim como solucionar por conciliação, controvérsias de natureza jurídica entre a administração pública federal e a administração pública dos Estados e do Distrito Federal (AGU, 2008).

CAPÍTULO 5

ETNICIDADE NA RELAÇÃO COM O ESTADO

5.1. CONTEXTOS DE PRODUÇÃO E INCORPORAÇÃO DA ETNICIDADE

Neste capítulo procederemos à discussão com base na comparação entre casos empíricos relacionados com manifestação de diferenças culturais em termos da reivindicação de espaços de usos tradicionais e da apropriação de determinados recursos. Nossa perspectiva é fundamentar e tornar mais objetiva a argumentação feita nos capítulos anteriores sobre a evocação da diferença étnica no Tambor.

Os casos descritos e comparados neste capítulo figuram como objetos analíticos que foram paulatinamente incorporados à reflexão teórica deste trabalho. A articulação que os entrelaçou analiticamente, permitindo sua comparação, se deu, em larga medida, por uma aproximação contextual das suas problemáticas e pela concomitância na observação desses fenômenos realizada pelo pesquisador. Trata-se, portanto, da descrição de fenômenos distintos, mas, que apresentam entre si correlações que podem ser estabelecidas a partir de determinadas características observadas principalmente entre suas manifestações e formas empíricas. Convém ainda destacar que a articulação que suscitou a comparação entre eles está diretamente relacionada com a emergência e observação dos casos num dado contexto social, além da relevância observada nas especificidades de cada caso, e não exatamente por similaridades ou diferenças entre realidades diametralmente opostas.

Trataremos inicialmente da discussão sobre determinados elementos tomados como socialmente relevantes na manifestação da diferenciação cultural. Nosso propósito com isso é cotejar determinados aspectos influentes na incorporação da etnicidade com base na variação de fatores observados em situações empíricas relacionados com determinados contextos imperativos. Ao enfocarmos o aspecto da variação, estamos considerando que as formas sociais específicas observadas nas situações em destaque estão diretamente ligadas com contextos e processos particulares que poderão ser explicitados por meio da comparação.

Cabe ressaltar que estamos cientes e reflexivamente atentos à problemática metodológica envolvendo o procedimento da comparação na pesquisa antropológica contemporânea. Mas, ao apoiarmos nossa análise numa perspectiva processual tomamos

a comparação como um equivalente metodológico do experimento, cujo principal objetivo é permitir a observação das variações concomitantes em determinada formação social. Para efeito de especificação, consideramos esta formação social como resultado de processos - distribuições de frequências de comportamento do grupo que podem ser relacionados com processos sociais influentes em tais situações (cf. Barth, 1969: 22). Assim, ao descrever cada caso identificando os processos relacionados com a sua produção, estarei também apontando variações significativas na produção e incorporação de determinadas representações culturais em cada caso no sentido da evocação da diferença étnica e/ou de ações reivindicatórias. A seguir serão apresentados dois casos envolvendo tais variações na perspectiva de estabelecer comparação com a situação do Tambor e a partir daí realizar uma discussão mais fundamentada em torno da incorporação compartilhada de atributos e de evocação da etnicidade.

5.2. O CASO DOS MORADORES DO RIO UNINI

Como já procuramos demonstrar em algumas passagens deste trabalho, a situação que envolve os residentes do rio Paunini se diferencia consideravelmente da vivenciada pelos residentes no rio Jaú. Embora situadas relativamente próximas em termos geográficos, as principais características apresentadas pelos grupos que residem em ambos os rios variam significativamente em vários aspectos. A análise dos processos sociais desenvolvidos em ambas as situações pode revelar as especificidades de cada uma delas e indicar variações importantes no contexto das interações sociais estabelecidas nessa região.

Assim como os residentes do Jaú, em meados da década de 1980 toda a população que ocupava o seu entorno até a margem direita do rio Unini, foi drasticamente surpreendida com a presença de agentes do Estado que anunciavam sobre a impossibilidade de continuidade da ocupação humana na área. Como vimos, esse foi o início do processo de implantação do PNJ, cuja medida inicial previa proibir a entrada de pessoas que direta ou indiretamente pudessem causar impactos na área delimitada e instruir os agora “moradores do PNJ” sobre as regras da unidade de conservação, além de informá-las sobre uma provável remoção que deveria vir logo em seguida.

Consta que quando os estudos para a elaboração do plano de manejo na área do PNJ começaram a ser realizados, em princípio da década de 1990, parte considerável

dos moradores distribuída ao longo do curso do rio Unini ainda não tinha conhecimento que a área ocupada por eles pertencia ao parque. Levantamentos preliminares como censo e dados socioeconômicos da população foram então realizados pela Fundação Vitória Amazônica-FVA para mapeamento e identificação dessa população. Em 1996, quando participei como colaborador desta atividade da FVA, boa parte das atuais “comunidades” ainda eram lugares ocupados por grupos domésticos geralmente ligados à família ou ao morador que havia “tirado” ou “aberto” a localidade, termos utilizados localmente para designar prerrogativas de posse e uso de uma determinada área.

O fato de grande parte dos assentamentos comunitários no rio Unini serem relativamente recentes, oriundos basicamente de processos de deslocamentos restritos ao estado do Amazonas, destacando-se as regiões do médio e baixo rio Negro, pode ser tomado como uma das principais características desses grupos. A segunda característica importante que pode ser destacada aí se refere à forma de ocupação e uso sazonal de áreas de exploração extrativista, inviabilizando uma fixação mais prolongada das famílias colocadas nas colocações do rio Unini. A maior parte das famílias nessa situação era contratada para trabalhar em áreas de posse e exploração dos patrões e comerciantes da região passando a residir nas colocações de exploração ou nas imediações desses lugares. Constatou-se que alguns dos patrões mencionados nos relatos sobre o rio Unini também atuavam no rio Jaú, arrendando seringais para onde costumavam levar sua “freguesia”. Ao término do período de exploração do produto os trabalhadores eram geralmente deslocados para outras áreas de exploração onde davam continuidade ao cumprimento do contrato estabelecido com o patrão. Essa forma de exploração no Unini associada à obrigatoriedade da mobilidade, muito raramente permitia manutenção de vínculos prolongados dos trabalhadores com as áreas de exploração que eram visitadas sazonalmente. Essa situação inviabilizava o apossamento dessas áreas por formas de ocupação e cultivo como geralmente acontecia no Jaú.

Além disso, as constantes evasões dos compromissos assumidos diante dos patrões por muitos trabalhadores, praticadas principalmente em função da exploração exacerbada que representava o esquema de trabalho nessas colocações, também influenciava para a não consolidação em termos de agrupamento dessas famílias no vale rio Unini. Ao se tomar os depoimentos e relatos de trajetórias de residentes e ex-residentes do rio Unini para análise inicial é possível vislumbrar melhor as variações que caracterizam ambas as situações. Observar-se-á que a especificidade do Unini está

fundamentalmente relacionada ao seu contingente populacional, à exploração dos recursos existentes, ao tipo de ocupação das áreas produtivas e às relações sociais e ecológicas estabelecidas no âmbito deste rio. Transcrevemos abaixo dois relatos no sentido de melhor informar sobre a especificidade em torno da população nesse rio.

JS: O Sr. disse que antes de ir morar no Jaú tinha trabalhado no Unini, como foi essa sua trajetória?

RP: “[...] No dia 15 de abril de 1973 nós chegamos no Unini num lugar chamado Papagaio, no rio Papagaio num lugar de nome Natal [...]. Quando perguntei o que tinha pra fazer lá o rapaz da casa que a gente ficou falou pra mim, ‘rapaz o que tem muito é produto aí, tem mais de mil sorveira em cada pique. Amanhã mesmo levo vocês pra lá’. No dia seguinte o cara foi levar a gente. Já tava lá o tapirizinho armado e tecido com palha. E o cara disse ‘é aqui que vocês vão ficar’. Entramos na mata, era muito produto. Era muita sorva. E conheci produto que eu ainda não conhecia. A sorva já conhecia. A balata, a coquirana, a maçaranduba, o chique feito do garrote, com tudo isso se trabalhava lá. *Essa colocação era arrendada pro Antonio Morais.* Ficamos trabalhando de 1973 pra 1974. E em 1975 quando nós ainda tava lá em cima chegou uma canoada. *E o pessoal comentou ‘rapaz, a freguesia do Antônio Morais chegou e tá tudo lá no Jabuti, acima da boca do Santo Antônio, tem tantas famílias lá’.* Acho que eram cento e poucas famílias. Alguém disse ‘rapaz nós vamos lá amanhã’. De lá de onde nós tava foi dois dias no remo pra chegar no Jabuti. *Rapaz, quando chegamos lá era muita gente; tinha uma ponta lá que o pessoal já tinha roçado e você olhava assim era barraca tipo esses tijolos aí.* Era cachorro, era galinha, era gente, era criança, era tudo. Esse lugar era no Papagaio, afluente do Unini. [...] *Três dos companheiros que tinham entrado no rio comigo fugiram.* Ficou comigo só um companheiro, de nome Mário, que não me largava [...]. Naquele tempo o pagamento era por quilo, mas só que você só ia entregar sua produção de seis em seis meses. *Você ficava com a mercadoria, que a gente chamava de rancho, aí o patrão anotava tudinho e deixava lá pra somar depois.* Naquele tempo acho que um quilo de sorva era 30 centavos de hoje. *João, hoje graça a Deus eu não devo, mas eu cheguei a ficar devendo até 21 mil contos pro patrão. Aí já não era mais só pra um que eu devia, era pra vários. Porque o cara pra quem devia já não me vendia mais, aí eu comprava mercadoria de outro pra produzir e pagar um terceiro e assim ia*

fazendo essa tabulação e também me enrolando mais [...] Eu tinha me juntado com essa minha companheira e nós tinha se destrambelhado [desentendimento em função de débito] com o patrão [Antonio Moraes], aí quis vir embora de lá. Foi quando viemos pra boca do Jaú porque ela queria ver uma irmã dela que morava no Jaú. Da boca do Jaú eu subi com um padre de nome Clemente que nessa época fazia um trabalho nas comunidades do Jaú. Ele nos deu passagem até a proximidade do Brabo, onde a irmã e o cunhado dela moravam. Aí lá passei a trabalhar com esse cunhado dela. Aí disse pra ela que aquilo não tava dando certo mais não. Aí conversando com o Sabá Mendes ele me disse ‘rapaz tem uma capoeira aí do compadre Donda, fica aí que ninguém precisa dela mesmo’. Naquele tempo era assim, a área aberta por uma pessoa era dela, mas se ela não tivesse usando você podia pedir licença pra usar, porque o dono mesmo era o estado. Aí me arranjei por lá [no lugar Brabo] e de lá tirei quase tudo que tenho. Nessa época o movimento no Jaú era grande. Tinha muitos patrões e muitas famílias. Você percorria uma hora, uma hora e meia dentro e avistava naquelas voltas do rio quatro cinco casas ou então um povoado”. (Raimundo Pinheiro, 60 anos, Novo Airão, em 25/05/12, ênfases minhas).

LC: “[...] Fui para o rio Unini quando tinha sete ou oito anos. Quando comecei a trabalhar, na minha adolescência, a gente tirava mais sorva, borracha e cipó, era só isso. *Foi na década de 90, quando a extração da borracha parou, que as comunidades foram formadas. Aí se juntou nas comunidades as famílias e se começou a trabalhar com a agricultura, a farinha, a banana e outros produtos. [...] Sobre o trabalho com o patrão, era ele que financiava as pessoas que iam trabalhar lá pros igarapés onde tinha os produtos que ele comercializava. Naquele tempo era assim mesmo que a gente vivia. De um lugar para outro. Eu e minha família a gente ficava no lugar Manapana. Lá era uma localidade que minha família ajudou abrir, não era uma comunidade. Meus pais ficavam mais tempo lá. Eu e meu irmão a gente saía mais, a gente ficava bem pouco tempo mesmo em casa, a gente passava a maior parte do tempo trabalhando dentro das colocações no rio. O encontro com nossos pais era mais no fim do ano. Depois da temporada da borracha a gente voltava. Depois de cerca de um mês começava o trabalho com a castanha que depois emendava com a sorva e aí quando tava começando o verão a gente voltava pra casa, dava um tempinho e já se aviava pra cortar seringa*

de novo. Era mais ou menos assim que a gente vivia naquele tempo.
Tinha vez que a gente tava abaixo do Manapana, noutra a gente tava lá pra cima no rio Guariba, um lugar onde a gente trabalhou muito.”
(Levi Castro, 40 anos, Novo Airão, em 21/01/10, ênfase minhas).

Sobre os autores dos relatos acima vale destacar que o Sr. Raimundo Pinheiro é um dos membros da comissão de ex-moradores do PNJ em Novo Airão, onde atualmente reside com sua esposa. Ele nasceu numa localidade chamada Badajós, no município de Codajás. Ainda adolescente foi com os pais para Manaus onde residiu e trabalhou até os 21 anos. Depois de aceitar um convite de conhecidos para trabalhar num garimpo na região do alto rio Negro, ele teria sido convencido meio da viagem por um amigo no a ir trabalhar na extração de sorva no rio Unini. Por ter vivenciado processos diferentes em ambos os rios, supomos que o relato do Sr. Raimundo Pinheiro se constitui numa relevante fonte de referências para compreensão das especificidades de cada rio.

Note que a colocação onde Raimundo Pinheiro foi trabalhar no Unini tinha sido arrendado para Antônio Moraes, que também explorava recursos no rio Jaú. Esse patrão contratava grande número de famílias e as colocava nas proximidades dos lugares de exploração extrativista, as chamadas “freguesias”. O sistema de trabalho era baseado no aviamento, isto é, à família aviada era adiantada mediante contrato uma quantidade de produtos de primeira necessidade que ela deveria saldar com a remessa da produção prometida ou estabelecida no ato do aviamento. Grande parte dessas famílias era arregimentada em localidades próximas ao rio ou em núcleos urbanos situados nas imediações do baixo curso do rio Negro de onde eram levadas para o Unini.

De acordo com dados da FVA, aproximadamente 45% dos grupos domésticos encontrado nas comunidades do Unini era oriundo de Barcelos, seguidos de Manaus e Manacapuru, ambos sendo representados por aproximadamente 15% desses grupos e, com percentuais abaixo dos 10%, aparecem Tefé, Novo Airão, Santa Isabel, Iranduba, Autazes, respectivamente, em ordem decrescente desse percentual (cf. FVA, 2004:68). É muito provável que esse aspecto relativo à predominância de determinada característica na questão da origem dos grupos domésticos no Unini tenha sido significativamente influenciado pelas formas de exploração dos recursos e de relações sociais estabelecidas. Como destacamos acima, observa-se aí uma notável volatilidade

em termos de contratação dessas famílias, gerando fluxos intensos de trabalhadores extrativistas, o que prefigura uma população flutuante relativamente heterogênea e distribuída.

Note também que o relato de Raimundo Pinheiro faz referência às fugas de trabalhadores que eram arregimentados pelos patrões para trabalhar nas suas colocações, outro fator influente na renovação constante do contingente nessa situação. Por fim, referindo-se ao Jaú, Raimundo Pinheiro informa como se dava a relação de uso e apossamento da área de trabalho nesse rio, também já mencionado no capítulo 2. Encontrando uma situação que era distinta do rio Unini, ele teria notado condições que o permitiam fixar-se no rio no Jaú.

Em relação ao Sr. Levi Castro, seus pais são oriundos da região de Manacapuru e foram trabalhar no Unini contratados por um patrão que lá explorava recursos. Atualmente residindo na comunidade do Tapiira, Levi tornou-se uma das principais lideranças no rio Unini, onde juntamente com lideranças das demais comunidades ajudou a criar a Associação de Moradores do Rio Unini – AMORU, entidade com papel significativo no processo de mobilização dos moradores para criação da RESEX do Unini. Do mesmo modo que o relato anterior, o depoimento do Sr. Levi Castro informa sobre aspectos relevantes da situação vivida pelos residentes no Unini, ao mesmo tempo em que reforça informações já prestadas pelo primeiro informante. Ele nos informa, por exemplo, que o processo de formação das chamadas “comunidades” nas localidades de assentamento mais antigo no Unini começou a partir da década de 1990. Ele relaciona o surgimento desse tipo de assentamento familiar ao fim da exploração da goma elástica nessa região, que segundo fontes consultadas neste trabalho teria como marco o final da década de 1980 quando os estímulos à produção da borracha minguam definitivamente.

É muito provável que a insolvência do extrativismo associada ao cerceamento da circulação de patrões e comerciantes a partir da criação do PNJ, tem influência no processo de adensamento populacional observado em determinados lugares ao longo desse rio. No entanto, consideramos que esse processo conta, sobretudo, com atuação destacada de agências que a partir do estabelecimento de ações coordenadas e específicas com vistas à acomodação de situação certamente contenciosa envolvendo a presença dessas famílias influenciam decisivamente a configuração da nova paisagem social nessa região.

Ações institucionais relacionadas com demandas e gestão do poder público local e de agentes extralocais envolvidos no disciplinamento territorial e populacional também exerceram importante papel na configuração dessa paisagem. Por um lado, poderia ser mencionada nesse sentido a implantação de serviços básicos na área da educação, da saúde, da comunicação e de melhoramento da infraestrutura nesses lugares. Por outro, podem ser igualmente destacadas as ações para definição das zonas de uso especial e de zoneamentos no âmbito do Plano de Manejo do PNJ desenvolvidas pela FVA/IBAMA, ou seja, a determinação para se elaborar os “mapas de uso de recursos” por essas famílias. Articuladas, essas ações deflagraram um processo de remodelação em termos de infraestrutura desses “lugares” que passaram a contar com escola, energia elétrica, casa de saúde, sede de associação de moradores, ou seja, das características essenciais que define o conceito de “comunidades” nesse contexto. Atualmente praticamente todas as “comunidades” do rio Unini contam com a maioria desses serviços.

Além disso, ações diversas desenvolvidas no âmbito das missões religiosas podem ainda influenciar de alguma forma o processo de consolidação comunitária no Unini. Barreto Filho observa, por exemplo, que num determinado período após a constituição dessas primeiras unidades sociais, parte das “comunidades” do Unini que tinham o catolicismo como religião predominante teria sido atendida com um serviço especial de radiofonia que fora viabilizado junto à Diocese de São Gabriel. Ele informa que à época esse serviço foi oferecido para 20 “comunidades” rurais do município de Barcelos, viabilizando por meio deste serviço que era interligado a uma radiofonia central localizada na sede do município, a comunicação e a veiculação de informações entre esses lugares. Segundo ele algumas comunidades com população residente predominantemente evangélica não teriam recebido inicialmente o mesmo benefício (cf. Barreto Filho, 2002:521). Assim, o processo que se pode observar a partir dessa atuação levou à mudança paulatina nas características de assentamentos e da apropriação dos recursos naturais bem como à introdução de serviços básicos até então quase inexistentes entre essa população, o que certamente deu origem à atual morfologia social que se observa no Unini.

A transformação de localidades distribuídas amiúde por igarapés e rios do vale do Unini nas chamadas “comunidades” provocou também a alteração das atividades produtivas tradicionais baseadas no extrativismo, resultando na incorporação

pelos residentes de atividades econômicas de característica sedentária como a pequena agricultura, conforme revela o depoimento acima. No capítulo 2 mostramos que a emissão de títulos definitivos pelo estado dentro dos principais rios da região que compreende a área do PNJ apresenta-se notadamente distinta entre o Jaú e o Unini. Esse aspecto também se constitui num fator influente na configuração da formação social observada em ambos os rios. O número de títulos emitidos no rio Unini é bem menor do que no Jaú, e nem mesmo padrões importantes como os Bezerra e aqueles que os sucederam, como Antônio Morais e Mena Barros, figuram como proprietários de áreas nesse rio. Na época que atuavam no Unini esses padrões costumavam explorar livremente às áreas produtivas existentes ou arrendar as poucas que se encontravam sob a posse de alguém, diferentemente do que geralmente acontecia com as terras produtivas no rio Jaú.

Um quarto elemento poderia ainda ser destacado como aspecto fundamental da diferença em torno da constituição dessas “comunidades” em ambas as situações. Referimos à gênese sociológica propriamente dita da formação social, isto é, aquela relacionada com a história social e trajetória dos grupos domésticos que dão origem ao “lugar” e à sua denominação de lugar nesse contexto. Abordamos esse aspecto quando tratamos do caso das “comunidades” no rio Jaú. Nesse sentido, temos uma formação de “comunidades” no rio Unini que se dá de forma diferente dos casos observados no rio Jaú, especialmente na situação do Tambor. Como já enfatizamos o desencadeamento do processo de constituição desse tipo de unidade social no rio Unini tem a ver com a forte queda na atividade comercial de base extrativa e pela destacada atuação de entidades e agentes extralocais.

Um último e significativo aspecto pode ainda ser mencionado sobre a distinção entre as situações sociais aqui referidas. O fato dos residentes do rio Unini permanecerem desde o início relativamente distante da base de fiscalização e controle do PNJ. Essa situação parece relevante na medida em que ela introduz variações em termos de exploração de recursos e do movimentado fluxo inclusive de não residentes do Unini, considerando que as pessoas nesse rio não estavam tão sujeitas às mesmas medidas restritivas e coercitivas colocadas em prática no Jaú e Carabinani. Até bem recentemente se podia observar com certa frequência o trânsito de pessoas não residentes como regatões e pequenos comerciantes que entravam no rio para comprar ou trocar por mercadorias a produção de farinha e de outros produtos extraídos da floresta.

Também podia ser facilmente notado nessa região a atividade de pesca comercial, cuja principal característica nesse aspecto era a circulação de vários barcos de pescas pelo rio Unini. Em geral essas embarcações eram de dois tipos: as chamadas de “geleiros”, que são aquelas voltadas para captura de pescado comestível; e os chamados “piabeiros” que trabalham com a captura de espécies ornamentais, cuja atividade também é muito estimulada por compradores em Manaus. Além destes, podia-se notar ainda uma presença ascendente de empreendimentos turísticos, os hotéis de selva, que tinham na atividade de pesca esportiva e recreativa seu chamariz predominante, mas que também incluíam evidentemente práticas de ecoturismo.

5.2.1. A AMORU e a criação da Resex do Unini

Na perspectiva de dar conta das diversas questões que implicava essa nova configuração da paisagem social no Unini, moradores que possuíam perfil de lideranças dentro das “comunidades” articularam-se e foram articulados no sentido da criação de uma entidade representativa da população residente local. É possível que antes mesmo da atuação da FVA no sentido de viabilizar a criação da RESEX os moradores do rio Unini já tivessem iniciado algum processo de mobilização para garantir a permanência das famílias nesse rio. A articulação de algumas dessas lideranças com agentes de segmentos diversos e políticos locais permitem supor a construção de alianças bem mais amplas nessa região. Todavia, somente em 2002 os moradores do Unini conseguiram, com o apoio da FVA, fundar a Associação de Moradores do Rio Unini-AMORU. E a partir daí passaram a lutar pela criação de uma reserva extrativista na margem esquerda do rio, cujo principal objetivo era possibilitar a permanência dessas famílias em suas áreas tradicionais de ocupação e uso.

Consta que a criação da AMORU teria se dado principalmente em decorrência do interesse demonstrado pelas lideranças na constituição de uma RESEX naquela região. Articuladas e contanto inicialmente com o apoio de pesquisadores da FVA, essas lideranças começaram a mobilizar seus pares no sentido da criação de uma entidade que representasse os interesses dos moradores do Unini. Como procuramos enfatizar anteriormente, a atuação da FVA em termos de organização das “comunidades” e de investimento na capacitação de moradores com perfil de lideranças foi mais fortemente canalizada para o rio Unini do que para o Jaú. Em entrevista, o

coordenador geral da FVA reconheceu que a partir de um determinado momento a entidade realmente tentou focar seus esforços e recursos na construção desse processo dentro do Unini, ao passo que no Jaú, por limitação dos mesmos recursos, continuou sendo realizado apenas atividades pontuais de pesquisa e acompanhamento sobre a situação dos moradores.

JS: A gente nota que a atuação da FVA no processo de organização dos residentes é muito mais forte sobre o rio Unini do que no Jaú. Por que motivo a coordenação tem atuado de forma diferenciada?

CD: O foco dessa coordenação era justamente fortalecer os grupos sociais para que eles pudessem ser protagonistas do processo. Era a coordenação socioambiental e depois virou programa de organização social. A partir de 2002/2003 a gente dividiu a FVA em programas e a coordenação do trabalho social se dividiu em três: o programa de organização social, o programa de educação e programa de alternativas econômicas. Porque a gente começou a trabalhar na perspectiva de tentar junto com a perspectiva de conservação e dentro das práticas tradicionais, que tem tudo a ver com a conservação. Obviamente que é o uso não madeireiro, e a exploração extensiva de produtos de baixo impacto se encaixa perfeitamente. Hoje já tem vários trabalhos mostrando isso, que é sim viável conciliar conservação com uso econômico da floresta. Então a ideia era com esse programa específico alavancar essa parte da produção. Houve a partir de 2002 um esforço mobilizatório da FVA em torno da criação da RESEX do Unini. E no Jaú ficamos realizando apenas alguns trabalhos pontuais dos programas, com oficinas e cursos. (Carlos Durigan, Manaus, em 03/04/11).

A partir da colaboração de vários agentes ligados a entidades diversas, a proposta de trabalhar o fortalecimento do processo organizacional dentro Unini defendida pela FVA foi paulatinamente sendo incorporada pelos atores sociais locais. Essa articulação da FVA buscando a colaboração para o tema da organização das “comunidades” com vista à criação da RESEX envolveu a participação direta de representativo número de entidades e movimentos sociais, articulando a partir desta rede uma diversidade de agentes, incluindo entre os aliados grupos com interesses

antagônicos⁸². Note que há também, na formação desse arco de alianças em prol da criação da RESEX, presença de empresas privadas ligadas ao setor de turismo e de pesca esportiva que já atuavam no rio e com as quais muitos moradores vinham inclusive estabelecendo relações econômicas. Essa relação posteriormente irá gerar diversos conflitos de interesses entre as próprias lideranças no âmbito das suas relações com outras entidades parceiras.

Para o coordenador geral da FVA teria sido fundamental a compreensão da entidade de que o fortalecimento da organização local também possibilitaria o fortalecimento da representação das “comunidades” nos fóruns de discussão socioambiental que vinham sendo formados no cenário político-institucional. Desse modo, fica claro o sentido da atuação da coordenadoria socioambiental quando privilegia a interlocução com determinados representantes das “comunidades” do Unini, em especial aquelas lideranças que desempenham papel de presidente ou de membro fundador das associações de moradores.

“A gente tem um trabalho, tínhamos um programa focado nisso, e temos a perspectiva de trabalhar o processo de fortalecimento da organização. Então com base em várias colaborações de pessoas ligadas ao movimento social, do GTA, da universidade, teóricos, a gente não tem um trabalho isolado, só da FVA. É a FVA e vários colaboradores. A gente buscou esse processo de trabalhar o fortalecimento da organização, compreendendo que isso fortalece a representação dessas comunidades nos fóruns que foram se formando. Então a partir do momento que o Jaú se tornou esse problema para as famílias, a gente entende que o fortalecimento das comunidades e das lideranças, formando as representações durante o processo de elaboração do plano de manejo, fortaleceu também o impacto das reivindicações que eles faziam. A partir daí, outros

⁸² A criação da Resex do Unini contou oficialmente com o apoio das seguintes entidades: FVA; Associação de Produção e Cultura Indígena – YAKINO; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM e Sociedade Civil Mamirauá – SCM; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; Associação dos Pescadores de Novo Airão – APNA; Prefeitura Municipal de Barcelos; Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (de Porto Velho, Rondônia); Liga de Eco Pousadas da Amazônia e Amazon Voyager Turismo; Associação dos Artesãos de Novo Airão – AANA; Associação SOS Amazônia; Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA; Projeto Brasil Sustentável e Democrático – FASE; Instituto Vitae Civilis; Centro de Estudos Ambientais – CEA; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – FBOMS e a OSCIP Amigos da Terra; Comissão Pastoral da Terra – CPT; o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS e ONGs WWF-Brasil e Greenpeace, presentes na consulta pública para criação da RESEX (cf. Caldenhof, 2009).

avanços tiveram ao ponto de hoje ainda ter família lá, porque antes desse processo de fortalecimento a tendência era que todo mundo sáisse, se eles continuassem isolados, sem discutir os problemas, sem conversar de frente com os chefes que passaram pelas unidades, então a gente apostou muito na ideia de fortalecer.” (Carlos Durigan, Manaus, em 03/04/11, ênfase minha).

Pode-se considerar então que foi com a perspectiva de debater e viabilizar o projeto de criação da RESEX, que em agosto de 2002, as principais lideranças das “comunidades” já estabelecidas no Unini como Lago das Pedras (m.e), Terra Nova (m.e), Democracia (m.d), Tapiira (m.d), Manapana (m.d), Lago das Pombas (m.d), Floresta (m.d), Vista Alegre (m.d) e Vila Nunes (m.d), esta última localizada em área da RDS Anamá, reuniram-se para criar, em agosto de 2002, a Associação de Moradores do Rio Unini. Entre os principais objetivos dessa entidade estava a criação da Reserva Extrativista⁸³, tendo como área pleiteada para sua constituição a margem esquerda do rio Unini, que não integra a área projetada para parque (ver mapa nos anexos). Outra preocupação da AMORU era a questão da negociação com o órgão gestor do parque sobre a permanência das famílias residentes nas “comunidades” situadas na margem direita do Unini, dentro da área projetada para a unidade.

É importante ainda salientar que na ação envolvendo a criação da Resex, a AMORU e seus representados tiveram que superar um obstáculo de considerável complexidade. O governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável-SDS, se opunha fortemente à criação de uma reserva extrativista federal em terras estaduais, mesmo com o processo de criação desta unidade já tramitando na esfera federal. Diante do empecilho criado pelo governo do Amazonas, os moradores do rio Unini iniciaram um processo de articulação política que resultou nesse grande arco de alianças, de escala local e global, envolvendo agentes e entidades diversas no sentido de forçar o governo estadual e a SDS a declinarem da sua posição

⁸³ O artigo 2 do estatuto da AMORU aprovado na assembleia de sua criação estabelece os seguintes objetivos: 1) “Discutir com os moradores do rio e propor aos órgãos competentes a criação de uma reserva extrativista”; 2) “Buscar meios que garantam a permanência dos moradores no rio Unini e seus afluentes”; 3) “Reunir esforços para que os moradores que quiserem sair de suas áreas sejam devidamente indenizados”; 4) “Promover a exploração sustentável dos recursos naturais”; 5) “Buscar recursos junto ao governo, organizações governamentais e não-governamentais para melhorar a qualidade de vida dos associados”; 6) “Promover os desenvolvimentos educacionais, sociais, culturais, ambientais e esportivos dos seus associados”; 7) “Firmar convênio com o poder público e outras instituições para adquirir financiamentos, bem como prestar colaboração a outras entidades que visem o bem estar dos moradores do rio Unini.”

inicial. Em 21 de junho de 2006, após um longo processo de mobilização, discussão e articulação que envolveu essa ampla gama de agentes, entidades, instituições governamentais e ONGs, foi assinado pelo presidente da República o decreto que criou a Reserva Extrativista do Rio Unini, com uma área de 833.352 hectares, ao sul do município de Barcelos.

Atualmente são encontradas onze unidades sociais com esse perfil de “comunidades” ao longo do rio Unini, onde vivem mais de 180 famílias, segundo informação de representantes da Associação de Moradores do Rio Unini-AMORU⁸⁴. Dentre essas “comunidades”, duas possuem formação mais recente e situam-se na margem esquerda do Unini. As comunidades de Patauá e Acufaris originaram-se a partir da junção de algumas famílias assentadas nessas imediações. Das onze “comunidades” existentes, sete estão localizadas na margem direita do rio, sendo que seis delas estão no perímetro que compreende a área projetada para o PNJ.

A maior parte dos moradores do rio Unini tem na pequena produção agrícola, especialmente de farinha de mandioca, sua principal fonte de renda. Todavia, esta atividade é sempre complementada com outras, principalmente o extrativismo vegetal (castanha e cipó) e o turismo oriundo da pesca esportiva no caso das comunidades localizadas mais a montante do rio, como Vila Nunes e Vista Alegre - relativamente mais próximas do setor onde funcionam hotéis e empreendimentos do eco-turismo. Consta que o trabalho nos hotéis de turismo de pesca esportiva durante a época de seca chega a constituir a principal fonte de renda para algumas famílias dessas comunidades (cf. Caldenhof, 2009:56). Por fim, achamos relevante destacar em relação ao processo organizativo engendrado por moradores do rio Unini e seus parceiros, sobretudo, o aspecto multivocal dos atores e o estabelecimento de uma complexa rede de relações com entidades a partir do processo de criação da RESEX. Esse aspecto torna-se um elemento relevante especialmente se percebermos sua potencialmente para produzir sujeitos políticos e novos processos sociais no contexto da interação entre estes grupos locais.

⁸⁴ Informação verbal colhida pelo pesquisador em 21/01/10 em entrevista com dois membros da AMORU.

5.3. O CASO DA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO DO PIRATIVA

Em termos de configuração sociocultural a região que compreende todo o vale do rio Matapi e sua adjacência apresenta um quadro de aspecto demográfico certamente complexo. Ao se percorrer os 17 km que separam (em linha reta) o porto de Matapi⁸⁵ da foz do rio Pirativa – o que equivale aproximadamente a 40 minutos numa canoa de alumínio equipada com motor de 25 HP – já é possível observar, ainda que em contornos gerais, variações importantes na notável diversidade do que se convencionou chamar de “populações ribeirinhas” da região amazônica.

De imediato nota-se que além das grandes áreas cercadas e compostas de pastagens para gado que se integram cuidadosamente à infraestrutura dos modernos casarões de fazendas, existe uma gama de pequenos povoados e agrupamentos de unidades residenciais que são chamadas na região de “comunidades rurais”. São Raimundo do Pirativa, portanto, constitui-se numa das diversas comunidades negras rurais existentes nessa micro região formada pelo rio Matapi e seus afluentes. Dados de 2010 da Secretaria Extraordinária de Política Afrodescendente-Seafo/Ap indicavam a existência de aproximadamente trinta unidades sociais com características de remanescentes de quilombo nessa região. Entretanto, uma rápida consulta feita nos registros dos órgãos responsáveis por processos envolvendo certificação, encaminhamento de pedido de titulação de território ou de autoatribuição da identidade étnica, revelou um inexpressivo número de solicitações até então protocoladas nesse sentido pelas unidades dessa área.

A comunidade⁸⁶ de São Raimundo do Pirativa localiza-se junto à foz do rio Pirativa na confluência com o Matapi, a uma distância de 17 km da sede do município de Santana, distância percorrida por seus moradores unicamente por via fluvial. Informações colhidas a partir da observação de campo e com base na história social desses moradores indicam que o surgimento da comunidade está ligado a um laço matrimonial contraído a partir de uma relação inicialmente não aprovada entre os principais membros de ambas as famílias do casal. Sendo que a família do rapaz já

⁸⁵ Este porto localiza-se a noroeste da sede de Santana, na margem esquerda do rio Matapi, onde a BR 156 tem trecho interrompido pelo rio, ligando-se à outra margem por meios de uma balsa.

⁸⁶ Aqui estou utilizando esse termo no mesmo sentido que os moradores costumam referir-se ao seu agrupamento residencial, ou seja, como um espaço definido de relações sociais e constituído por um conjunto de unidades residenciais.

possuía inclusive a posse de um terreno na foz do Pirativa, enquanto a família da desposada depois de ter deixado o lugar conhecido como Marianum, área representativa em termos de concentração de comunidades negras rurais dessa região, encontrava-se ocupando terras fundiárias no alto Pirativa.

5.3.1. O lugar da ancialidade no processo organizacional

No que diz respeito ao processo organizativo e de afirmação da diferença étnica pelo grupo, São Raimundo do Pirativa apresenta particularidades e certas variações que a diferenciam significativamente da situação observada na comunidade do Tambor. Ainda que em termos resolutivos se possa argumentar que o sentido da ação empreendida em ambas as situações convirjam, aspecto este que também estou tomando como relevante nesta abordagem, especialmente por se tratar de uma perspectiva comparativa, supomos ter igual importância para análise desses fenômenos a consideração das suas variações. Tentarei explicitar isso a partir dos elementos que envolvem o processo de organização social sobre o caso do Pirativa.

Dona Maria Luiza Siqueira, a dona Jitoca como é comumente chamada na região do Pirativa, além de matriarca do grupo doméstico mais extenso dentro da comunidade é também a pessoa com mais idade entre todos os seus residentes. Ela tinha 104 anos de idade quando estive pela última vez no Pirativa, em setembro de 2011. Uma parte desse tempo ela viveu junto ao rio Pirativa, mas a maior parte dele foi vivida mesmo no Marianum. Apesar da idade avançada e da completa cegueira que a acompanha já por algum tempo, a vivacidade demonstrada por essa matriarca centenária me deixou impressionado. A firmeza nos movimentos aliado à lucidez do raciocínio e a voz potentemente grave dificilmente deixam de transmitir ao seu interlocutor a tenacidade que fez dela uma referência no processo organizativo da comunidade. Percebi o significado da referência logo na primeira visita para a entrevista. Ao adentrar a pequena sala que juntamente com outros dois cômodos compõem o espaço interno da sua residência, defrontei-me com uma anciã de singular altivez e memória impressionante. Recostada no pequeno sofá no interior da sala – mais duas cadeiras e um banquinho em posições opostas ao sofá constituíam toda mobília do cômodo – ela serenamente acabava de encher de tabaco seu cachimbo e preparava-se para acendê-lo. Depois de responder com um ‘tarde boa’ à minha saudação inicial, ela dirigiu seus olhos

para mim e ordenou que eu me sentasse. O tom da voz grave não era apenas imponente, mas parecia veementemente contrariar - assim como a estatura, a complacência física avantajada e a firmeza dos seus movimentos - aquelas imagens preconcebidas que geralmente carregam nossas noções especialmente quando especulamos sobre a disposição de pessoas anciãs.

Na conversa estabelecida com dona Jitoca também percebi a complexidade dos arranjos em torno do repertório discursivo e dos atributos culturais com os quais os moradores atualmente procuram comunicar sua diferenciação étnica. De maneira inextricável esse repertório encontra-se em larga medida relacionado à figura de dona Maria Luiza e as experiências vividas por sua família. No trecho do relato transcrito abaixo há algumas referências dessa trajetória pessoal que também revelam aspectos da variação envolvendo determinados processos sociais.

“Eu morei muito tempo no Serra. Lá eu criei minhas filhas. O Chico [Francisco Siqueira, 67 anos] quando veio pra aí, ele não veio rapaz não, ele veio frangote. Lá eu criei minhas filhas, tudo na cabeceira. Eu mandei fazer uma casa lá e criei minhas filhas. Depois do Serra eu vim pra cá. Mas eu não queria vim não. Foram esses aí [apontando para os filhos Mariazinha e Diquinho] que me adoçaram muito pra eu vim pra cá. Mas eu não queria, porque eu não me dava morar na várzea. Agora já me dou.” (Maria Luiza, 104 anos, comunidade do S.R. do Pirativa, 18/08/2010).

Ao que tudo indica, já que não foi possível precisar a data com nenhum informante, dona Jitoca teria chegado com os filhos ao Serra por volta de 1960/61. Nessa localidade eles permaneceram até meados de 1985 quando finalmente dona Jitoca teria aceitado o convite da filha mais nova Maria Libéria que insistia em levá-la para morar na foz do rio Pirativa onde hoje se localiza a comunidade de São Raimundo. No lugar Serra, além do cultivo de roças e plantas frutíferas, a família de dona Jitoca criava animais domésticos como porcos, patos, galinhas e algumas cabeças de gado. Quando deixou a localidade do Serra para morar na foz do rio Pirativa, um casal de filhos de dona Maria Luiza que antes a acompanhara até o Serra decidiu ir morar em outra localidade. Porém, a maior parte dos seus oito filhos permanecia ao lado dela até o presente.

A organização da comunidade de São Raimundo do Pirativa está diretamente vinculada à presença da família de dona Maria Luiza e das relações que foram se estabelecendo na foz do Pirativa a partir do encontro deste grupo doméstico com outros que lá residiam. O caráter distintivo que passou a diferenciar essa unidade social em termos organizacionais e étnico teve seu processo iniciado com a chegada de dona Maria Luiza e seus filhos por volta de 1985 para o lugar onde hoje se localiza a comunidade. Antes disso, apenas uma filha de dona Maria Luiza, a Sra. Maria Quitéria, morava no lugar. Ela ocupava junto com o marido, Raimundo Picanço, um terreno sobre o qual a mãe deste tinha direito de posse.

Esta organização de caráter específico, ou seja, centrada numa figura presencial de tipo matriarcado, possui seu reflexo na organização interna do grupo e pode ser notado a partir da observação dos seus elementos estruturais. Assim, foi observado que a comunidade apresenta como eixos de orientação do modo de organização social o parentesco, o local de residência, as prestações e contraprestações de serviços e também certas clivagens internas. Nesses termos, o parentesco aparece como principal elemento de organização na estrutura interna do grupo, pois é com base nele que em geral se definem critérios de pertencimento.

Todavia, importa destacar que embora o parentesco predomine como mais forte elemento de organização interna, constatou-se que ele não é notadamente o único elemento que confere pertencimento do indivíduo ao grupo. Outros elementos podem se somar estreitando ainda mais os laços do parentesco ou ainda tornando a relação do parentesco apenas uma referência simbólica na congregação de novos associados. Práticas socioculturais como estabelecimento de parcerias entre famílias, prestações de serviços e laços de afinidades do tipo sócio-afetivas também foram observados como capazes de se constituírem em importantes critérios de pertencimento ao grupo.

No caso de São Raimundo, observou-se que algumas famílias que não possuíam laços de parentesco com dona Maria Luiza e com nenhum outro morador da comunidade também tiveram permissão da Associação de Moradores para construir suas casas e serem reconhecidos como sócios da entidade. Aqui o vínculo sócio-afetivo estabelecido entre eles anteriormente prevaleceu sobre o fator consaguinidade neste e também em outro caso que me foi relatado na comunidade que, segundo informações obtidas, uma pessoa que possuía relação de parentesco direta com dona Luiza teria seu pedido para fixar-se na comunidade não aprovado por membros da sua própria família.

Por outro lado, as pessoas aceitas dessa maneira podem e são, de modo geral, orientadas a se associarem a AQSAP. Entretanto, observou-se que nenhuma das pessoas que vieram para a comunidade nessas condições figuravam como sócios majoritários, categoria de associados com plenos direitos de participação e voto nas tomadas de decisões da AQSAP.

A expansão do grupo doméstico é também outro importante elemento para análise da organização interna desta comunidade. Observou-se aí que a composição do grupo doméstico segue um padrão semelhante à maioria dos casos encontrados no meio rural amazônico, ou seja, unidades familiares extensas que compreendem geralmente a geração dos pais, filhos e netos. O grupo doméstico mais extenso na comunidade é constituído por descendentes de dona Maria Luiza. Além das famílias que descendem de dona Maria Luiza, observou-se que seis famílias que não tinham nenhuma relação de consanguinidade com a matriarca mantinham residência e exploravam pequenas parcelas da área na comunidade.

Em São Raimundo do Pirativa a expansão do grupo doméstico também contribuiu fortemente para o grupo buscar ajuda externa na tentativa de solucionar o problema vivido na comunidade, a saber, a pouquíssima área de terra sob a posse dos moradores. Informações obtidas sobre a área inicialmente ocupada pela comunidade indicam que sua extensão era exatamente de 200m de frente por 100m de fundo. Esta extensão muito reduzida de terra associado ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico propiciaram não apenas arranjos internos com vistas a assentar novas residências, mas principalmente a mobilização do grupo para resolver a questão.

É nesse contexto que se inicia o processo de contato, articulação e solicitação de vários pedidos junto a entidades e órgãos públicos como a Coordenadoria de Política Pública para Promoção de Igualdade Racial - COPIR ligada à prefeitura de Santana, as secretarias municipais de educação, de saúde e de obras, a Secretaria Extraordinária de Políticas Afrodescendentes-SEAFRO, ao INCRA e ao Ministério Público Federal. O resultado desses primeiros contatos com tais instituições gerou um processo de articulação e de acionamento contínuos desses órgãos que eles passaram a chamar internamente de “contato com nossos parceiros”. Na parte sobre interlocução do grupo com o Estado e outros agentes retomarei a abordagem desse processo.

Além do parentesco e das prestações e contraprestações de serviços, observa-se também a existência de certas clivagens na comunidade. Entre as clivagens mais perceptíveis destacam-se as estabelecidas por local de residência e pela segmentação do grupo em termos de organização sócio-política. A clivagem por local de residência tende a reforçar internamente a valoração do papel das relações de parentesco no grupo, pois as residências concentradas na parte sudeste da comunidade são todas de membros que descendem do grupo doméstico de dona Maria Luiza.

Em relação a esta clivagem por segmentação do grupo no âmbito da organização política, notou-se que as famílias que não possuem relações de parentesco com moradores antigos ou que vindo de fora tiveram permissão para fixar residência na comunidade, mesmo quando se tornam sócios efetivos, sua participação em questões relevantes envolvendo organização da comunidade tende a ser limitada. Assim, a Diretoria Executiva, por exemplo, que constitui a segunda instância mais importante na estrutura da AQSAP e, que junto com o Diretor Presidente tem poder deliberativo, prevê que seus membros sejam somente antigos moradores da comunidade, ou seja, praticamente relaciona a participação dos atores nessa instância a um segmento do grupo que tem como característica central a consaguinidade.

5.3.2. Uma experiência absurda e seus efeitos

Em meados de dezembro de 2005 a pacata comunidade de São Raimundo do Pirativa juntamente com outras duas situadas em áreas próximas, a saber, São João e Santo Antônio, ambas localizadas no rio Matapi, mas todas absolutamente desconhecidas da maioria das pessoas que reside em centros urbanos como Macapá, foram então apresentadas em noticiário local e nacional como vítimas de uma sinistra e absurda experiência de pesquisa científica que sorrateiramente vinha sendo realizada no Brasil.

Informações veiculadas na mídia nacional reportavam-se à execução de um projeto de pesquisa de grande envergadura intitulado “Heterogeneidade de vetores e malária no Brasil”. A pesquisa vinha sendo realizada por intermédio de uma ONG norte-americana que recebia financiamento da Universidade da Flórida (EUA). Além disso, o estudo ainda envolvia diversos pesquisadores ligados a renomadas instituições de pesquisas do Brasil.

De acordo com informações disponíveis sobre a referida pesquisa, sua coordenação vinha sendo feita pela ONG norte-americana Institutional Review Board, financiada pela Universidade da Flórida/National Institute of Health, dos EUA, e contava com aval de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP); do Instituto Aggeu Magalhães, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); e o Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá. Consta ainda que o projeto, aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Fiocruz e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde-CONEP recebeu amplo apoio para sua execução das autoridades ligadas à saúde no estado do Amapá.

Além das três comunidades do município de Santana já citadas, fontes consultadas indicam que o projeto também teria sido desenvolvido em outros estados da Amazônia como Acre, Amazonas e Rondônia. As supeitas levantadas apresentavam indícios de que a pesquisa, na verdade, se caracterizava pela utilização de moradores dessas comunidades como “iscas humanas”, e que nessa condição não somente realizavam a captura e a alimentação dos mosquitos anofelinos, mas também funcionavam como agentes numa etapa da pesquisa que previa o acondicionamento dos anofelinos em caixas térmicas para que fossem enviados a pesquisadores e laboratórios em outros destinos inclusive nos EUA.

Em longa entrevista realizada com um morador da comunidade que à época da execução da pesquisa trabalhou como agente de endemia, tomei conhecimento do caráter chocante e notadamente infame desta pesquisa. Segundo este informante, o procedimento para alimentar os anofelinos, após serem capturados pelos próprios agentes, consistia em colocar cerca de 30 mosquitos, retidos num recipiente fechado que possuía numa das suas extremidades uma fina tela, junto ao corpo da pessoa alimentadora. As cerca de duas dezenas de mosquitos que continham cada um desses recipientes tinham que ser alimentados por um período de doze a quinze minutos. Cada alimentador tinha uma cota de vinte recipientes para alimentar. Por esse aviltante serviço que envolvia exposição, captura e alimentação de anofelinos os agentes recebiam R\$ 12,00 por turno que funcionava em dois: de 17:30 até 00:30 e de 00:31 até 07:30. No resultado do exame sobre infecção pelo plasmódio a partir de análise de gota espessa de sangue, todos os agentes contratados na comunidade para atuar na pesquisa tinham sido infectados.

Mesmo já em execução por pelo menos três anos na comunidade, a denúncia contra essa pesquisa e sua divulgação na mídia teria acontecido por acaso, segundo informações obtidas junto aos próprios moradores. De acordo com estes, um promotor de justiça do estado foi à comunidade de São Raimundo do Pirativa para checar denúncias de irregularidades supostamente atribuídas ao funcionamento da escola. Num determinado momento desta diligência, um morador da comunidade teria comentado com o promotor sobre a pesquisa. Este promotor teria então perguntado se havia algum documento para que ele pudesse analisar, foi quando lhe mostraram uma cópia do projeto da pesquisa.

Consta nos depoimentos que após a ampla repercussão do caso, obrigando à tomada de posição com ações quase simultâneas de autoridades ligadas aos direitos humanos, à justiça federal e à saúde pública, a comunidade de São Raimundo teria passado a ser tratada sob dois pontos de vistas distintos. Ambos eram fundamentados por argumentos que revelavam posições diametralmente opostas a respeito deste evento.

No primeiro, os moradores da comunidade de São Raimundo do Pirativa figuram como “pessoas manipuladas” que agiam daquela maneira para atender interesses escusos de políticos locais. Segundo essa versão, propagada por advogados e colaboradores contratados para a defesa do pesquisador Allan Kardec, tais moradores “cooptados e influenciados” por políticos da região não conseguiam perceber a importância da pesquisa e nem os efeitos das suas denúncias. Alegava-se que o pagamento de uma diária de R\$ 12,00 tinha sido proposto pelo pesquisador Allan Kardec na intenção de ajudar os moradores, já que a condição na qual se encontravam era a de “pobres e miseráveis”. No apoio declarado a essa versão, estava também a comunidade de São João, uma das que foram contempladas no projeto de aplicação da pesquisa. Segundo relatos e informações colhidas junto aos moradores da localidade, o presidente da comunidade de São João teria defendido explicitamente tanto a pesquisa quanto o seu coordenador Allan Kardec.

O segundo ponto de vista se baseia na compreensão de que a comunidade foi vítima de uma ação atroz e irresponsável da qual foram coniventes inclusive autoridades locais. Observou-se que boa parte dos argumentos utilizados nesse ponto de vista corre no sentido de se contrapor àquela da primeira versão, geralmente procurando destacar fatos e provas apresentados por diversas autoridades quando das suas

diligências feitas à comunidade. O trecho da entrevista abaixo dá uma idéia de como se deram os desdobramentos dessa discussão na região:

“Mandaram um médico aqui, dr. Claudio Lourenço, para fazer uma análise da situação, uma avaliação do caso e conversar com as pessoas. Só que eu acho que algumas pessoas influentes conseguiram manipular outras pessoas - isso a gente não tem como provar, mas ficamos sabendo – e estas pessoas passaram a dizer, por exemplo, que eram só cinco noites e não nove noites de alimentação; e eu disse não, eu fui um dos pesquisados, meu pai foi, meu tio foi. Então sei que foram nove noites. Ainda assim, este médico conseguiu atestar que nós fomos cobaia.” (Sidnei Picanço, 33, em 22/08/10, entrevista realizada em S.R. do Pirativa).

Talvez seja esse o entendimento mais comum entre as pessoas da região que tomaram conhecimento dos procedimentos adotados na pesquisa *Heterogeneidade de Vetores da Malária no Amapá*. Todavia, cabe ressaltar que a partir dessa situação que se caracterizou como infame e notadamente desumana, membros do grupo passaram a utilizar essa noção da irreparabilidade dos possíveis efeitos deletérios da pesquisa em benefício da comunidade. Assim, em seus contatos e solicitações de demandas junto aos órgãos públicos, especialmente do estado, representantes da comunidade tem procurado - nos casos em que eles percebem que o atendimento de algumas demandas serão dificultadas – lembrar imediatamente as autoridades que existe um débito do estado para com a referida população. Além disso, há praticamente consenso entre os moradores na comunidade que o processo de organização interna veio com o desabor dessa situação envolvendo a realização da pesquisa sobre a malária. Antes disso os moradores afirmam que a comunidade não figurava sequer nos cadastros do governo para que as famílias tivessem direito à bolsa e à participação em outros programas sociais.

Observou-se sobre a situação envolvendo a comunidade São Raimundo do Pirativa que o processo de organização, tal qual se apresenta atualmente, praticamente inexistia no período que a pesquisa sobre *Heterogeneidade de Vetores da Malária no Amapá* é iniciada. É acertado concluir que este evento, ligado à pesquisa sobre malária, desencadeou uma série de modificações internas e atitudes relacionadas com o comportamento do grupo, com a organização da comunidade e também com as relações que se estabeleciam com determinados agentes externos.

A articulação de membros da comunidade com alguns parceiros políticos locais e a busca de informação e ajuda junto aos órgãos públicos e ONGs para solucionar problemas internos começam a apresentar resultados a partir de 2005. A fundação da Associação Quilombola de São Raimundo do Pirativa-AQSAP, por exemplo, acontece somente em 07 de março de 2006, três anos após o início da segunda etapa da referida pesquisa na comunidade e quase um ano depois das denúncias feitas pelo MPE e do caso ganhar ampla repercussão na mídia. Dessa situação também emerge a preocupação com a afirmação da diferença étnica pelo grupo e, conseqüentemente, com a luta pela identificação, delimitação e reconhecimento do seu território. Na perspectiva analítica deste trabalho, esse evento envolvendo a pesquisa com malária na comunidade constitui um dos principais elementos esclarecedores do processo social que atualmente se encontra em curso, a saber, a mobilização e a organização do grupo em termos étnicos.

Na segunda visita que fiz à comunidade São Raimundo do Pirativa pude observar uma dimensão importante da vida social e política do grupo. Na manhã do dia 18/08/10 a comunidade com o apoio dos seus “parceiros” havia organizado um evento que pretendia abordar e debater vários temas referentes à questão das comunidades negras do Amapá. Ao ser convidado para participar deste evento, fui informado que se tratava de um seminário cujo objetivo era apresentar e refletir sobre as perspectivas de organização e fortalecimento, de apoio institucional e de visibilidade das comunidades negras rurais da região.

Nesse encontro, atores sociais ligados a diversos setores da vida pública e de movimentos sociais estiveram presentes representando suas entidades de origem. Além desses, havia também pessoas ligadas ao movimento de organização da população afrodescendente e de ONG que trabalham com a questão racial no estado. Os principais temas abordados nesse seminário envolviam “educação para as comunidades negras”, “organização social das comunidades negras rurais”, “a importância da valorização da cultura negra” e “inclusão e desenvolvimento econômico das comunidades negras rurais”. Atividades lúdicas, esportivas e de integração sociocultural também fizeram parte deste evento.

O seminário contou ainda com a participação de algumas autoridades locais, a saber, o vice-prefeito de Santana e a vereadora de Macapá, Cristina Almeida, ligada ao movimento de organização da população negra. Embora com foco de caráter abrangente, considero provável que o evento tenha sido previamente organizado e direcionado para enfatizar certas circunstâncias que contribuíram para a situação presente⁸⁷ que São Raimundo do Pirativa apresentava. Percebeu-se muito claramente nas falas de alguns atores diferentes tons que podiam indicar elogios ou críticas, reconhecimento ou desaprovação com determinadas ações ou posturas de órgãos do governo, agentes sociais e entidades ali representados. O destaque nesse ponto refere-se ao pronunciamento de dona Maria Libéria, líder da comunidade, e também organizadora do evento. Na sua fala ela destacou principalmente a dura luta travada pela comunidade para conseguir benefícios e serviços junto ao poder público. Nesse sentido, dona Maria Libéria utilizou a expressão de efeito “negros da roça” para enfatizar a importância da consciência das pessoas presentes sobre as dificuldades enfrentadas pelas comunidades na interlocução com o poder público na cidade. Ela provavelmente referia-se a um tipo de discriminação e de produção de invisibilidade que as comunidades negras rurais tendem a sofrer naquela região, quando tentam reivindicar direitos sociais.

Outro aspecto esclarecedor e significativo dessa dimensão sociopolítica envolve a organização do grupo. De acordo com depoimentos colhidos na comunidade sobre o seu processo de organização, não havia inicialmente perspectiva e nem conhecimento entre os moradores sobre o que seria uma comunidade quilombola. Afirmaram que sabiam apenas que eram quilombola, mas não tinham esse entendimento de como criar o território. Em 2004, um contato estabelecido com uma pessoa da Seafro-Ap, possibilitou a articulação da comunidade com esse órgão e a partir daí surgiram os trabalhos em torno da elaboração do projeto de criação da comunidade quilombola.

Em seguida teriam vindo as discussões internas sobre a questão da terra coletiva. Nesse ponto, os moradores alegaram que tinham esbarrado em muitas dúvidas e desentendimentos sobre a forma de titulação da terra. Algumas famílias tinham sido fortemente contrárias à criação do quilombo por causa das terras coletivas. Elas

⁸⁷ A comunidade de São Raimundo do Pirativa havia sido contemplada com alguns serviços relevantes nos últimos anos como escola, energia elétrica e agente de saúde, além de obter a certificação quilombola da FCP e a recente implantação do programa “minha casa minha vida”. E mais, seria a primeira comunidade na região do Pirativa e adjacência a ter iniciado o processo de titulação do seu território.

acreditavam, segundo os depoimentos, que perderiam o controle principalmente sobre as terras da fundiária, que era tomada como “herança recebida e que seria deixada para os filhos”. A busca de informações sobre o que era, como funcionava o território coletivo e como ficaria as terras da fundiária levou os representantes da comunidade até o INCRA/AP. O próprio superintendente desse órgão teria ido até a comunidade e orientado os moradores nesse sentido. As transcrições abaixo refere-se à participação deste agente na construção do processo.

“Ele veio e disse o que nós tínhamos que fazer, orientando inclusive a gente sobre nossos financiamentos pessoais. Aí foi discutido o ponto forte da questão que foi a proposta da delimitação da área da comunidade, depois isso foi jogado pra comunidade que aceitou a proposta. Aqueles que estavam assutados também aceitaram porque não ia mexer com nossos vizinhos, nossos posseiros, de maneira que atendia também o pedido de minha avó, nossa matriarca majoritária, que pedia que nós não brigássemos por causa de terra. Nesse momento que criamos o espaço da comunidade e deixamos todo mundo com seu terreno da fundiária, a comunidade até cresceu mais, pois trouxemos pessoas pra ajudar direta e indiretamente.” (Sidnei, 33, São Raimundo do Pirativa, 20/08/10)

“Quando o Américo viu nossa situação e necessidade, as casas pertinho, quase uma em cima da outra, ele conversou na época com o dono dessas terras aqui de trás; e ele cedeu mais um pouco de terra pra gente. Essas terras, na verdade, era da minha mãe. Um genro da minha mãe que era de Monte Alegre veio morar aqui. Depois minha mãe deu pro pai desse genro dela, que se chamava Dedito, um pedaço de terra pra ele fazer uma serraria. Quando ele foi embora daqui ele vendeu essa terra pra outras pessoas, usando de má fé, porque a terra não eradele.” (Raimundo Picanço Picanço, 56, São Raimundo do Pirativa, 28/12/10).

Observa-se assim, que o processo de organização da comunidade no sentido da ação dirigida para reivindicar do Estado reconhecimento de certos direitos ou simplesmente para resolver questões políticas internas, conta com a colaboração de diversos atores sociais posicionados em níveis e setores variados. De fato, quando reuni com os moradores pela primeira vez para discutir a questão do território, já havia a

indicação de uma proposta de área tecnicamente elaborada, evidenciando uma efetiva articulação do grupo com certas instituições como INCRA, MPF e Secretarias municipais e de estado. Os atores com participação destacada nos processos movidos pela comunidade, além de se tornarem influentes entre os moradores⁸⁸, também são reconhecidos e tratados por eles como “nossos parceiros”. Uma figura emblemática entre esses “parceiros” com a qual contactei para esclarecimentos de certos aspectos da vida social e da história do grupo chama-se Jurandir Rodrigues, morador da margem esquerda do Matapi abaixo da confluência com o Pirativa. Como já foi citado anteriormente, Jurandir tem uma relação muito estreita com moradores que, segundo ele próprio, estes seriam parte da sua família. De fato, a participação deste ator no processo organizativo da comunidade está voltada basicamente para questões internas envolvendo trabalho, organização social e orientação sobre convivência interna.

5.3.3. Indicação e reivindicação de território descontínuo

Em agosto de 2010, quando reuni pela primeira vez com os moradores para discutir a questão do território, fui informado por algumas pessoas sobre uma proposta já existente que indicava uma área de pouco mais de 14 ha. Segundo as informações obtidas, essa proposta teria sido apresentada após algumas reuniões de trabalho entre equipe técnica do INCRA/AP e o posseiro Antonio Pereira, cujas terras limitam com a comunidade.

Após algumas questões relativas a esse ponto terem sido amplamente debatidas entre os moradores, alguns deles informaram que a área indicada nessa proposta tinha sido encaminhada pelo próprio Antônio Pereira, que teria uma pequena faixa de suas terras abarcadas pela área proposta para o território quilombola. Os moradores presentes na reunião afirmaram ainda que os pontos de referência que constavam na delimitação da proposta foram alterados atendendo à solicitação deste posseiro, de maneira que o açaizal que circunda os fundos da comunidade ficasse de fora do território pleiteado pela comunidade. Desse modo, eles argumentavam que tal proposta divergia um pouco das indicações que eles haviam feito nas conversas com os técnicos, no entanto, tinham aceitado em função do acordo de “não criar problema por

⁸⁸ Observou-se que em certos casos, o apoio político às indicações de certos candidatos feitas por esses agentes, também representam o poder da sua influência na comunidade.

causa de terra com o vizinho” (Maria Libéria, 55 anos). Na indicação que eles tinham feito e da qual fui tomar conhecimento *in loco*, os pontos de referência e a linha de delimitação da área não se curvava para o lado da comunidade como constava na proposta já encaminhada ao INCRA, mas sim seguia em linha reta até o igarapé que conhecido como “vala”.

Os levantamentos feitos em sequência no trabalho de campo para o RTID mostraram a pertinência da reclamação dos moradores. A proposta inicial avançaria somente sobre uma estreita faixa das terras de posse do Sr. Antônio Pereira, excluindo os moradores de ter acesso ao importante nicho de recursos naturais localizado aos fundos da comunidade. Essa área é basicamente formada por vegetação variada, mas a maior parte dela é composta de palmeiras como açaí, bacaba, patauá e árvores de médio e grande porte, cujos frutos, óleos, sementes e cascas são largamente utilizados pelos moradores de São Raimundo. A partir do trabalho de campo foi também considerada incluída na proposta dos moradores uma pequena área formada por vegetação rasteira e arbustos que periodicamente sofre inundação, utilizada para criação de animais domésticos.

Ao analisar aspectos relevantes da comunidade com base nos dados socioeconômicos, de crescimento e variação demográfica, de ambiente e geografia, além de condições habitacionais e de infraestrutura, foram feitas algumas reuniões com objetivo de discutir a proposta de delimitação de área. Na terceira e última reunião chegou-se a uma proposta final que teve aprovação unânime entre moradores presentes na reunião. Nesta proposta foi indicada e aprovada em assembleia uma área de 23, 4184 ha, que procura atender demandas fundamentais expressas pelos moradores da comunidade São Raimundo do Pirativa.

5.4. SOBRE VARIAÇÕES NA EVOCAÇÃO DA ETNICIDADE

Para melhor pensar a questão em torno da evocação da diferença étnica nas situações descritas, parece pertinente proceder à identificação e à descrição da diversidade e variação que elas apresentam. No caso, estou considerando relevante, sobretudo, indicar quais as características fundamentais presente nas formas de organização social manifestadas entre as situações relacionadas neste capítulo para efeito de comparação.

Nesse sentido, vale enfatizar que enquanto na situação do quilombo do Tambor o processo de organização interna e de construção da etnicidade se dá em meio às pressões e conflitos decorrentes de medidas restritivas aplicadas pela administração do PNJ, no caso da comunidade de São Raimundo do Pirativa esse processo é desencadeado principalmente a partir da repercussão de uma pesquisa científica que envolveu pessoas da comunidade, cujos efeitos deletérios para seus moradores se tornou amplamente reconhecido. Constituíam-se como um dos motivos da forte repercussão do caso o fato da aplicação da pesquisa ter a chancela das mais reconhecidas instituições ligadas à área da saúde do estado do Amapá e também do país. Observa-se que em ambos os casos a etnicidade decorre da relação direta com o Estado. Nesse sentido, talvez seja importante considerar o fato de que a interação de determinados grupos com o Estado e suas diversas agências tende a potencializar a emergência de classificações categóricas e, conseqüentemente, da distinção étnica em diferentes contextos sociais.

Na situação do “quilombo Tambor”, os principais marcadores étnicos incorporados pelo grupo relaciona-se com o processo histórico de ocupação do lugar por descendentes das famílias Maria dos Santos e Caetano Nascimento. Assim, a designação “rio dos pretos” outrora atribuído ao igarapé Paunini, lugar tradicionalmente ocupado por membros de ambas as famílias, foi incorporado pelos moradores no processo de evocação da diferença étnica. Não obstante, boa parte dos relatos indica que termos de classificação racial, quando inicialmente eram empregado por seringalistas, regatões e outros agentes externos, eram imediatamente interpretados pelos residentes como sinal de “destratamento”, “ofensa”, uma expressão que representava, segundo estes, a intenção de “desclassificar as famílias que ali moravam pela cor da sua pele”. Nesse primeiro momento, o termo passa a ser de uso corrente

entre donos de baracões de aviamento e regatões quando queriam se referir a região do Paunini.

Consta ainda nesses relatos que as famílias negras do Paunini mantiveram durante toda a época de exploração extrativista uma relativa autonomia em relação aos aviadores e regatões que controlavam o comércio e o processo de produção e venda da borracha no rio. Essa autonomia era possibilitada principalmente, por um lado, pela determinação dessas famílias em negociar seus produtos diretamente com as casas aviadoras em Manaus, ato que retirava da cadeia hierárquica estabelecida pelo sistema de aviamento existente naquela região tanto o regatão que transitava pelo rio quanto o aviador que lá mantinha seu barracão.

Por outro lado, o amplo reconhecimento do domínio de uso sobre a área do Paunini permitia aos descendentes dos Maria dos Santos e dos Caetano Nascimento não apenas uma certa estabilização para a reprodução do grupo em si, mas também a possibilidade de fazer arranjos em torno de relações sociais estabelecidas em diferentes contextos no âmbito do Jaú. Nesse sentido, foram estabelecidas relações diversas com outras famílias que viviam nesse rio, envolvendo principalmente laços matrimoniais como foi observado entre os descendentes de José Maria dos Santos e de Isídio Caetano (Farias Junior, 2008). Assim, com base nas referências desse processo histórico os atuais moradores do Tambor iniciaram, com mediação de diversos agentes sociais desse campo de interação, uma mobilização que levou à relaboração da classificação do grupo por meio de incorporação dos termos “rio dos pretos” e “pretos do Tambor” no sentido da afirmação da “exclusividade negra” e do reconhecimento de categoria étnicamente distinta.

No caso da comunidade de São Raimundo do Pirativa, o principal marcador da distinção étnica passa a ser uma deferência à historicidade e ancestralidade personalizada na figura da matriarca Maria Luiza. Observou-se aí que organização da comunidade está diretamente vinculada à presença do grupo doméstico de dona Maria Luiza e das relações matrimoniais que estabeleceram na foz do Pirativa a partir da chegada deste grupo. Assim, o caráter distintivo que passou a diferenciar essa unidade social tanto em termos organizacionais como etnicamente teve seu processo iniciado por volta de 1985. Antes disso, apenas uma das filhas de dona Maria Luiza, Maria Quitéria, residia no lugar denominado São Raimundo do Pirativa. Ela ocupava junto com o marido uma pequena área sobre a qual os pais deste exerciam direito de posse.

A organização de caráter específico deste caso, ou seja, centrada na figura presencial de tipo matriarcado, remete à organização interna do próprio grupo e pode ser notado a partir da observação dos seus elementos estruturais. Assim, foi observado que a comunidade apresenta como eixos de orientação e de organização do universo social o parentesco, o local de residência, as prestações e contraprestações de serviços e também certas clivagens internas (Siqueira, 2011). Nesses termos, o parentesco aparece como principal elemento de organização na estrutura interna do grupo, pois é com base nele que em geral se definem critérios de pertencimento, diferentemente do que vem ocorrendo atualmente no Tambor onde o pertencimento não depende tanto das relações de parentesco.

Todavia, importa destacar que embora o parentesco predomine como mais forte elemento de organização e pertencimento em São Raimundo do Pirativa, notadamente este não é o único elemento que confere pertencimento do indivíduo ao grupo. Outros elementos podem também se somarem estreitando ainda mais os laços internos ou ainda tornando a relação do parentesco apenas uma referência simbólica na congregação de novos associados. Práticas socioculturais como estabelecimento de parcerias entre famílias, prestações de serviços e laços de afinidades do tipo sócio-afetivas também foram observados como capazes de se constituírem em importantes critérios de pertencimento ao grupo.

Nesses termos, estamos considerando que os dados sobre as formas de organização nas situações descritas indicam a coexistência de processos de interação que ocorrem continuamente nos diferentes níveis da estrutura organizacional desses grupos. Tais processos envolvem fundamentalmente a construção da etnicidade a partir de diferentes tipos de relação que o Estado mantém com os grupos sociais na Amazônia.

Assim, temos no caso do Tambor a deflagração de um processo com ênfase sobre o direito à territorialidade que se configura a partir da historicidade e da presunção da exclusividade negra manifesta pelo grupo. No caso de São Raimundo do Pirativa o processo é deflagrado principalmente a partir da negligência e também co-participação do Estado numa ação de caráter potencialmente deletério para o grupo. Já em relação aos residentes do Unini, temos um processo de formação de unidades sociais com base no ordenamento territorial da população local distribuída ao longo desse rio, cuja insolvência da produção extrativista figura entre os principais fatores influentes nos

processos organizativos e da reivindicação da área de uso exclusivo. No quadro a seguir são apresentados, na perspectiva de melhor sintetizar, os contextos e aspectos de variação relacionados com as especificidades de cada caso e com os processos sociais que foram desencadeados.

Quadro 7: Variação na incorporação e manifestação da distinção categórica

Casos Variação	Comunidade de São Raimundo do Pirativa - <i>Rios Pirativa/Matapi</i>	Associação dos Moradores do Rio Unini - <i>Rio Unini</i>	Comunidade do Tambor - <i>Rio Jaú</i>
Contextos imperativos	<ul style="list-style-type: none"> *Poder público pouco atuante; *Ineficiência do Estado na regularização fundiária; * Limitada rede de interação com agentes externos. 	<ul style="list-style-type: none"> *Restrição da área de uso e posse dos recursos naturais; *Risco de inviabilização da exploração dos recursos tradicionais; *Rede de interação social bastante ampliada; 	<ul style="list-style-type: none"> *Fechamento e proibição da livre circulação no rio; *Restrição de uso dos recursos, deslocamento compulsório e pressões; *Insegurança sobre o direito das terras tradicionalmente ocupadas;
Especificidade da situação	<ul style="list-style-type: none"> *Ocupação individualizada em área fundiária não regularizada. *Aposseamento de terra ocupada praticamente por um mesmo grupo doméstico; 	<ul style="list-style-type: none"> *Ocupação consentida e uso sazonal de áreas para exploração extrativista; *Fluxo intenso de trabalhadores formando uma população flutuante relativamente heterogênea e distribuída. 	<ul style="list-style-type: none"> *Apropriação e posse de direito de exploração de área por pequenos produtores. *Ocupação e exploração de área através de acordos informais; *Posse e organiação do uso coletivo da terra por meio da mobilização interna;
Processo de incorporação da distinção categórica	<ul style="list-style-type: none"> * Pouco uso da categoria étnica pelo grupo no contexto da interação; * Reivindicação de território com área descontínua; * Constituição de associação com base na exclusividade étnica do grupo; 	<ul style="list-style-type: none"> * Organização de unidades sociais com base na rede de interação e em interesses compartilhados; *Criação de entidade central representativa dos grupos organizados; *Criação de área exclusiva com base na representação categórica dos grupos associados. 	<ul style="list-style-type: none"> *Incorporação compartilhada de atributos da distinção cultural; * Organização e instituição da comunidade étnica; * Criação de associação e reivindicação de área tradicionalmente ocupada;

Como se pode observar, os fatores implicados na deflagração dos processos relacionam-se com determinados contextos imperativos e com especificidades constituintes de cada situação. Eles também sugerem incorporação de valores, ideias, discursos, sinais diacríticos e práticas socioculturais que aplicados em contextos de interação são amplamente compartilhados pelas pessoas mobilizadas na ação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência de que a escrita da etnografia no presente também pode dissimular contradições, rupturas e os solavancos da vida social, para em seu lugar destacar aspectos que no âmbito das relações entre os grupos figura de modo normativo, há muito se constituiu numa motivação para diferentes investidas no campo analítico desta disciplina. Desde então, a tentativa de depuração do real associada ao “presente etnográfico” tem sido sucessivamente problematizada por críticos que não apenas questionam algumas perspectivas teóricas deste campo disciplinar, mas também a própria autoridade do relato textual⁸⁹ do etnógrafo. Com base nesse panorama, constata-se que do mesmo modo que se questiona a evidente recusa da temporalidade por determinadas correntes da antropologia, uma perspectiva de tratar os fenômenos a partir de diferentes escalas de tempo e de espaço também parece mostrar-se cada vez mais premente.

Todavia, constitui-se também um fato que, mesmo quando levado em conta a temporalidade e a variação de escalas, permanece o problema da representação da sociedade. Em muitos trabalhos esse conceito é representado por um agregado de instituições que uma dada população apresenta, onde a realidade social é reduzida a sua forma normativa, impondo-se a partir daí obstáculos para reintroduzir as relações informais ao lado das formais, os desvios ao lado da conformidade, os arranjos ao lado das normas instituídas (cf. Barth, 2000). Se, por um lado, a complexidade inerente à organização social não pode ser aprisionada em totalidades bem delimitadas, nem ordenadas em hierarquias unitárias entre parte e totalidade, como tendem sugerir determinados esquemas representativos baseados nesta noção de sociedade, não seria possível, por outro lado, escapar da dificuldade já mencionada acima supondo que o

⁸⁹ Nesse caso, refiro-me especialmente à crítica levantada por James Clifford (2002).

mundo constitui-se em uma única sociedade, isto é, o moderno sistema mundial. Nesses termos, tanto o conceito de sociedade quanto o conceito de cultura terão a função de homogeneizar e substancializar a concepção do universo social.

A nosso ver é desta dificuldade interpretativa que deriva a representação dos grupos sociais em termos de tradição cultural quase monolítica, que tem limitado a apreensão de certas situações etnográficas e seu contexto. Em geral, as abordagens realizadas com base em tal perspectiva apresentam uma descrição de certos aspectos da vida como organização, práticas culturais e relações sociais a partir de modelos homogêneos de característica normativa e geralmente pouca dinâmica.

No caso da Amazônia, por exemplo, produziu-se um arquétipo interpretativo que pretende explicar determinadas situações dos grupos a partir de especificidades típicas do habitat que estes ocupam na região, quando não por meio da reificada visão bio-organicista (cf. Almeida, 2008). No plano geral, o esquema consiste em focar especificidades locais com base em certas características produtivas e ecológicas das distintas micro-regiões habitadas pelas chamadas populações tradicionais. Por essa via costuma-se caracterizar e naturalizar a relação estabelecida por muitos grupos em termos produtivos ou ecológicos (caboclos ribeirinhos, varzeiros, extrativistas, seringueiros, sertanejo amazônico). Porém, definições a partir de categorias externas e com base em noções de pouca precisão tendem, via de regra, obstruir a compreensão da reprodução do grupo social como forma organizativa que integra uma variedade de complexas relações sociais e ecológicas.

Nesta pesquisa procuramos focar processos sociais que a partir de determinados contextos imperativos de âmbito local e extralocal resultaram em incorporação de sinais diacríticos no sentido da organização política e da reivindicação de direitos junto ao Estado. No caso específico da manifestação evocada pelos residentes do Tambor evidencia-se a posição do grupo de contrapor-se à pressão imposta nesse contexto incorporando estereótipos anteriormente impingidos por agentes externos. Ao tomar como referência determinadas áreas de domínio dos seus antepassados, os residentes do Tambor passaram a selecionar um conjunto de atributos e categorias socioculturais classificatórias como principais “marcadores”⁹⁰ da distinção

⁹⁰ Ao supor uma relação dinâmica entre marcadores étnicos e os grupos sociais emergentes dentro do processo classificatório, Galaty (1982) sugere que o uso de “marcadores verbais” representaria o principal meio pelo qual os atores sociais tendem a expressar e entender suas fronteiras. Contudo, procuramos

cultural pretendida, isto é, a incorporação de índices referenciais no âmbito do processo classificatório. Esses referenciais com os quais residentes do Tambor procuram relacionar e definir hoje sua identidade étnica nos ajudou a pensar a variabilidade extensiva em termos organizacionais e de práticas que são observadas naquele contexto de interação. Assim, num sentido estrito, o emprego de termos como “Tambor”, “rio dos pretos” e de topônimos classificadores que destacam a relação efetiva do grupo com determinados espaços ecológicos e de uso passou a ser utilizado também para designar a própria categorização a partir da qual o grupo buscou ser reconhecido, ou seja, pela incorporação da dimensão étnica presente nesses termos.

Por outro lado, um diversificado repertório de eventos reproduzidos a partir da memória dos “antigos” emerge com notável relevância. A reelaboração dessas memórias tem ajudado as gerações recentes a pensar não apenas em termos de inserção no processo nos quais elas figuram como protagonistas, mas também no sentido de relacioná-lo continuamente a significados selecionados para instituir uma especificidade cultural para o grupo (Siqueira, 2008 e 2010). Supomos que seja em torno dessa relação entre a forma de representação do grupo e sua historicidade que se poderia, por exemplo, analisar os relatos, os discursos e interpretação particular dos eventos com os quais os residentes atualmente procuram relacionar sua existência social. Para compreender a questão em torno da evocação da diferença étnica nas situações procuramos proceder à identificação e descrição das especificidades e das variações que elas apresentam.

Nesse sentido, enfatiza-se que enquanto na situação do quilombo do Tambor o processo de organização interna e de evocação da etnicidade se dá em meio às pressões e conflitos decorrentes de medidas restritivas aplicadas pela administração do PNJ, na comunidade de São Raimundo do Piratiba esse processo é desencadeado a partir da descoberta dos efeitos danosos de um projeto de pesquisa científica envolvendo o grupo. Para o caso dos residentes do Unini, observou-se que a insolvência dos principais produtos ligados ao extrativismo e o controle da circulação do contingente que transitava no rio associado à atuação efetiva das agências no contexto da implantação do PNJ, propiciou uma nova configuração social e organização política das chamadas “comunidades”. Depois de consolidadas institucionalmente tais unidades

enfatizar nesta análise a importância de não substancializar demasiadamente as designações léxicas empregadas pelos atores na representação das suas entidades, mas sim tomá-las como elementos para entendimento das variações nos processos de incorporação de categorias de distinção étnica.

sociais no Unini, seus representantes e membros articularam-se em termos associativos com base nos interesses compartilhados e fundaram uma entidade organizacional central para representá-los, a AMORU. A criação deste aparelho organizacional, por sua vez, foi responsável por uma institucionalização da representação categórica das unidades associadas e, conseqüentemente, pela reivindicação da delimitação da área que foi instituída com base nessa exclusividade categórica dos seus associados.

Observa-se que nos três casos a evocação da categoria étnica e da singularidade cultural que passa a definir os grupos decorre da relação direta com o Estado. Nesse sentido, talvez seja importante considerar o fato de que a relação desses grupos com o Estado e suas diversas agências tende a potencializar a emergência de classificações categóricas e, conseqüentemente, da distinção étnica em diferentes contextos sociais. Os dados analisados sobre as formas de organização nas situações descritas indicam a coexistência de processos de interação que ocorrem continuamente nos diferentes níveis da estrutura organizacional desses grupos. Tais processos envolvem a produção e evocação da etnicidade a partir de diferentes tipos de relação que o Estado estabelece com os grupos sociais na Amazônia. Voltando à situação do “quilombo do Tambor”, os principais marcos étnicos incorporados à auto-representação do grupo relaciona-se com a dominialidade exercida pelas famílias negras de referência desse lugar.

Assim, a designação “rio dos pretos” outrora atribuído ao igarapé Paunini, lugar tradicionalmente ocupado por membros das famílias Maria dos Santos e Caetano Nascimento, foi incorporado pelo grupo no processo de construção da diferenciação étnica. A relativa autonomia que essas famílias procuravam estabelecer em relação aos aviadores e regatões que controlavam o comércio e o processo de produção e venda da borracha nessa região também constitui-se numa importante referência na atual mobilização do grupo. Por outro lado, o amplo reconhecimento do domínio de uso sobre a área do Paunini permitiu aos descendentes dos Maria dos Santos e dos Caetano Nascimento não apenas uma certa estabilização para a reprodução do grupo em si, mas também a possibilidade de fazer arranjos em torno das relações sociais que se estabeleciam no âmbito do rio Jaú.

Desse modo, puderam ser estabelecidas relações diversas com outras famílias que viviam no Jaú algumas envolvendo laços matrimoniais como foi observado na pesquisa. Sugerimos que foi em larga medida com base nas referências desse

processo histórico de ocupação que os atuais residentes do Tambor iniciaram, com mediação de agentes sociais diversos desse campo de interação, a mobilização que levou a recategorização classificatória do termo “rio dos pretos” e também de “preto” no sentido da incorporação da “exclusividade negra” como marcadora da diferenciação do grupo.

Consideramos ainda que os chamados “povoados”, que antecedem a emergência das denominadas “comunidades”, representa muito bem um tipo de unidade organizacional com base em redes estabelecidas não apenas em função do parentesco, mas principalmente em relações por afinidades de caráter mais amplo. Estas relações, por um lado, favoreciam o surgimento de laços interpessoais duradouros entre representantes dos grupos domésticos que interagiam nesse contexto, recuperando emblematicamente determinados aspectos históricos com ênfase em suas práticas culturais locais. Por outro, elas possibilitavam alterações nas relações de poder com base nos modelos organizacionais já existentes e, concomitantemente, também incorporavam determinados conhecimentos e experiências difundidas na sociedade mais ampla.

Nestes termos, pode-se considerar que o entrelaçamento de elementos presentes em ambas as dimensões pode ter servido ao desenvolvimento ou reorganização dos “povoados” numa resistência de longo prazo. Assim, a constituição da “comunidade do Tambor” também poderia ser inscrita como produto do desenvolvimento dessas relações. Mas, ainda é necessário, para melhor compreender esta situação, levar em conta a amplitude do movimento que a envolveu e que certamente viabilizou sua forma atual. Para tanto, supomos ser necessário pensá-la a partir de uma perspectiva ampla que permita perceber tanto a dinâmica da cultura local quanto o movimento de forças da política institucional num plano global. Em outras palavras, tornar-se-á imprescindível considerar a proposta enunciada por Said de observar a vasta dialética histórica entre ambos os planos, mesmo com risco de perder suas miríades de detalhes (cf. Said, 2011). De certo, deve-se levar em conta que sem o questionamento e a oposição de agentes parceiros situados no âmbito das organizações não-governamentais e da política institucional de reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais, o encaminhamento reivindicativo e a própria constituição da resistência dos moradores do Tambor poderiam ter sido diferentes.

Em relação ao processo que levou à criação da associação, sua deflagração está diretamente relacionada com expectativas em torno de projetos e demandas sociais reprimidas no contexto da conflituosa relação estabelecida com a administração do PNJ. Essa atmosfera de resistência associada à atuação pró-ativa de agentes e entidades envolvidos na questão da organização da unidade social reforçou um processo já em curso de organização política do grupo, que então passou a ser mobilizado no intuito de incorporar os sinais diacríticos de categorização étnica, como por exemplo, o de remanescente de “comunidade negra rural”. É, portanto, no sentido da evocação da etnicidade como elemento classificador e demarcador de diferença crucial compartilhada pelo grupo, que os residentes comunicam seu status de “comunidade étnica”, contrapondo-se às ingerências do órgão gestor e às classificações externas depreciativas ou produtoras de invisibilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, Aziz. 1992. A Teoria dos Refúgios. *Estudos Avançados*, 15: 09-11. São Paulo: IEA/USP.
- ADAMS, Alexander B. 1962. *First World Conference on National Parks: Proceedings of a Conference*. Washington, DC: National Park Service, US Dept. of the Interior.
- ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. Negros de Trombetas: guardiães de matas e rios. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- ALMEIDA, A.W.B. de. Antropologia dos *Archivos* da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- _____. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- _____. “Os quilombos e as Novas Etnias.” In: *Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade*. Elaine Cantarino O'dwyer (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. 1997. O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da UnB.
- ALMEIDA, Marcos F. & GUERRERO, A. F. Relatório de Levantamento Técnico Junto à Comunidade do Tambor no Parque Nacional de Jaú. Manaus/MPF, 2007.
- ANDRADE, Simone L. Aspectos epidemiológicos da malária no Parque Nacional do Jaú. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 2005.
- ARRUDA, Rinaldo S.V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: ANNABLUME Editora, 2000, pp. 273-290.

- BARTH, F. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- _____. Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica*. Niterói, nº 19, 2005: 15-29.
- _____. 1987. *Cosmologies in the making: a generative approach to cultural variation in inner New Guinea*. Cambridge University Press.
- _____. 1969. *Models of social organization*. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland.
- BARRETO FILHO, H.T. 2002. *Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. Tese de doutorado. São Paulo: USP.
- BATESON, G. 1972. *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine.
- BECKER, Bertha K. 1992. “Repensando a Questão Ambiental no Brasil a partir da Geopolítica”. Em Maria do Carmo Leal et alii (orgs.), *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento: uma análise interdisciplinar*. v. 1. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO. pp. 127-152.
- _____. 1990a. *Amazônia*. São Paulo: Ática (Série “Princípios”, n. 192).
- _____. 1990b. “Gestão do território e territorialidade na Amazônia: A CVRD e os garimpeiros na província mineral de Carajás”. Em Berta K. Becker, Mariana Miranda e Lia O. Machado, *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora UnB. pp. 197-214.
- BECKER, Howard S. 2007. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- BENATTI, José Heder. (s.d.). *A criação de Unidades de Conservação em áreas de apossamento de populações tradicionais: um problema agrário ou ambiental?* Belém: NAEA/UFPA.
- _____. 1997. *Levantamento Fundiário do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: mimeo. (IBAMA e FVA).
- BENSA, Alban. 1998. In REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- BEOZZO, Oscar. 1983. *Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola.

- BORGES, S. Henrique et ali. 2004. *Janelas para a biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia*. Manaus: FVA.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertand Brasil.
- _____. 2002. Introdução a uma sociologia reflexiva; A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel.
- _____. 2007. Violência simbólica e lutas políticas. In *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF: cartilha, 2ª ed. Brasília: AGU, 2008.
- BRITO, Maria Cecília W. de. 2000.. Unidades de Conservação: intenções e resultados. São Paulo: FAPESP.
- BRÜSEK. 1996. “Desestruturação e Desenvolvimento”. In Ferreira & Viola (org.). *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- CALDENHOF, Satya B. L. 2009. *Reserva Extrativista do Rio Unini: conflitos e estratégias socioambientais no rio Negro/AM*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus: UFAM.
- CALDWELL, L. Keith. 1990 [1984]. *International Environmental Policy: emergence and Dimensions*. Durham and London: Duke University Press (2nd ed. revised and updated).
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Eu, Suas Identidades e o Mundo Moral (A liberdade do sujeito ético). In *Caminhos da Identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In *A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- CREADO, Eliana Santos Junqueira. Entre lugares e não-lugares: restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jaú. Tese de doutorado. Campinas, 2006.

- COMAROFF, John L. Reflections on the Colonial State, in South Africa and Elsewhere: Factions, Fragments, Facts and Fictions. *Social Identities*; Oct/98, Vol. 4, Issue 3, p321, 41p.
- COSTA, Wanderley Messias da. 1988. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP.
- CUNHA, M.C. de; ALMEIDA, M.B. de. Indigenous people, traditional people and conservation in Amazon. *Daedalus*, Spring 2000.
- DAVIS, Shelton. 1977. *The Victims of the Miracle: Development and the Indians of Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EMPERAIRE, Laure. 1996. *La forêt en jeu: L'extractivisme en Amazonie centrale*. Paris: ORSTOM/UNESCO (Collection latitudes 23).
- ERIKSEN, Thomas H. (1996). The epistemological status of the concept of ethnicity. Published in *Anthropological Notebooks* [Ljubljana, Slovenia] in 1996.
- _____. (1993). *Ethnicity and nationalism: anthropological perspectives*: London: Pluto.
- _____. (1991) The cultural contexts of ethnic differences. *Man*, Londres, v. 26, n. 1.
- FORESTA, Ronald. 1991. *Amazon Conservation in the Age of Development: The limits of providence*. Gainesville: University of Florida Press.
- FARIAS JUNIOR, E. A. "Tambor Urbano": deslocamento compulsório e dinâmica social de construção da identidade quilombola. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2008.
- FORTES, M. (1953). O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Introdução do livro *The developmental cyclic in domestic groups* (ed. por Jack Goody). Universidade de Brasília, s/d.
- FVA. 1998. *A Gênese de um Plano de Manejo: o caso do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: FVA/Fundação Ford, 1998.
- _____. 1993. *Programa Rio Negro: Plano de Trabalho 93/94 para o Parque Nacional do Jaú. Uma proposta para o World Wildlife Fund (WWF)*. Manaus: FVA.
- _____. 1994. *Os Moradores do Parque Nacional do Jaú: censo e levantamento sócio-econômico*. Manaus:

- _____. 1995 (novembro). *Reunião sobre o Plano de Manejo do PNJ - FVA*. Manaus: mimeo. (Relatório) 11 p.
- _____. 1996 (novembro). *Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú - Versão Preliminar*. Manaus: mimeo.
- _____. 1991. *Rio Negro Basin Program*. Manaus: FVA, mimeo.
- GALATY, J.G. Being Maasai, Being People of Cattle: ethnic shifters in East Africa. *American Ethnologist*, 1982, 9:1 (20)
- GALVÃO, Eduardo. “Panema: uma crença do caboclo amazônico”. In: *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GIANINI, Carlos Eduardo de Carvalho. *Rotina de Trabalho para a Fiscalização do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: FVA, 1995 (mimeo).
- GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. Organização de Bela Feldman-Bianco. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- GUIMARÃES, Roberto P. 1991a. *The Ecopolitics of Development in the Third World: Politics and Environment in Brazil*. Boulder, CO: Lynn Rienner.
- _____. 1991b. Bureaucracy and Ecopolitics in The Third World: Environmental Policy Formation in Brazil. *International Sociology*, 6 (1): 73-96.
- GUSFIELD, Joseph. *Community – A critical response*. N.Y: H&R Pubs. 1975.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chaves da antropologia transnacional. In *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 3 (1). Rio de Janeiro: Relume Dumará, PPGAS – Museu Nacional/UFRJ, 1997, pp.7-39.
- HELLE-VALLE, JO. Seen from below: conceptions of politics and the state in a Botswana Village. *Africa*, 72(2), 2002.

- HIGAZI, Adam. Social mobilization and collective violence: vigilantes and militias in the lowlands of Plateau State, Central Nigeria. *Africa*, 78 (1), 2008.
- HOBEN, Allan. 1982. Anthropologists and Development. *Annual Review of Anthropology*, 11: 349-375.
- IBDF. 1974. Documento Informativo do PRODEPEF. Brasília: IBDF. 211p.
- _____. 1969. Parques Nacionais e Reservas Equivalentes no Brasil: relatório com vistas a uma revisão da política nacional nesse campo. Rio de Janeiro: IBDF.
- IMAZON, 2010. Unidades de Conservação na Amazônia Legal. In *Áreas Protegidas na Amazônia: avanços e desafios*. Belém/São Paulo: Imazon & ISA.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, disponível em www.incra.gov.br, acessado em 20.11.2011.
- IUCN. 1992. Parks, Protected Areas and the Human Future. The Caracas Declaration. Caracas: mimeo.
- LEACH, Edmund. [1959] Repensando a antropologia. In: Repensando a antropologia. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- LEONARDI, Victor. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15/Editora UnB, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. [1945]. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- LIMA, Deborah de M. *Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: os limites da parceria ecológica*. Comunicação apresentada no “Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação”, Brasília, 26 a 29 de novembro, 1996.
- LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. (Série Antropologia) Brasília: UnB, 2002, nº 322.
- MARTINS, Silvana L. Relatório Agrônomo da Comunidade do Tambor. – INCRA/SR-15: Manaus, 2008.

MARCHESINI, Lucas. Governo aplica somente um quarto da verba destinada aos quilombolas, disponível em <http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/DetalheNoticias>, acessado em 24.09.2011.

MAUSS, Marcel. (1923-4) Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NAGENGAST, Carole. Violence, terror, and the crisis of the State. *Annu. Rev. Anthropology*. 1994. 23:109-36.

NEWLAND, Lynda. Syncretism and the politics of the Tingkeban in West of Java. *The Australian Journal of Anthropology*, 2001, 12:3, 312-326.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Direitos territoriais: Território, Cultura e Sociedade (Introdução Livro ABA, no prelo), UFF: 2010.

_____, Reserva Extrativista e Sistema de Aviamento na Amazônia: o caso da exploração madeireira no rio Juruá. *Boletim Rede Amazônica*, vol. 1, p. 73-82, 2003.

_____, Os quilombos e a fronteira da antropologia Antropolítica. *Niterói*, nº 19, 2005:91-111.

_____, Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In João Pacheco de Oliveira (org.) *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

_____. “O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MCT/CNPq, 1988.

PÁDUA, Jorge A. 2002. *Dois séculos de crítica ambiental*. In MINAYO, M.C. de S. (org). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

- PEREIRA, M.N. “A introdução do negro na Amazônia”. *Boletim Geográfico*, nº 77, 1949, pp.509-515.
- PERES, S.C. Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro. Tese (doutorado). Campinas, SP: UNICAMP-IFCH, 2003.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. [1924] O irmão da mãe na África do Sul; Os parentescos por Brincadeira. In: *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- _____. [1935] O Método Comparativo em Antropologia Social. In: *Radcliffe-Brown: Antropologia (Grandes cientistas sociais)*. São Paulo: Ática, 1986.
- REBELO, George Henrique. *Os Moradores do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: FVA, 1996.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. História do Amazonas. Manaus, 1989.
- _____. [1977] O Seringal e o seringueiro. Manaus: Editora da UEA.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentável: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Série Antropologia* (Brasília: Deptº de Antropologia/UnB), 123, 1992.
- RYLANDS, Anthony. 1991. *The Status of Conservation Units in the Brazilian Amazon*. Washington, D. C.: WWF Publications.
- SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica. Por que a cultura não é um objeto em via de extinção. *Mana*, 3(1): 41-73, 1997
- _____. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003. Capítulo 2.
- SAID, Edward W. Resistência e oposição. In *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro. 1985 [1825]. Diário da Viagem que em visita e correição das povoações da capitania de São José do rio Negro fez o ouvidor e intendente da mesma nos anos de 1774 e 1775; e Apêndice ao Diário da Viagem. Em *As Viagens do Ouvidor Sampaio, 1774-1775*. Manaus: Fundo Editorial da Associação Comercial do Amazonas (Col. Hiléia Amazônica; 4).

- SAMPAIO, Patrícia M. (s.d.). *Escravidão e liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano*. Manaus: UFAM.
- SANTOS, L. F. de. *O panóptico verde: a invenção ambiental da Amazônia*. Dissertação de mestrado. Manaus: UFAM-PPGSCA, 2004.
- SEBRAE/AM. 1997. *Diagnóstico Sócio-Econômico e Cadastro Empresarial de Novo Airão*. Manaus: SEBRAE/AM, Programa Estudos e Pesquisas ('Estudos Municipais').
- SIQUEIRA, João. *Afirmção da diferença étnica em contexto amazônico*. Texto encaminhado para publicação. Niterói, 2012.
- _____. *Identidade e terras de quilombo na Amazônia*. 27ª Reunião Brasileira de Antropologia/ABA. Belém, 2010.
- _____. *Relatório Antropológico da Comunidade Quilombo do Tambor – INCRA/SR-15*: Manaus, Am, 2008.
- _____. *Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de São Raimundo do Pirativa – INCRA-AP / SR-21*: Macapá, Ap, 2011.
- _____. *Relatório Antropológico da Comunidade de Barrinha*. INCRA-RJ/SR-07: Rio de Janeiro, RJ, 2009.
- SCHUBART, Otto et alli. 1977. *Relatório de Excursão ao Rio Jaú com Vistas a Instalação de uma Reserva Natural*. Manaus: INPA, mimeo.
- SIZER, Nigel & Beatriz Carvalho. *Levantamento Sócio-econômico do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, 1994.
- SPIX, Johann Baptist von. 1981 [1828]. "Relação da Viagem do Dr. Spix pelo Rio Negro, desde a Barra do Rio Negro até Barcelos, e regresso ao ponto de partida". Em Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philip von Martius, *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. 3. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP (Col. Reconquista do Brasil, N.S.; 48). pp. 261-270.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. 1985. *Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista*. *Anuário Antropológico/84* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro): 11-44.

- TROUILLOT, Michel-Rolph. The Anthropology of the State in the Age of Globalization. Close Encounters of the Deceptive Kind. *Current Anthropology* Volume 42, Number I, February 2001.
- TURNER, Victor. Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana (Cap. 1 e 3). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. Organização de Bela Feldman-Bianco. São Paulo: Global Universitária,
- VASCONCELOS FILHO, João Bezerra. S/d a. *A data em que chegou a família Bezerra em Vila de Airão*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.
- _____. S/d b. *Organizações de trabalhos, comércio e produção e benfeitorias na Vila de Airão feitas pelos irmãos Bezerra, durante a sua permanência, da data da chegada até a sua decadência*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.
- _____. S/d c. *Cooperação com a natureza na criação e conservação de animais e peixes como pirarucu e tartarugas colocados pelos Bezerra nos rios Jaú e Carabinany pelos anos de 1920 e 1950, área atualmente pertencente ao grande Parque Nacional do Jaú*. Novo Airão, AM: Datil. 1p.
- _____. S/d i. *Localidades no município de Novo Airão, na margem esquerda do rio Negro, a partir dos seus limites com o Estado de Roraima, descendo a margem esquerda do rio Jauaperi da foz do rio Alalaú, até a foz do rio Apuaú, limites com Manaus*. Novo Airão, AM: Datil. 2p.
- VERGOLINO-HENRY, A. & FIGUEIREDO, A.N. A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma Notícia Histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.
- VIANNA, Lucila Pinsard. *Considerações Críticas sobre a Construção da Idéia de População Tradicional no Contexto das Unidades de Conservação*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, FFLCH/USP, 1996.
- WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, vol. 1. Brasília: Editora da UnB, 1991.

- WETTERBERG, Gary B. e Maria Tereza Jorge-Pádua. 1978. Preservação da Natureza na Amazônia Brasileira. Situação em 1978. PRODEPEF *Série Técnica* nº 13, PNUD/FAO/IBDF/BRA-76/027.
- WETTERBERG, Gary B., Maria Tereza Jorge-Pádua, Celso Soares de Castro e José Manuel Carvalho de Vasconcellos. 1976. “Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia”. Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF) PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, *Série Técnica*, n. 8. Brasília.
- WOLF, Eric. Tipos de Campesinato Latino-Americano: uma discussão preliminar. In *Antropologia e Poder. Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro* (orgs.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. (pp.118-144).
- WOORTMANN, Ellen F. Método comparativo, família e parentesco: algumas discussões e perspectivas. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 9, vol. 16(1), 2005.

ANEXOS

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

Ata da Assembléia Geral de Constituição da Associação dos Moradores da Comunidade do Tambor/Am., doravante denominada **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES REMANESCENTES DO QUILOMBOLOS DA COMUNIDADE DO TAMBOR/AM - "CRQ-TAMBOR/AM"**, e aprovação do seu Estatuto, realizada no dia dezoito do mês de junho do ano de dois mil e cinco.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às 09:00 horas, no prédio onde funciona a escola, reuniram-se os moradores da comunidade do Tambor, município de Novo Airão (AM), que assinam a lista de presença que faz parte integrante desta ata como anexo, para deliberarem sobre a constituição da Associação, eleição da Diretoria e Conselho Fiscal e aprovação do respectivo estatuto social. Para conduzir os trabalhos, foi aclamado o Sr. Izanias Pinto Loureiro, Professor, que assumiu a presidência da mesa e convidou a mim Doranilce Assis da Silva, para Secretária. Composta a mesa, o presidente declarou que a finalidade da assembléia, conforme deliberado em reuniões anteriores, é a constituição da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES REMANESCENTES DO QUILOMBOLOS DA COMUNIDADE DO TAMBOR/AM - "CRQ-TAMBOR/AM"**. A associação terá como objetivo os descritos no estatuto aprovado nesta assembléia e que faz parte da presente ata. A concepção da associação foi desenvolvida em razão da necessidade urgente da promoção e execução de medidas, em defesa dos interesses de seus associados, prestar assistência a seus associados visando a motivá-los a trabalhos comunitários ou outras formas de atividade que os mantenham plenamente integrados entre si e na sociedade; apoiar e prestigiar a comunidade na realização de obras e o seu bem-estar; lutar pela manutenção de seus objetivos e pela preservação do seu patrimônio, desde que não haja conflito com os interesses de seus associados; representar e defender os interesses, os direitos e reivindicações dos associados, perante as autoridades competentes, os poderes públicos, com jurisdição em todo o território nacional. Em seguida, o presidente, após este breve relato, informou que nas reuniões preparatórias, foi decidido que a minuta do estatuto, deveria ser analisada e as sugestões de alterações deveriam ser anotadas pela secretária, para que fossem feitas as correções. O presidente, então, submeteu o texto à plenária para aprovação e o estatuto foi aprovado por unanimidade. A seguir, o presidente colocou em discussão a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, para um mandato de dois (2) anos, conforme estatuto, com a incumbência inicial de: a) tomar todas as providências para o registro e demais medidas para a legalização da associação ora constituída; b) aprovação do Plano de Ação e do correspondente Programa Orçamentário, bem como sobre modificações no estatuto que se fizerem necessárias, por razões legais ou oriundas de sugestões dos associados, desde que não alterem suas finalidades e propósitos. Decidiu também a plenária, que serão considerados fundadores, os que assinaram a lista de presença nesta assembléia de constituição. O presidente solicitou então a indicação de nomes para participar da composição da Diretoria e do Conselho

Fiscal, que após serem eleitos por unanimidade, ficou assim constituída: a) Diretoria - Presidente: **SEBASTIÃO FERREIRA DE ALMEIDA**; Vice-Presidente: **SABINO MARIA DOS SANTOS**; Secretário: **RAIMUNDO ASSIS DE ALMEIDA**; 1º Tesoureiro: **JACINTO MARIA DOS SANTOS**; 2º Tesoureiro: **JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO**. Conselho Fiscal: a) Membros efetivos - **ORIVAN LEMOS BRASIL**, **GETULIO MARIA DOS SANTOS** e **CELESTE ALVES DOS SANTOS**; b) Membros suplentes - **MARIA APARECIDA NOGUEIRA**, **DIVANILCE ASSIS DOS SANTOS** e **ELIANA GONÇALVES GOMES**. Por sugestão dos presentes, foi colocada em discussão e, após debates, aprovada a cobrança aos associados da contribuição mensal de R\$ 5,00 (Cinco reais), para manutenção e desenvolvimento dos trabalhos administrativos da associação. Em seguida, o presidente da mesa deu posse aos associados eleitos para a Diretoria e Conselho Fiscal. Por fim, nada mais havendo para tratar, foi dada como encerrada a assembléia e, para todos os fins de direito, é lavrada esta ata que, lida e achada conforme, é assinada por mim secretária e pelo presidente, que também rubricam todas as folhas de registro de presença que passam a integrar, como anexo esta ata.

Comunidade do Tambor/AM, 18 de junho de 2005

Izânias Pinto Loureiro
IZANIAS PINTO LOUREIRO
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO

Dorânilce Assis da Silva
DORANILCE ASSIS DA SILVA
SECRETÁRIA DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO

DIRETORIA DA CRQ-TAMBOR/AM:

Sebastião Ferreira Almeida
SEBASTIÃO FERREIRA DE ALMEIDA
PRESIDENTE DA CRQ-TAMBOR/AM

Sabino Maria dos Santos
SABINO MARIA DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE DA CRQ-TAMBOR/AM

Raimundo de Assis Almeida
RAIMUNDO ASSIS DE ALMEIDA
SECRETÁRIO DA CRQ-TAMBOR/AM

Jacinto Maria dos Santos
JACINTO MARIA DOS SANTOS
1º TESOUREIRO DA CRQ-TAMBOR/AM

José Alberto do Nascimento
JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO
2º TESOUREIRO DA CRQ-TAMBOR/AM

Orivan Lemos - Brasil
ORIVAN LEMOS BRASIL
MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL DA CRQ-TAMBOR/AM

Getúlio Maria dos Santos
GETULIO MARIA DOS SANTOS
MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL DA CRQ-TAMBOR/AM

Celeste Alves dos Santos
CELESTE ALVES DOS SANTOS
MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL DA CRQ-TAMBOR/AM



**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES REMANESCENTES
DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DO TAMBOR/AM
CRQ-TAMBOR/AM**

PNJ – Comunidade do Tambor/AM, 22 de setembro de 2005

Ofício n° 001/2005

Senhor Presidente,

Nós, membros da Comunidade do Tambor, localizada no município de Novo Airão, Estado do Amazonas, nos auto-definimos como grupo remanescente das comunidades de quilombos, e, de acordo com o Decreto n° 4.887, de 20 de novembro de 2003, vimos requerer à Fundação Cultural Palmares, o registro no livro de cadastro geral e expedição de Certidão, como comunidade remanescente de quilombo.

Atenciosamente,

Sebastião Ferreira de Almeida

SEBASTIÃO FERREIRA DE ALMEIDA
PRESIDENTE DA CRQ-TAMBOR/AM

AO ILMO. SR.

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

SETOR BANCÁRIO NORTE – QUADRA 02 – ED. CENTRAL BRASÍLIA – 1° SUB-SOLO

PNJ – Comunidade do Tambor – Zona Rural – Novo Airão (AM)
End. p/Correspondência: Rua João Paulo II, N° 135 – N Senhora de Auxiliadora – Novo Airão(AM) – CEP: 69.730-000

/	/	:	h	:	h	/	/
---	---	---	---	---	---	---	---



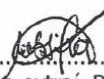
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade do Tambor**, localizada no município de Novo Airão, Estado do Amazonas, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 06, Registro n. 563, fl. 73, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Sebastião Ferreira de Almeida – CPF/MF nº 609.953.422-87
Presidente da Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo da Comunidade do Tambor/AM

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.).........., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **19 de maio** de 2006.

O referido é verdade e dou fé


UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106/(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)

ILMA. SRA. SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO
AMAZONAS – SR/15

A COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS, DENOMINADA "TAMBOR", POR MEIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, ABAIXO ASSINADO, VEM MUI RESPEITOSAMENTE A PRESENÇA DE V.SA. SOLICITAR A DEMARCAÇÃO DA ÁREA DENOMINADA "TAMBOR" LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO NO ESTADO DO AMAZONAS, E EM SEGUIDA A EXPEDIÇÃO DO TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO DAS TERRAS QUE OCUPAMOS COMO NOSSO TERRITÓRIO, DE MODO COLETIVO, NOS TERMOS DO ART. 68 DOS ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS – ADCT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, COMBINADOS COM OS ARTIGOS 215 E 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BEM COMO OS TERMOS DO DECRETO Nº 4887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. A NOSSA COMUNIDADE ESTÁ LOCALIZADA ENTRE A MARGEM DIREITA DO RIO PAUNINI E A MARGEM ESQUERDA DO RIO JAÚ E TEM COMO SEU REPRESENTANTE O SR. SEBASTIÃO FERREIRA DE ALMEIDA, RG Nº 0713909-8 – SESESG/AM. DECLARAMOS AINDA QUE NOSSA COMUNIDADE SE RECONHECE COMO COMUNIDADE DE QUILOMBOS, DO QUE FALA O DECRETO FEDERAL 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004, QUE PROMULGOU A RESOLUÇÃO 169, DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. INFORMAMOS AINDA VIVERMOS NESTE LOCAL, RESISTINDO A TODOS OS TIPOS DE DIFICULDADES PARA MANTER A UNIDADE DO NOSSO POVO, PORTANTO SOLICITAMOS DE V.SA. MANDAR REALIZAR A VISTORIA EM NOSSO TERRITÓRIO, PARA EFETIVAR A TITULAÇÃO TÃO SONHADA POR NOSSO POVO.

NA OPORTUNIDADE ANEXAMOS OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- 01- CÓPIA DOS DOCUMENTOS PESSOAIS (CI, CPF, TÍTULO DE ELEITOR) DO REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOCIAÇÃO;
- 02 – CÓPIA DO CERTIFICADO DE RECONHECIMENTO DE REMANESCENTES DE COMUNIDADE DE QUILOMBOS;
- 03 - CÓPIA DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, PUBLICADO;
- 04 - DECLARAÇÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO.

NESTES TERMOS
PEDE FERIMENTO,

MANAUS (AM), 24 DE ABRIL 2007.

INCRA – SR(15) AM
Entrada em 28 / 04 / 2007
As 15:20 horas.
Andamento SR(15) G
Responsável *[Assinatura]*

Sebastião Ferreira de Almeida
SEBASTIÃO FERREIRA DE ALMEIDA
REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA

14686

ATA DA REUNIÃO DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DE CAMPO E
DEFINIÇÃO DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBOS DO TAMBOR

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e sete às 09:30 (nove horas e trinta minutos), foi iniciada a reunião com a participação dos comunitários e servidores do INCRA, IBAMA e Emanuel do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UFAM. A asseguradora Lucia iniciou fazendo a abertura, informando que será apresentado o mapa do território pleiteado para as correções e alterações que os comunitários acharem necessário para a proposta final do território, a qual será parte do RTID, uma vez que, pela grande distância, é inviável o retorno para nova apresentação. Em seguida passou a palavra ao antropólogo João, o qual agradeceu aos comunitários e em conjunto com a servidora Estefânia fez a apresentação do mapa do território com a definição dos limites e seus igarapés, perguntando aos comunitários se queriam acrescentar mais alguma área de trabalho, uma vez que esta seria a versão final do mapa que iria para Brasília. A seguir Estefânia demonstrou como ficaria o território dentro da área do Parque e informou que a nascente do Rio Jaú ficaria fora da área do território. Perguntado se todos concordavam com a versão final do território, TODOS CONCORDARAM, não havendo nenhuma objeção, ficando portanto aprovado o território apresentado. A seguir a servidora Mariana do IBAMA informou que o IBAMA irá continuar com a proposta de desocupação e indenização das famílias que ainda se encontram no parque. Questionada por D. Sebastiana a respeito da retirada de arumã para confecção de artesanato a mesma informou que não pode por estar em extinção. D. Sebastiana alega que não sai do parque porque vai passar fome. Questionado pelo sr. Alberto porque o IBAMA proíbe a instalação do telefone. O Presidente da Associação Sr. Sebastião leu o Art. 69 da OIT, que foi explicado aos comunitários pelo João. D. Eliana se manifesta afirmando que não quer sair do Parque, outro comunitário diz que o IBAMA não é de todo ruim, porque ele tem sua parte negativa mas também tem a positiva. D. Sebastiana reclamou que o IBAMA não permite construir as casas de alvenaria, mas que a FVA podia. Mariana mais uma vez explica que a área é um parque e que tem restrições. Entretanto o IBAMA não se opõe a melhoria das casas com a madeira do roçado. A seguir Emanuel fala sobre a sua presença que foi em função da parceria entre o INCRA e o Projeto da Nova Cartografia e termina fazendo seus agradecimentos à Comunidade. Com a palavra a Asseguradora Lucia enfatizando o Decreto 4.887 e a competência do INCRA. Enfatizou que, assim como no dia da abertura dos trabalhos, voltava a perguntar a todos ali presentes SE HAVIA ALGUÉM QUE NÃO SE AUTO-RECONHECIA COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO, explicando que se houvesse deveria se manifestar. Esclareceu também que caso positivo as pessoas não sofreriam qualquer exclusão da área e não precisavam ter medo. TODOS, sem exceção confirmaram que se auto-reconheciam como tal. Dando continuidade explicou, que por tratar-se de área de Unidade de Conservação, o processo seria encaminhado para Brasília em cumprimento o que determina a legislação, e que a decisão da titulação ou não da área não dependia dos servidores que ali estavam e muito menos da Superintendência. Pediu que houvesse maior participação das mulheres tanto na Associação como nas reuniões e decisões na comunidade. Lucia finaliza agradecendo a todos e informando que está à disposição na Superintendência. Representando a comunidade para prestar homenagem e agradecimento aos servidores, o Sr. Adevilson leu uma mensagem feita por ele. Não havendo nada mais a tratar e para finalizar, eu ALCIMARINA FÉLIX DE SOUZA, redigi a presente ATA, nesta data, a qual vai por mim assinada e por todos os presentes.

Alcimarina Félix de Souza

JÁ NO DIA 21/09/2007

15

14/11

CLOVILSON A D SILVA 1

Cláudia Brasil 2

1 Dirceu Gomes Brasil 3

1 Rosemeide Azejo 4

Maria Aparecida Puggio 5

Sebastião Brasil 6

Rozilda Sales 7

8 Leônia Gomes Alves 8

Maria Raimunda Lima Brasil 9

0 Valdirino Valério de Lima 10

Nilda Assis de Almeida 11

1 Aldemira Cordero de Andrade 12

2 Zilma Assis 13

3 Antia Sales da Silva 14

4 Sebastião Barros 15

5 Luiz Gonçalves de Andrade 16

6 Joana Cristina Gonçalves de Oliveira 17

7 ADEUS 18

8 José Augusto da SILVA 19

9 Vandemirso de O. Nascimento 20

11 Raimundo Gonçalves de Oliveira 21

2 Maria das Glória Cordero 22

3 Ne Odete B. dos Santos 23

ADEUSAN A DA SILVA 24

Sebastião F. Almeida, Pres. da A.M.R. 25

Marivaldo Gonçalves de Oliveira 26

Sebastião Maria do Nascimento 27

José Alberto do Nascimento 28

Graci Lemos Brasil 29

Maria Madalena de Assis 30

Raimundo Brasil Cardoso 31

Gonzaga 32

Mariana Macedo Leitão (IBAMA) 33

Alaymar Filho de Souza (Incaa) 34

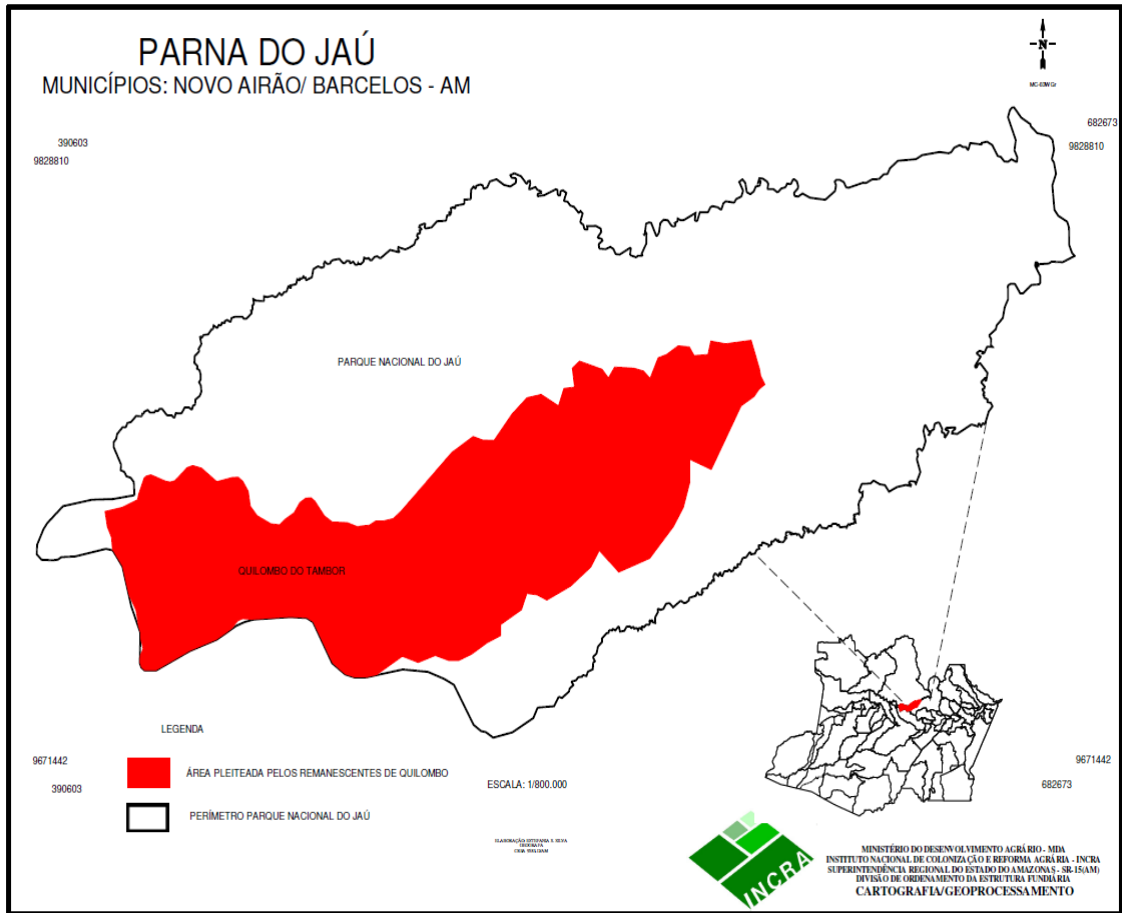
Estheria Souza Silva - (INCR) 35

M^o Louisa Pereira dos Santos - (Incaa) 36

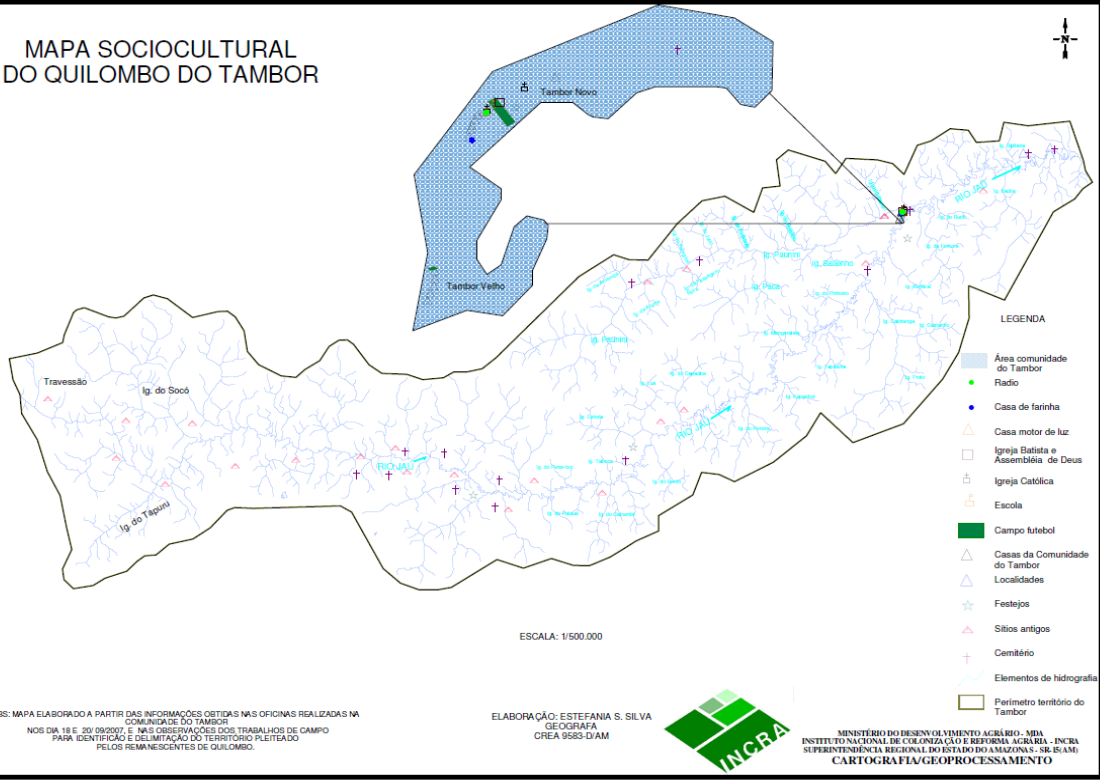
Sebastião Ferreira de Almeida Presidente A.M.R.P. 37

Silvana Lúcia Martins - (Incaa) 38

João Siqueira - (INCR) 39



MAPA SOCIOCULTURAL DO QUILOMBO DO TAMBOR



- LEGENDA**
- Área comunidade do Tambor
 - Roado
 - Casa de farinha
 - Casa motor de luz
 - Igreja Batista e Assembleia de Deus
 - Igreja Católica
 - Escola
 - Campo futebol
 - Casas da Comunidade do Tambor
 - Localidades
 - Festejos
 - Sítios antigos
 - Cemitério
 - Elementos de hidrografia
 - Perímetro território do Tambor

ESCALA: 1/500.000

OBS: MAPA ELABORADO A PARTIR DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS NAS OFICINAS REALIZADAS NA COMUNIDADE DO TAMBOR NOS DIAS 18 E 20/09/2007 E NAS OBSERVAÇÕES DOS TRABALHOS DE CAMPO PARA IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO PLEITEADO PELOS REMANESCENTES DE QUILOMBO.

ELABORAÇÃO: ESTEFANIA S. SILVA
GEOGRAFA
CREA 9585-D/AM



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ - SR (SIAM)
CARTOGRAFIA/GEOPROCESSAMENTO

